



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 42, QUARTA-FEIRA, 12 DE ABRIL DE 2017

BRASÍLIA - DF



## COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**

Presidente

**Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)**

1º Vice-Presidente

**Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)**

2º Vice-Presidente

**Senador José Pimentel (PT-CE)**

1º Secretário

**Senador Gladson Cameli (PP-AC)**

2º Secretário

**Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)**

3º Secretário

**Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)**

4ª Secretário

## SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho**

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Ilana Trombka**

Diretora-Geral do Senado Federal

**Roberta Lys de Moura Rochael**

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Quésia de Farias Cunha**

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro**

Coordenadora de Elaboração de Diários

**Alessandro Pereira de Albuquerque**

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

**Deraldo Ruas Guimarães**

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### PARTE I

#### 1 – ATA DA 43ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 11 DE ABRIL DE 2017

|   |    |
|---|----|
| 1.1 – ABERTURA .....  | 12 |
| 1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE   |    |
| 1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) .....   | 12 |
| 1.2.2 – Oradores  |    |
| Senador Jorge Viana – Críticas à medida anunciada pelo Governo de permitir que empresas estrangeiras detenham até cem por cento do capital das empresas aéreas nacionais; e outros assuntos. .... | 12 |
| Senador Humberto Costa, como Líder – Críticas ao Governo Federal pelas propostas de reforma da previdência e da legislação trabalhista. ....  | 15 |
| Senadora Fátima Bezerra – Críticas à política do Governo Federal no que se refere à educação. ....  | 17 |
| Senador Alvaro Dias – Apelo ao Presidente da República para que institua a liberdade de opção para os agricultores elegerem a base de cálculo do Funrural. ....                                   | 19 |
| Senador Eduardo Amorim – Críticas à atual situação da segurança pública do Estado de Sergipe. ....  | 22 |
| Senador José Medeiros – Defesa das políticas públicas adotadas pelo Governo Federal; e outros assuntos. ....  | 24 |
| Senador Airton Sandoval – Indignação com a declaração do Sr. Côrrea Neves, Vereador do Município de Franca-SP. ....   | 26 |
| Senador João Capiberibe, como Líder – Considerações sobre a PEC nº 24, de 2012, que institui um Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. ....                                      | 27 |
| Senador Acir Gurgacz – Preocupação com o grande número de obras paralisadas no Brasil e apresentação de medidas a fim de retomar o crescimento do País. ....                                      | 29 |
| Senadora Rose de Freitas – Registro de audiência com o Ministro da Integração Nacional para discussão do tema da salinização da água no Município de São Mateus-ES; e outros assuntos. ....       | 31 |
| Senador Ataídes Oliveira – Expectativa por uma maior redução da taxa de juros pelo Banco Central. ....  | 35 |
| Senador Waldemir Moka – Registro do transcurso do 119º aniversário da cidade de Coxim-MS. ....  | 38 |



|   |    |
|---|----|
| Senadora Lídice da Mata – Destaque à importância das festas de São João para a economia nordestina; e outros assuntos. ....   | 39 |
| <b>1.2.3 – Parecer</b>  |    |
| Nº 9/2017-CRE, sobre o Requerimento 209/2017. <b>Aprovado.</b> ....   | 42 |
| <b>1.2.4 – Oradores (Continuação)</b>   |    |
| Senador Antonio Carlos Valadares – Destaque para a obtenção de assinaturas necessárias para a PEC de S. Ex <sup>a</sup> que inclui a submissão de pessoa à condição análoga à escravidão no rol dos crimes imprescritíveis. ....  | 42 |
| <b>1.3 – ORDEM DO DIA</b>   |    |
| <b>1.3.1 – Requerimento</b>   |    |
| Nº 231/2017, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 19/2017. <b>Aprovado.</b> ....  | 45 |
| <b>1.3.2 – Item extrapauta</b>  |    |
| Parecer nº 3/2017-CE, sobre a Mensagem nº 16/2017 (nº 69/2017, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE. <b>Aprovado.</b> (votação nominal) ....   | 45 |
| <b>1.3.3 – Requerimentos</b>  |    |
| Nº 232/2017, do Senador Romero Jucá, de retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 218/2016. <b>Aprovado.</b> ....   | 53 |
| Nº 233/2017, do Senador João Capiberibe, de desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 24/2012, que tramita em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 131/2015. <b>Aprovado.</b> ....  | 53 |
| Nº 234/2017, do Senador Paulo Paim, de oitiva da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 218/2016. <b>Rejeitado.</b> ....   | 53 |
| Nº 235/2017, do Senador Paulo Paim, de oitiva da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado nº 218/2016. <b>Aprovado.</b> ....  | 53 |
| Nº 236/2017, do Senador Paulo Paim, de oitiva da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre o Projeto de Lei do Senado nº 218/2016. <b>Rejeitado.</b> ....  | 53 |
| Nº 237/2017, do Senador Paulo Paim, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 218/2016. <b>Rejeitado.</b> ....   | 53 |
| Nº 238/2017, do Senador Paulo Paim, de oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 218/2016. <b>Rejeitado.</b> ....   | 53 |
| <b>1.3.4 – Item 1</b>   |    |
| Projeto de Lei da Câmara nº 19/2017 (nº 1.775/2015, na Câmara dos Deputados), que <i>dispõe sobre a Identidade Civil Nacional e dá outras providências</i> . <b>Aprovado, com emenda, após Parecer nº 54/2017-PLEN-SF, proferido pelo Senador Antonio Anastasia, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre as Emendas nºs 5 a 9-PLEN.</b> .... | 60 |
| Redação Final do Projeto de Lei da Câmara nº 19/2017 ( <b>Parecer nº 55/2017-CDIR/PLEN-SF</b> ). <b>Aprovada.</b> À sanção. ....  | 64 |



**1.3.5 – Item 4**

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 55/2008 (nº 7.310/2006, na Câmara dos Deputados), que institui o *Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu*. **Substitutivo definitivamente adotado.** À Câmara dos Deputados. .... 64

**1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA****1.4.1 – Oradores**

Senador Cidinho Santos – Apelo ao Presidente da República para que flexibilize as taxas de juros; e outros assuntos. .... 65

Senador Magno Malta – Críticas à proposta de reforma eleitoral discutida na Câmara dos Deputados, em especial à ideia de lista fechada; e outros assuntos. .... 67

Senador Eduardo Lopes – Preocupação com a crescente violência que acomete a cidade do Rio de Janeiro; e outro assunto. .... 73

1.5 – ENCERRAMENTO ..... 77

**PARTE II****2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 43ª SESSÃO****2.1 – EXPEDIENTE****2.1.1 – Comunicação**

Da Senadora Lídice da Mata, de participação de S. Ex<sup>a</sup> em missão realizada no período de 26 a 29 de março último (**Memorando nº 10/2017**). .... 79

**2.1.2 – Discurso encaminhado à publicação**

Senador Humberto Costa – Íntegra do discurso de S. Ex<sup>a</sup>, nos termos do art. 203 do Regimento Interno. .... 81

**2.1.3 – Encaminhamento de matéria**

Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 349/2015 à Câmara dos Deputados. .... 84

**2.1.4 – Expedientes de Ministro de Estado**

Ofício nº 72/2017, do Ministro de Estado das Cidades, em resposta ao Requerimento nº 245/2016, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. .... 90

Aviso nº 211/2017, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 246/2016, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. .... 90

**2.1.5 – Ofício da Câmara dos Deputados**

Nº 309/2017, na origem, que comunica o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 39/2011. ... 92

**2.1.6 – Pareceres**

Nº 3/2017-CE, sobre o Mensagem 16/2017 ..... 94

Nº 9/2017-CRE, sobre o Requerimento 209/2017. .... 104

Nº 10/2017-CAE, sobre o Ofício 1/2017 ..... 110



|   |     |
|---|-----|
| Nº 11/2017-CAE, sobre a Mensagem nº 15/2017. <b>(Conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 10/2017). Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao referido projeto.</b> .....                              | 118 |
| Nº 12/2017-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 185/2016-Complementar. ....   | 139 |
| Nº 13/2017-CAE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 169/2015. <b>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 169/2015; e ao Projeto de Lei do Senado nº 185/2016-Complementar.</b> ..... | 149 |
| Nºs 53/2017-CDH/PLEN-SF, e 23/2017-CDIR, sobre o Projeto de Resolução 30/2015. <b>Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Comissão Diretora ao referido Projeto.</b> .....  | 165 |

### 2.1.7 – Projetos de Decreto Legislativo

|  |     |
|--|-----|
| Nº 49/2017, dos Senadores Humberto Costa e Paulo Rocha, que <i>susta os efeitos da Portaria nº 56, de 27 de março de 2017, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Interino, que modifica o identificador de resultado primário referente à ação "Implementação do Programa Mais Médico-Nacional", no âmbito do Ministério da Saúde.</i> .....              | 179 |
| Nº 50/2017, do Senador Davi Alcolumbre, que <i>susta o Decreto nº 7.860, de 6 de dezembro de 2012, que "Cria a Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem, com o objetivo de elaborar propostas sobre regulação de preços, abrangência das zonas e medidas de aperfeiçoamento relativas ao serviços de praticagem; e altera o Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998".</i> ..... | 185 |

### 2.1.8 – Projetos de Lei do Senado

|   |     |
|---|-----|
| Nº 102/2017, do Senador Thieres Pinto, que <i>institui o Código de Processo do Trabalho.</i> .....  | 194 |
| Nº 103/2017, do Senador Cássio Cunha Lima, que <i>acrescenta o § 1º-A ao art. 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar causa de aumento de pena para o crime de peculato.</i> .....   | 228 |
| Nº 104/2017, do Senador Antonio Carlos Valadares, que <i>altera as leis nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para prever o uso de fotografia de identificação com elemento tradicional que exprima a identidade do indivíduo.</i> .....  | 232 |
| Nº 105/2017, do Senador Ciro Nogueira, que <i>altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora.</i> ..... | 237 |

### 2.1.9 – Requerimentos

|  |     |
|--|-----|
| Nº 227/2017, do Senador José Medeiros, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda. ....   | 242 |
| Nº 228/2017, do Senador Omar Aziz, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Severo Câmara. ....  | 245 |
| Nº 229/2017, do Senador Flexa Ribeiro, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 90/2014. ....        | 247 |
| Nº 230/2017, do Senador Flexa Ribeiro, de oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 90/2014. .... | 248 |
| Nº 239/2017, do Senador Randolfe Rodrigues, de voto de aplauso e congratulações ao Sr. Thiago de Mello. ....                                 | 249 |



|  |     |
|--|-----|
| Nº 240/2017, do Senador Alvaro Dias e outros Senadores, de realização de sessão de debates temáticos destinada a debater o impacto econômico e social de iniciativas regulatórias sobre atividades típicas da economia compartilhada. .... | 253 |
| <b>2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA</b>  |     |
| <b>2.2.1 – Requerimento nº 231/2017</b>  |     |
| Matéria lida e aprovada .....  | 256 |
| <b>2.2.2 – Parecer nº 3/2017-CE</b>  |     |
| Lista de votação .....   | 261 |
| <b>2.2.3 – Requerimento nº 232/2017</b>  |     |
| Matéria lida e aprovada .....  | 264 |
| <b>2.2.4 – Requerimento nº 233/2017</b>  |     |
| Matéria lida e aprovada .....  | 266 |
| <b>2.2.5 – Requerimento nº 234/2017</b>  |     |
| Matéria lida e rejeitada .....   | 274 |
| <b>2.2.6 – Requerimento nº 235/2017</b>  |     |
| Matéria lida e aprovada .....  | 276 |
| <b>2.2.7 – Requerimento nº 236/2017</b>  |     |
| Matéria lida e rejeitada .....   | 278 |
| <b>2.2.8 – Requerimento nº 237/2017</b>  |     |
| Matéria lida e rejeitada .....   | 280 |
| <b>2.2.9 – Requerimento nº 238/2017</b>  |     |
| Matéria lida e rejeitada .....   | 282 |
| <b>2.2.10 – Projeto de Lei da Câmara nº 19/2017</b>  |     |
| Emendas nºs 5 a 9-PLEN .....   | 284 |
| Redação final (Parecer nº 55/2017-CDIR) .....  | 292 |

## PARTE III

|   |            |
|---|------------|
| <b>3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA .....</b>     | <b>298</b> |
| <b>4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL .....</b> | <b>299</b> |
| <b>5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA .....</b>  | <b>302</b> |
| <b>6 – LIDERANÇAS .....</b>                   | <b>303</b> |



|  |            |
|--|------------|
| <b>7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS .....</b>                     | <b>306</b> |
| <b>8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO .....</b>      | <b>314</b> |
| <b>9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES .....</b> | <b>315</b> |
| <b>10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS .....</b>                       | <b>360</b> |



Ata da 43ª Sessão, Deliberativa Ordinária,  
em 11 de Abril de 2017

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Eunício Oliveira, Cássio Cunha Lima, João Alberto Souza e Acir Gurgacz, da Srª.  
Simone Tebet e do Sr. Thieres Pinto.*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e encerra-se às 18 horas e 35 minutos.)*





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

## Senado Federal 55ª Legislatura 3ª Sessão Legislativa Ordinária

### 43ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas Período: 11/04/2017 07:00:00 até 11/04/2017 20:32:59

| Partido | UF | Nome Senador          | Presença | Voto |
|---------|----|-----------------------|----------|------|
| PDT     | RO | Acir Gurgacz          | X        | X    |
| PMDB    | SP | Airton Sandoval       | X        | X    |
| PV      | PR | Alvaro Dias           | X        | X    |
| PT      | RR | Ângela Portela        | X        | X    |
| PSDB    | MG | Antonio Anastasia     | X        | X    |
| PSB     | SE | Antonio C Valadares   | X        | X    |
| PTB     | PE | Armando Monteiro      | X        | X    |
| PSDB    | TO | Ataídes Oliveira      | X        | X    |
| PP      | AL | Benedito de Lira      | X        | X    |
| PSDB    | PB | Cássio Cunha Lima     | X        | X    |
| PR      | MT | Cidinho Santos        | X        |      |
| PP      | PI | Ciro Nogueira         | X        | X    |
| PSDB    | SC | Dalirio Beber         | X        | X    |
| DEM     | AP | Davi Alcolumbre       | X        | X    |
| PMDB    | MA | Edison Lobão          | X        | X    |
| PSDB    | SE | Eduardo Amorim        | X        | X    |
| PRB     | RJ | Eduardo Lopes         | X        | X    |
| PMDB    | PI | Elmano Férrer         | X        | X    |
| PMDB    | CE | Eunício Oliveira      | X        |      |
| PT      | RN | Fátima Bezerra        | X        | X    |
| PSB     | PE | Fernando Coelho       | X        | X    |
| PTC     | AL | Fernando Collor       | X        | X    |
| PSDB    | PA | Flexa Ribeiro         | X        | X    |
| PMDB    | RN | Garibaldi Alves Filho | X        | X    |
| PP      | AC | Gladson Cameli        | X        | X    |
| PT      | PR | Gleisi Hoffmann       | X        | X    |
| PMDB    | DF | Hélio José            | X        | X    |
| PT      | PE | Humberto Costa        | X        | X    |
| PP      | RO | Ivo Cassol            | X        | X    |
| PMDB    | MA | João Alberto Souza    | X        | X    |
| PSB     | AP | João Capiberibe       | X        | X    |
| PT      | AC | Jorge Viana           | X        | X    |
| DEM     | RN | José Agripino         | X        | X    |
| PMDB    | PB | José Maranhão         | X        |      |
| PSD     | MT | José Medeiros         | X        | X    |
| PT      | CE | José Pimentel         | X        | X    |
| PMDB    | TO | Kátia Abreu           | X        |      |
| PSB     | BA | Lídice da Mata        | X        | X    |
| PSB     | GO | Lúcia Vânia           | X        |      |
| PR      | ES | Magno Malta           | X        |      |
| PMDB    | SP | Marta Suplicy         | X        | X    |
| PSD     | AM | Omar Aziz             | X        | X    |
| PT      | PA | Paulo Rocha           | X        | X    |
| PSC     | MS | Pedro Chaves          | X        | X    |
| PMDB    | PB | Raimundo Lira         | X        | X    |
| REDE    | AP | Randolfê Rodrigues    | X        | X    |

Emissão 11/04/2017 20:34:43





# REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**43ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas**  
**Período: 11/04/2017 07:00:00 até 11/04/2017 20:32:59**

| Partido | UF | Nome Senador        | Presença | Voto |
|---------|----|---------------------|----------|------|
| PT      | PI | Regina Sousa        | X        | X    |
| -       | DF | Reguffe             | X        | X    |
| PP      | BA | Roberto Muniz       | X        | X    |
| PSB     | RJ | Romário             | X        |      |
| PMDB    | RR | Romero Jucá         | X        | X    |
| DEM     | GO | Ronaldo Caiado      | X        | X    |
| PMDB    | ES | Rose de Freitas     | X        | X    |
| PMDB    | MS | Simone Tebet        | X        | X    |
| PSDB    | CE | Tasso Jereissati    | X        | X    |
| PTB     | RR | Thieres Pinto       | X        | X    |
| PMDB    | RO | Valdir Raupp        | X        | X    |
| PR      | TO | Vicentinho Alves    | X        | X    |
| PMDB    | MS | Waldemir Moka       | X        | X    |
| PR      | MT | Wellington Fagundes | X        | X    |
| PP      | GO | Wilder Moraes       | X        | X    |
| PMDB    | MG | Zeze Perrella       | X        | X    |

***Compareceram 62 senadores.***



**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao plenário que há expediente sobre a mesa e que, de acordo com os termos do art. 241 do nosso Regimento Interno, vai à publicação no Diário do Senado Federal.

**(Vide Parte II do Sumário)**

Com a palavra o Senador José Medeiros.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Sr. Presidente, quero me inscrever para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

Pela ordem, o Senador Humberto Costa.

V. Ex<sup>a</sup> tinha pedido a inscrição pela Liderança do PT?

*(Intervenção fora do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Da minoria.

Senadora Fátima.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pela Liderança do PT, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Então, já fizemos as inscrições dos primeiros oradores.

Para dar início à nossa sessão, concedo a palavra ao Senador Jorge Viana, que permutou com o Senador Fernando Bezerra Coelho, que se encontra nas comissões da Casa.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup> pelo tempo regimental de 10 minutos, na permuta com o Senador Fernando Bezerra.

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro colega Cássio Cunha Lima, Senadoras e Senadores, pretendo usar essa minha inscrição para compartilhar algumas preocupações que tenho sobre o momento que o Brasil vive.

Estamos às vésperas de completar um ano daquela fatídica sessão na Câmara dos Deputados, dirigida pelo Sr. Eduardo Cunha, que deu materialidade a um plano arquitetado de, através de uma decisão no Parlamento, cassar os 54 milhões de votos recebidos nas urnas em 2014.

Mas antes, Sr. Presidente, queria fazer um registro e pedir a V. Ex<sup>a</sup>, como Vice-Presidente da Casa...

Vamos ter uma reunião de Líderes daqui a pouco. E V. Ex<sup>a</sup> certamente estará nela. Nós, da Bancada, tivemos uma reunião. Está aqui o Líder Humberto Costa, a nossa Líder Gleisi, também. Recebemos os dirigentes do Conselho Nacional de Imigração de várias entidades. São mais de 50 entidades. Aliás, são 72 entidades e personalidades que subscrevem um apelo ao Senado de que possa votar a nova lei de imigração.



É um projeto de iniciativa do Senador Aloysio Nunes, mas já houve iniciativa do Governo do Presidente Lula e do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Veio um projeto da Câmara, que teve como Relator o Deputado Orlando Silva. O projeto do Senador Aloysio Nunes, que hoje é Chanceler, era o PLS nº 288, de 2013. O resultado é um entendimento com a participação direta da sociedade civil.

Temos a oportunidade de ter uma nova lei da imigração ou uma lei da imigração no Brasil. A que temos, a que usamos é nefasta, porque, no fundo, é resultado ainda do regime militar, que tantas mazelas e problemas trouxe para a vida nacional.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, eu queria dizer que hoje conversei, inclusive, com o Diretor-Geral do DNIT. Estou muito preocupado com a situação da BR-364 e da 317, com a inoperância dos contratos firmados. Temos que cobrar das empresas, cobrar do DNIT, porque eu não vou cair na armadilha de fazer da BR-364, tão importante para nós, da 317, tão importante para o povo do Acre...

Hoje o Governador Tião Viana está em Cruzeiro do Sul, acompanhando, dando vida a projetos que visam gerar empregos, apoiar o setor produtivo do Acre. Não é justo que, por conta da proximidade de mais uma eleição, tente-se transformar a BR-364 naquilo que ela não é.

Ela segue sendo um tremendo desafio para nós. Não pode ser objeto da insanidade de alguns quererem ou se promover ou apontar o dedo indevidamente para os outros – tem que se lembrar de que, quando se aponta o dedo para os outros, está apontando três para si –, deixando a população de Sena Madureira, de Manoel Urbano, de Feijó, de Tarauacá, de Cruzeiro, Thaumaturgo, Porto Walter, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, todos Municípios do Acre, naquela região do Purus até o Juruá, numa situação precária do ponto de vista econômico, do direito de ir e vir. O mesmo acontece com a 317 rumo a Capixaba, Xapuri, Brasileia, Epitaciolândia e Assis Brasil. E a BR-364 segue rumo a Acrelândia e Plácido de Castro.

Então, essa estrada tem que nos unir a todos. E eu não posso aceitar -estou juntando as informações, falei com o Diretor-Geral do DNIT – que haja manipulações eleitorais ou eleitoreiras que levem a um prejuízo ainda maior do que a população está vivendo hoje, por conta da falta de manutenção nessas duas importantes rodovias.

Sr. Presidente, a decisão é de pedir ao DNIT... O Governador Tião Viana, com justa razão... No meu governo foi construído o anel viário de Rio Branco, o acesso ao aeroporto com iluminação. São dois complementos que têm a BR-364 como veículo, que foi construída pelo governo do Estado com ajuda federal, mas hoje está numa situação precária.

Espero sinceramente, se a empresa não der conta de atender ao que está estabelecido no contrato, que ela possa abrir mão pelo menos desse trecho para que a população de Rio Branco, a capital, não viva o que está vivendo hoje na escuridão, com buracos, com risco de acidente. Estou me referindo ao anel viário de Rio Branco e ao acesso ao aeroporto, que é a porta de entrada e saída do nosso Estado. É fundamental que tenha uma adequada manutenção, primeiro pela segurança; segundo, por uma questão de respeito ao próprio dinheiro público.

Sr. Presidente, colegas Senadoras, eu queria me referir às notícias que temos recebido pelos jornais, e eu não consigo entender.



Hoje a notícia é de que o capital das empresas aéreas do Brasil vai ficar aberto. Em vez de 20%, ele passa a ser 100% aberto para empresas estrangeiras. Outro aspecto gravíssimo é que nós vamos também liberar geral a mineração na Amazônia. Certamente para empresas estrangeiras.

Parece que não aprendemos com a Serra Pelada, com Roosevelt, com os desastres que temos vivido, com invasões de terras indígenas, com a mazela humana e com o desrespeito com o patrimônio nacional. A Petrobras está sendo dilapidada, depreciada, para certamente, depois, o Governo pôr à venda, sem contar aquilo que trouxe na semana passada: o projeto que prevê a venda de terras brasileiras, do território nacional para empresas estrangeiras.

Claro, o grupo que tomou de assalto o poder agora quer ganhar dinheiro com isso! Imagine que, no projeto que está vindo para o Congresso, um estrangeiro ou uma empresa estrangeira pode comprar até 25% do território de um Município. Falei aqui: Altamira tem 259 mil quilômetros quadrados. Vinte e cinco por cento disso são quase 40 mil quilômetros quadrados. A Bélgica tem 30 mil quilômetros quadrados, Israel tem 20 mil quilômetros quadrados. Uma empresa estrangeira, com algumas moedas, vai poder comprar uma área no Brasil maior do que a soma de muitos países da Europa e do mundo.

É esse o país que nós queremos? Estão pondo à venda o Brasil na pior hora, no pior momento. É simples: quem está me ouvindo na Rádio Senado, quem está me assistindo na TV Senado sabe que, na família da gente, nas coisas da gente, o pior momento para vender é quando não há comprador e você está vivendo alguma crise econômica, porque você vende para perder, mas às vezes a necessidade impõe isso.

No caso do Brasil, 13,5 milhões de desempregados, uma dívida absurda, um déficit que o Governo atual não consegue justificar, porque segue gastando errado, umas políticas de reformas que só sacrificam a maioria do povo brasileiro, como a reforma da previdência e a trabalhista. E agora é um crime lesa-pátria: estão pondo o Brasil à venda.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – E o apelo que faço aos Senadores, às Senadoras é pela busca do que há de nacionalista dentro de nós. Não sou, nunca fui radical em nada, Sr. Presidente. Não sou. V. Ex<sup>a</sup> me conhece. Eu só quero que a gente pondere: é o melhor momento para pôr o Brasil à venda? Se é que há algum momento. Uma cidade pode ser comprada, 40% de uma cidade. V. Ex<sup>a</sup> é de Campina Grande. Um estrangeiro, um milionário da Arábia Saudita, seja de onde for, pode comprar 40% de Rio Branco, da minha cidade, pode comprar 40%, porque a lei vai autorizar agora, no momento em que o Brasil está vivendo uma crise econômica sem precedentes, na hora em que o País está vivendo um drama que é o do desemprego, que é muito mais grave do que qualquer outra coisa.

Nós não podemos seguir essa marcha da insensatez, sinceramente. As prefeituras e os Municípios estão quebrados; os Estados, nem se fala. Estamos discutindo como fazer com que a Previdência possa não ser objeto de insegurança para aqueles que trabalharam, mas vamos fazer isso pensando o País, pensando os brasileiros e as brasileiras. É esse o apelo que eu faço. Eu não acho...

Olha, não há nenhuma grande nação no mundo que não tenha uma grande companhia aérea. Isso é um fato. Nenhuma! Agora estão pondo à venda todas as companhias aéreas do Brasil. Vão ser vendidas por preço de banana. Estão desmontando a Petrobras, depreciando a Petrobras, para



depois vender. Esse projeto de mineração é criminoso! Está escrito na Constituição que o solo e o subsolo são parte da soberania nacional. Quem é que vai fazer a defesa dos 25 milhões que vivem na Amazônia quando empresas, grandes corporações estrangeiras chegarem lá para levar a riqueza que nós temos?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Este País começou destruindo tudo para exportar pau-brasil, depois foram para o ouro e para o diamante. Não deu certo. O minério de ferro exportado da maneira que é. E agora nós estamos vivendo esse drama.

Dia 17 de abril, nós vamos ter um ano daquela fatídica e vergonhosa sessão na Câmara dos Deputados, comandada pelo Sr. Eduardo Cunha, que deu início ao processo de *impeachment*. Um ano depois, o Brasil é colocado à venda por este Governo ilegítimo, por esses que estão no poder por um atalho. Isso é justo? Isso é certo? Isso não nos impede de apreciar tudo que tem de errado na corrupção, nos desmandos, na apropriação dos espaços públicos. Temos que fazer reforma política, sim. Temos que criar uma política para a nova governança com transparência...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. JORGE VIANA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... do dinheiro público, na relação público com o privado, mas acho que a sociedade brasileira, que foi para as ruas querendo mudanças e melhoras no Brasil, tem que ficar atenta, porque o que estão nos entregando é a piora, é a piora.

Àqueles que ainda têm fé a esperança, àqueles que ainda têm amor por este País, eu faço um apelo: vamos fazer valer aquele nacionalismo que está dentro da gente, independente de outras posições divergentes, e pôr um freio. Se é para aprovar projetos como esse, que se espere e faça através de um governo que passe pelas urnas, que venha com a legitimidade do voto e que tenha apresentado essa plataforma para ser votada e aprovada pelo eleitor.

É isso, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância.

Essa é a minha fala, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso do Sr. Jorge Viana, o Sr. Cássio Cunha Lima, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Vice-Presidente.)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Eu quero conceder a palavra agora, pela minoria, para o Senador Humberto Costa, Líder, PT de Pernambuco.

Senador Humberto Costa, V. Ex<sup>a</sup> tem cinco minutos e, neste período, inexistem apartes, por gentileza.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Peço apenas que V. Ex<sup>a</sup> seja um pouquinho tolerante no final.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, internautas que nos seguem pelas redes sociais, quero iniciar



também aqui me manifestando pela aprovação da Lei de Migração, que esperamos seja objeto de votação desta Casa no dia de hoje.

Sr. Presidente, nós temos denunciado aqui o desmonte que este Governo ilegítimo de Michel Temer tem produzido nas mais diversas áreas, dilapidando direitos, arruinando conquistas, devolvendo os brasileiros a uma condição de precariedade jurídica, o que é uma completa afronta aos nossos tempos. Isso tem acontecido na saúde, na educação, áreas que tiveram investimentos congelados pelos próximos vinte anos. A única coisa não congelada parece ter sido o valor da inscrição do Enem, que o Ministro da Educação aumentou este ano em 20%, em pleno período de crise que estoura nas costas das famílias e dos jovens já em dificuldade financeira.

Mas esse desmonte vem em várias frentes. Temos acompanhado os absurdos da reforma da previdência, esse projeto draconiano enviado ao Congresso por Michel Temer, que ele agora tenta salvar ao constatar, totalmente desesperado, que não tem votos para aprová-lo aqui dentro. Não vai passar essa reforma. A pressão das ruas sepultou esse projeto cruel, que tira dos brasileiros, depois de uma vida inteira de trabalho duro, a possibilidade de uma velhice tranquila. Nós vamos continuar vigilantes para garantirmos que essa reforma seja enterrada de vez, juntamente com o Governo que a elaborou.

Enquanto ataca vivamente os direitos de que a população gozaria após a chamada vida economicamente ativa, Michel Temer investe também contra aqueles que trabalham. Já fez isso quando mandou desenterrar um projeto do século passado e instituiu a terceirização irrestrita no País, precarizando completamente as relações laborais e deixando os trabalhadores em uma situação de total vulnerabilidade.

Agora, mais uma agressão em larga escala fica clara a todos nós. Cem pontos da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, um legado que remonta à época de Getúlio Vargas, estão na alça de mira de Michel Temer e de seus aliados, por meio de um projeto que está na Câmara dos Deputados. Essa derrubada da CLT vem travestida de modernização, mas não reúne nada de moderno. Ao contrário, é algo anacrônico, que faz nossa sociedade retroceder um século em direitos e conquistas.

A lei é rasgada para que os acordos coletivos prevaleçam sobre o que foi aprovado pelo Congresso, acordos coletivos nos quais a parte...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... mais fraca é sempre a dos empregados, que serão obrigados a aceitar as condições patronais e não terão mais legislação que os defenda. E fazem isso ao mesmo tempo em que pretendem empastelar os sindicatos, acabando com as contribuições que mantêm esses órgãos de representação vivos para defender os interesses dos trabalhadores.

As jornadas poderão ser estendidas para até 12 horas de trabalho, e os empregados também ficarão jogados nas mãos dos patrões para discutir as condições do chamado trabalho remoto.

O trabalho intermitente, em que o empregado passa a depender da conveniência do empregador e só ganha enquanto estiver efetivamente trabalhando, também...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA. *Fora do microfone.*) – Mais dois minutos, Senador.



**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço.

O trabalho intermitente, em que o empregado passa a depender da conveniência do empregador e só ganha enquanto estiver efetivamente trabalhando, também vai ser incorporado por essa reforma canhesta, que ainda autorizada grávidas e mães que amamentam a trabalharem em locais insalubres, o que hoje é vedado por lei.

Todos sabemos que, nas relações trabalhistas, o lado mais fraco é o do empregado, que fica submetido à força econômica do empregador. E a lei existe exatamente para garantir o equilíbrio dessa relação. Como, então, o próprio Congresso Nacional vai abrir mão daquilo que legislou e entregar esse poder a acordos coletivos, que serão firmados em claro desfavor dos empregados?

*(Soa a campanha.)*

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É mais uma violência inominável que este Governo propõe, é mais um golpe que ele perpetra contra a população, deixando os trabalhadores em situação de absoluta vulnerabilidade.

Da mesma forma que conseguimos vitórias importantes para impedir essa reforma da previdência, precisamos impedir que essa reforma trabalhista avance e retire direitos fundamentais.

Este é um Governo que só tem compromisso com o extermínio do futuro, com ceifar conquistas, com retirar garantias, com deixar descobertos de uma legislação protetiva aqueles que mais precisam.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço a V. Ex<sup>a</sup> que dê meu discurso por lido e quero reafirmar a nossa disposição aqui de impedir que essa reforma avance.

Muito obrigado.

#### **DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR HUMBERTO COSTA.**

*(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.) (Vide item 2.1.2 do sumário)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu é que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Nós deveríamos conceder a palavra agora, pelo Regimento, ao orador inscrito; mas a Senadora Fátima Bezerra fez uma permuta com o José Medeiros e, com a aquiescência do próximo orador, que seria Alvaro Dias, eu vou conceder a palavra, por cinco minutos, à Senadora Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte.

Muito obrigado, Senadora.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Mas o Alvaro Dias seria agora por quê?

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Porque ele está inscrito como orador.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, no último dia 06 de abril, o Ministério da Educação encaminhou a terceira versão da Base Nacional Comum Curricular ao Conselho Nacional de Educação. Encaminhou, é bom que se diga, com praticamente um ano de atraso, uma vez que o próprio Plano Nacional de Educação previa o mês de junho do ano de 2016 para o envio da Base Nacional Comum Curricular.



Portanto, como se não bastasse, o descumprimento, repito, do prazo estabelecido no Plano Nacional da Educação, a Base Nacional Comum Curricular deveria englobar desde a educação infantil, passando pelo ensino fundamental até o ensino médio, mas o ensino médio ficou de fora da proposta encaminhada ao Conselho Nacional de Educação. De acordo com o Governo ilegítimo, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) relativa ao ensino médio só será apresentada até o término de 2017 – tome mais atraso.

Infelizmente, Sr. Presidente, o atraso não se deve, por exemplo, à idealização de um processo com ampla participação social, no qual estudantes, profissionais da educação, especialistas e entidades do campo educacional pudessem debater livremente os princípios e objetivos que devem nortear os currículos da educação básica. Muito pelo contrário: são outros os interesses que estão por trás.

No artigo intitulado "Base Nacional Curricular Comum: uma base para o gerencialismo-populista", de autoria do especialista Prof. Luiz Carlos de Freitas, Pós-Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), o professor alerta – abro aspas:

A Base Nacional Curricular Comum tem por fundamento uma concepção gerencialista autoritária que é dissimulada nesta argumentação de garantir direitos aos mais pobres. A intencionalidade da atual base é padronizar para poder cobrar da escola. Quando dizem que a Base Nacional Curricular Comum garante direitos dos mais pobres, querem de fato significar que agora a escola será penalizada se não ensinar os pobres (ou os ricos) de acordo com tudo que a BNCC diz que têm direito – independentemente de [essas escolas] terem ou não condições concretas para poder desempenhar seu trabalho. Para isso se está fazendo o Exame Nacional do Magistério do Ensino Básico (ENAMEB) realinhando os exames nacionais à BNCC. Portanto, a Base Nacional Curricular Comum não pode ser examinada isoladamente, mas como a base de toda uma política de pressão sobre a escola e seus profissionais, que conduzirá à privatização e destruição da escola pública.

Fecho aspas. Essa é uma parte do artigo do Professor Luiz Carlos de Freitas.

Portanto, Sr. Presidente, essa visão gerencialista se traduz nos catálogos de competências estabelecidos para cada ano da educação infantil e do ensino fundamental, mas também na escolarização da educação infantil e na redução da idade limite para alfabetização, na contramão do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e na contramão do Plano Nacional de Educação.

Catalogadas, as competências serão sistematicamente cobradas dos estudantes e dos estabelecimentos de ensino via sistemas de avaliação, que muito provavelmente não levarão em consideração a infraestrutura das escolas, a valorização dos profissionais da educação, o contexto socioeconômico dos estudantes...

(*Soa a campainha.*)

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ao fim e ao cabo, será elaborado um *ranking* que terá como finalidade desmoralizar as escolas públicas, ampliar a segregação social e fomentar o mercado de ensino.

Aliás, Sr. Presidente, cabe destacar um episódio no mínimo curioso, para não dizer bizarro: após fornecer a terceira versão da Base Nacional Curricular Comum à imprensa, no dia do seu lançamento, o MEC sorrateiramente fez uma última atualização no texto, retirando do documento as



expressões "identidade de gênero" e "orientação sexual". Eu fico aqui até imaginando se não foi o "especialista em educação" – abre aspas – Alexandre Frota que ligou para o Ministro da Educação e reivindicou a mudança.

Mas, Sr. Presidente, uma Base Nacional Comum Curricular que se nega a enfrentar debates tão importantes, como o machismo e a LGBTfobia, tende ao fracasso.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu vou conceder um minuto para V. Ex<sup>a</sup>...

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor concedeu dois minutos ao outro, mas tudo bem.

Eu quero só repetir, Sr. Presidente, o que considero lamentável: o MEC, depois de ter anunciado que constaria do documento as expressões "identidade de gênero" e "orientação sexual", retirou-as. Daí a nossa indignação aqui, a nossa preocupação, porque uma Base Nacional Comum Curricular que se nega a enfrentar debates tão importantes, como o machismo e a LGBTfobia, não merece o respeito da sociedade e tende ao fracasso.

Como bem destacou Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, "as conferências nacionais de educação de 2010 a 2014 foram capazes de mobilizar, qualitativamente, mais de 4 milhões de brasileiros de diferentes segmentos e setores da comunidade educacional. E o produto desse trabalho difere, razoavelmente, do processo e do conteúdo da Base Nacional Comum Curricular".

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para concluir, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o lançamento da BNCC como tal se insere nesse contexto de ataques do Governo ilegítimo à educação pública e gratuita.

É a reforma autoritária do ensino médio, é a Emenda 55, que congelou os investimentos no campo da Educação, mas termino, Senador João Alberto, dizendo que, entregue agora ao Conselho Nacional da Educação, a Base Nacional Curricular Comum será objeto de cinco seminários regionais, que serão realizados, de acordo com o CNE, em Manaus, Recife, Florianópolis, São Paulo, e Brasília.

Nós esperamos que o acúmulo das Conferências Nacionais da Educação e do debate que norteou a construção do Plano Nacional de Educação deva ecoar nesses seminários, porque nós não podemos permitir que a lógica da educação básica no Brasil seja a lógica do mercado e não a lógica da emancipação humana, da solidariedade, da diversidade...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Eu concedo agora a palavra ao Senador Alvaro Dias, do Partido Verde, do Paraná, inscrito como orador por dez minutos, Senador.

Por gentileza.

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Social Democrata/PV - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é preciso buscar uma solução justa para o Funrural.



Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheceu, no último dia 30, a constitucionalidade da contribuição do empregador rural pessoa física ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural). A decisão foi tomada no julgamento de recurso extraordinário. A tese aprovada pelos ministros diz que é constitucional, formal e materialmente, a contribuição social do empregador rural pessoa física incidente sobre a receita bruta obtida com a comercialização de sua produção.

A decisão do Supremo tem repercussão geral, ou seja, vale para todos os processos que estão tramitando nas instâncias inferiores – estima-se que quase 15 mil processos. O Ministro Edson Fachin votou pela inconstitucionalidade e, mesmo sendo seguido pelos Ministros Ricardo Lewandowski, Rosa Weber, Marco Aurélio e Celso de Mello, foi voto vencido. Muitos esperavam que fosse prevalecer a tese defendida pelo Ministro Fachin.

Evidentemente, há uma preocupação que perpassa milhares de agricultores brasileiros nesse momento, que pedem providências urgentes e devem, inclusive, iniciar um movimento até Brasília para manifestações aqui, na Capital Federal.

O mosaico que constitui o tecido econômico do agronegócio é muito diversificado, e tratar todos com uma regra única decididamente não é a modelagem mais adequada.

Para os agricultores que têm menor renda e mais funcionários, a tributação sobre a receita pode ser mais interessante que a tributação da folha. Entretanto, para aqueles que, mesmo com menor número de funcionários, conseguem produção elevada, a incidência sobre a receita é um péssimo negócio.

Com a decisão do Supremo, muitos estão preocupados com o passivo que poderá gerar, pois deixaram de recolher nos últimos cinco anos, e, agora, com a incidência sobre o faturamento, a conta para uma parcela dos agricultores poderá ser salgada demais.

Possivelmente, o mais interessante para o setor do agronegócio fosse dar aos agricultores a possibilidade de eleger a folha de pagamento ou a receita como base de cálculo para a incidência da alíquota para a contribuição para o Funrural. Esta é a nossa sugestão, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores – dar aos agricultores esta opção: aquele que desejar faz o recolhimento com base na receita ou, se preferir, faz o recolhimento com base na folha.

É evidente que o Supremo Tribunal Federal não teria como decidir nesse sentido, visto que, nesse caso, caberia ao Supremo decidir, e não legislar. Todavia, o Governo pode atuar para resolver o impacto nesse setor que é primordial para a economia brasileira. O Governo pode, por exemplo, encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de lei com urgência constitucional, já que nós não somos adeptos à medida provisória, mas, se o Governo fizer essa opção também nesta hora, nós o apoiaremos, porque é fundamental resolver essa situação que aflige os agricultores brasileiros.

Pode o Governo, portanto, encaminhar ao Congresso Nacional projeto com urgência constitucional para tornar flexível a modelagem para o pagamento do Funrural, dando aos agricultores a possibilidade de opção pela tributação na folha de pagamento ou na receita; inclusive, essa opção poderia ser utilizada para o cálculo dos débitos dos agricultores, débitos esses resultantes dessa decisão do Supremo Tribunal Federal.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós apelamos ao Ministro Blairo Maggi, que talvez possa liderar esse movimento junto ao Presidente da República, para adotar essa providência.



O Governo não pode ter uma visão apenas arrecadatória. É fundamental que seja conferido ao setor agrícola total condição para continuar prosperando, visto que a prosperidade do agronegócio significa a prosperidade do País – das famílias, dos Estados e do Brasil. Tem sido assim, nos últimos anos.

Basta recordar que, nos últimos 25 anos, a balança comercial brasileira teve um superávit de US\$380 bilhões graças à agricultura, porque a agricultura teve um superávit de US\$942 bilhões, enquanto os demais setores, um resultado negativo de US\$562 bilhões. Portanto, não fosse a agricultura, nós teríamos déficit na balança comercial de US\$562 bilhões. Tivemos esse superávit de US\$380 bilhões em 25 anos, graças à força que vem do campo, à agricultura, que obteve esse superávit de US\$942 bilhões.

E nós imaginamos que, se os agricultores brasileiros tivessem outras condições – eu me refiro às questões que vão além da porteira, especialmente infraestrutura, logística, armazenagem, crédito, legislação tributária compatível com a nossa realidade, exportações também sem as barreiras alfandegárias e não alfandegárias impostas por países ricos, que comprometem a atividade agrícola do nosso País –, certamente teríamos um superávit ainda maior.

Há 50 anos, o Brasil importava alimentos. Hoje somos um importante fornecedor de alimentos. Somos o principal exportador de açúcar, café, suco de laranja, carne bovina, carne de frango. Dos dez principais produtos da pauta de exportação do Brasil, oito são produtos da agricultura, sendo a soja o mais relevante entre os dez.

Nos últimos dez anos, a balança comercial brasileira só não amargou déficits constantes por força do saldo positivo do agronegócio.

Cabe destacar que esse sucesso da agricultura deve ser creditado aos agricultores, não aos governos. A qualidade do trabalho dos agricultores é o diferencial que permite aos produtos brasileiros serem competitivos no mercado doméstico e no mercado internacional. Essa eficiência dos agricultores é o que permite superar o custo Brasil, como a deficiência da logística. Vale ressaltar que, enquanto agricultores da Argentina e dos Estados Unidos gastam em média US\$20 a US\$23, respectivamente, por tonelada para levar sua produção...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (Bloco Social Democrata/PV - PR) – ... da propriedade ao porto, o agricultor brasileiro gasta US\$92 para levar a mesma tonelada ao porto. Além disso, enfrenta gargalos no que diz respeito à falta de armazéns para as safras e fragilidades no funcionamento dos portos.

Portanto, Sr. Presidente, se nós adotarmos providências compatíveis com as aspirações do campo brasileiro, certamente este País, até 2020, será o maior exportador de produtos agrícolas. Se nós superarmos esses gargalos impostos pela infraestrutura deficiente, pela incapacidade logística, nós seremos, sim, a curto prazo, o maior exportador de produtos agrícolas do mundo.

Cabe ressaltar – estou concluindo agora – que essa modelagem já deveria ter sido pensada pelo Governo ainda antes da decisão do Supremo Tribunal Federal.

Dessa forma, o apelo que faço ao Presidente da República é que pratique essa ação positiva, instituindo a liberdade de opção para os agricultores para elegerem a base de cálculo do Funrural, folha de pagamento ou receita, o que melhor se acomodar ao seu modelo de negócio.



Os agricultores brasileiros já pagam impostos exorbitantes quando adquirem máquinas agrícolas para o plantio ou para a colheita. Portanto, o Governo estaria, com essa medida, estimulando a agricultura do País.

Seguramente uma pequena quantidade de arrecadação de que o Governo pode abrir mão retornará em grande soma para o próprio Governo, visto que os agricultores brasileiros são grandes investidores e sabem movimentar a nossa economia.

Fica feito esse apelo.

Eu peço à Assessoria Parlamentar do Ministério da Agricultura que faça chegar ao Ministro Blairo Maggi essa sugestão proposta, a fim de que chegue também ao Presidente da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Eu iria conceder agora a palavra ao Senador José Medeiros, que abriu mão para que, como orador inscrito, falasse o Senador Eduardo Amorim.

Assim sendo, eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, por dez minutos.

Excelência, por gentileza.

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco Social Democrata/PSDB - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, antes de mais nada, eu quero agradecer a gentileza do colega e amigo Senador José Medeiros.

Sr. Presidente, ocupo a tribuna neste momento para falar, mais uma vez, sobre a segurança pública no País, especialmente no meu Estado, o Estado de Sergipe. Infelizmente, o atual Governo vem deixando muito a desejar também no quesito segurança pública.

Recentemente, tivemos a chegada da Força Nacional de Segurança junto com o Plano Nacional de Segurança, o que representa a esperança de que dias melhores poderão vir pela frente. Mas, lamentavelmente, até o momento, a questão da segurança – ou melhor, da falta dela – em nada se modificou.

A política inepta e irresponsável do atual Governo do Estado faz com que Sergipe continue pautando a imprensa nacional e estrangeira como um dos Estados mais violentos do País, e a nossa capital, Aracaju, aparece, mais uma vez, como uma das 50 cidades mais violentas do mundo, de acordo com o estudo recentemente publicado pela ONG mexicana Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Penal. É muito triste, Sr. Presidente, receber uma notícia como essa.

Essa ONG anualmente publica o *ranking* das 50 cidades mais violentas do mundo e, neste ano, 19 são cidades brasileiras. Lamentavelmente, Aracaju, uma cidade outrora pacata e acolhedora, que, no *ranking* do ano passado, era a 38<sup>a</sup> cidade mais violenta do mundo – ser a 38<sup>a</sup>, Sr. Presidente, já é triste para todos nós sergipanos –, com uma taxa de 37,7% homicídios para cada 100 mil habitantes, aparece, no *ranking* deste ano, em 12<sup>o</sup> lugar entre as 50 cidades mais violentas do Planeta e a 3<sup>a</sup> mais violenta do País, com quase o dobro do número de homicídios, atrás apenas de Natal e Belém.

Infelizmente, Sr. Presidente, o Brasil continua sendo o país com o maior número de cidades entre as 50 mais violentas do mundo, seguido de oito cidades mexicanas, sete venezuelanas, quatro nos Estados Unidos, quatro na Colômbia, três na África do Sul, duas em Honduras, uma em El



Salvador, uma na Guatemala e uma na Jamaica. No nosso País, além de Natal, Belém e Aracaju, outras cidades estão entre essas 19.

Sr. Presidente, a organização faz um alerta muito importante que deve ser seriamente considerado, já que atribui os níveis de violência na América Latina à impunidade que vivemos, além dos índices de pobreza, instabilidade política, tráfico, corrupção e guerra entre facções criminosas. A lista da ONG é baseada no número de homicídios por 100 mil habitantes e analisa Municípios com mais de 300 mil habitantes.

No meu Estado, o Estado de Sergipe, recentemente, a Secretaria de Segurança Pública de Sergipe comemorou a redução de homicídios em um único mês. Porém, a sensação de insegurança na capital sergipana e nos demais Municípios do interior do Estado é visível, é perceptível a qualquer hora dia – imagine à noite, Sr. Presidente! O sergipano vive amedrontado, temeroso, enquanto o Governo faz alarde sem ter o que comemorar. É um desgoverno, verdadeiramente.

Uma prova da ineficiência e incapacidade administrativa do Governo do Estado são os 547 aprovados no âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública que já realizaram até o curso de formação ainda aguardarem nomeação para os quadros da Polícia Civil e da Coordenadoria Geral de Perícias de Sergipe. Com toda certeza, se o Governo do Estado não estivesse fatiando secretarias ou admitindo cada dia novos comissionados, daria, sim, para chamar não apenas esses 547 aprovados, mas, com certeza, milhares deles.

Para que as Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores tenham dimensão dos fatos, a situação é tão complexa na SSP que o Ministério Público de Sergipe, por intermédio da Curadoria do Controle Externo da Atividade Policial, ajuizou duas ações civis públicas em face do Estado, para que sejam promovidas medidas que influenciem a melhoria da segurança pública em Sergipe.

E uma medida essencialmente importante é a nomeação e posse dos aprovados no concurso público para a SSP. Ao todo, 547 pessoas aguardam nomeação para diversos cargos. Na Coordenadora Geral de Perícias (Cogerp), são 31 aprovados para o cargo de perito criminalístico, 31 aprovados para o cargo de papiloscopista e 23 aprovados para o cargo de agente técnico em necropsia. Além deles, temos mais 46 aprovados para o cargo de escrivão de polícia e 416 aprovados para o cargo de agente.

É um verdadeiro descaso, é uma falta de respeito com as famílias sergipanas, mas, infelizmente, estamos convivendo com o Governo da omissão e da preguiça.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de acordo com o Ministério Público do Estado de Sergipe, o número insuficiente de servidores na Secretaria de Segurança Pública e na Polícia Civil compromete a prestação de serviços e, segundo Relatório Diagnóstico da Perícia Oficial de Sergipe, a falta de material e equipamentos bem como a carência de pessoal fazem com que a perícia sergipana seja considerada a pior do Brasil.

A insegurança que vivemos em todos os cantos de Sergipe atualmente é resultante, justamente, da grande deficiência no quadro de pessoal da Polícia Civil. Segundo a ação civil pública, atualmente existem apenas 958 policiais civis para uma população de mais de 2,2 milhões de habitantes. Ou seja, um policial para cada 2.100 pessoas, quando o correto, Sr. Presidente, de acordo com a previsão legal, é que o efetivo de policiais civis fosse de, no mínimo, 1.420 integrantes.

Entretanto, ainda de acordo com a ação civil pública, existem vagas na SSP para serem preenchidas. Caso o Estado não aja para que esses futuros policiais e peritos sejam nomeados, a



Justiça deve agir determinando que o Estado o faça. O caminho escolhido pelo Governo do Estado tem sido o do apadrinhamento e o de colocar prefeitos e outros líderes derrotados no interior e na capital sergipana para os cargos através de CC para o corpo do Estado de Sergipe.

Caso o número de candidatos aprovados seja insuficiente para preencher as vagas em aberto, o Judiciário determina a realização de um novo concurso público.

Sem nenhuma dúvida, Sr. Presidente, a nomeação desses aprovados faz-se, sobretudo, necessária diante da imensa crise que vivemos na segurança pública.

A quem interessa uma polícia com um efetivo insuficiente e desequipada? A população quer ações objetivas, com uma perícia técnica especializada e com conclusões que façam com que os crimes sejam elucidados concretamente.

O sergipano, Sr. Presidente, quer que o Estado volte a ser pacífico, seguro e acolhedor, onde, no passado e não muito distante, caminhava-se com a tranquilidade pela brisa do Oceano Atlântico, apreciando a beleza e as nossas belíssimas paisagens, Sr. Presidente. Mas, infelizmente, estamos vivendo um caos na segurança pública de nosso Estado, fruto da falta de comando, de um Governo fraco, de um Governo frouxo e de um Governo omissivo, que lá está.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. EDUARDO AMORIM** (Bloco Social Democrata/PSDB - SE) – Que Deus nos ilumine, que Deus nos dê consciência de que voto não é mercadoria; voto é amor, voto é consciência, voto é consequência. Infelizmente estamos colhendo a consequência do mal, mas os sergipanos não merecem isso; merecem, com toda a certeza, dias melhores e dias muito mais tranquilos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Amorim.

Eu concedo a palavra, agora, ao Senador José Medeiros, por cinco minutos, Excelência, por gentileza.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu queria registrar aqui que, neste final de semana, Cuiabá estava comemorando os seus 298 anos. Queria deixar aqui registrado os meus parabéns à capital do Estado de Mato Grosso.

Também queria registrar que estive na Parecis SuperAgro, uma festa da agricultura lá em Mato Grosso, e compareci a uma audiência em São Félix do Araguaia, na qual tratamos a respeito da rodovia sobre a Ilha do Bananal.

Mas, Sr. Presidente, quero tratar muito rapidamente aqui sobre assuntos que eu ouvi agora há pouco.

Houve um Senador que subiu aqui e disse que o Governo Temer está desmontando a Petrobras, que o Governo Temer está dilapidando a Petrobras e que o Governo também está entregando o Brasil, a soberania do Brasil, porque está permitindo a compra de terras estrangeiras.

Sr. Presidente, primeiro, a questão da Petrobras não vou nem responder, porque todo o Brasil sabe o que aconteceu na Petrobras e quem é o responsável, tem nome e CPF, e a Lava Jato está mostrando qual foi o partido que dilapidou a Petrobras.



Sobre as terras estrangeiras, Sr. Presidente, eu não creio que percamos a soberania no cartório, Senador João Capiberibe. Eu penso que a questão da soberania passa por outro caminho, se a terra vai estar na mão de A ou de B é irrelevante.

Também foi repisada aqui por três Senadores do Partido dos Trabalhadores a ilegitimidade deste Governo. Eu quero dizer, Sr. Presidente, que este Governo é uma consequência constitucional. A Constituição brasileira deixa claro que, na vacância do cargo de Presidente, assume o Vice-Presidente, portanto nada existe de ilegitimidade. E, se eles estão aqui registrando a data, pois faz um ano hoje que começou a se materializar o *impeachment*, deveriam relembrar também os motivos pelo quais ele aconteceu.

Foi muito criticado aqui e citado um professor da USP sobre o Plano Nacional de Educação, que foi mostrado agora pelo Ministro Mendonça Filho.

Eu quero dizer à Senadora que falou aqui sobre isso que a USP já foi uma das principais universidades do mundo, e os indicadores estão caindo e começaram a cair feio no governo do PT. Ela se mostra hoje muito aparelhada, muito mais preocupada com a ideologia do que com o ensino. Isso é o que eu tenho visto, pelo menos em boa parte.

Sobre educação, este Governo tem tido coragem de pelo menos fazer uma coisa. Se este Governo errar na educação, Senador Thieres Pinto, vai ser por ação, e não por omissão, porque, no governo do PT, os indicadores da educação brasileira foram ao fundo do poço. Então, não têm, *data venia*, moral para falar aqui sobre este Governo no quesito educação.

Sobre questão de gênero, que eles estão tanto falando que foi retirada agora do Plano Nacional de Educação, eu quero dizer o seguinte: que todos os pais deste Brasil querem que seus filhos vão para a escola para aprender Português, Matemática, Ciências, Química, Sociologia, Filosofia, e não para ser doutrinados sobre sexualidade. Sexualidade se vê na aula de Biologia ou Ciências, de acordo com as ciências, Senador João Alberto, não para a criança chegar a casa falando para a mãe, "Ah, não sei se eu tenho minha sexualidade definida ou não", sendo que isso nem tinha sido despertado na criança. Então, para essas coisas, tudo tem o seu tempo.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Quando essas pessoas querem doutrinar questões de gênero, fez certo o Ministério da Educação.

Para finalizar, quando se disse que o Ministro não merece respeito, eu digo que esse Ministro merece muito respeito, aliás, todos os ministros estão mostrando que querem trabalhar, que querem menos conversa do que trabalho.

Dito isso, Senador João Alberto, agradeço o tempo concedido e digo que essas pessoas que estão bradando contra o Governo na verdade não estão preocupadas com o País, estão preocupadas com poder, porque poder, como eles mesmos falam, não se dá, se toma. Querem é tomar a força, e não vai ser assim, na base da gritaria e da mentira, que vão macular esta travessia que o Brasil está fazendo.

Muito obrigado.

Se o Presidente permitir...

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.



Eu concedo a palavra agora ao Senador Airton Sandoval, como orador inscrito, PMDB, de São Paulo. V. Ex<sup>a</sup> tem dez minutos.

Em seguida, pela Liderança, nós vamos ouvir o Senador João Capiberibe.

**O SR. AIRTON SANDOVAL** (PMDB - SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, cidadãos que nos acompanham pela TV, pela rádio e pelas redes sociais do Senado Federal, subo hoje a esta tribuna com um misto de indignação e solidariedade por Franca, minha cidade. Indignação, pela tentativa unilateral e desonesta do Vereador Corrêa Neves, da Câmara Municipal de Franca, de golpear a educação superior da cidade com especulação e ardil de que a Prefeitura estaria em via de privatizar a Faculdade de Direito e o Centro Universitário de Franca.

Essas faculdades municipais são autarquias do Município, Excelência, têm tradição de qualidade em educação e, diga-se de passagem, qualidade também de gestão, porque essas autarquias, que não visam a lucro – portanto, as mensalidades são módicas, à altura de todos –, se mantêm e mantêm um bom nível de educação superior.

Aí eu pergunto: a quem interessa instigar a venda das nossas faculdades? A quem interessa lucrar com a venda das faculdades municipais de Franca, autarquia, Sr. Presidente? O Vereador, a bordo de um suposto poder que ele imagina venha de seu mandato e do jornal impresso e digital que ele detém, envergonha seus eleitores com tal especulação, envergonha a classe jornalística por tentar fazer de uma falácia uma verdade.

O Prefeito de Franca, Sr. Presidente, acuado e instado a responder à reação negativa da população, agora afirma que privatização não estava no seu radar.

O mentor do tal projeto, Vereador Corrêa Neves, tenta se justificar e se enrola ainda mais. Diz ele que, com a privatização, haveria uma injeção de recursos no Poder Executivo.

Diante dessa tentativa de ludibriar a opinião pública, eu vou ao passado e resgato uma expressão caipira e matreira do meu bisavô, que ilustra bem o que estamos vendo em Franca. Ele dizia, Sr. Presidente, que "o pica-pau no pau e o tatu no pé, nesse pau tem mé." O povo não é tolo, Sr. Vereador Corrêa Neves. Não subestime a inteligência dos eleitores e leitores, porque todos estão atentos.

Registro aqui a minha total solidariedade aos educadores e estudantes da Faculdade de Direito e do Uni-Facef, que de pronto se levantaram contra essa lambança do Vereador Corrêa Neves e do jornal *Comércio da Franca* e, legitimamente, têm se manifestado nas redes sociais e nas ruas. Não vamos nos desfazer de instituições que formaram universitários que nos dão orgulho há mais de meio século – inclusive eu, Sr. Presidente, me formei nessa Faculdade de Direito de Franca.

Não vamos engolir nenhuma tentativa de golpe sobre a educação superior de Franca ou nos deixar enganar por nenhuma artimanha que vise a surrupiar o direito dos nossos jovens de ter acesso popular e democrático a essas faculdades que tanto contribuíram com o desenvolvimento de Franca.

Quero cumprimentar o pessoal do Diretório Acadêmico 28 de Março, da minha Faculdade de Direito de Franca, pelo movimento que estão fazendo. Eles foram à Câmara Municipal demonstrar o seu descontentamento com a atitude desse Vereador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Airton Sandoval.



Eu concedo a palavra ao Senador João Capiberibe, do PSDB, do Amapá, pela Liderança do Partido. V. Ex<sup>a</sup> tem cinco minutos, por gentileza.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, permita-me, é PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (João Alberto Souza. PMDB - MA) – PSB.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, eu venho à tribuna hoje para falar da PEC 24, de 2012.

Dei entrada aqui nesta Casa em 2012 a uma proposta de emenda à Constituição para instituir o Fundo Nacional de Segurança Pública por dar-me conta, como ex-Governador, de que a União, o Governo Federal não tem uma política nacional de segurança. O Governo Federal não tem nenhuma preocupação com a segurança do cidadão e da cidadã brasileira. A responsabilidade pela segurança é dos Estados brasileiros, sem uma coordenação nacional. Houve algumas tentativas episódicas de governos de implantar uma coordenação na área de segurança. No entanto, fracassaram. Não há, de fato, uma política global que garanta a segurança de todos os brasileiros e brasileiras. Portanto, com base nessa constatação, apresentei essa proposta de emenda à Constituição que institui um Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública.

A proposta prevê, no seu art. 1º, a instituição, no âmbito do Poder Executivo federal, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública, a ser regulado por lei complementar, com o objetivo de viabilizar melhoria das condições de segurança pública nos Estados da Federação.

O §1º diz: "O Fundo previsto neste artigo terá Conselho Consultivo e de Acompanhamento que conte com a participação de representantes da sociedade civil, nos termos da lei." Na verdade, essa proposta nada mais é que uma complementação para a área de segurança das políticas já existentes na área de saúde e educação, seria uma espécie de SUS da segurança pública.

O §2º diz: "A execução financeira dos recursos deste Fundo é procedida mediante a transferência de recursos aos Estados e ao Distrito Federal." Assim, cabe ao Governo Federal arrecadar os recursos e transferi-los, para execução das políticas de segurança pública, aos Estados.

A proposta diz também que a fiscalização do fundo compete ao Tribunal de Contas da União e aos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal e que compõem o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública: 1) a parcela do produto da arrecadação do Imposto de Produto Industrializado das indústrias de armamento e material bélico; 2) a parcela do produto da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias das indústrias produtoras de armamento e material bélico; 3) a parcela correspondente ao Imposto Sobre Serviços das empresas de segurança pública; 4) a contribuição de 3% do lucro líquido das instituições bancárias e financeiras. São essas as instituições que exigem segurança e que, portanto, poderão perfeitamente contribuir com a melhoria da segurança pública em todo o País com 3% do lucro líquido. E a gente sabe que, no período de crise, o único negócio que dá lucro é o mercado financeiro, os bancos – lucro que chegou a 70 bilhões em 2016.

Também compõem o fundo outras receitas, a serem definidas na regulamentação do referido fundo. Esses recursos serão distribuídos de acordo com vários critérios estabelecidos na PEC e que,



evidentemente, serão definidos com a lei complementar que vai regulamentar essa proposta de emenda constitucional.

Nós apresentamos essa emenda e tivemos algumas dificuldades em plenário em função da alegação de que a Secretaria Nacional de Segurança Pública e Cidadania já dispõe de um fundo para o apoio à segurança dos Estados. Eu tive a curiosidade de levantar a execução financeira desse fundo nos últimos anos. Para que se tenha uma ideia, até 2009, o fundo chegou a quase R\$2 bilhões; a partir de 2010, começou a cair; em 2011, foram executados apenas R\$269 milhões; em 2012, R\$87 milhões; isso veio caindo e chegou, em 2016, a R\$6,068 milhões, o que é uma soma ridícula para garantir a segurança pública em todo o País.

Para se ter uma política definitiva e permanente, é necessário se ter um orçamento garantido. Daí a importância de se vincularem pequenos recursos neste momento. A vinculação desses recursos recolhidos da produção e da venda de armas e material bélico iria garantir recursos para esse fundo. Também há outras possibilidades.

Esse projeto foi debatido amplamente – nós fizemos oito audiências públicas em vários Estados do Brasil – e conta com o apoio de muitas entidades...

*(Soa a campainha.)*

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... da área de segurança e também de fora da área de segurança.

O relatório é do Senador Aécio Neves e já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça; o projeto está em plenário, já foi lido pela quarta vez; e nós estamos aguardando que entre em votação brevemente.

Eu faço um apelo aqui à Casa: na ausência de política de segurança pública e estando nossos centros urbanos mergulhados na violência, é necessário que a União Federal e que o Congresso brasileiro deem um sinal de apoio para o combate à violência, apoiando um projeto dessa envergadura. Esse, na verdade, é um projeto que abre as portas para a constituição de um orçamento. Como não existe política pública sem orçamento público, esta é a oportunidade de o Congresso dar esse sinal de preocupação com o estado de insegurança que a sociedade brasileira está vivendo. Portanto, renovo meu apelo para que a gente possa aprovar a PEC 24, de 2012, que já foi lida pela quarta vez e, possivelmente, deve entrar na pauta da sessão de amanhã.

Era isso, Sr<sup>a</sup> Presidente.

Muito obrigado.

*(Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. João Alberto Souza, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.)*

*(Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr<sup>a</sup> Simone Tebet.)*

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Simone Tebet. PMDB - MS) – Eu que agradeço, Senador João Capiberibe, sempre trazendo questões relevantes, da mais alta importância para os problemas do País. Aproveito para dizer que estava presente quando da aprovação do projeto de V. Ex<sup>a</sup> na Comissão de Constituição e Justiça e que é um projeto mais do que meritório. Não tenho dúvida de que ele, ao ser pautado pelo Senado, será aprovado – acredito até que por unanimidade.



Agora, com a palavra para falar como orador inscrito pelo prazo de 10 minutos o Senador Acir Gurgacz.

**O SR. ACIR GURGACZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado e da Rádio Senado, um alerta que tenho feito com frequência na nossa tribuna e também nas comissões temáticas do Senado, principalmente na Comissão de Serviços de Infraestrutura, diz respeito ao excesso de burocracia nos governos e ao grande número de obras paralisadas no Brasil. Infelizmente, essas duas coisas estão interligadas.

Levantamento feito no ano passado, com informações do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados, aponta que existiam em 2016 pelo menos 5 mil obras paralisadas no País, num total de investimento da ordem de R\$15 bilhões. Os projetos estão espalhados por vários setores e incluem restauração e pavimentação de rodovias e de ferrovias, construção de escolas, construção de hidrelétricas e de linhas transmissão, construção de prédios públicos, de postos de saúde, de hospitais, além de obras de saneamento básico, que é uma das coisas em que precisamos investir com urgência no Brasil.

Os prejuízos são muito grandes. Em alguns casos, os investimentos foram totalmente perdidos e nunca mais serão recuperados. Em quase todos os projetos, o valor do contrato terá de ser revisto para a retomada das obras, ou seja, é um prejuízo muito grande para os brasileiros que pagam essa conta e que não contarão com o benefício das obras. Acho que este é o maior prejuízo: não haver a obra, para que as pessoas possam usufruir dela.

A falta de gestão, a corrupção, o excesso de burocracia e as obras paralisadas estão travando a economia brasileira. O setor da construção civil já demitiu mais de 700 mil funcionários com carteiras assinadas de novembro de 2014 até o final de 2016. Portanto, como muitos falam, não é só a crise política que está agravando a crise econômica. A crise de gestão e o excesso de burocracia são as principais causas do atraso estrutural do Brasil.

Um agravante é que a deterioração das contas do Governo Federal por conta da falta de gestão tem um efeito cascata nas finanças dos Estados e dos Municípios, que hoje não têm dinheiro nem para pagar a conta dos servidores públicos. Enquanto isso, o Brasil sofre com uma infraestrutura precária e com baixas taxas de investimento.

Diante desse cenário, além de reduzir a burocracia, precisamos contar com estratégias eficazes que evitem a corrupção e que possam facilitar a retomada dessas obras e a execução das obras previstas no planejamento do País. Precisamos mesmo é de uma reforma de Estado, uma ampla reforma gerencial que, de fato, mude o Brasil. O que vemos hoje é o DNIT querendo uma coisa, o Ibama falando outra coisa, a AGU cobrando outra coisa, e ninguém se entende. Daí vêm o Ministério Público e o Tribunal de Contas e param todas as obras, porque também pensam de forma diferente e querem outra coisa. A gestão pública no Brasil não pode continuar dessa forma. Tem de haver sintonia entre os órgãos do Governo antes e durante a execução das obras públicas brasileiras.

A minha sugestão é a de que façamos uma grande reforma do Estado Brasileiro, uma reforma gerencial, uma reengenharia. Isso é feito nas empresas privadas no Brasil, no seu dia a dia, é uma coisa normal. Por que não fazer na gestão pública? Eu entendo que temos de acompanhar a evolução, o desenvolvimento e usar toda a tecnologia que temos à disposição, para aplicarmos no gerenciamento da gestão pública também.



Possivelmente, se nós já tivéssemos feito essa reforma, não seria necessária a reforma da previdência da forma como o Governo quer atualmente. Não precisamos retirar direitos do povo brasileiro para cumprir os compromissos fiscais; precisamos de um novo modelo de gestão pública, precisamos de uma mudança conceitual, trocando a gestão burocrática por um modelo gerencial mais dinâmico, em que as organizações públicas brasileiras adotem como meta desenvolver uma gestão de excelência.

Agora, enquanto não temos essa reforma, precisamos fazer os ajustes de curso para retomar as obras o mais rápido possível, para que nossa economia volte a crescer. Nesse sentido, a primeira ação é a retomada das obras que estão paralisadas. O Governo tem que encontrar uma maneira de retomar essas obras com urgência. O Estado brasileiro – e aí digo todos os órgãos federais envolvidos no planejamento, na execução, na gestão e na fiscalização das obras públicas – precisa fazer um esforço concentrado para que essa retomada ocorra o mais rápido possível e, é claro, dentro da legalidade.

Nesse sentido, aponto cinco medidas, que considero as mais urgentes para a retomada das obras e do crescimento econômico.

A primeira delas é o aperfeiçoamento das concessões ou privatizações, pois sabemos que a União não tem o dinheiro necessário para realizar todas as obras e precisa da parceria com a iniciativa privada, até mesmo para a manutenção das rodovias. O primeiro passo é definir o que pode ser tocado adiante pelo Poder Público e o que pode ser transferido para a iniciativa privada. Também precisamos rever o modelo de concessões de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias, principalmente no que diz respeito à taxa de retorno fixa. A concessão precisa ser boa para o Governo, para os investidores e, principalmente, para a população e se adequar à realidade de cada região. Nas principais rodovias interestaduais, como o caso da BR-364, que necessita de restauração completa e também da sua duplicação, a concessão pode ser com pedágio. Já nas rodovias regionais, a concessão pode ser apenas para manutenção sem pedágio, que seria pago pelo Governo. Nesse sentido, defendo a concessão da BR-364, em Rondônia, somente se ela for completamente duplicada, ou seja, antes da concessão, temos que ter um plano bem definido com as etapas de duplicação, de implantação das travessias urbanas e de melhorias permanentes na rodovia. Sou contra qualquer tentativa de concessão sem a duplicação – e vamos discutir abertamente com o Governo e a sociedade essa questão, numa audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em Porto Velho, no dia 28 de abril.

O segundo ponto nessas questões emergentes é a reengenharia na gestão pública, ou seja, enquanto elaboramos uma ampla reforma gerencial e administrativa do Estado brasileiro, o Governo precisa melhorar imediatamente sua estrutura e suas práticas administrativas, fazendo uma reengenharia emergencial para se tornar mais eficaz, reduzindo a burocracia e aumentando a sua eficiência.

Uma das medidas dessa reengenharia é não parar obras por conta de entraves burocráticos e ambientais quando os problemas podem ser corrigidos com as obras em andamento.

O terceiro aspecto que precisamos rever com urgência é o aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental. O caminho que apontamos é um ajuste na legislação e no processo de licenciamento ambiental para que as obras não sejam paralisadas por qualquer questão.



Levantamento feito pela Consultoria Legislativa do Congresso Nacional, em 2015, aponta que existiam naquele ano 12 usinas hidrelétricas com obras paralisadas por conta de pendências no licenciamento ambiental. Na mesma situação, encontravam-se 26 obras de linhas de transmissão de energia elétrica, 10 obras de ferrovias, 20 obras de rodovias federais em todo o País, 6 parques eólicos, 14 empreendimentos de mineração, 6 gasodutos e pelo menos 16 empreendimentos de infraestrutura paralisados por conta de entraves ambientais.

O quarto aspecto é uma sintonia maior entre os órgãos executivos e os de fiscalização e controle. É evidente que os órgãos têm sua atribuição e competência, cada um deles, mas não podem jogar contra os interesses da população brasileira.

O quinto aspecto é o ajuste econômico com a redução dos juros, para facilitar a retomada do crédito e o investimento em obras de infraestrutura. Nossa economia tem que priorizar o setor produtivo e facilitar os investimentos em infraestrutura. Chega de seguir a cartilha dos bancos, do capital especulativo e favorecer apenas os rentistas. Chega de favorecer apenas os banqueiros que vivem da especulação financeira.

Chegou a hora de realizarmos um grande esforço conjunto para assegurarmos a boa aplicação do dinheiro público e trabalharmos com mais efetividade pela retomada do crescimento do Brasil.

Entendo que tem que haver um esforço do Governo para que possamos retomar o crescimento através de vários aspectos, mas um deles é a retomada das obras paralisadas. São mais de R\$15 bilhões de obras que são paralisadas e que precisam ser retomadas e concluídas para beneficiar a população.

Eram essas as minhas considerações.

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Presidente.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Simone Tebet. PMDB - MS) – Eu que agradeço, Senador Acir Gurgacz, do PDT de Rondônia.

Passo a palavra agora à Senadora Rose de Freitas, do PMDB do Espírito Santo.

Não sei se vai fazer permuta com algum Senador que queira usar a palavra neste momento.

Pergunto ao Senador Davi Alcolumbre se vai utilizar a palavra.

**O SR. DAVI ALCOLUMBRE** (Bloco Social Democrata/DEM - AP) – Não, Excelência.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Simone Tebet. PMDB - MS) – Então, passo a palavra imediatamente à próxima oradora inscrita, Senadora Rose de Freitas, do PMDB do Espírito Santo.

S. Ex<sup>a</sup> disporá do tempo de dez minutos.

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, prazer em vê-la sentada a essa mesa, conduzindo os trabalhos da nossa Casa.

Registro a presença do nosso Coordenador de Bancada, o Deputado Marcus Vicente, um grande Parlamentar do nosso Estado, de boas causas, boas lutas e bastante experiência.

Queria, antes de mais nada, registrar, Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, que o Ministro Helder Barbalho compareceu a São Mateus para uma reunião de trabalho em que nós fomos tratar de um problema que nos aflige. O Deputado Marcus Vicente conhece de perto essa situação. É a questão da água que é consumida pela população de São Mateus, uma água salinizada, Senador Maranhão, que tantos problemas traz para a saúde da nossa população, haja vista que a água do mar adentrando no rio traz esse aumento da salinidade. E é impossível haver outra água, porque são



rios que realmente irrigam e fazem o abastecimento da região. Esse é um problema que nós estamos sofrendo há bastante tempo.

Contamos com a presença do Ministro Helder Barbalho, que lá compareceu para discutir exatamente o que era possível fazer. Tivemos a presença de todos os prefeitos do norte e noroeste do Estado. Tivemos a presença do Senador Ricardo Ferraço, do Senador Magno Malta, do Deputado Federal Lelo Coimbra, do Deputado, inclusive de São Mateus, Jorge Silva, das Deputadas Estaduais Luzia Toledo e Eliana, mais o Deputado Freitas e o Deputado Da Vitória e os prefeitos que lá se encontravam.

Confesso que uma das coisas que me incomodam na vida política é conviver com um problema sem ter capacidade de resolvê-lo. E só nós, Parlamentares, temos a capacidade de estar aqui, discutindo o problema dentro da Administração, dentro do Governo Federal, e procurar a resposta, a solução para esse problema.

Não foi uma visita; foi uma reunião de trabalho. O nosso governo local – esse ou outro que tenha passado – tinha sinais evidentes de que todo esse problema acabaria sendo vivenciado pela população do interior, norte e noroeste, da maneira que se encontra hoje.

Depois da visita, eu me surpreendi com uma manchete do jornal que dizia assim: ministro vem ao norte e noroeste, não define recursos, mas Estado diz que resolverá a situação. Ótimo! Que faça agora. Não fez antes, mas pode fazer agora. Está em tempo ainda. Quantas vidas estão prejudicadas? Quantas crianças?

O nível de contagem dessa salinidade é elevadíssimo em relação ao que é permitido pela Organização Mundial de Saúde. Portanto, precisa haver uma solução. E a solução é recurso, recurso para que se possam fazer os poços artesianos, recurso para que a gente possa prospectar água em outras partes do Município e da região norte, recurso para que a gente possa construir barragem, haja vista que, das barragens que há no norte do Estado, nenhuma delas foi construída pelo governo do Estado, Deputado Marcus. Todas as três barragens – de Mucurici, Ponto Belo e Pinheiros – foram recursos do Governo Federal.

Então, nós temos que dizer que hoje o povo não está querendo, Senador José Maranhão, saber de obras maravilhosas, de pontes iluminadíssimas que ganham até prêmio da arquitetura moderna. Ele quer saber se a água chega à torneira, se a escola está ali do lado, se o posto de saúde atende, se ele tem condições de atravessar uma ponte não como aquelas mulheres que vimos outro dia atravessarem a ponte com seus filhos, segurando pelas mãos para que a água não leve o seu filho, para que ele possa chegar na escola. Então, eu agradeço a presença do Ministro. E digo mais: fomos lá para trabalhar. Depois da Semana Santa, teremos uma equipe que estará lá, orientando como é que se pode fazer e aonde poderão ser feitos, construídos os poços artesianos fazer o abastecimento das famílias, dos distritos, dos vales, dos bairros, para atender a população.

Outra coisa que eu queria dizer é uma questão fundamental de bem-estar e de desenvolvimento sustentável, já que nós estamos falando sobre isso, e responsável por parte da nossa economia. É a questão do meio ambiente: as emissões de gases, o comprometimento de uma política ambiental que, para as próximas décadas, haverão de melhorar muito a qualidade de vida da nossa população, haja vista que até este momento nós estamos ainda digladiando. Temos um Presidente americano que está dizendo que não é para cumprir nenhum acordo, que vai tirar o dinheiro de qualquer acordo que possa movimentar uma política mundial na área do aquecimento global. Ele não acredita nisso.



Considero importante destacar, inclusive, um recente estudo realizado por pesquisadores ligados ao nosso Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que apontou que o Brasil, Deputado Marcus, tem capacidade e condições de cumprir os compromissos firmados com a comunidade internacional no Acordo de Paris.

Quando falamos assim, parece que o que aconteceu está tão distante de nós que não nos incomoda e não nos diz respeito. Diz! E cumprir esse acordo de uma maneira integrada é tomar as medidas necessárias para que todo efeito negativo que a questão ambiental tem sobre o crescimento econômico possa ser modificado. E sobre a questão do emprego também.

O Acordo de Paris – só lembrando aqui – foi negociado em 2015 e é hoje o mais abrangente tratado depois de inúmeros encontros realizados no Brasil também, em outra década, o mais importante acordo intergovernamental sobre mudança climática. Falar sobre esse assunto já não é uma matéria tão inacessível aos olhos da população. A população entende hoje, quando diz: "Está mais quente. Choveu demais. Inundou a cidade".

Nós tivemos acidentes de toda natureza. Então, nós precisamos entender que essas conferências que tratam do clima, como aconteceu em Paris, o COP 21, preveem exatamente o compromisso de se limitar a elevação da temperatura da terra. E esse não é um assunto de somenos importância.

As nações que assinaram assumiram a responsabilidade de diminuir as emissões nacionais de gases estufa, que são os gases que impedem a dispersão da radiação solar que é refletida pela Terra. Esse é o famoso efeito estufa, como é chamado, que hoje as pessoas param para prestar a atenção e entender exatamente o mal que causa à nossa população, à questão ambiental, à questão da produtividade.

É benéfico quando é controlado, mas quando não tem controle, não tem estudo, não tem direção, não tem tomada de posição mantém a temperatura da Terra elevada e inadequada para a vida no nosso planeta. O problema ocorre quando o aumento desses gases que eu já citei aqui, na atmosfera, eleva o risco real de sobreaquecimento da Terra, o que pode prejudicar seriamente a vida no planeta.

Como é que pode o Presidente de um país tão importante dizer que isso não tem nenhuma importância e que o recurso destinado para o fim de estudo e tomada de posição em relação a esse aquecimento ele tirou do orçamento? E fez questão de mostrar a assinatura publicamente, como se dissesse: "Olha o...

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – ... que eu estou fazendo aqui". E nós sabemos que a maior parte dos gases estufa é produzida pela queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, pelas queimadas das nossas florestas, na agricultura, na pecuária e pelas atividades industriais. Tudo isso merece um estudo adequado e um posicionamento que, graças a Deus, o Brasil está tomando.

O Brasil, com o levantamento desses pesquisadores, traçou um panorama das emissões brasileiras de gases causadores do aquecimento e reuniu num só modelo – o que é um diferencial muito importante que eu quero citar – o papel dos diferentes setores da economia, incluindo a indústria e a pecuária. E, no Acordo de Paris, Sr<sup>a</sup> Presidente, o Brasil se comprometeu a implementar medidas para reduzir a emissão dos gases estufa em 37% até 2025. Quer dizer, não é uma meta...



*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – ... inatingível e distante para que a gente não possa sentir os efeitos dessas decisões importantes e manter, inclusive, o indicativo de reduzir em até 43% esses efeitos até 2030. Essa redução é em relação aos níveis de gases emitidos no País em 2005, parâmetro do estudo que foi realizado e levado a esse encontro. O principal deles é o gás carbônico, o CO<sub>2</sub>, que nós já citamos aqui.

O estudo elaborado pelos pesquisadores, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, levantou as melhores opções para o País cumprir o acordo dentro de um modelo único e integrado de ação. Isso é importante para o Brasil. Precisa ser divulgado para que as pessoas acompanhem e cobrem das autoridades o cumprimento dessas metas.

Isso é justamente o que mais chama a atenção, porque não podemos ter o efeito positivo esperado da redução das...

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES) – ... emissões se adotarmos projeções desconectadas com a realidade atual – se a senhora me permitir, porque falar com a campanha é alguma coisa de insuportável nesta Casa -, ou seja, projeções que finalmente levam em conta, por exemplo, uma diminuição das emissões, transformando todos os carros a gasolina em carros movidos a gás natural. Isso ainda poderia estar muito distante, mas está dentro das metas a serem atingidas.

O modelo integrado, por outro lado, sugere um panorama de ações possíveis – não é nada que seja inatingível - e amplia a possibilidade de resultados, porque não prevê, de imediato, grandes mudanças tecnológicas para que tenhamos tecnologias limpas muito mais baratas. Na prática, traça uma linha de ação possível de um cumprimento desse acordo que foi realizado em Paris. E, pelo acordo firmado, o ano base para a redução das emissões é 2005, base do nosso ponto de partida, do nosso estudo e das metas a serem atingidas.

E nisso o Brasil tem uma vantagem considerável. Eu digo isso, porque aquele foi justamente o ano em que o desmatamento na Região Amazônica estava praticamente – V. Ex<sup>a</sup> pertence a essa região e a representa – sem controle, o que é muito diferente da realidade atual. E isso nos ajuda a ter resultados dentro dessa meta. É possível traçar essa meta e persegui-la, para cumpri-la nos prazos que foram estipulados.

É nesse sentido, Sr<sup>a</sup> Presidente, que o estudo sugere respeitar firmemente o desmate permitido por lei na Amazônia e também reduzir em 40% o desflorestamento em biomas como o Pantanal e a Caatinga. Eu falo isso, porque houve um ano nesta Casa, uns dois mandatos depois da Constituição, em que eu me lembro de que havia uma manchete, Deputado Marcus, que dizia assim: "A Região Amazônica tem redução de desmatamento em 37%", quando os estudos indicavam que havia um aumento de 17%, ao contrário dos números que eram oferecidos. E eu considero uma irresponsabilidade fenomenal, porque parece que nós estamos falando de uma região que não tem nada a ver com o Sudeste, não tem nada a ver com o Nordeste; ao contrário, tem tudo a ver com a nossa vida e com a vida do Planeta.

Outro ponto a que eu queria me referir é sobre a maior eficiência para a pecuária brasileira, que é hoje marcadamente extensiva – e cresce a cada dia –, ou seja, com poucos animais por área, o que



não era respeitado e não havia paradigma. Além disso, os ganhos de eficiência também passariam a beneficiar a indústria e a geração de energia.

Alcançar e cumprir essas metas, Sr<sup>a</sup> Presidente, internacionais para emissão de poluentes é uma das agendas que devem ter lugar na lista de prioridades nacionais, como também o esforço para aumentarmos a participação de fontes renováveis na nossa matriz energética, a recuperação das nossas matas, das nossas nascentes, o reflorestamento de áreas que foram totalmente desmatadas.

Esses compromissos que eu cito aqui têm impacto positivo – isso é bom saber –, e por isso eu estou aqui falando sobre esse Acordo de Paris. Ele tem impacto positivo na vida de milhões de pessoas, na vida do Planeta, na nossa vida, na minha vida, na sua vida, na vida do Senador José Maranhão, na qualidade de vida de todos que preparamos esse momento, essa discussão, esse acordo, essa assinatura para as futuras gerações.

Era isso que eu queria falar.

Acho que esse não é um assunto que pode ser retirado da pauta das universidades, das escolas do ensino básico, para que as pessoas saibam que cada um de nós tem responsabilidade com o futuro. Não é apontar o futuro como se fosse uma coisa distante, como se visse uma estrela lá adiante; é o futuro que está aqui, presente, na nossa vida, no dia a dia, e com a responsabilidade de todos.

Eu tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente, como representante da Região Amazônica, também luta por isto nesta Casa: Pantanal, Região Amazônica, Brasil!

Muito obrigada.

**A SR<sup>a</sup> PRESIDENTE** (Simone Tebet. PMDB - MS) – Nós é que agradecemos, Senadora Rose, por trazer a este plenário questão tão relevante, questão não só regional, não só do seu Estado do Espírito Santo, como a questão da falta d'água e a necessidade de poços artesianos, numa demonstração de que no Brasil não necessariamente falta água – embora isso ocorra em algumas regiões –, mas em muitas delas o que falta é planejamento e investimento. E V. Ex<sup>a</sup> traz aqui um acordo, Senadora Rose, que não é um Acordo de Paris, mas um acordo da humanidade. V. Ex<sup>a</sup>, como sempre, é brilhante.

Passo a palavra neste momento, como orador inscrito, ao Senador Ataídes, pelo prazo de dez minutos.

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Social Democrata/PSDB - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Simone Tebet. Vamos falar hoje sobre a taxa de juros no nosso Brasil.

No Copom, do Banco Central, os técnicos estão reunidos hoje para decidir sobre a redução dessa taxa de juros, redução na taxa Selic.

Eu tenho dito aqui, Sr<sup>a</sup> Presidente – e, em agosto de 2013, eu vim a esta tribuna e disse –, que juros altos não significam inflação baixa. Atrevidamente, eu vim a esta tribuna em 2013 e disse que juros altos não significam inflação baixa. E usei aqui um exemplo muito prático na época: eu disse que juros altos é igual a dinheiro caro; dinheiro caro, menos consumo; menos consumo, menos produção; menos produção, menos produtos nas prateleiras; e menos produtos nas prateleiras é igual a inflação. Eu disse isto aqui em 2013: não basta aumentar a taxa de juros para conter a inflação. Evidentemente que juros altos contêm, sim, de certa forma, a inflação. E para provar que eu não estava em 2013, nesta tribuna, dizendo bobagem, eu trouxe aqui um quadro ilustrativo sobre o problema da inflação no nosso País e a taxa de juros. Vamos lá!



Governo Sarney – vamos pegar do Governo Sarney para cá –, de 1985 a 1989: no pico dos juros altos ou no pico, melhor dizendo, da inflação no Governo Sarney, a taxa de juros chegou a 60.000% ao ano. E havia uma inflação, nessa mesma época, de 331%. Eu faço questão de repetir: no Governo Sarney, de 1985 a 1989, 60.000% era a taxa de juros anual – chegou a 60 mil – e a inflação 331%.

Governo Collor, de 1990 a 1992: uma taxa de juros – não sei se os senhores se lembram – de 120%, de 120% ao ano, para uma inflação de 525% ao ano.

Estou aqui fazendo esta leitura de juros *versus* inflação.

Governo Itamar Franco: 13.000%, de 1992 a 1994, para uma inflação de 4.922%.

Governo Fernando Henrique Cardoso também, de 1995 a 2002: no seu pico, nós tivemos uma taxa de juro de 46%, em média, para uma inflação de 631% em 12 meses.

Governo Lula, o período do bom governo Lula, quando ele esparramava dinheiro no Brasil: nós tivemos uma inflação de 17% e uma taxa de juros em torno de 26%.

Governo Dilma Rousseff, de 2010 a 2016: uma taxa de juro de 14,15% ou 14,25% melhor dizendo, para uma inflação de 10,71%.

Ou seja – e aqui neste Plenário nós temos um consultor chefe que conhece muito dessa área econômica e ele sabe do que eu estou dizendo –, isso significa, Sr. Presidente, que nem sempre elevar taxa de juros irá conter a inflação; nem sempre. Inibe a inflação? Não tenha dúvida disso, porque vai inibir o consumo. Isso é óbvio. Eu usei aquele exemplo: juro alto, dinheiro caro; dinheiro caro, ninguém consome; se ninguém consome, ninguém produz; se ninguém produz, não há produto na prateleira; e, se não há produto na prateleira, gera inflação, porque aí o produto que está na prateleira vai custar mais caro.

Pois bem. Agora, os grandes economistas do País abriram essa discussão – abriram essa discussão –, dizendo que essa taxa de juros, a longo prazo, gera inflação – gera inflação.

Eu disse que a falta de mercadoria na prateleira gera inflação. Isto é fato: oferta e procura, Sr. Presidente. Mas, agora, os doutores na economia... Eu não sou doutor – eu venho da contabilidade, do direito tributário e sou empresário há 30 anos –, mas eu percebo que, se faltar o produto na prateleira, evidentemente nós vamos gerar inflação. E, agora, então, esses grandes economistas que nós temos no Brasil – como André Lara Resende, Marcos Lisboa, o Eduardo Loyo, o José Júlio Senna, Luiz Belluzzo, Luciano Coutinho e o Yoshiaki Nakano, o nosso querido amigo Armínio Fraga e outros mais – chegaram à conclusão, Senador Capiberibe, que essa taxa de juro alta, a longa data, gera inflação. Está um debate tremendo nos meios de comunicação, especialmente no *Valor Econômico*. Só que eu disse isso, em outras palavras, no passado.

Pois bem. Isso significa que, para o nosso País voltar a crescer, nós temos que ter dinheiro barato na mão do consumidor, à disposição do consumidor e à disposição do empresário. O consumidor, com esse dinheiro barato, vai consumir mais – isso é óbvio –, e o empresário, com esse dinheiro barato, vai, então, investir nos seus negócios.

Eu espero que o Banco Central hoje – já que está reunido o Copom – seja um pouco mais audacioso e faça o corte nessa taxa Selic no percentual de que o País no momento precisa, de que o momento precisa.

E eu tenho dito aqui que o Presidente Temer está lutando para fazer o seu dever de casa – e está fazendo, ele está derrubando essa taxa Selic. Mas nós precisamos de mais pressa; o Brasil tem pressa; não dá mais para esperar; há mais de 20 milhões de pessoas desempregadas neste Brasil.



E, aqui, com todo o respeito, principalmente ao Presidente Ilan, por quem tenho a maior admiração, já cometeram duas falhas nesse corte da taxa Selic em janeiro e fevereiro – com toda vênia, evidentemente, e salvo melhor juízo.

E mostro por que acho que cometeram falha em janeiro e fevereiro, por que cortou 0,25%, por que cortou mais 0,25% e o 0,75%, saindo dos 14,25% para os 12,25%. Eu explico: em janeiro, Senador Capiberibe, nós estávamos com inflação acumulada – em janeiro de 2017 – de 5,35% para uma taxa de juros de 13,50%. Aqui, em janeiro, o Banco Central tinha que ter cortado 0,50%, e não 0,25%.

Então, ficou 0,25% em janeiro, e, ao meu ver, o Banco Central tinha que ter cortado 0,50%, e não 0,25%.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Vamos para fevereiro de 2017: inflação acumulada de 4,76% para uma taxa de juros de 13% – de 13%. Aqui, poderia ter cortado 1% da taxa Selic? Poderia; não era pecado. Imaginem, senhores e senhoras, uma inflação de 4,76% nos últimos 12 meses com uma taxa de juros de 13%... Isso é inaceitável. E o Banco Central cortou tão somente 0,75%. Ou seja, mais 0,25%, no meu entendimento, ficou deficiente.

E agora, hoje para amanhã, espero eu que o Banco Central venha a fazer essa correção nessa derrubada dessa taxa de juros.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu espero que o Banco Central seja mais audacioso, menos medroso.

A inflação acumulada nesses 12 últimos meses – estou me referindo ao mês de março – está 4,57%. Veja isto: 4,57% é a inflação dos últimos 12 meses, agora, no mês de março – incluindo-se o mês de março.

Ou seja, Sr. Presidente, Senador Cássio Cunha Lima, o Banco Central precisa cortar 2% nessa taxa Selic. Eu sei que um Senador aqui falando em cortar 2% na taxa Selic assusta meio mundo, mas é a realidade. O Brasil tem pressa.

Volto a repetir, deveria ter cortado 0,50% em janeiro, e não cortou – cortou 0,25, ficou devendo 0,25 –; em fevereiro, poderia ter cortado...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – ... 1%, e cortou 0,75% – está devendo mais 0,50% *(Fora do microfone.)*.

Portanto, Sr. Presidente, vejo que o Banco Central tinha que caminhar para 1,1% no corte da Selic, mais esse 0,5%, que ficou devendo de corte, segundo o meu entendimento, em janeiro e fevereiro.

Volto a repetir: espero que o Banco Central venha a cortar pelo menos – pelo menos – 1,5% da nossa taxa Selic. Aí, sim, o Brasil começa a caminhar a passos mais longos; o brasileiro vai ter um dinheiro mais barato para poder consumir – repito –; as empresas vão ter dinheiro mais barato para



poder investir; e vai haver mais mercadorias nas prateleiras, e vamos gerar emprego e renda para o nosso povo.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha para falar nesta terça-feira.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ATAÍDES OLIVEIRA** (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Espero que o Banco Central realmente seja um pouco mais audacioso e corte um pouco mais o percentual dessa taxa de juros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*(Durante o discurso do Sr. Ataídes Oliveira, a Sr<sup>a</sup> Simone Tebet deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Thieres Pinto.)*

*(Durante o discurso do Sr. Ataídes Oliveira, o Sr. Thieres Pinto deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Cássio Cunha Lima, 1º Vice-Presidente.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Obrigado, Senador Ataídes Oliveira.

Convidamos todos os Srs. e as Sr<sup>as</sup> Senadoras para que possamos dar início, dentro de poucos instantes, à Ordem do Dia. O Presidente Eunício Oliveira deverá chegar ao plenário em poucos instantes. Estamos convidando todas as Senadoras e os Senadores que se encontram em outras dependências da Casa para que compareçam ao plenário, uma vez que teremos votação nominal com indicação de autoridades.

Para dar sequência à ordem de oradores inscritos, com muita alegria, Senador Waldemir Moka, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, que terá o tempo regimental de dez minutos.

Mais uma vez, enquanto o Senador Moka ocupa a tribuna, convido e convoco ao plenário todos os Senadores e as Senadoras que se encontram em seus gabinetes e em outras dependências da Casa para que, dentro de poucos instantes, com a chegada do Presidente Eunício Oliveira, possamos dar início à Ordem do Dia.

Senador Moka, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, com muita alegria.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Cássio Cunha Lima.

Eu serei breve. É uma comunicação.

Estive, no último final de semana, em Coxim. Coxim é a capital da região norte do meu Estado, também conhecida como cidade do pé de cedro, do imortal Zacarias Mourão. Podemos dizer que Coxim também é uma das cidades onde começa o Pantanal Sul-Mato-Grossense. A cidade completa, hoje, 119 anos da sua emancipação político-administrativa. Como já disse, é a terra querida do pé de cedro, com mais de 33 mil habitantes.

Este é um dia muito especial para uma das cidades mais importantes do Estado, Coxim, capital nacional do peixe – há um turismo pesqueiro muito forte na cidade de Coxim.

Manifesto minha particular satisfação pelo transcurso de mais um aniversário dessa que é uma das mais importantes cidades do nosso Mato Grosso do Sul.



Ainda nesta semana, estive em Coxim junto com os Deputados Estaduais Junior Mochi e Eduardo Rocha para participar da inauguração e do lançamento de obras pelo Prefeito Aluizio São José.

Sr. Presidente, permita-me dizer que, nesta oportunidade, nós lançamos lá o CAPS, que é uma ferramenta importante, sobretudo para pessoas com problemas de saúde mental. Essas pessoas que, por um motivo ou outro, têm um problema mental ou algum envolvimento, algum vício, seja com álcool, seja com droga, serão acolhidas e atendidas por uma equipe multidisciplinar.

O Prefeito Aluizio São José lançou nesse dia a ordem de serviço. E eu me orgulho, Senador João, de ter contribuído com o recurso para que isso fosse possível. O CAPS ficará ao lado de um outro centro de saúde lá do Senhor Divino. Então, será realmente um complexo: um centro de saúde e o CAPS ao lado. Assim, a população ali vai ser bem atendida.

Quero também dizer que ontem – às vezes, as pessoas não têm ideia – eu saí de Campo Grande à tarde e fui a Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai. Nós vamos e voltamos para pegar um voo de madrugada para estar aqui em Brasília. Essa é a rotina de 90% dos Senadores desta Casa. É importante registrar isso.

Fui ontem a Ponta Porã para acompanhar a prestação de contas de cem dias da administração do Prefeito Hélio Peluffo. Tenho certeza de que o Município escolheu o prefeito certo para colocar a nossa querida Ponta Porã nos trilhos. Estiveram presentes à solenidade os Deputados Estaduais Márcio Fernandes e Onevan de Matos, os 17 vereadores, secretários municipais e a população. O evento foi realizado no magnífico Centro de Convenções da querida princesinha dos ervaais, que é a nossa Ponta Porã.

Sr. Presidente, é um registro paroquial, mas muito importante para este Senador, que tem um carinho muito grande pelas duas regiões, pelo querido Pantanal Sul-Mato-Grossense e pela minha querida fronteira, aqui representada pela nossa Ponta Porã.

Muitíssimo obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Parabenizo o Senador Moka pelo seu pronunciamento. Somos todos a nossa paróquia. Somos aqui a expressão dos nossos lugares, das nossas terras, e é natural que a tribuna do Senado seja usada também com essa finalidade telúrica de enaltecer o que é nosso.

Felicito V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento.

Concedo a palavra, pelo tempo regimental de dez minutos, à Senadora Lídice da Mata, representante do queridíssimo Estado da Bahia. Não há brasileiro que não tenha um pedaço da Bahia no seu coração, Senadora Lídice. Pode ter certeza disso.

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço, em nome da Bahia, as referências carinhosas que V. Ex<sup>a</sup> faz, mas, ao mesmo tempo, reconhecendo que realmente a Bahia mora no coração dos brasileiros, até porque fomos o berço deste País. Por isso, nós chamamos a Bahia de Terra-Mãe do Brasil.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero registrar aqui dois eventos que dizem respeito à economia do meu Estado e, no caso de um deles, à economia do Nordeste.



Participei, Senador Capiberibe, na última sexta-feira, na cidade de Cruz das Almas, uma cidade do Recôncavo Baiano que tem um dos mais conhecidos São João do nosso Estado, do Encontro Nacional do Forró. Esse encontro foi promovido por dois empresários, produtores culturais, envolvidos com a questão do forró e do São João do Nordeste há muitos anos: Paulo Tear e Israel Mizrach. Esses dois produtores conseguiram levar para a nossa querida Cruz das Almas representantes do Poder Público, das cidades, secretários de cultura e de turismo de diversas cidades do interior do Estado, assim como produtores e artistas do Nordeste inteiro.

Nós tivemos também presentes diversos artistas do forró brasileiro, Adelmario Coelho; Carlos Pitta; Zelito Miranda; Eugênio Cerqueira, representando uma parte dos forrozeiros da Bahia; Marquinhos Café; Nádia Maia, de Pernambuco; Alcymar Monteiro, do Ceará; Sandrinho do Acordeon, do Piauí, e também diversos gestores culturais da Paraíba, do Piauí, do Ceará e de Pernambuco. Alguns eram até aqui do Cerrado, do Centro-Oeste brasileiro, que foram para esta cidade do interior da Bahia para debater os rumos da festa de São João e do forró em nosso País.

Há uma diferença óbvia entre o São João – que é uma festa geral, e sobre o qual eu, inclusive, apresentei projeto junto ao Conselho Nacional de Cultura, que foi aprovado, para transformá-la em um patrimônio imaterial do Brasil – e o gênero musical forró, que é uma parte do São João, é um gênero que é hegemônico na festa de São João e para o qual nós desdobramos esforços para que o seu reconhecimento e a sua preservação possam ocorrer, garantindo, assim, as tradições da festa do São João.

Detectamos, em um debate, uma certa tendência à carnavalização do São João, coisa que consideramos nefasta à festa, e também uma mistura muito grande de gêneros musicais que não podem ser totalmente excluídos do São João, mas que não podem se tornar hegemônicos nele.

O São João não é uma festa apenas para se tocar um tipo de música que se relacione com o mundo rural do Brasil; é uma festa em que se toca uma determinada música que tem um estilo, um acorde muito definido e que, portanto, precisa ser preservado para que a festa seja preservada na sua inteireza. O São João tem de ser uma festa que tenha e mantenha as quadrilhas com a incorporação das escolas, das comunidades, da população em geral. Isso tudo não por uma mera preocupação cultural – o que, na minha opinião, já seria suficiente –, mas principalmente pela importância econômica, pela verdadeira cadeia produtiva que se agrega ao São João do Brasil. Esse próprio título, São João do Brasil, é resultante de uma mobilização que foi feita há um ano, quando o Sr. Henrique Eduardo ainda era ministro, e que acolheu os forrozeiros do Brasil inteiro, que solicitavam que a Embratur, que o Ministério do Turismo assumisse o novo produto turístico, São João do Brasil, e promovesse o Brasil no período de junho a julho, buscando atrair visitantes de fora do País para conhecer as diversas manifestações de São João ocorridas em todo o Território nacional, inclusive em São Paulo, no Centro de Tradições Nordestinas.

Portanto, o que se discute na Bahia, Senador Capiberibe, é que o São João é o evento que mais impacta a economia do Estado, o comércio do Estado depois do Natal, com um efeito na economia muitas vezes maior do que o Carnaval, por exemplo, que impacta em algumas poucas cidades, especialmente, destacadamente Salvador, que é uma grande locomotiva da economia criativa da nossa cidade. Mas o São João, não. O São João impacta no comércio, na gastronomia, numa série de produtos; gera no nosso Estado, onde existem mais de 230 Municípios que realizam a festa do São João, um efeito que é absolutamente descentralizador das ações econômicas em nosso Estado.



Por tudo isso, eu quero registrar e agradecer o convite para participar desse importante evento, que, sem dúvida nenhuma, concorrerá para o aperfeiçoamento da nossa festa no País inteiro, embora ela tenha mais destaque no Nordeste, e que precisa ser abraçada pelo mundo político, que, às vezes, tem vergonha, recebendo um tratamento desrespeitoso da imprensa nacional com o Nordeste brasileiro. Já vi até uma referência: "No período de São João, em junho, não se pode contar com matéria importante para ser votada, porque os Parlamentares nordestinos vão para suas festas de São João." Como se essas festas não tivessem a importância que têm para a preservação cultural das nossas raízes e especialmente para a economia dos nossos Estados.

Outro evento que quero ressaltar, Sr. Presidente, para finalizar, é a realização, na cidade de Piauí, no sul do nosso Estado, da quarta edição do Festival do Chocolate e do Fórum do Cacau, que é uma importante ação no nosso Estado. Estamos em plena Semana Santa, a semana da Páscoa, período em que se consome muito chocolate. Esse é um importante produto do meu Estado, que impacta na economia da Bahia, do Pará, hoje cada vez mais, do Espírito Santo, de Rondônia e de outros Estados que agora se incorporam à ideia da produção do cacau. E, neste momento, nós estamos muito preocupados em debater a necessidade de agregar valor à produção de cacau no Brasil, especialmente na Bahia.

Nessa dimensão, eu quero saudar os organizadores daquele fórum, em Ipiauí, e dizer da importância da pauta de fortalecimento e manutenção da Ceplac...

*(Soa a campainha.)*

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... pauta que quero tratar com o Ministro Blairo Maggi o mais rápido possível, e do projeto que temos aqui na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), Presidente, que determina o mínimo de 35% de amêndoa de cacau no chocolate. Essa é uma importante referência, porque fará com que o nosso chocolate alcance padrão de competitividade internacional e garantirá um chocolate de mais qualidade para as nossas crianças e para a nossa população. Garantindo no rótulo do chocolate o percentual de cacau, como vemos no mundo inteiro, estamos também garantindo o direito do consumidor brasileiro a entender e a escolher aquilo que ele compra.

Nós aprofundamos esse debate e estamos apresentando ao nosso Relator na CAE, o Senador Flexa Ribeiro, propostas até que ele possa incorporar e fazer um substitutivo para definirmos mais claramente cada produto do cacau, mas é fundamental, nesta semana que se inicia, a semana da Páscoa, quando V. Ex<sup>a</sup> e todas as famílias dos Senadores que aqui estão abrirem um chocolate, lembrar que nós produzimos cacau e chocolate de qualidade para exportação e vamos fortalecer o nosso mercado de cacau e de chocolate.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Senadora Lídice, um comentário muito rápido sobre o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, porque, vindo eu de Campina Grande, cidade que se orgulha de fazer o maior São João do mundo, quero felicitá-la pelo tema que traz à tribuna. Para que V. Ex<sup>a</sup> tenha uma ideia, e o Plenário tome conhecimento, no caso de Campina Grande, o comércio no São João vende mais do que no Natal.

*(Soa a campainha.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Então, aquilo que V. Ex<sup>a</sup> dizia como um fenômeno da Bahia acontece também, com profusão, em praticamente todos os Estados. Estou vendo aqui o Senador Antonio Carlos Valadares, e Aracaju realiza também um grande São João. Na Paraíba, não é só Campina Grande. Nós temos eventos de grande proporção em Solânea, Bananeiras, Santa Luzia, que é a pioneira, Patos, Cajazeiras, Sousa. É uma festa que tem uma raiz cultural profunda, que move não apenas essa economia criativa, mas a economia formal dos Estados nordestinos. Eu felicito V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento, porque expande a visão da cultura nordestina e da força dessa tradição cultural na nossa economia.

Pela ordem, o Senador Omar Aziz.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é um voto de pesar à família Câmara pelo passamento, ontem, do Pastor Severo Câmara, que é pai da maior Igreja Evangélica do Estado do Amazonas. Jonatas Câmara, o nosso querido Pastor Samuel Câmara Filho, Elieb e o Deputado Federal Silas Câmara são filhos do Pastor Severo Câmara. Tenho certeza de que o Amazonas está entristecido com a perda desse homem, que tem uma história muito grande na evangelização no nosso Estado.

Eu quero aqui, em meu nome e em nome do Senado, fazer esse registro de um homem que passou pela vida e deixou um legado muito grande na evangelização. Nosso pesar à família Câmara. E que Deus o receba com muita alegria, porque foi um homem que cumpriu seu papel aqui na terra.

**O SR. PRESIDENTE** (Cássio Cunha Lima. Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – O requerimento de V. Ex<sup>a</sup> já se encontra sobre a mesa, e serão adotadas as providências regimentais.

Esta Presidência se soma às condolências apresentadas por V. Ex<sup>a</sup> à família Câmara.

O Senador Antonio Anastasia apresentou o Requerimento de nº 209, de 2017, solicitando, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, autorização para representar o Senado no Seminário Luso-Brasileiro de Direito, a ser realizado na cidade de Lisboa, em Portugal, no período de 18 a 22 de abril do corrente ano.

Precisamos submeter ao Plenário a autorização.

Em votação o Requerimento nº 209, de 2017, do Senador Antonio Anastasia.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, próximo orador inscrito.

Mais uma vez, condido os Senadores e as Senadoras que se encontram em seus gabinetes ou em outras dependências da Casa para que compareçam ao plenário, para que nós possamos dar início, em poucos instantes, à Ordem do Dia, com a chegada do Presidente, Eunício Oliveira.

Em poucos instantes, começaremos a Ordem do Dia, com matérias relevantes a serem votadas na nossa pauta de hoje.

Senador Antonio Carlos Valadares, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra pelo tempo regimental de dez minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, com o apoio dos nossos colegas aqui nesta Casa, obtivemos as assinaturas necessárias para apresentação da proposta de emenda à Constituição, de minha autoria, objetivando incluir a



submissão de pessoa à condição análoga à escravidão no rol dos crimes imprescritíveis, elencados na Carta Magna em seu art. 5º.

Trata-se de medida de extrema relevância para o combate a esse tipo de crime execrável, incompatível com uma sociedade moderna. Virá somar esforços à nossa já avançada legislação e ao que está estabelecido em tratados internacionais de direitos humanos assinados pelo Brasil.

É sobre essa proposta que eu gostaria de falar.

Como todos sabem, em outubro de 2016, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede em Costa Rica, julgou o Caso nº 12.066, cujas partes eram, de um lado, trabalhadores da Fazenda Brasil Verde, no Sul do Pará, e, de outro, o Estado brasileiro. Nesse processo, entendeu a Corte Internacional que o nosso País violou o direito de liberdade, especificamente o direito de a pessoa não ser submetida a qualquer forma de escravidão ou servidão, e que não adotou medidas para prevenir a forma contemporânea de escravidão a que foram submetidos mais de uma centena de cidadãos, tampouco para interromper e punir os autores desses crimes.

Não obstante termos alçado uma posição de destaque no cenário internacional em relação às normas de combate à escravidão, infelizmente nosso País terá de carregar a amarga condição de ter sido a primeira nação condenada pela OEA nessa matéria.

No que se refere ao objeto da proposta de emenda à Constituição que ora apresentamos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos observou que a demora na tramitação do Processo Penal brasileiro levou à prescrição da pretensão punitiva do Estado, o que acarretou a impunidade dos autores do crime.

Ocorre que, Sr. Presidente, a Corte Internacional, cuja jurisdição o Brasil reconhece e à qual se submete, nos termos do Decreto nº 4.463, de 8 de novembro de 2002, considera imprescritíveis os crimes de escravidão e suas formas análogas, tendo em conta sua natureza de crimes contra a humanidade. E é isso que a PEC pretende reforçar.

Vale lembrar que, na parte dispositiva da sentença, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos determinou, entre outros, que: "O Estado deve, dentro de um prazo razoável a partir da notificação da presente sentença, adotar as medidas necessárias para garantir que a prescrição não seja aplicada ao delito de Direito Internacional de escravidão e suas formas análogas".

Juridicamente, Sr. Presidente, há quem considere desnecessária a alteração legislativa, em face do caráter supralegal das disposições constantes de tratados e convenções internacionais de que o Brasil seja signatário.

A despeito disso, o que se verificou no caso concreto da Fazenda Brasil Verde, assim como em outros episódios semelhantes, foi o reconhecimento da prescrição pelas autoridades judiciais brasileiras, o que fundamentou a determinação emanada da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No sistema jurídico nacional, observamos que a prescrição da pretensão punitiva é regra, sendo que suas exceções estão dispostas na Constituição Federal (prática de racismo e ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado democrático).

A prescrição não pode, contudo, ser obstáculo para investigação e responsabilização do crime gravíssimo de imposição de um ser ao trabalho análogo ao de escravo.



No Brasil, há 459 inquéritos criminais ainda não concluídos contra pessoas suspeitas de submeter outras à condição análoga à escravidão, crime com pena de dois a oito anos de prisão, pelo art. 149 do Código Penal.

O dado, que diz respeito a inquéritos abertos entre 2009 e 2016, foi divulgado em janeiro deste ano pela Câmara Criminal do Ministério Público Federal, por ocasião do Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, dia 28. O número de ações penais já abertas ultrapassaria a casa de mil processos, todos pendentes de uma decisão final sobre a condenação ou não dos acusados.

Reproduzo aqui o que disse, na ocasião, à mídia o Coordenador-Geral da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, Adilson Carvalho. Disse ele:

Além de ser uma violação gravíssima dos direitos humanos e uma infração na esfera [...] trabalhista, o trabalho escravo é também um crime. Do ponto de vista da política de repressão na esfera trabalhista, a gente tem números que dá para considerar que a política está funcionando normalmente, mas por outro lado [disse ele] há um déficit muito grande na efetividade da persecução penal [finalizou].

Desse modo, ultrapassado o entendimento no sentido da desnecessidade de alteração legislativa, estamos convencidos de que o cumprimento da determinação da Corte Interamericana demanda emenda ao texto constitucional.

Ressalte-se ainda que não podemos ser insensíveis à marca da escravidão na nossa história e na nossa cultura, tendo sido o Brasil o último país das Américas a abolir a escravidão legal. Ainda hoje, convivemos com as consequências sociais e econômicas do racismo e da servidão, presentes na moral, nos costumes, nas condutas e nas relações de trabalho. Combater a escravidão nas suas formas contemporâneas é um imperativo para superar esse triste legado, além de ser um compromisso humanitário. Enquanto houver vítimas cativas e fiscais do trabalho a arriscarem suas vidas para resgatá-las, é imperativo que o Estado brasileiro torne eficaz a repressão a esse crime contra a humanidade.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Já estou encerrando, Sr. Presidente.

Nos últimos 20 anos, segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra, foram libertadas mais de 52 mil pessoas em condições descritas como análogas à de escravo, mas a falta de condenação dos responsáveis por essa violência faz parecer que há um crime sem autores. Promover a alteração proposta diretamente no Texto Constitucional é dar o devido reconhecimento ao problema que enfrentamos, além de ser solução adequada, sob a perspectiva técnico-jurídica, para criar nova hipótese de imprescritibilidade, evitando-se, assim, a impunidade.

Em face da relevância da matéria, solicitamos o apoio, na Comissão de Justiça e, em seguida, no plenário, a essa proposta, que, sem dúvida alguma, vem preencher um vazio na nossa legislação: a obrigatoriedade de punir os culpados pelo crime de escravidão. A escravidão já acabou no Brasil, mas não se acabou de todo, ainda continua em determinados segmentos, em determinados escalões da sociedade brasileira. Isso precisa ser punido.



Por isso, a saída, Sr. Presidente, é a mudança na nossa Carta Magna para conferir à legislação, aos juízes, ao Ministério Público a possibilidade de uma punição exemplar aos que praticam essa ação deletéria contra a nossa sociedade.

*(Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Cássio Cunha Lima, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Ordem do Dia.

Há sobre a mesa requerimento de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2017.

**(Requerimento nº 231/2017 - Vide item 2.2.1 do Sumário)**

Votação do requerimento.

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Não havendo objeção do Plenário, passa-se à apreciação da matéria.

Antes de apreciar a matéria, que é o item 1 da pauta, eu vou chamar votação nominal – aviso aos Srs. Senadores e às Sr<sup>as</sup> Senadoras que se encontram aqui na Casa que nós teremos votação nominal a partir deste momento – do Parecer nº 3, de 2017.

Parecer nº 3, de 2017, da Comissão de Educação. A votação vai ser nominal.

O Relator é o Senador Roberto Muniz, sobre a Mensagem nº 16, de 2017 (nº 69, de 2017, de origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema (Ancine), na vaga decorrente do término do mandato da Sr<sup>a</sup> Rosana dos Santos Alcântara.

Discussão do parecer. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 291, inciso I, alínea "e", do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores já podem votar.

Está aberto o painel.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Fernando Bezerra, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Sem revisão do orador.) – Enquanto os Senadores e Senadoras se deslocam até o plenário para participar desta votação nominal, eu queria fazer um registro que considero muito importante para os interesses do Semiárido do Nordeste.

Na última sexta-feira, finalmente foi publicada a portaria que regulamenta o subsídio para a venda do milho em balcão através da Conab. São 200 mil toneladas que estão sendo deslocadas



desde a região produtora do Mato Grosso até os Estados do Nordeste brasileiro. Essa é uma medida importante que contou com a sensibilidade do Presidente Michel Temer no sentido de ajudar a socorrer, sobretudo, os pequenos criadores de caprinos, ovinos, os produtores de leite nas diversas bacias leiteiras do Nordeste brasileiro. Para se ter uma ideia da importância desse programa – já começou ontem a comercialização do milho nos diversos armazéns da Conab, espalhados por todo o Nordeste –, a saca do milho estava sendo comercializada, no Nordeste, na faixa de R\$67, e, agora, o milho pode ser adquirido, pelos pequenos produtores e criadores, na faixa de R\$33. Portanto, essa é uma medida importante, de que eu quero fazer aqui o registro no plenário do Senado Federal. Isso vem dar um alento à agricultura familiar da região que vem sofrendo, pelo sexto ano consecutivo, uma estiagem que desorganiza a produção rural, que coloca muitas dificuldades para a manutenção das propriedades e que, consequentemente, tem repercussões também muito sérias, muito graves na geração do emprego.

Eu queria, Sr. Presidente, ao lado de dar essa boa notícia, pedir o empenho de V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente do Senado Federal, como Senador pelo Estado do Ceará. Hoje eu fiz um apelo ao Senador Tasso Jereissati, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da nossa Casa, para que ele pudesse fazer uma mobilização ao lado de V. Ex<sup>a</sup> no sentido de sensibilizar o Ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em relação à definição e à fixação das taxas de juros dos fundos constitucionais. Não podemos nos calar.

Esse é um tema recorrente. Eu tenho abordado isso desde o início de março, porque houve uma expectativa de que as taxas de juros dos fundos constitucionais pudessem ser bem definidas e regulamentadas na última reunião do Conselho Monetário Nacional. Infelizmente, a decisão do Conselho Monetário Nacional foi para uma redução pífia de 0,5%, acompanhando a redução das taxas de juros da TJLP. Eu insisto: os juros dos fundos constitucionais não têm nada a ver com as taxas de juros de empréstimos de longo prazo do BNDES. No caso do BNDES, o Tesouro brasileiro vai a mercado, vende letras, se endivida e repassa esse dinheiro para o BNDES emprestar a taxas de juros subsidiadas, gerando, portanto, desequilíbrio nas contas públicas. No caso dos fundos constitucionais, não é essa a situação. Os fundos constitucionais são formados de recursos que vêm do IPI e do Imposto de Renda. Existe um comando constitucional de que os juros têm que ser diferenciados para poder promover o desenvolvimento regional e a construção de uma Federação mais equilibrada.

Portanto, eu quero aqui lembrar também que recentemente aprovamos uma medida provisória que permitiu a definição dessas taxas de juros com um redutor do coeficiente do desenvolvimento regional, ou seja, aplicar-se-ia às taxas de juros dos fundos constitucionais uma redução proporcional à renda *per capita* domiciliar do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste comparada à renda domiciliar média do nosso País.

É importante que as autoridades do Ministério da Fazenda possam compreender a diferença da fixação dos juros do BNDES com a definição dos juros dos fundos constitucionais. Portanto, eu quero aqui fazer um apelo a V. Ex<sup>a</sup>: que V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente do Senado Federal, ao lado do Senador Tasso Jereissati, ao lado do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, que é um grande defensor dos interesses da Região Norte do País, que todos nós pudéssemos nos mobilizar para que essa fixação, essa definição pudesse ser feita ainda no mês de abril. Para contratar um empréstimo, você leva de três a seis meses. Se nós adiarmos a definição dessas taxas de juros, esses recursos



ficarão entesourados no Banco do Nordeste e no Banco da Amazônia. E não é possível, no momento em que o Nordeste sofre a maior retração econômica da sua história, o Governo Federal, que dispõe desses instrumentos, não acelerar e não agilizar a definição das taxas de juros dos fundos constitucionais.

Portanto, eram estes dois registros que eu gostaria de fazer: um em relação à regulamentação, à definição da venda do milho a preços de balcão pela Conab; e a urgência em que a gente aqui insiste para que haja uma regulação dos juros dos fundos constitucionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu convido os Senadores e as Senadoras para virem ao plenário. Estamos em um processo de votação nominal.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Benedito de Lira, tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu recebi uma informação de um grupo de criadores do Semiárido do meu Estado. Na mesma linha do raciocínio do Senador Fernando Bezerra – na verdade, essa portaria do Presidente da República autorizou 200 mil toneladas de milho para atender aos pequenos criadores do Semiárido nordestino –, eu queria fazer aqui um apelo ao Ministério da Agricultura, também endereçado à Conab: a seca não faz distinção. Ela é seca para o pequeno, para o médio e para o grande. E a informação que me chegou ao gabinete é de que a Conab só está vendendo milho para os criadores do Nordeste que são detentores apenas de quatro módulos fiscais. Isso, Sr. Presidente, deixa de fora a grande maioria dos produtores e dos criadores, principalmente aqueles que trabalham na área do gado leiteiro, que é o que acontece no Semiárido do meu Estado de Alagoas.

Então, eu aproveito esta oportunidade – já agradeço ao Presidente, já agradeço ao Ministro da Agricultura, aos Ministros diretamente envolvidos – para fazer este apelo ao Ministério da Agricultura, através da Conab, no sentido de que a venda do milho seja também para atender aos médios e aos produtores de leite do Sertão de Alagoas, e não limitar apenas a quatro módulos, porque aí, Sr. Presidente, talvez nem esse povo possa comprar uma quantidade suficiente de milho. Por isso eu faço este apelo – repito – ao Ministério da Agricultura a fim de que reavalie. Também me chegou a informação de que isso é uma tabela feita ao longo de muitos anos atrás, e a coisa é mais grave do que se possa imaginar. Foi atendido o apelo dos pequenos e médios produtores do Nordeste. Agora, a limitação de quatro módulos fiscais é insuficiente para atender àqueles que estão vivendo as mesmas dificuldades daqueles que têm quatro módulos fiscais. Esse é o apelo que eu dirijo da tribuna do Senado diretamente para o Ministério da Agricultura rever essa situação e dar uma solução, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, pede a palavra o Senador Caiado e, na sequência, o Senador Flexa Ribeiro.

Senador Caiado.



**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sou eu, Sr. Presidente?

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, desde a semana passada, o setor produtivo primário vem passando por momentos de muita inquietação. Tivemos o caso específico da Carne Fraca. Logo a seguir, ficou claro e evidente que o setor cumpre todas as regras sanitárias, com exceção de algumas poucas plantas frigoríficas e também de alguns funcionários públicos não merecedores dessas credenciais, que realmente fraudavam ou facilitavam àqueles empresários que foram identificados. Mas a repercussão dada trouxe um abalo forte ao setor, que hoje é um dos mais importantes, e nós somos hoje o maior exportador de carne.

Outro fato, Sr. Presidente, é em relação ao Funrural. O Funrural foi julgado agora pelo Supremo Tribunal Federal e, por um resultado final de seis votos a cinco, foi considerada como constitucional a cobrança do Funrural. É importante que seja dito que isso está causando uma inquietação generalizada no setor, uma situação de inquietação a ponto de a classe estar se organizando para poder, a partir do dia primeiro de maio, a definir uma data no início do mês de maio, promover um grande evento, uma grande mobilização no País localizada nos Estados ou caminhando para Brasília, mostrando que o setor precisa ter regras claras e não pode ficar com essa sobrecarga que tem hoje, do ponto de vista tributário, já que o setor não tem nenhum apoio do ponto de vista logístico e muito menos em relação às outras infraestruturas necessárias para que possamos ser competitivos, apesar da capacidade produtiva da agropecuária brasileira.

Mas o mais grave, Sr. Presidente, é que, neste momento, dependendo do acórdão que será publicado nos próximos dias, poderemos, aí sim, provocar um percentual de inadimplência em milhares e milhares de produtores rurais e, a partir desse momento, não terem acesso ao crédito rural.

A dívida acumulada do Fundo Rural, ao se contabilizarem os últimos cinco anos, pode chegar a até 25% da renda bruta do produtor no ano anterior. Ou seja, são dados preocupantes. A Frente Parlamentar da Agricultura deliberou, na manhã de hoje, que nós vamos, em primeiro lugar, entrar com toda as ações judiciais para tentarmos rever essa decisão.

O segundo ponto: nós vamos buscar, aí sim, com a sintonia entre a Câmara e o Senado Federal, a produção ou a redação de dois projetos: um projeto tratando do passado, ou seja, do dia do julgamento até os cinco anos sobre os quais querem impor o pagamento ao setor; e outro projeto de lei reorientando e, a partir daí, também definindo os critérios claros de como o setor rural deve pagar a Previdência.

Além disso, Sr. Presidente, a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados em conjunto com a Comissão de Agricultura do Senado Federal estão propondo uma audiência pública para a qual deveremos chamar o Ministro da Fazenda, o Ministro do Planejamento e o Ministro da Casa Civil, para mostrarmos a eles que o único setor que vem sobrevivendo a todos os momentos e a todas as crises, hoje responsável pelo único ponto de sustentação da economia brasileira, não suporta conviver debaixo de sobressaltos que, a cada momento, mudam e alteram a tributação do setor da agropecuária brasileira.

Como tal, Sr. Presidente, encerro pedindo a ponderação do Governo. Se já temos uma decisão do Supremo, temos que ter o bom senso, o equilíbrio da área econômica, da Presidência da República, para que busquem uma alternativa que não seja simplesmente querer se confrontar com o



setor produtivo primário e querer imputar a ele uma dívida que poderá levar a sequelas inimagináveis, entre elas o total impedimento de acesso ao crédito, a inadimplência de vários setores e o comprometimento da nossa capacidade de gerar alimentos.

É o que quero alertar ao Governo e pedir que haja moderação, equilíbrio e abertura para o diálogo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo que me foi concedido.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, depois ao Líder Wilder.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Eunício Oliveira, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, estou recebendo, com muita alegria, Presidente Eunício, a visita de cinco vereadores da Câmara Municipal do Município de Jacundá, no meu querido Estado do Pará. O Daniel dos Estudantes, a Mariza, o Rafael Garrancho, a Raylane Pequena e o Edinho. Eles estão em visita à Brasília, estiveram no nosso gabinete fazendo várias reivindicações em benefício do povo de Jacundá. Quero aqui também aproveitar e mandar um abraço ao Prefeito José Martins e ao Vice-Prefeito Ismael, do PSDB.

Entre os pedidos, fizeram um para que nós pudéssemos intervir para colocar em funcionamento imediato, se possível, a agência do INSS em Jacundá. A agência está pronta, mas não está funcionando ainda. Aqueles que precisam tratar dos seus interesses na agência para chegar à aposentadoria ou para receber uma pensão têm que se deslocar para Marabá, para Tucuruí, andando centenas de quilômetros para poderem chegar.

Fiz um contato com o presidente do INSS, Dr. Leonardo, que transmitiu a eles que vai priorizar para colocar em funcionamento a agência de Jacundá brevemente. Acredita ele que, nos próximos 60 dias, 90 dias, estará em Jacundá inaugurando a agência, conforme foi relatado aos vereadores.

Eu quero aqui aproveitar essa oportunidade para que eles possam, do plenário do Senado, visitar todos nós aqui e que possam levar essa notícia auspiciosa para todos os nossos amigos e amigas de Jacundá.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Wilder Moraes.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de requerer a V. Ex<sup>a</sup> para que colocasse o Requerimento 165, de minha autoria, no qual requeiro a realização de uma audiência especial em homenagem à nossa polícia do Estado de Goiás, que faz 159 anos, Presidente. Então, eu queria que se colocasse em votação hoje aqui esse requerimento de minha autoria, o Requerimento 165.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PMDB - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, Senador Hélio José.

**O SR. HÉLIO JOSÉ** (PMDB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar o acerto dessa indicação do nosso querido Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para ir para a Ancine; uma pessoa preparada, uma pessoa que já foi um servidor público concursado, que conhece do mercado, que sabe do fomento, que conhece da relação com as ONGs. Então a



Presidência da República acerta em cheio nessa indicação do Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para a Ancine.

Eu tive o privilégio de participar hoje da sabatina como um todo, ver a competência e o preparo do indicado. Também recebi no meu gabinete o nosso querido e ilustre Cacá Diegues, do nosso lendário filme *Bye Bye Brasil*; recebi também a Suzana Pires e as demais pessoas que estavam com ele, demonstrando o quanto o Sérgio vem respaldado para essa indicação da Ancine.

Então, quero cumprimentar o Governo brasileiro pelo envio do nome do Sérgio, cumprimentar todos os colegas Senadores desta Casa e solicitar a todos que votem favoráveis a essa importante indicação para a Ancine, de uma pessoa preparada e conhecedora, que é o nosso amigo Sérgio Sá Leitão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, Senador Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> a leitura do requerimento em que eu solicito o desapensamento da PEC 24 da PEC 131 – a PEC 24, de 2012, da PEC 131, de 2015. Hoje o autor é o Senador Tasso Jereissati. Já nos entendemos com o Líder do Governo. O Líder do Governo quer votar o projeto. Então, nós estamos solicitando a leitura do nosso requerimento, para que amanhã possamos votar esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

A matéria se encontra na CCJ para apensamento, e houve um requerimento de apensamento. Então, eu vou fazer a leitura, antes do final da sessão, do requerimento de V. Ex<sup>a</sup>. E amanhã, para que a matéria possa vir à mesa...

Com a matéria à mesa, aí eu posso botar o requerimento de V. Ex<sup>a</sup> em votação, na sessão de amanhã, às 10h30, ou na próxima terça-feira.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Presidente.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, Senadora Gleisi Hoffmann.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada. Saúdo V. Ex<sup>a</sup> e os nossos Colegas.

Eu pedi a palavra para fazer um registro, Sr. Presidente. Neste final de semana, no domingo, dia 9, o nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, fez um processo de eleição direta do Partido para renovar as suas direções municipais e também eleger delegados para os encontros estaduais que realizaremos em maio e o Encontro Nacional do Partido, que realizaremos em junho. Mais de 250 mil militantes compareceram às urnas partidárias para fazer a eleição direta dos dirigentes municipais e escolher os delegados que os representarão nos encontros, tanto em nível regional como em nível nacional. Faço esse registro porque considero isso de grande relevância para a democracia brasileira.



O Partido dos Trabalhadores sempre propugnou pela democracia interna e sempre teve mecanismos participativos de eleição da sua direção. Mesmo submetido, nos últimos anos, a uma verdadeira execração pública – o que, aliás, é o acúmulo dos vários anos em que foi governo, em que também recebeu muita crítica, difamação, desconstrução –, ainda assim a militância do nosso Partido se mobiliza e mostra a força do Partido dos Trabalhadores.

Acho que não existe na democracia brasileira um partido com a capacidade de mobilização de seus filiados e militantes para fazer a discussão da linha partidária, dos seus princípios, dos seus programas e eleger a sua direção partidária. Então, eu queria cumprimentar toda a militância do Partido dos Trabalhadores: filiados e filiadas, os dirigentes do Partido, em nível municipal, estadual, nacional, que organizaram esse processo de eleições diretas.

Já há algum tempo o Partido utiliza as eleições diretas para dirigir, para eleger os seus dirigentes. Tenho certeza de que essa renovação do Partido dos Trabalhadores, com o ânimo da nossa militância, com a nossa militância aguerrida na defesa do Partido, na defesa de Lula, mas sobretudo na defesa da democracia brasileira contra o golpe que tivemos neste país, na defesa dos direitos dos trabalhadores, contra a reforma da previdência, contra a reforma trabalhista, contra a terceirização, esse processo todo vai nos conduzir novamente, em 2018, à reeleição do Presidente Lula para Presidente do Brasil.

Se há alguém que consegue conduzir este País a voltar a ter esperança, a ter programas de distribuição de renda, de desenvolvimento econômico, programas que melhorem a vida do povo brasileiro – programas esses que estão sendo destruídos neste Governo que não tem compromisso com a população –, esse alguém para conduzir o processo é Luiz Inácio Lula da Silva.

Então, queria deixar registrado neste plenário a demonstração de vigor, de força, de participação da militância do PT no domingo, dia 9, que, repito aqui, levou às urnas partidárias mais de 250 mil filiados; é demonstração do que nós vamos ter, da força do partido na eleição do Presidente Lula – uma eleição que vai trazer, como eu disse aqui, novamente a esperança ao povo brasileiro e resgatar os programas sociais que estão sendo desmontados pelo Governo que assumiu no lugar da Presidenta Dilma, resgatar o modelo de desenvolvimento econômico inclusivo, e fazer muito mais do que fez nos últimos 12 anos de governo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Fátima Bezerra.

**A SR<sup>a</sup> FÁTIMA BEZERRA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero me associar aqui à Senadora Gleisi e também saudar os militantes filiados e filiadas ao nosso Partido, que neste último domingo, conforme disse aqui a Senadora Gleisi, deram mais uma demonstração de amor ao PT, deram mais uma demonstração do quanto o PT continua sendo um instrumento muito importante, muito estratégico para continuar a nossa luta em defesa da democracia, principalmente nesses tempos em que nós estamos vivendo – tempos, inclusive, Sr. Presidente, em que o PT tem sido alvo de muita campanha difamatória. O PT tem sido alvo inclusive de um processo de criminalização junto à nossa principal liderança, que é o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Tempos em que o nosso Partido foi duramente atingido, porque, afinal de contas, o mandato presidencial foi cassado, da forma



vergonhosa como foi, através da Presidenta Dilma, cuja filiação era a filiação, como continua sendo, ao Partido dos Trabalhadores.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que frente a tudo isso, repito, mais uma vez o Partido dá uma demonstração de força, de unidade, de compromisso, de esperança e de confiança renovada. O processo de eleições diretas se iniciou neste último domingo em mais de 4 mil Municípios pelo País afora. O processo de eleições diretas lá no meu Estado, Rio Grande do Norte, a exemplo dos demais Estados, teve uma participação expressiva dos nossos filiados e filiadas, o que demonstra claramente, claramente, o quanto o PT continua sendo, volto a afirmar, um importante instrumento, Senadora Gleisi, de defesa do Brasil, de defesa da democracia.

O Partido dos Trabalhadores cada vez mais tem consciência de que ao lado de outras forças no campo da oposição, ao lado, sobretudo, das ruas, dos movimentos sociais, dos movimentos populares... O PT, mais do que nunca, tem consciência do desafio que está colocado para todos nós agora, que é resistir frente a essa agenda de retirada de direitos, que é barrar essas reformas que vêm na direção, como a reforma da previdência, como os projetos de lei que tratam sobre a terceirização, que é a PEC 55, que congelou os investimentos nas áreas sociais pelos próximos 20 anos.

O PT, mais do que nunca, tem consciência do desafio e da missão que nós temos a cumprir neste momento, que é barrar essas reformas, que é trazer a democracia de volta com a realização de novas eleições diretas já, e trazendo, sim – trazendo, sim –, a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, pelo que ele representa de esperança do povo brasileiro, para que nós possamos colocar o Brasil em outro rumo, para o Brasil se encontrar com a democracia, se encontrar com aquele projeto iniciado pelo Presidente Lula, com distribuição de renda, com geração de emprego e com inclusão social. Então, a mensagem que fica do processo congressional do PT que se inicia exatamente neste domingo é exatamente essa, Senador Humberto, é da vitalidade e da força do nosso Partido.

Eu quero encerrar dizendo que o processo continua, até porque, como disse aqui a Senadora Gleisi, nós vamos ter agora a etapa dos congressos estaduais, quando serão escolhidas as direções estaduais, e vamos coroar, em junho, através do Congresso Nacional, Marisa Letícia Lula da Silva, quando nós escolheremos a Presidência Nacional do PT e a Direção Nacional.

Quero aqui, de público, saudar a Senadora Gleisi e o Senador Lindbergh, os dois nomes colocados à disposição da militância dos filiados e filiadas de todo o Brasil, e quero saudá-los pelo quanto eles qualificam este momento rico que o PT vive, pela trajetória de cada um, trajetória militante, de atuação política parlamentar competente, e pelo quanto eles expressam o que a militância defende em todo o País, que é um partido militante, um partido comprometido, sobretudo, com a defesa da democracia no nosso País. Seu nome, Gleisi, e o do Senador Lindbergh representam também uma renovação de caráter geracional e de gênero muito importante.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou encerrar a votação.

Todos já votaram? Todos já votaram?

Está encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Votaram "SIM" 50 Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores; votaram "NÃO" 04 Srs. Senadores.



Uma abstenção.

Está aprovado o nome do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema (Ancine) na vaga decorrente do término de mandato da Sr<sup>a</sup> Rosana dos Santos Alcântara. **(Lista de votação - Vide item 2.2.2 do Sumário)**

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

Há requerimentos sobre a mesa.

Requerimento do Sr. Líder do PMDB, Senador Romero Jucá.

Requeiro, nos termos do inciso V do art. 175 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 218, de 2016, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente, a fim de que se possa cumprir o disposto no parágrafo único do art. 255 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala de sessões.

Senador Romero Jucá. **(Requerimento nº 232/2017 – Vide item 2.2.3 do Sumário)**

As Sr<sup>as</sup> Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Há, sobre a mesa, requerimento do Senador Capiberibe:

Requeremos, com fundamento nos arts. 258, 356, 358 e 372, todos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o retorno à tramitação autônoma das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) nº 24, de 2012, e nº 131, de 2015, pelos fundamentos abaixo. **(Requerimento nº 233/2017 – Vide item 2.2.4 do Sumário)**

Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento do Senador Capiberibe.

Requerimento sobre a mesa, requerimento do Senador Paulo Paim:

Requeiro, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 218, de 2016, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente, além de constar despacho inicial de distribuição, que seja ouvida também a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

No mesmo sentido, outro requerimento do Senador Paulo Paim, na CCJ.

No mesmo sentido e sobre a mesma matéria, na CDR (Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo).

No mesmo sentido, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Srs. Senadores, vamos votar os requerimentos em globo.

Também pede para que seja aprovado na Comissão de Reforma Agrária e Agricultura. **(Requerimentos nºs 234 a 238/2017 – Vide itens 2.2.5 a 2.2.9 do Sumário)**

Em votação.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

Para encaminhar, em nome do Senador Paim.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para encaminhar, pede a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.



**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Eu queria só aqui deixar registrado – o Senador Paim não pôde estar nesta sessão, inclusive está em tratamento médico, mas queria deixar registrado aqui – o apoio da Bancada do Partido dos Trabalhadores ao requerimento do Senador Paulo Paim, pela importância que tem esse tema e a importância da oitiva em outras comissões.

Sei que a Senadora Marta aqui tem um encaminhamento, inclusive, em relação à CAS, para que o projeto não seja votado hoje. Eu tinha conversado com ela, mas gostaria também que o Plenário refletisse sobre a importância de outras comissões que foram arroladas pelo Senador Paim, para que pudessem avaliar esse projeto de lei. Nós estamos falando de um projeto de lei que é sobre o trabalho intermitente. Votamos recentemente no Congresso Nacional, com voto contrário nosso, a lei da terceirização, o que é ruim, já, para os trabalhadores. O trabalho intermitente também vem nesse sentido de precarizar as condições de trabalho e os direitos trabalhistas no Brasil. Nós estamos tendo uma ofensiva em cima dos direitos trabalhistas, dos direitos sociais. Nós não podemos fazer isso com essa forma, nessa rapidez...

*(Soa a campanha.)*

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... sem com que a gente possa fazer uma discussão mais aprofundada do tema. Então, eu queria aqui defender o requerimento do Senador Paim...

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB - RR) – Para contraditar, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> GLEISI HOFFMANN** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... e pedir para que esse requerimento possa, sim, essa matéria possa, sim, tramitar nas comissões por ele apontadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Só para informar o Plenário, foi aprovado agora há pouco o requerimento do Senador Romero Jucá, para que essa matéria retorne à CAS. E foi aprovado pelo Plenário o retorno dessa matéria à CAS.

Há uma solicitação do Senador Romero Jucá para contraditar e há uma solicitação do Senador Randolfe Rodrigues.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB - RR) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra para contraditar.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB - RR) – Só rapidamente para registrar...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Jucá, só um minuto, por favor.

Eu só queria explicar ao Plenário que, além do requerimento que já foi aprovado para voltar para a CAS, há cinco requerimentos do Senador Paim para que essa matéria tramite em mais cinco comissões. Daqui a pouquinho, eu vou botar em votação esses requerimentos. Os Senadores que concordam vão ficar quietinhos, os Senadores que não concordam devem levantar o braço.

Senador Romero Jucá, para contraditar.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB - RR. Para contraditar. Sem revisão do orador.) – Só para esclarecer, essa matéria é muito importante e tinha urgência de Líderes para ser votada hoje aqui, na urgência, no plenário.



Como é uma matéria que passa historicamente pela decisão da Mesa, pela Comissão de Assuntos Sociais, nós entendemos que seria importante pegar o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. Concordamos com o pleito da Presidente da Comissão, a Senadora Marta, e fizemos um requerimento retirando essa urgência e mandando para a Comissão de Assuntos Sociais para ser discutida. O Relator lá é o Senador Armando Monteiro.

Ora, nós entendemos que, passando também pela Comissão de Assuntos Sociais, essa matéria vai ter a discussão apropriada. Ela seria votada hoje em urgência. Então, estamos atendendo e enviando à Comissão de Assuntos Sociais.

Nós damos parecer contrário às outras cinco comissões, porque entendemos que seria postergar uma discussão que é extremamente importante para garantir empregos e regularizar o sistema de trabalho. Portanto, o parecer é contra os cinco requerimentos e a favor...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB - RR) – ... do debate na Comissão de Assuntos Sociais. Portanto, o voto será "não" ao requerimento...

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB - RR) – ... encaminhado pelo PMDB e pela Liderança do Governo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para encaminhar, Senador Randolfe.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós vivemos tempos, no Congresso Nacional, em que nunca os direitos dos trabalhadores foram tão feridos. O Senado da República não pode fazer da mesma forma que foi feito na Câmara dos Deputados. Na Câmara dos Deputados, aprovaram na calada, recuperaram um projeto de 1998, que tinha sido pedido o seu arquivamento pelo Presidente Lula, pelo Executivo, em 2003, e aprovaram uma matéria atropelando o próprio Senado, que já debatia o tema da terceirização.

Essa matéria, esse PLS, Sr. Presidente, institui, no Brasil, a jornada intermitente. Não há dúvida de que é uma precarização total em relação aos direitos dos trabalhadores...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – ... e o que está estabelecido na Consolidação das Leis do Trabalho, que, há 70 anos, não previa esse tipo de jornada. Portanto, Sr. Presidente, um tema desse tem que ser debatido.

Nós não podemos dar vazão a essa ofensiva que está se processando, no Congresso Nacional, contra todo tipo de direito dos trabalhadores: primeiro, a terceirização; agora, a instituição da jornada intermitente. Portanto, uma matéria dessa natureza não pode ser votada só sendo apreciada em uma comissão e trazida, às pressas, aqui. Nós não podemos nos comportar como a Câmara dos Deputados se comportou em relação à terceirização.



Por isso, o voto da Rede Sustentabilidade, o encaminhamento que faço agora, no plenário, é favorável ao requerimento do Senador Paulo Paim.

**A SR<sup>a</sup> MARTA SUPLICY** (PMDB - SP) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Humberto Costa para encaminhar.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também entendo que esse é um assunto de extrema gravidade, extremamente importante, primeiro, porque já há uma proposta tramitando, na Câmara dos Deputados, de iniciativa do próprio Governo, que trata de uma reforma trabalhista.

Não há necessidade, portanto, de o Senado Federal querer se adiantar a essa discussão e votar um assunto tão delicado como esse, que retira direitos importantes dos trabalhadores e precariza o trabalho. Sem dúvida, estão aí os exemplos de vários países que adotaram esse tipo de iniciativa e alguns, inclusive, já voltando atrás. Alguns até que criaram alguns empregos, mas empregos da pior qualidade e inteiramente precarizados.

Além disso, há um questionamento feito pela própria Procuradoria-Geral do Trabalho, da constitucionalidade dessa matéria. E, por isso, no mínimo nós deveríamos escutar a CAS e a Comissão de Constituição e Justiça.

Então, a minha intervenção vem no sentido de que possamos votar favoravelmente – quer dizer, da CAS já está definido – a que esse processo vá para a Comissão de Constituição e Justiça, pelo menos.

Obrigado.

**A SR<sup>a</sup> MARTA SUPLICY** (PMDB - SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Pela ordem, Senadora Marta Suplicy.

**A SR<sup>a</sup> MARTA SUPLICY** (PMDB - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a CAS está plenamente instruída para votar esse projeto. Tivemos audiência pública; tivemos o relatório lido pelo Senador Armando Monteiro; tivemos discussões; e foi submetido à vista coletiva. Já temos toda a condição de fazer essa tramitação no próximo dia 19 de abril – como já foi dada ampla possibilidade. E teremos, dia 19 de abril, outra audiência... Não é audiência, teremos o tempo que for necessário para a votação do projeto.

Acredito que, desse modo, a necessidade de votação em urgência aqui é absurda, totalmente desnecessária. Volta à CAS e lá poderemos fazer essa discussão com toda a calma. E, se por acaso acharem que possa ser feita junto com a CCJ, podemos fazê-la conjunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Vou colocar...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Estava aqui me inscrevendo... Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.



Presidente, essa matéria é tão complexa que ela foi objeto – em outro projeto mais antigo, do século passado, que foi desengavetado – pela Câmara dos Deputados. Quer dizer, foi aprovada, essa matéria, com outro texto, na Câmara dos Deputados e, agora, ela está sendo reeditada aqui no Senado Federal com outra linguagem.

Como se trata, Sr. Presidente, de um projeto de natureza polêmica, eu gostaria de ser ouvido, gostaria de participar, de debater esse projeto lá na Comissão de Justiça, comissão da qual eu participo há anos. E projetos importantes, como este, que chamam a atenção dos segmentos do trabalho, do empresariado, matérias como essa nunca deixaram de passar na Comissão de Justiça.

Por isso que eu votarei no requerimento do Senador Paulo Paim, que manda para as comissões competentes a deliberação e a discussão desse projeto.

É a minha ponderação que faço, Sr. Presidente, já que esta Casa nunca deixou de usar as suas comissões permanentes, porque cada uma tem o direito de opinar sobre todos os aspectos constitucionais, legais e também econômicos e sociais a respeito de matérias polêmicas. E esta é uma matéria polêmica, temos que entender.

Por isso, o meu voto é favorável ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Lídice da Mata.

**A SR<sup>a</sup> LÍDICE DA MATA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é para acompanhar o posicionamento do Senador Antonio Carlos Valadares e dizer que não é possível que matéria de tamanha relevância nós possamos apenas debater numa comissão sem que passe pela CCJ ou por outras comissões que discutem o mérito dessa matéria. Não vejo prejuízo nisso acontecer. Acho que, quanto mais a matéria vem amadurecida para o plenário, nós podemos avançar na votação do Plenário.

Por isso, quero concordar com o requerimento do Senador Paim, com a defesa já aqui efetivada pelo Senador Randolfe Rodrigues e Antonio Carlos Valadares, ambos da Comissão de Justiça, que expressam esse posicionamento. Acho que é muito grave passar alguma matéria de tanta importância sem que a CCJ debata, que é a comissão com maior presença de Senadores na Casa, a maior comissão, a que trata dos aspectos jurídicos e que não é possível que fique fora desse processo. No mínimo, a CCJ tem que ser incorporada nessa discussão, mas acho que outras comissões deveriam tratar do assunto, além da CAS e além da CCJ.

Por isso, Sr. Presidente, eu declaro o meu voto favorável ao requerimento do Senador Paulo Paim.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Fernando Bezerra.

**O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da Liderança do PSB, secundando a manifestação dos Senadores Antonio Carlos Valadares e Lídice da Mata, eu queria pedir a compreensão do meu Líder, do Líder do Governo, Romero Jucá, porque essa matéria foi apreciada hoje na reunião do Colégio de Líderes.

Eu já ali me manifestava sobre a necessidade de aprofundarmos esse debate, no sentido de a matéria ser encaminhada às comissões técnicas, até porque o Governo acabou de encaminhar uma



reforma trabalhista, que está sendo apreciada na Câmara dos Deputados. Então, a minha posição, como Líder do PSB, é para que pudéssemos fazer um entendimento com a Liderança do Governo e que fossem ouvidas duas comissões: a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Assuntos Sociais.

Eu acho que, com isso, nós garantiríamos o debate necessário para que a matéria pudesse amadurecer e pudéssemos trazê-la a plenário para deliberarmos, mas que, pelo menos, tramitasse em duas comissões, a de Constituição e Justiça e a Comissão de Assuntos Sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Jucá.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Jucá; depois o Senador Cidinho e a Senadora Kátia.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB - RR. Sem revisão do orador.) – O PSB, Sr. Presidente, faz uma proposta. Nós já aprovamos aqui a Comissão de Assuntos Sociais. Havia um requerimento para mais cinco comissões, o que denotava explicitamente uma tentativa de parar a votação. Como há uma proposta, de meio termo, de se ouvir a Comissão de Assuntos Sociais e a CCJ, nós concordamos com esse entendimento para atender o PSB e para dizer que nós não estamos querendo fugir da discussão. Inclusive, vamos sugerir ao Senador Edison Lobão que o Relator da CCJ possa ser também o Senador Armando Monteiro, exatamente para que ele possa debater em dois âmbitos de comissões diferentes.

Portanto, dentro desse acordo estamos a favor do entendimento, Sr. Presidente.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (PMDB - TO) – Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Romero, obrigado.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Já dou a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

O Senador Cidinho e depois V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT) – É só para registrar...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Só um minutinho.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para registrar o meu voto "sim" na última votação, acompanhando o Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup>.

Senadora Kátia; depois, o Senador Moka. Mas antes, a Mesa, de ofício, vai deferir a votação em separado dos dois requerimentos. Para a CAS já foi aprovado, e apenas...

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB - RR) – Da CCJ.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (PMDB - TO) – Da CCJ.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Da CCJ.

Eu vou colocar primeiro em globo os outros e, depois, da CCJ separadamente.

Senadora Kátia.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (PMDB - TO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o PMDB encaminha a favor desse acordo, que é bastante razoável. A Senadora Lídice da Mata gostaria de debater mais o tema com outros Senadores, e o Senador Fernando Bezerra propõe o razoável: que



nós possamos discutir a matéria em duas Comissões. O PMDB encaminha favorável a esse requerimento.

E na votação anterior encaminhamos Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para a Ancine. Voto favorável, inclusive com o meu, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Mesa registrará a manifestação de V. Ex<sup>a</sup> em relação ao voto.

E o PMDB encaminha "não" aos quatro requerimentos e "sim" ao encaminhamento do requerimento da CCJ.

Senador Moka com a palavra.

**O SR. WALDEMIR MOKA** (PMDB - MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas e tão somente para dizer que eu acho realmente que essas duas Comissões, a CAS e a Comissão de Constituição e Justiça, vão esgotar realmente todas as dúvidas. É exatamente o debate, e pode ser aprofundado nessas duas Comissões. E nós vamos trazer novamente ao plenário depois de ter passado... Lembramos que a CAS é a comissão exata onde se discute essas questões trabalhistas – eu já presidi a CAS –, e é o mérito. E a questão da constitucionalidade, na Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, acho muito razoável e acho que o caminho é exatamente este: votarmos a CAS e a Comissão de Constituição e Justiça. Está de bom tamanho.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Eu vou colocar em globo – em globo – os quatro outros requerimentos.

Senador Romero Jucá.... Quando o Senador Romero Jucá terminar a ligação eu falo com ele. *(Pausa.)*

Senador Romero Jucá eu vou colocar os quatro requerimentos, em globo, já encaminhados por V. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – É no sentido do acordo.

Parece-me que está ficando claro. Eu acho que o razoável aqui é a mediação em plenário. Nem somente uma comissão nem as quatro comissões, mas a tramitação em duas comissões.

Nesse sentido nós concordamos com o que foi encaminhado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – A Rede muda posição.

Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores que rejeitam o requerimento levantem o braço. Os que não, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Rejeitados os requerimentos, em globo, das quatro: para a Comissão de Agricultura, para a Comissão de Assuntos Econômicos, para a Comissão de Desenvolvimento Regional e para a Comissão de Legislação Participativa.

E, por último, vou colocar em votação o que parece ser o entendimento do Plenário, que é a votação do requerimento para tramitar na Comissão de Constituição e Cidadania, que é do Senador Paim.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

A matéria vai à CCJ e à CAS para a instrução e posteriormente será incluída na Ordem do Dia. *(Pausa.)*



Eu vou chamar a atenção do Plenário para uma importante matéria que vamos votar na tarde de hoje.

Entre outras inovações desse Projeto de Lei nº 19, existem inovações trazidas pelo projeto: destaca-se a instituição do Fundo de Identificação Civil Nacional (FICN), com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento e a manutenção da Identidade Civil Nacional e das bases por ela utilizadas; e a criação de um comitê com integrantes do Poder Executivo Federal, do TSE, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Conselho Nacional de Justiça, com competência para estabelecer as diretrizes gerais dos padrões de informações biométricas e de formação do número, bem como para gerir a administração do Fundo.

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Trata-se de uma importante medida para a desburocratização do País, para aperfeiçoar a identificação do cidadão, facilitando o preenchimento de formulários e evitando duplicidades, além de ser, inclusive, um importante aliado da investigação criminal.

Esse projeto tem por objetivo a criação, como disse, da Identificação Civil Nacional (ICN), para identificar o brasileiro em suas relações com a sociedade e com os órgãos e entidades governamentais e privados.

Armazenada e gerida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a base de dados da Identificação Civil Nacional se utilizará de informações biométricas colhidas na Justiça Eleitoral, nos dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil, na central nacional de informações do CRC Nacional, e de tantas outras informações contidas nos institutos de identificação dos Estados e do Distrito Federal e do Instituto Nacional de Identificação.

Fica criado também o Documento de Identificação...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... Nacional (DIN), com fé pública e validade em todo o Território nacional. Nele será incorporado o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

O Parecer sob o nº 26, de 2017, da CCJ, é favorável, com parecer do Senador Antônio Anastasia.

Foram apresentadas as Emendas nºs 5 a 9, que serão disponibilizadas na tramitação da matéria. **(Vide item 2.2.10 do sumário)**

Concedo a palavra ao Senador Anastasia para proferir parecer sobre as Emendas 5 a 9, em substituição à CCJ.

Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>.

*(Soa a campanha.)*

**(Parecer nº 54/2017-CCJ/PLEN-SF)**

**O SR. ANTONIO ANASTASIA** (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores.

Trata-se de matéria sumamente importante, debatida de modo muito vivo na Câmara dos Deputados, por iniciativa do Governo, com a participação da Justiça Eleitoral e de diversos órgãos,



que cria um cadastro nacional para gerar uma única identidade para o Brasil, especialmente com base nos dados biométricos da Justiça Federal.

O objetivo do projeto, portanto, é criar esse cadastro nacional, permitir que esses números sejam compartilhados pelas diversas entidades governamentais, para dar mais confiabilidade aos nossos documentos, porque sabemos que hoje, sem dados biométricos, a carteira de identidade que é extraída nos Estados, lamentavelmente, muitas vezes, tem dificuldades e acaba servindo à falsidade e, até mesmo, a atos ilícitos e criminosos.

A matéria, como eu disse a V. Ex<sup>a</sup> e aos nobres pares, foi muito discutida na Câmara. Foi levada à CCJ com o nosso parecer favorável, de modo a aprová-la. Diante do tema, que é complexo e merece uma atenção especial, a nossa vontade sempre foi no sentido da sua aprovação, na forma que veio da Câmara, para permitir uma tramitação mais célere.

De todo modo, foram apresentadas emendas aqui, no plenário, Sr. Presidente, como V. Ex<sup>a</sup> acaba de mencionar, de nº 5 a nº 9, sendo que, nesse meio tempo, o Governo, em tratativas com os diversos segmentos interessados e também aqui com os Senadores, apresentou uma nota técnica, apontando que, por acordo, inclusive de acordo com o nosso Líder do Governo, Senador Jucá, irá apor alguns vetos ao art. 4º, §1º; ao art. 5º, §2º e inciso I, alínea "c"; ao art. 8º; e ao art. 10. Desse modo, as emendas que foram feitas em relação ao art. 8º, que se tratam da Emenda nº 5 e também da Emenda nº 9 e da Emenda nº 8, perderiam seu objeto.

Todavia, na Emenda nº 9, Sr. Presidente, me permito, de autoria do Senador Reguffe, uma emenda de redação que merece ser aprovada, independentemente de se o veto vier a ser apostado, porque houve um esquecimento da Câmara ao mencionar o Distrito Federal. Então, de fato, temos de acrescentar no §3º do art. 8º "a identificação civil dos Estados e do Distrito Federal". Por se tratar de uma emenda de redação, portanto, em relação à Emenda nº 9, o meu parecer é favorável.

A outra emenda que nós temos, a Emenda nº 6, que trata do art. 4º, §2º, de autoria do ilustre Senador Humberto Costa, pretende estender também a possibilidade da biometria a dados da Polícia Civil dos Estados e do Distrito Federal, mas que não existe ainda. Então, desse modo, em razão da possibilidade futura de nós termos um avanço, eu acredito que não seria recomendável a sua aprovação.

O Senador Antonio Carlos Valadares, como eu disse, apresentou aqui uma ideia interessante, no art. 8º, que trata de inserir a Carteira Nacional de Habilitação. Mas, como o art. 8º será objeto desse veto, eu ousaria sugerir ao eminente Senador Valadares, já que sua ideia é muito procedente, em projeto de lei autônomo de sua autoria, apresentar essa proposta.

Portanto, Sr. Presidente, o parecer é contrário às Emendas nºs 5, 6, 7 e 8 e favorável à Emenda nº 9.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para a discussão do projeto e da emenda em turno único,...

**O SR. REGUFFE** (S/Partido - DF) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – ... inscrevem-se o Senador Jucá, a Senadora Rose, a Senadora Kátia Abreu e o Senador Reguffe.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB - RR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, para registrar a importância desse projeto, quero dizer que o Governo apoia



este projeto. O projeto, inclusive, tem o apoio dos demais Poderes, do Poder Judiciário. O Tribunal Superior Eleitoral, inclusive, aparelhou-se para ter o equipamento necessário para fazer todo o cruzamento biométrico desses dados. Portanto, é um projeto consentâneo com a realidade. E, mais do que nunca, é importante que tenhamos um registro único no Brasil exatamente para evitar fraudes, para evitar, enfim, diversos crimes que não se investigam porque não há identificação de um Estado para o outro.

Portanto, a Liderança do Governo encaminha o voto "sim", aplaudindo o autor do projeto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir a matéria, Senadora Rose de Freitas.

**A SR<sup>a</sup> ROSE DE FREITAS** (PMDB - ES. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu registro com prazer este momento. Primeiro, estou há trinta anos no Parlamento, e há mais ou menos uns vinte anos a gente luta para que exista no País uma cédula única de identidade contendo a carteira de habilitação, o RG, o CPF e tudo o mais. O Brasil anda devagar, mas, de repente, um projeto como esse vem simplificar a vida do povo brasileiro. É um documento que tem fé pública, que tem validade em todo o Território nacional. Constantemente, a gente passa por este problema: documento que apresentamos e às vezes ele não é o documento certo para aquela hora. Então, eu acho que vem em boa hora e acho que essa questão do título de eleitor também, uma vez que as pessoas não costumam portar, mas têm a reivindicação de usá-lo a qualquer momento.

Portanto, quero parabenizar por esse objetivo de identificar o brasileiro com um documento único, simplificando a vida do brasileiro, que já sofre com as agruras de tanta burocracia em todas as repartições, em todos os lugares. Portanto, quero dizer aqui que a finalidade desse projeto é salutar, bem-vinda e em tempo para terminar com essa agonia de portar junto ou de manutenção de vários documentos ao mesmo tempo. Será uma economia processual, individual, que vai permitir que o brasileiro possa ter um documento e apresentá-lo sem contestação, com validade em todo o Território nacional.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir a matéria, Senadora Kátia Abreu.

**A SR<sup>a</sup> KÁTIA ABREU** (PMDB - TO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

O PMDB encaminha o voto favorável e aplaude esse projeto. Como disse a Senadora Rose de Freitas, já não era sem tempo. Agora, teremos uma única carteira que vai ter todos os números. Não precisamos mais ficar decorando inúmeros números, como identidade, CPF, carteira de motorista e título de eleitor, para quem tiver. Serão quatro identificações na mesma carteira. Isso é a modernidade, a desburocratização para todo o País. E, mais do que isso, além de desburocratizar, será mais segurança e mais controle da polícia, da investigação e da Justiça. Então, quero aplaudir essa iniciativa do Relator. O PMDB encaminha o voto a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senador Reguffe, para discutir a matéria.



**O SR. REGUFFE** (S/Partido - DF. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse é um projeto muito importante que ajuda a desburocratizar a vida do cidadão deste País na medida em que ele passa a ter um único documento de identidade, um único número.

Eu apenas fiz uma emenda, pois o autor esqueceu o Distrito Federal e colocou que vai ser emitido pelos institutos de identificação civil dos Estados. Eu fiz uma emenda de redação para colocar "dos Estados e do Distrito Federal", já que o Distrito Federal foi esquecido no projeto original.

E agradeço aqui ao Relator do projeto, Senador Anastasia, o ter acatado a minha emenda de redação.

Quero dizer que o projeto é um projeto meritório e meu voto será favorável. O projeto melhora muito, facilita a vida do cidadão, que vai passar a ter um único documento e um único número de documento. Hoje ele tem vários: é um de título de eleitor, é um de CPF, é um documento de identidade... Então, eu penso que é um projeto meritório, importante, e meu voto é favorável.

E mais uma vez quero agradecer ao Senador Anastasia, que acatou a minha emenda de redação.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao Senador Benedito de Lira.

**O SR. BENEDITO DE LIRA** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estava vindo de uma audiência no Ministério da Educação e ouvia o relatório do eminente Senador Anastasia. E, naquela oportunidade, ele fazia referência ao projeto, que é da maior importância e consolida todos esses documentos em um único documento. Isso não só facilita para o usuário, como exatamente para as próprias autoridades constituídas do País.

E eu ouvi quando o Senador Anastasia, e era exatamente o que eu iria cobrar dele, mencionava também a inclusão, nesse projeto, da carteira nacional de habilitação – da carteira de motorista, mais precisamente. Então, ele já me informou que esse documento ou essa carteira será objeto de um novo projeto de lei, considerando que, na hipótese de ter sido incluído, retornaria para a Câmara e retardaria a aprovação e a sanção do projeto.

Por essa razão, Sr. Presidente, eu acho que o projeto é da maior qualidade, é bom para atender às pessoas, aos usuários e àqueles que serão portadores de um único documento com todos os documentos incluídos. Então, o PP encaminha e recomenda o voto "sim" à matéria, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para discutir a matéria, Senador Randolfe.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só a rápida saudação, em especial, ao parecer do Relator Anastasia. É um diploma modernizante que nós aprovamos. Inadequados, burocratizantes, excessivos no País, nós temos vários documentos de identificação e de registro civil. Nós temos espalhados a certidão eleitoral, o título eleitoral, o registro geral – chamado RG, que é a carteira identidade –, o CPF. Ocorre a unificação com a criação da Identidade Civil Nacional, modernizante e desburocratizante, principalmente para o cidadão, que necessitava ter vários cadastros, vários números diferentes.



Esse é um diploma que eu tenho certeza de que, o Senado aprovando, estará dando uma contribuição para modernizar e facilitar a vida do cidadão brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Está encerrada a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o projeto.

Votação das emendas, nos termos do parecer. Não havendo quem queira...

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Para encaminhar, Senador Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Presidente, apenas para enaltecer o parecer do Senador Anastasia e compreender a razão pela qual ele não pôde aceitar as emendas que nós apresentamos para aprimorar o seu projeto, uma vez que, segundo o Senador Relator, há necessidade de que esse projeto seja, o quanto antes, levado à Presidência da República, para sanção.

Compreendendo a motivação, a justificativa do nobre Relator, na prática eu estou retirando as emendas. E uma delas é muito importante, porque diz que, entre os critérios adotados na nova identificação do cidadão brasileiro, se coloque também o número da carteira de motorista. Eu, por exemplo, quando viajo de avião, o documento que utilizo para me identificar não é nem a carteira de identidade. É a minha carteira de motorista.

Então, nobre Relator Anastasia, eu vou aceitar o conselho de V. Ex<sup>a</sup> e vou apresentar um projeto à parte, já alterando a proposta que nós vamos aprovar com o meu voto.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e retiro, Sr. Presidente, as emendas que eu apresentei a esse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Encerrada a discussão.

Votação agora das emendas, nos termos do parecer do Relator, Senador Antonio Anastasia.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas as emendas, nos termos do parecer.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental.  
**(Parecer nº 55/2017-CDIR – Vide item 2.2.10 do sumário)**

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a redação final.

A matéria vai à sanção presidencial.

Item 4 da pauta:

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2008 (nº 7.310, de 2006, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Arte da Ikebana-Sanguetsu.

Parecer nº 47, de 2017, da Comissão Diretora. O Relator foi o Senador Cássio Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido.

Em discussão. (*Pausa.*)



Não havendo quem queira discutir, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Vou encerrar a discussão.

Discussão do Substitutivo em turno suplementar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão sem apresentação de emendas.

O Substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284, do Regimento Interno.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Cidinho Santos.

Senador Cidinho Santos, V. Ex<sup>a</sup> está inscrito como primeiro orador.

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Pela ordem.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Eunício Oliveira. PMDB - CE) – Senadora Lúcia Vânia, com a permissão do...

**A SR<sup>a</sup> LÚCIA VÂNIA** (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Para registrar o meu voto, Sr. Presidente.

Na votação anterior, eu não estive aqui. Embora tenha sabatinado hoje o Presidente da Ancine, infelizmente, eu não pude estar na hora, e gostaria de registrar o meu voto favorável.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> para fazer a minha inscrição como orador, pela Liderança da Rede Sustentabilidade.

**O SR. CIDINHO SANTOS** (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu agradeço a oportunidade de estar mais uma vez na tribuna do Senado Federal.

Primeiramente, vou registrar a nossa participação ontem, juntamente com o Senador José Medeiros, na feira tecnológica denominada Parecis SuperAgro, no Município de Campo Novo do Parecis, no Estado do Mato Grosso. E a grande preocupação, Sr. Presidente, de todas as pessoas que nos procuraram lá, ontem – os agricultores, os produtores –, é com as taxas de juros que estão sendo cobradas dos fundos constitucionais e do custeio da safra agrícola.

Eu queria me solidarizar com o Senador Fernando Bezerra, que tem colocado que o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, está cobrando os juros hoje cobrados dos agricultores, dos recursos dos fundos constitucionais. Ele está se aproveitando de um momento em que nós temos uma inflação baixa, em que nós temos aí um momento crítico da economia brasileira, e está cobrando juros que não são compatíveis com a realidade do Brasil. E, dessa forma, o que nós temos hoje, tanto no FNO, no FCO, e em outros fundos constitucionais, são recursos que não estão sendo aplicados, num momento em que seria importante para a economia brasileira, na geração de emprego e renda, que esses recursos estivessem sendo aplicados em indústrias, em agroindústrias, em equipamentos e em várias outras modalidades.



Então, eu quero aqui fazer um apelo ao Ministro da Fazenda e também ao Presidente Michel Temer – hoje, no almoço, eu e o nosso Senador Armando Monteiro conversávamos sobre esse assunto da questão dos juros, das altas taxas de juros dos fundos constitucionais – para que tivessem essa sensibilidade de que é momento de flexibilizarmos essas taxas de juros, para que os recursos possam ser aplicados.

E outra preocupação também, Sr. Presidente, é que os bancos repassadores desses recursos, hoje, praticamente assumem todo o custo e o risco desta operação, e esses bancos criam critérios que torna praticamente impossível aos investidores ter acesso a esses recursos. Por que os bancos fazem isso? Porque eles têm um *spread* de 1% e 0,5% sobre o valor repassado. Se o cidadão não paga ou se a empresa não paga, o banco é que tem que restituir 100% desses recursos aos fundos. Por isso o Banco do Brasil e o Banco da Amazônia têm criado muitas restrições a repasses de recursos do FCO e também dos outros fundos da Sudam e da Sudeco.

Então, é preciso que também o Governo possa, através do Ministério da Integração Nacional... E já pedi audiência com o Ministro para tratar desse assunto, a fim de que possamos ter uma solução como tínhamos tempos atrás, quando o risco era dividido em 50% para o fundo e 50% para os bancos, porque, da forma que está hoje, não é interesse dos bancos emprestar e também, com o juro alto, não há interesse para o investidor buscar esses recursos para empreender no Brasil.

Então, é preciso que tenhamos uma consciência, nesse momento que vive a nossa economia, de que termos uma taxa de juro compatível com a realidade brasileira dos fundos constitucionais e também para o custeio da safra é interessante, para que possamos dar continuidade à expansão da nossa agroindústria e também dos investimentos no comércio, na indústria e nos serviços que esses fundos financiam hoje.

E, para encerrar, Sr. Presidente, quero falar sobre o Funrural. O nosso Presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, Deputado Federal Nilson Leitão, que se encontra no plenário, está, junto com a FPA, junto com o Governo Federal, buscando alternativas para aliviar a situação das pessoas que, ao longo dos tempos, não recolheram o valor do Funrural, em função de uma liminar que existia na Justiça. Essa liminar foi derrubada no dia 30 de abril e deixou muita gente aflita, porque, se for para recolher, isso significará um custo muito alto para produtores. E, quando falo produtores, eu me refiro a todos os produtores, mais uma vez reiterando que não estou defendendo aqui o grande produtor.

O Funrural é contribuição não só de quem produz soja, milho, arroz, mas também do produtor de leite, do avicultor, do suinocultor... Toda pessoa que tem uma atividade rural e emite nota de produtor é obrigado a recolher o Funrural, o que estava suspenso através de uma liminar, que voltou agora.

Então, essa retroatividade do pagamento é que está preocupando muitos produtores brasileiros, que querem saber também como vai continuar essa cobrança daqui para frente.

Então, é preciso que nós procuremos uma linha jurídica e política para resolvermos essa situação.

Era só isso, Presidente. Muito obrigado pela oportunidade.

*(Durante o discurso do Sr. Cidinho Santos, o Sr. Eunício Oliveira, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Thieres Pinto.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senador Cidinho.

Passo a palavra ao Senador Magno Malta, do PR do Espírito Santo.

Senador, V. Ex<sup>a</sup> tem 20 minutos e está com a palavra.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Moderador/PR - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, o que me traz à tribuna nesta tarde são alguns registros que quero fazer.

Primeiro, quero fazer um registro importante, Senadora Rose, do encontro em São Mateus, com a visita do Ministro Helder Barbalho.

Senadora Rose, V. Ex<sup>a</sup> que articulou o encontro... (*Pausa.*)

Senador Benedito, vire-se para cá para ouvir eu falar.

Senadora Rose, que articulou o encontro, articulou com o nosso Ministro Helder Barbalho para que este fosse a São Mateus, a um encontro importantíssimo com os prefeitos da nossa região, uma região que vive sempre assolada pela seca e vive uma grande crise hídrica. E São Mateus, de forma muito especial, tem o problema da água salgada.

Senadora Rose, eu recebi o convite de V. Ex<sup>a</sup>, que articulou o encontro. Tive a oportunidade de ir, e lá estavam alguns Parlamentares – o Deputado Jorge, o Deputado Lelo e o Senador Ricardo Ferraço. Mas V. Ex<sup>a</sup> foi a comandante do encontro...

Eu queria pedir ao Senador Moka para deixar a Senadora Rose me ver aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Moderador/PR - ES) – Melhorou. Melhorou.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Moderador/PR - ES) – Não. Ele estava de costas, e eu o mandei ficar de frente.

Senadora Rose, o que foi colocado pelo Ministro, que mostrou conhecimento do nosso drama, para os prefeitos da região, vereadores, lideranças religiosas e civis que lá estavam... E nós esperamos que aquele encontro, comandado por V. Ex<sup>a</sup>, redunde concretamente e venha ao encontro de suprir necessidades do povo da nossa região.

Eu não sei se V. Ex<sup>a</sup> gostaria de me apartear, até porque V. Ex<sup>a</sup> foi quem planejou e executou aquele encontro absolutamente importante, que, eu imagino, deva se repetir em outras regiões do Estado, até porque o nosso Estado é carente e, em dias de poucos recursos, é preciso que haja uma luta afiada e afinada da Bancada federal, como V. Ex<sup>a</sup> demonstrou lá, em São Mateus.

**A Sr<sup>a</sup> Rose de Freitas** (PMDB - ES) – Senador Magno Malta, primeiro, eu queria agradecer, de público, o apoio de V. Ex<sup>a</sup> ao evento, foi muito importante. V. Ex<sup>a</sup> é um Senador envolvido nas teses do nosso Estado e V. Ex<sup>a</sup>, vindo de onde veio, filho da família que é, lutando como lutou, virou um Senador da República, mas nunca se esqueceu de olhar os conflitos que nossas regiões vivem. Imagine o que é viver, consumir água com salinidade naquele teor? V. Ex<sup>a</sup> teve a oportunidade de participar. O que V. Ex<sup>a</sup> diz é verdade. Não fomos lá fazer um mero encontro, fomos trabalhar à procura da solução para ajudar a mediar o problema da crise não só em São Mateus mas nos Municípios vizinhos. Eu quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> e muito pela sua dedicação às lutas do povo do nosso Estado.



**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Moderador/PR - ES) – Eu que agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e parabenizo-a. Agradeço pelo convite que V. Ex<sup>a</sup> articulou, me convidou e acabei indo a um encontro absolutamente importante para o nosso Estado do Espírito Santo.

Segundo assunto que quero falar dentro desse meu período: que o número 13 continua na moda. Marcelo Odebrecht disse que deu R\$13 milhões para o Lula. O 13 está na moda, continua na moda, continua fortalecido.

O Marcelo Odebrecht disse que o amigo é Lula. Ele começou a trajetória como amigo dos pobres. E disse que o italiano é Palocci, o italiano, que é um médico sanitarista, só num banco em Miami tem R\$1 bilhão. Treze milhões para o amigo: para o amigo, não foi para fundação, não foi para instituto, não foi para o PT. Esses R\$13 milhões foram para o amigo, foi dado para um amigo.

Quando eles diziam aqui desta tribuna: Eduardo Cunha é sujo, tem dinheiro na Suíça, é um criminoso; Dilma não tem dinheiro na Suíça, Dilma tem as mãos limpas. Eu dizia: olha, realmente, o crime de um é penal, e o crime do outro é um crime de responsabilidade fiscal. Mas eu aqui imagino que, no dia em que ela for cassada e perder o foro, nós veremos que a cor das mãos dela é a mesma cor da mão de Eduardo Cunha. E está aí, o Sr. Marcelo Odebrecht, esse pobre rapaz, coitado, preso há quase um ano, amigo do amigo, dizendo, declarando, dando documentos, provas, de que para o amigo ele deu R\$13 milhões.

Mas hoje aqui também eu vi, chegando do aeroporto, que o amigo está lançado novamente para Presidente da República, para consertar o Brasil. Aí eu morro de medo, aí eu tenho medo. Não é medo do processo eleitoral, não; eu tenho medo é de roubarem o resto.

Agora, com a Odebrecht quebrada, Queiroz Galvão quebrada, OAS quebrada, os amigos presos, Curitiba tornou-se um condomínio para aglutinar e guardar os sabidos demais àqueles que lamberam o suor da Nação brasileira e que usaram os pobres para fazer fortuna. Aí eu tenho medo. Mas estou certo de que esse arroubo, de que esse afã, de que essa valentia de que ele voltará em 2018, o povo brasileiro não é idiota, o povo brasileiro não é bobo.

Existe um *recall* na praça, há uma pulverização quando se fala em eleição de primeiro turno. Quero alertá-los. Ele chegou ao poder porque um dia nós, a sociedade brasileira, resolvemos nos juntar a eles, achando bonito aquele sonho, aquele projeto de poder que, no fundo, era um grande pesadelo, mas nós que fomos, de forma voluntária e até idiota, um dia acordamos e nos afastamos. E o povo brasileiro jamais levará ao poder o amigo de nº 13 – 13, disse Marcelo Odebrecht, para o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva.

Outro assunto que me traz aqui, Sr. Presidente, é sobre o voto em lista, Senador Randolfe. O voto em lista, Senador Reguffe, não é nada mais, nada menos, na minha visão, voto em lista é uma caixa-preta para abrigar todos aqueles que sujaram a cara na corrupção. É uma caixa-preta para esconder quem está de cara suja e fralda cheia, porque não terá coragem de mostrar a cara no processo eleitoral.

Senador Randolfe.

**O Sr. Randolfe Rodrigues** (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Aparte concedido por V. Ex<sup>a</sup> só para reiterar e concordar com os termos de V. Ex<sup>a</sup>. Voto em lista a essa altura é golpe. É golpe para não dar ao cidadão, ao eleitor, a capacidade de surpreender na eleição do ano passado, para mascarar a vontade do cidadão através das listas partidárias. Não, o consenso – entre aspas "consenso" – que está se formando hoje em torno do voto em lista não é programático. O



consenso que está se formando é eventual, é circunstancial, é oportunista, é por conta das notórias investigações que estão em curso. Então, só para reafirmar e concordar com os termos de V. Ex<sup>a</sup>. Voto em lista... Principalmente como veio no relatório da Câmara dos Deputados. O relatório da Câmara dos Deputados, pasme, Senador Magno Malta, estabelece a possibilidade, no voto em lista, de o cidadão ser candidato ao Senado da República e estar na mesma lista para Deputado Federal. Na verdade, é um mecanismo para desviar a soberana vontade popular na eleição do ano que vem. Só para concordar com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado, Senador Randolfe. Agrego ao meu pronunciamento.

Senador Reguffe.

**O Sr. Reguffe** (S/Partido - DF) – Senador Magno Malta, parabenizo V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento e também aqui falo dessa questão do voto em lista. O que nós tínhamos que fazer, na minha concepção, é, sim, mudar o sistema eleitoral, mas não para o voto em lista fechada. Eu penso que nós deveríamos votar aqui a minha proposta de emenda à Constituição, que institui no Brasil o voto distrital. Isso, na minha concepção, sim, seria uma mudança no sistema eleitoral, positiva: instituir neste País o voto distrital. Agora, não piorar um sistema que, na minha concepção, já é muito ruim. O voto em lista vai cumprir apenas um papel, o papel de perpetuar os atuais Parlamentares e dar mais poder ainda para as cúpulas partidárias. Ele retira do eleitor o direito de esse eleitor escolher quem ele quer e quem ele não quer e passa para as cúpulas partidárias definirem uma lista pré-ordenada e dizerem ali quem vai ser eleito e quem não vai ser eleito. Isso para mim não é correto, não é um bom sistema. Eu não estou nem entrando na questão de as pessoas manterem foro por prerrogativa de função, que também sou contra, já defendi aqui diversas vezes a extinção do foro por prerrogativa de função. Mas, como sistema eleitoral, eu não posso considerar bom um sistema que retira do eleitor o direito de escolher quem ele quer e quem ele não quer. O que nós tínhamos de fazer aqui é mudar o sistema, sim, mas para o voto distrital, que torna a política mais acessível ao cidadão comum; e não o voto em lista, que só perpetua os atuais Parlamentares e dá mais poder ainda para as cúpulas partidárias. Então, eu quero aqui parabenizar V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento e por estar se somando a essa luta contra essa aberração, na minha concepção, que é o voto em lista.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Moderador/PR - ES) – O voto em lista é uma lata de lixo para guardar fralda suja, é um mecanismo para aqueles que não têm e não terão coragem de colocar a cara na rua no processo eleitoral.

Ainda, na reforma que vem da Câmara, eles estão propondo – hoje eu vi na GloboNews o relator Lucio Vieira Lima. Dizia a repórter que havia conversado com ele, disse que está propondo um fundo para financiar o processo eleitoral. Você já tem Fundo Partidário – aliás, tem uma PEC minha propondo congelamento por 20 anos – e agora vão criar mais um fundo para o processo eleitoral? Aí ele faz uma ironia no final: "Se não tiver o financiamento, como vamos disputar eleição? Como fazer uma eleição? Os Parlamentares vão ter de andar de jegue?", perguntou ele. Se andar de jegue for pelo caixa um, normal, não tem problema, o problema é andar de jegue no caixa dois.

Agora, eu vou propor uma emenda, assim que chegar aqui, Senador Reguffe, para o financiamento de campanha, nós temos de aprovar. O advento da internet tomou conta do mundo; o financiamento de campanha tem de ser só pela internet. Peça pela internet, porque, no nosso



mandato hoje, com as redes sociais, com a internet tomando conta das pessoas 24 horas, nós vivemos um verdadeiro Big Brother.

As pessoas conhecem o meu mandato. No último rincão deste País, eles conhecem o meu mandato, conhecem o seu mandato, conhecem o mandato do Senador José Medeiros, da Senadora Rose, de Ronaldo Caiado, o seu mandato, Sr. Presidente, e nós temos de fazer um mandato absolutamente visível, Senadora Lúcia Vânia, para que o País confie em nós, para que, no processo eleitoral, você diga: "Sou candidato à reeleição, estou pedindo R\$5". Nós temos 204 milhões de pessoas. Eu tenho um pouco mais de 2 milhões de seguidores na minha página. Se um milhão deles resolver me dar R\$1, R\$2, R\$3, é de alguém que acha que eu devo continuar aqui, é de alguém que acha que o meu mandato significa e que eu posso servir ao País. Então, eu posso receber R\$5, R\$1, R\$2 lá do Acre, de Pedro Canário, do interior da Bahia, do interior do Ceará. Eu vou fazer a emenda, porque a sociedade brasileira jamais suportará que se crie um fundo para financiar processo eleitoral.

Senador José Medeiros. Depois, Senadora Rose.

**O Sr. José Medeiros** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Senador Magno Malta, diante da sua emenda, eu quero pedir ao Ministro Kassab para fazer uma conectividade grande lá no Mato Grosso, porque tem Município que não pega. Mas é uma ideia boa, porque hoje já existem mecanismos, desses aí que V. Ex<sup>a</sup> falou, que são usados. Por exemplo, na eleição do Obama foi usado isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Moderador/PR - ES) – Mas, numa eleição majoritária, V. Ex<sup>a</sup> pode pedir para o Brasil inteiro. Tem algumas regras. Deputado Federal pode pedir para o Brasil inteiro, aquele que está na reeleição. O que está disputando pela primeira vez a eleição de Deputado Federal não é conhecido no País, então, ele só vai pedir no Estado dele; eleição de governador, no Estado dele; Presidente da República, no País inteiro. Então, algumas regras serão colocadas, porque obrigam o Deputado e o Senador a se mostrarem para o País – a se mostrarem para o País. V. Ex<sup>a</sup> pode...

**O Sr. José Medeiros** (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Mas eu quero parabenizá-lo também, Senador, porque V. Ex<sup>a</sup> trouxe à tona aqui um tema hoje e eu não vi nenhum da bancada que defendia o ex-governo falar nada aqui hoje. Aqueles que sempre gostavam de apontar dedo por qualquer dificuldade ficaram quietinhos hoje aqui, não falaram nada dos R\$13 milhões. E V. Ex<sup>a</sup> trouxe à memória da Nação brasileira o que os jornais estão dizendo. Porque eu não vi a indignação dele – e uma coisa que V. Ex<sup>a</sup> sempre fala aqui é da indignação dos justos –, eu não vi a indignação dele em relação ao Marcelo Odebrecht. Ele atacou, chamou de canalhas quem vazou, mas nada disso a respeito do Marcelo Odebrecht. V. Ex<sup>a</sup> trouxe um assunto que é importante ser rememorado, não para acusar, porque eu penso que não é o nosso papel aqui, mas para mostrar a incoerência dessa gente que se passa por santo, mas que não tem um telhado com muita estrutura. Muito obrigado.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Moderador/PR - ES) – Senadora Rose. Vou continuar. Ela está no telefone, em seguida eu dou para a Senadora Rose.

Eu quero dizer que amanhã é um dia importante. Nós vamos discutir o foro privilegiado. E a Nação brasileira, Senador Eduardo, agoniza com esse tema. A sociedade brasileira não quer conviver com quem comete crime e se esconde atrás de um mandato eletivo ou atrás de uma toga. Quem



comete crime comum, ou seja, crime penal, precisa responder por ele. E é preciso dar uma resposta urgente para a sociedade brasileira. Eu toco nesse assunto agora para, mais uma vez, reiterar e ficar patente a minha posição contra o foro privilegiado.

Toco ainda na questão da Lei de Abuso de Autoridade. A Lei de Abuso de Autoridade é importante? É importante, eu acho que é. O texto não é tão ruim como se prega, mas penso que não é oportuno. Veio num momento inoportuno, em que a sociedade brasileira quer ver o País ser depurado de fato. E, nesse processo de depuração da Nação brasileira, Senador Medeiros, a sociedade entende também que não é o momento para discussão do projeto do foro privilegiado.

O foro privilegiado, quando eu estive com o Dr. Moro, ele me falou da emenda. E é uma emenda absolutamente simples, que não altera nada no texto como um todo, mas só um ponto em que o juiz não pode ser criminalizado pela sua interpretação. O juiz não pode ser criminalizado pela sua interpretação.

Então, eu penso que, diante disso, de um clamor nacional e pelo meu próprio entendimento, e penso que abuso de autoridade não são só os políticos que praticam; o abuso de autoridade é praticado pelas autoridades judiciárias, por juiz, por promotor, por desembargador, por ministro de tribunal superior. Abuso de autoridade é praticado por guarda de trânsito, é praticado por um cidadão que tem uma loja, tem dois, três empregados e abusa da sua autoridade para humilhar os seus funcionários. Abuso de autoridade pode se dar em qualquer lugar, Senadora Rose.

*(Soa a campainha.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Moderador/PR - ES) – Então, as pessoas focaram, exatamente por esse momento crítico, ruim da Nação brasileira, elas focaram que derrubando a Lei de Abuso de Autoridade... Que tão somente a lei alcança os políticos. Não, a Lei de Abuso de Autoridade é para alcançar todos aqueles que abusam da sua autoridade, que subjagam as pessoas abaixo da sua autoridade.

Senadora Rose.

**A Srª Rose de Freitas** (PMDB - ES) – Em cima das palavras de V. Exª eu queria refletir. Muitas vezes eu o ouvi lembrando a sua mãe, e eu vou lembrar a minha, que dizia: "Quer conhecer uma pessoa, dê poder a ela". O poder... Uma vez, quando eu fui eleita Vice-Presidente do Congresso Nacional, Vice-Presidente da Câmara, eu me lembro de que um assessor da Casa chegou até mim e disse: "Agora, V. Exª vai conhecer para que serve o poder". O poder serve para servir às pessoas. Portanto, o que a gente vê no Brasil, do jeito que a gente está vendo, é que as pessoas planejam ter poder para se servirem dele. Nós, felizmente, estamos vivendo um momento em que nós podemos conhecer quem pratica essa regra a favor dos seus interesses, dos seus negócios, e o espaço, em vez de servir à comunidade como um todo, serve exatamente nessa direção. Por isso, eu queria até reafirmar aqui para V. Exª – e vi a sua intenção nessa direção – que esta lista fechada, por mais que represente a modernidade, representa também um expediente que pode ser usado para dar poder a outras pessoas que não querem se confrontar diante da opinião pública. Eu queria que todos os políticos pudessem ir à praça, falar com o povo – V. Exª faz isso frequentemente –, expor suas ideias e deixar o povo responder se acredita ou não acredita, se quer ou não quer. E, quando estiver aqui... Eu sempre briguei que o mandato de Senador é um tempo muito longo, porque são oito anos. Muitas pessoas entraram nesta Casa andando como Senador que foi eleito e gravitavam, depois de alguns



meses, no poder do Senado, pois o Senado é uma Casa poderosa, importante. Mas não pode ficar oito anos sem o povo dizer o que pensa do mandato de V. Ex<sup>a</sup> e do mandato a que eu estou aqui servindo. Eu queria apartear V. Ex<sup>a</sup> e dizer mais uma vez que V. Ex<sup>a</sup> é muito feliz nas suas considerações.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Moderador/PR - ES) – Obrigado, Senadora Rose. Incorporo ao meu pronunciamento.

Quero falar sobre o meu penúltimo assunto.

Esta semana passada próxima, Senador Eduardo, Senadora Rose, Senador Ronaldo, uma notícia tomou conta do Brasil: o assédio sexual, o assédio moral feito pelo ator José Mayer – respeitado como ator, um bom ator – a uma colega de trabalho na Rede Globo, e criou-se uma comoção muito grande em torno do tema, até porque – eu soube depois que a moça, Senadora Rose, figurinista, é do Espírito Santo – um homem que se preza, que se respeita, não pode fazer esse tipo de assédio.

Embora depois ele tenha vindo a público, de uma forma corajosa – tenho que dar a ele o benefício da dúvida, eu não vou duvidar do que ele falou –, dizer que ele estava arrependido, que foi uma ação machista, que ele tem esposa e filhos – e aqui é que eu me concentrei para dar esse voto a ele –, estava exposto e, no seu texto, expôs a esposa e os filhos, estava envergonhado e arrependido, e que, nesse episódio negativo para a vida dele, nascia um novo homem. Parabéns! E aí eu vi: *hashtag* #TocouEmUmaTocouEmTodas; camisetas "Tocou em uma, tocou em todas".

Aí, no outro dia, eu vi aqui, no Senado, as Senadoras e as Deputadas com as plaquinhas: "Tocou em uma, tocou em todas". Mas essa placa eu não vi quando o José de Abreu cuspiu naquela senhora, no rosto dela e a chamou de vaca dentro de um restaurante. Não vi ninguém se manifestar aqui – porque José de Abreu é do PT. Não vi ninguém se manifestar dizendo: cuspiu em uma, cuspiu em todas; cuspiu em uma, cuspiu em todas. Não vi. E as anônimas que são machucadas, mutiladas todos os dias? As anônimas? Mas parece que o assunto estava na televisão, estava na moda. Cabia.

O Parlamento tem que ter posicionamentos e...

*(Soa a campanha.)*

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Moderador/PR - ES) – ... mostrar para a sociedade o balizamento da sua postura como Parlamentar.

Uma juíza federal hoje – está aí nas redes sociais – escreve um texto sobre a Rede Globo dizendo que parece contraditório e até uma ironia que a própria tevê que, nas suas novelas, erotiza crianças, que mexe na sensualidade e mostra até um personagem de José de Abreu que, casado, tinha um caso com uma menina bem mais nova que ele, bem parecido com o que aconteceu na vida real...

O que é mais criminoso: você mexer com o imaginário das pessoas? Porque o texto, a execução das novelas é aquilo ali, é aquilo ali! Ele trouxe para a prática, na realidade da vida dele, aquilo que ele já ensinou muitas vezes. Então, as novelas erotizam as crianças – aliás, eu estou aqui, Senadora Rose, com mais de 50 assinaturas para poder ler amanhã a CPI dos maus tratos infantis –, mexem com o imaginário das pessoas que estão assistindo tevê.

Quantas outras mulheres anônimas não foram abusadas, violentadas moralmente ou sofreram assédio sexual porque os homens foram movidos no seu imaginário pelas novelas que eles viram? Mas aconteceu em um recanto qualquer, em um bairro qualquer. Quantas mulheres foram estupradas por aí porque a novela mexeu com o imaginário? Então, é até contraditório. É contraditório. Então, deve



ser desta seguinte forma: *hashtag* #MexeuComOSerHumanoMexeuComTodos, *hashtag* #MexeuComMeuPróximoMexeuComigo, porque eu não vi nada de plaquinha aqui: "Cuspiu em uma, cuspiu em todas". Não vi. Não vi. Não vi. Não vi. Não vi ninguém fazer um discurso contra José de Abreu. Não vi. Não vi, como não vejo outras coisas. Concorde plenamente com a juíza: as novelas, os textos, aqueles que mexem, que ironizam e que provocam, novelas violentas, é como eles fazem. Eles querem montar um império homossexual no Brasil.

Parabéns ao Ministro Mendonça Filho, que tirou a ideologia de gênero mais uma vez. Não vai rezar. Não estará nos textos da educação brasileira. Quem gosta e acredita em ideologia de gênero construa uma escola e ponha seus filhos lá. Você não acha que é bom, que está certo? Ponha seus filhos lá! Agora, respeite um País, uma Nação majoritariamente cristã! Respeite esta Nação que acredita em família nos moldes de Deus, família tradicional – macho e fêmea, como Deus criou e como está no texto constitucional! Mas também está nos textos e nas execuções, nas novelas mexendo com as pessoas. Eu acredito que, se esse José Mayer tivesse declarado que havia saído do armário e que ia se casar com outro macho, ele não teria sido suspenso. Ele estaria nos programas glamourizado como um corajoso, como um herói nacional, que é assim que eles tratam.

Repudio veementemente o que José Mayer fez. Ninguém tem direito, nem no isolamento, nem no escuro, nem em qualquer outro lugar, de fazer assédio moral, assédio sexual a nenhuma mulher. Ele veio a público, o que não aconteceu com o outro Zé, que cuspiu na cara da mulher e ficou por isso mesmo. E não vi ninguém neste Parlamento, nem lá na Câmara dos Deputados, levantar uma plaquinha dizendo: "Cuspiu em uma, cuspiu em todas".

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Não havendo mais nenhum Senador...

Senadora Vânia? (*Pausa.*)

Com a palavra, o Senador Eduardo Lopes, pelo Estado do Rio de Janeiro.

V. Ex<sup>a</sup> tem 20 minutos, Senador. Desculpe, eu achei que V. Ex<sup>a</sup> não ia falar. Eu não vi ninguém inscrito aqui. Eu já ia encerrar a sessão. Por favor, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Ah, é? Eu devo ser o último, então? Não, sempre vai chegar um depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Eu estou aqui para a gente trabalhar.

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco Moderador/PRB - RJ) – Sempre vai chegar.

**O SR. PRESIDENTE** (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Seja bem-vindo. V. Ex<sup>a</sup> com a palavra.

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco Moderador/PRB - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não fiz um aparte ao nosso Senador Magno Malta porque eu sabia que seria o próximo. Mas, Senador, o senhor tocou em pontos importantes. No último sábado, na cidade de Nova Iguaçu, participando de um evento do PRB Mulher, ali da Baixada Fluminense, eu toquei exatamente nestes pontos: a questão da lista fechada, a questão do abuso autoridade, a questão do fim do foro privilegiado. E eu disse – não com palavras como as de V. Ex<sup>a</sup>, que são sempre palavras fortes, palavras realmente que vêm despertar as pessoas a pensar –, era exatamente o que eu dizia: nós



temos que enfrentar esses debates de forma verdadeira. Não adianta apenas o superficial. Não adianta ter apenas aquele debate raso ou fugir do debate, tentando maquiagem de outra forma.

É como foi colocado: são assuntos importantes, têm que ser enfrentados, porque, seja o do colarinho branco, seja o da toga, se cometeu crime, tem que responder pelo seu crime. Então nesse ponto eu toquei. Será que a sociedade realmente aceita e aguenta de forma clara que um magistrado, cometendo crime provavelmente, tendo sido pego, flagrado em crime ou estando provado o seu crime, receba uma aposentadoria compulsória com salário integral – quando discutimos hoje que o trabalhador tem que trabalhar mais 15 anos para conseguir uma aposentadoria?

Quando o trabalhador, depois de 35 anos, aposenta-se com 75% do seu salário, sem nenhum problema. Então, será que a sociedade aceita isso? Agora, não pode, simplesmente, quando se mira no foro privilegiado, pensar só no Congresso, pensar só nos políticos. Não. O foro privilegiado... No Brasil são mais de 38 mil pessoas que têm o seu foro privilegiado por atividade. Então, nós temos que enfrentar isso. O abuso de autoridade também!

E há a questão, também, que foi colocada, a questão da lista fechada, de que nós também discordamos. Aqui eu digo como PRB, como Presidente Nacional do PRB em exercício: o PRB discorda também, nós temos uma posição clara, contrária à lista fechada, também. Porque nós temos que, realmente, enfrentar e marcar posição, e eu sei que nesse quesito, Senador Magno Malta, nós estamos aqui exatamente para marcar posição. Então, não pedi o aparte porque eu iria ocupar a tribuna depois.

**O Sr. Magno Malta** (Bloco Moderador/PR - ES) – Só apartando V. Ex<sup>a</sup>, V. Ex<sup>a</sup> tocou na questão da reforma da previdência. Eu disse ao Presidente e vou reafirmar aqui: não existe qualquer demérito em você ser base de governo; demérito é subserviência. Nesse item, o Presidente Temer tem capital para fazer meio quilômetro de asfalto bem feito. Meio quilômetro bem feito. Mas o Ministro da Fazenda está dizendo a ele que dá para fazer 12km. Ele vai fazer asfalto de R\$1,99, que vai ser só uma tinta na terra. Presidente, tudo é quando pode e quando dá. Uma reforma como essa não se faz como se quer. Passar régua em todos, de forma igual, não vai contar comigo. A reforma da previdência eu só aceito discutir, Senador Eduardo, se os desiguais forem tratados como desiguais. Uma servidora, uma mulher que trabalha no campo 13, 12 horas por dia, de sol a sol, com 40 anos é velha. Essa idade mínima, nós não podemos aceitar isso. Você não pode pegar bombeiro, pegar enfermeiro, enfermeira, gente que trabalha na noite, polícia – o nome nem devia ser bombeiro, enfermeiro, polícia: o nome devia ser insalubridade –, gente que está metida na insalubridade ser tratado como alguém que tem um salário diferenciado e que trabalha no ar-condicionado. Os diferentes têm que ser tratados como diferentes. Dessa forma dá para discutir, para avançar meio quilômetro bem feito. E dizer ao Presidente Temer: o mandato do senhor vai acabar, deixe que outro que vier faça mais meio quilômetro; e outro faça mais meio quilômetro; mas não invente de fazer 12km de asfalto de R\$1,99, que não vai dar certo. Não vai dar certo. Se os desiguais forem tratados como desiguais, eu topo discutir. Se não houver, se a régua de Meirelles for igual para todos, além de não contar comigo, eu estarei do outro lado, Senador.

**O SR. EDUARDO LOPES** (Bloco Moderador/PRB - RJ) – O.k., Senador Magno Malta, estaremos aqui também, tratando o assunto como deve ser tratado. Uma coisa que nós sempre deixamos bem clara: o PRB é Base do Governo, mas não é subserviente. Isso é bem claro em todos os posicionamentos do PRB.



E, aproveitando que o Senador Magno Malta tocou e falou sobre essa questão da insalubridade na questão dos policiais especialmente, o que me traz também à tribuna, nesta tarde... Se o Senador Magno Malta não tivesse me antecedido, eu falaria somente sobre isto: a questão do foro privilegiado, a questão da reforma eleitoral, a questão do abuso de autoridade. Eu estaria tocando nesse assunto mais adiante, mas não poderia deixar de marcar aqui a posição, uma vez tendo ouvido o Senador Magno Malta.

O que me trouxe, então, à tribuna foi exatamente a situação de desespero, de preocupação que vive o Estado do Rio de Janeiro, a cidade do Rio de Janeiro, em relação à violência. Está se mantendo a média de um policial morto a cada dois dias no Rio de Janeiro. Com cento e poucos dias, 101 dias, há 51 ou 52 policiais mortos.

Está aqui no plenário o nosso Deputado Celso Pansera.

É um desespero, não se pode... Eu estava ouvindo um comentário, na rádio, de um jornalista, dizendo o seguinte: "Nós não podemos olhar como uma coisa natural, como uma coisa normal o armamento, a munição que está nas mãos dos bandidos, dos traficantes. Nós não podemos olhar isso de forma natural, porque são armas de guerra." E ele fazia um comparativo. Ele comentava de um francês que foi vitimado, naquele ataque em Paris, e levou um tiro de fuzil. Em Paris, ele foi atendido num hospital militar. O repórter perguntou para ele: "Mas, vem cá, em Paris, você só pode ser atendido num único hospital, e esse hospital é militar?" E o rapaz explicava o seguinte: "É porque, lá na França, em Paris especificamente, só o médico que cuida de ferimento de guerra é o médico militar."

No Rio de Janeiro, Deputado, os nossos médicos, no quesito, infelizmente falando, são especializados também em ferimentos de guerra, porque o que eles atendem diariamente de pessoas feridas com armamento de guerra, ou seja, com tiro de fuzil AK-47, M16, enfim, pistola de uso exclusivo do Exército, que está nas mãos do tráfico, está nas mãos dos bandidos... Então, imaginem a situação: em Paris, aquele que sofre um ferimento de fuzil só pode ser atendido num hospital que é militar; no Rio de Janeiro, os nossos médicos se especializaram em atender feridos de guerra, porque se vive realmente uma guerra, vive-se um clima de guerra, o desespero.

Eu cito novamente que a média que começou desde o primeiro dia do ano de 2017 é a média que se mantém no Rio de Janeiro: uma média de um policial morto a cada dois dias. Já são 52 policiais mortos, nesses três primeiros meses, início agora do quarto mês que nós estamos vivendo, sem contar os civis.

Tivemos recentemente a morte da estudante Maria Eduarda, lá em Acari, atingida por tiro de fuzil. Diz-se que foi atingida também por tiro da polícia, mas também foi atingida por tiro certamente de fuzil que estava nas mãos também de bandidos. Então, sem contar os civis, porque eu não tenho esse número agora, mas certamente é um número assustador: muitos feridos, muitos mortos. A questão da segurança pública é uma questão, então, que nós temos que tratar com todo o cuidado e com toda a responsabilidade.

E eu quero, nesse quesito, aqui, até elogiar o nosso Prefeito Marcelo Crivella, que tomou uma iniciativa que posso dizer muito positiva. Ele criou e instituiu o Gabinete de Gestão Integrada Municipal para cuidar do assunto de segurança pública. O órgão reúne órgãos municipais e forças de segurança do Estado, porque a questão da segurança é do Estado, mas o Prefeito da capital criou, então, teve a iniciativa de criar essa Gestão Integrada Municipal para, junto com o Estado, cumprir



a missão, definir e pôr em prática ações contra a violência. O objetivo é integrar as instituições municipais e estaduais no combate ao crime, no combate à violência.

Por exemplo, ontem, segunda-feira, para fazer um caminho que eu demoro em torno de vinte minutos, eu demorei uma hora e meia. Ontem, segunda-feira, pela manhã. Na sexta-feira, à noite, depois das dezoito horas, para fazer o mesmo caminho de volta, que eu demoro um pouquinho mais por causa do horário, em torno de trinta minutos, eu demorei três horas. Eu demorei três horas para chegar em casa, saindo da Zona Norte, saindo de Benfica, até a Barra da Tijuca. Três horas! Por quê? Protesto na Linha Amarela, confronto na Linha Amarela, tiros, a população bloqueou a via, e eu demorei três horas para chegar em casa. Fiquei tranquilo dentro do carro. Fiquei tranquilo dentro do automóvel. Parou o trânsito, fiquei tranquilo, mas muitas pessoas, sem saberem o que estava acontecendo, já saíram do carro, deitaram na rua, entraram debaixo do carro, correram, saíram... O que é isso? É o desespero! É viver a paranoia da violência.

Eu me lembro muito bem... Eu fui morar no Rio de Janeiro, em 1992, então já faz 25 anos que moro no Rio de Janeiro, terra linda, maravilhosa, que eu amo, que eu represento aqui no Senado com muito prazer, com muita honra. Se a população do Rio de Janeiro permitir, quero continuar representando o Rio de Janeiro aqui, no próximo mandato, como Senador. Se assim a população... Eu quero que a população do Rio de Janeiro me dê mais uma vez esse voto de confiança, mas é a terra que eu amo. Eu até costumo dizer, Presidente, Senador Thieres, que eu já me naturalizei carioca.

Então, eu amo aquela terra, cidade realmente linda e maravilhosa, mas, quando eu me mudei para o Rio de Janeiro, em 1992... Entre 92, 93 e 94 – o Deputado aqui vai poder também me confirmar, como carioca –, lembra-se de que vivíamos uma paranoia naquela época, talvez até pior do que agora. Talvez até pior do que agora.

Lembro-me muito bem de que em 92, 93, 94, enfim, ali pelos anos 90, a paranoia de se viver no Rio de Janeiro era: você entrava em cada rua preocupado se ali iria se deparar com uma blitz falsa, com assalto. Enfim, era realmente uma paranoia.

Depois, tivemos uma época, do ano 2000 para frente, em que foi melhorando, uma sensação de segurança que aumentou. Mas, agora, infelizmente, o Rio de Janeiro volta a viver dias tensos ou, podemos dizer, dias de paranoia em relação à violência.

Então, estou aqui para reafirmar isso. Temos que unir esforços – o Governo estadual, o Governo municipal, o Governo Federal, enfim, a sociedade – para que a segurança pública, não só no Rio de Janeiro...

Falo, claro, aqui, defendendo e contando o que conheço do Rio de Janeiro, mas a situação não é melhor nem tão diferente nos outros Estados do País. Temos notícias de que em outros Estados a violência também cresceu muito, assustadoramente.

Então, temos que unir forças, todos os governos, para que possamos combater a violência, para que possamos realmente ter uma segurança pública que dê à população uma tranquilidade e uma segurança para se viver.

É como ouvimos às vezes: parece que mais está preso o cidadão comum do que os bandidos, porque o cidadão comum é que tem que ficar muitas vezes preso em casa, não anda mais em determinados lugares, não vai mais a determinados lugares, por causa do medo e da paranoia.



Então, fica aqui o registro de que nós não podemos olhar isso de forma natural: "Ah, é comum". Não, armamentos de guerra e essa média triste de um policial morto a cada dois dias no Rio de Janeiro, sem contar os inúmeros civis. Em outra oportunidade, eu posso trazer o número total de mortos e feridos no Rio de Janeiro por conta da violência.

Sr. Presidente, muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Thieres Pinto. Bloco Moderador/PTB - RR) – Muito obrigado, Senador Eduardo Lopes, pelo seu pronunciamento.

Não havendo mais nenhum Senador inscrito para fazer uso da palavra nesta tribuna, declaro encerrada essa sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 35 minutos.)*



# MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 43ª SESSÃO

EXPEDIENTE

**Comunicação**



Memorando nº 10/2017, da Senadora Lídice da Mata, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação nas reuniões do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai, no período de 26 a 29 de março de 2017, nos termos do Requerimento nº 174, de 2017.

O Requerimento vai ao Arquivo.



## Discurso encaminhado à publicação



**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela rádio Senado, internautas que nos seguem pelas redes sociais.

- Desmonte em várias frentes

- Nós temos denunciado aqui o desmonte que esse governo ilegítimo de Michel Temer tem promovido nas mais diversas áreas, dilapidando direitos, arruinando conquistas, devolvendo os brasileiros a uma condição de precariedade jurídica, o que é uma completa afronta aos nossos tempos;

- Isso tem acontecido, por exemplo, na saúde e na educação, áreas que tiveram os investimentos congelados pelos próximos 20 anos. A única coisa não congelada parece ter sido o valor da inscrição do Enem, que o ministro da Educação aumentou este ano em 20%, em pleno período de crise, estourando nas costas das famílias e dos jovens já em dificuldade financeira a conta da própria maldade do governo que representa;

- Mas esse desmonte vem em várias frentes. Vocês têm acompanhado os absurdos da reforma da Previdência, esse projeto draconiano enviado ao Congresso por Michel Temer, que ele agora tenta remendar ao constatar desesperado que não tem voto para aprová-lo aqui dentro. Não vai passar. A pressão das ruas sepultou esse projeto cruel, que tira dos brasileiros, depois de uma vida inteira de trabalho duro, a possibilidade de uma velhice tranquila. Vamos seguir vigilantes, mobilizados, para garantir que essa reforma seja enterrada de vez, juntamente com o governo que a elaborou;

- Reforma trabalhista

- Mas, enquanto ataca vivamente os direitos de que a população gozaria após a chamada vida economicamente ativa, Michel Temer investe também contra aqueles que trabalham;

- Já fez isso quando mandou desenterrar um projeto do século passado e instituiu a terceirização irrestrita no país, precarizando completamente as relações laborais e deixando os trabalhadores em uma situação de total vulnerabilidade. Agora, mais uma agressão em larga escala fica clara a todos nós: 100 pontos da Consolidação das leis Trabalhistas, a CLT, um legado que remonta à época do Presidente Getúlio Vargas, estão na alça de mira de Temer e de seus aliados por meio de um projeto que tramita na Câmara dos Deputados;

- Essa derrubada da CLT vem travestida de modernização, mas não reúne nada de moderno. Ao contrário, é algo anacrônico, que faz nossa sociedade retroceder um século em direitos e conquistas;

- A lei é rasgada para que os acordos coletivos prevaleçam sobre o que foi aprovado pelo Congresso. Acordos coletivos nos quais a parte mais fraca é a dos empregados, que serão obrigados a aceitar as condições patronais e não terão mais legislação que os defenda;

- E eles fazem isso ao mesmo tempo em que pretendem empastelar os sindicatos, acabando com as contribuições que ajudam na estruturação desses foros de defesa dos interesses dos trabalhadores nas discussões classistas;

- As jornadas poderão ser estendidas para até 12 horas de trabalho e os empregados também ficam jogados nas mãos dos patrões para discutir as condições do chamado trabalho remoto;



- O trabalho intermitente, em que o empregado passa a depender da conveniência do empregador e só ganha enquanto estiver efetivamente trabalhando, também vai ser incorporado por essa reforma canhestre, que ainda autorizada grávidas e mães que amamentam a trabalharem em locais insalubres, o que hoje é vedado por lei;

- Todos sabemos que, nas relações trabalhistas, o lado mais fraco é o do empregado, que fica submetido à força econômica do empregador. E a lei existe exatamente para garantir o equilíbrio dessa relação. Como, então, o próprio Congresso Nacional vai abrir mão daquilo que legislou e entregar esse poder a acordos coletivos, que serão firmados em claro desfavor dos empregados?

- É mais uma violência inominável que esse governo propõe, é mais um golpe que ele perpetra contra a população, deixando os trabalhadores em situação de absoluta vulnerabilidade;

- Então, da mesma forma que já conseguimos expressivas vitórias para impedir que essa reforma da Previdência avance aqui dentro, é importante que também nos mobilizemos para evitar esse completo desmonte da CLT que está em marcha;

- Esse é um governo que só tem compromisso com o extermínio do futuro, com ceifar conquistas, com retirar garantias, com deixar descobertos de uma legislação protetiva aqueles que mais precisam. Isso em nada pode ser confundido com modernização. Isso é, antes de tudo, uma forma vil e mesquinha de se aproveitar de um momento de crise para investir, violentamente, contra direitos, sob o pretexto de que isso melhoraria o ambiente de negócios no país;

- É uma enorme mentira, é um engodo, é uma falácia, como, aliás, tudo o que faz esse governo funesto e desastroso que aí está, cada vez mais afundado com suas nefastas reformas nesse largo lodaçal em que se encontra metido;

- Vamos colocar toda a nossa força nas ruas, meter pressão sobre este Congresso e travar uma batalha judicial, se necessário for, mas essa reforma trabalhista não vai passar aqui dentro. Não vamos permitir que mais esse retrocesso elimine as perspectivas de futuro dos brasileiros e, especialmente, da nossa juventude, que começa agora a sua jornada de entrada no mercado de trabalho e não pode ser recebida sem leis que a protejam e lhe garantam o saudável exercício dos seus ofícios e das suas carreiras;

- Muito obrigado a todas e a todos.



## Encaminhamento de matéria



A Presidência envia à publicação o texto final do Projeto de Lei do Senado nº 349, de 2015.

A matéria será remetida à Câmara dos Deputados.





## SENADO FEDERAL

### TEXTO FINAL

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 349, DE 2015

Inclui no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), passa a vigorar acrescido dos seguintes artigos:

“Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

Art. 21. A decisão que, na esfera administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresse suas consequências jurídicas e administrativas.

Parágrafo único. A decisão a que se refere o *caput* deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.



Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

§ 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato.

Art. 23. A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

Parágrafo único. Se o regime de transição, quando aplicável nos termos do *caput*, não estiver previamente estabelecido, o sujeito obrigado terá direito a negociá-lo com a autoridade, segundo as peculiaridades de seu caso e observadas as limitações legais, celebrando-se compromisso para o ajustamento, na esfera administrativa, controladora ou judicial, conforme o caso.

Art. 24. A revisão, na esfera administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.

Parágrafo único. Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, e ainda as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público.

Art. 25. Quando necessário por razões de segurança jurídica de interesse geral, o ente poderá propor ação declaratória de validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, cuja sentença fará coisa julgada com eficácia *erga omnes*.

§ 1º A ação de que trata o *caput* será processada conforme o rito aplicável à ação civil pública.

§ 2º O Ministério Público será citado para a ação, podendo abster-se, contestar ou aderir ao pedido.



§ 3º A declaração de validade poderá abranger a adequação e a economicidade dos preços ou valores previstos no ato, contrato ou ajuste.

Art. 26. Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial.

§ 1º O compromisso:

I – buscará solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais;

II – poderá envolver transação quanto a sanções e créditos relativos ao passado e, ainda, o estabelecimento de regime de transição;

III – não poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral;

IV – deverá prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento.

§ 2º Poderá ser requerida autorização judicial para celebração do compromisso, em procedimento de jurisdição voluntária, para o fim de excluir a responsabilidade pessoal do agente público por vício do compromisso, salvo por enriquecimento ilícito ou crime.

Art. 27. A decisão do processo, na esfera administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

§ 1º A decisão sobre a compensação será motivada, ouvidas previamente as partes sobre seu cabimento, sua forma e, se for o caso, seu valor.

§ 2º Para prevenir ou regular a compensação, poderá ser celebrado compromisso processual entre os envolvidos.

Art. 28. O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro.

§ 1º Não se considera erro grosseiro a decisão ou opinião baseada em jurisprudência ou doutrina, ainda que não pacificadas, em orientação geral ou, ainda, em interpretação razoável, mesmo que não venha a ser posteriormente aceita por órgãos de controle ou judiciais.

§ 2º O agente público que tiver de se defender, em qualquer esfera, por ato ou conduta praticada no exercício regular de suas competências e em observância ao interesse geral terá direito ao apoio da entidade, inclusive nas despesas com a defesa.

§ 3º Transitada em julgado decisão que reconheça a ocorrência de dolo ou erro grosseiro, o agente público ressarcirá ao erário as despesas



assumidas pela entidade em razão do apoio de que trata o § 2º deste artigo.

Art. 29. Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.

§ 1º A convocação conterá a minuta do ato normativo e fixará o prazo e demais condições da consulta pública, observadas as normas legais e regulamentares específicas, se houver.

§ 2º É obrigatória a publicação, preferencialmente por meio eletrônico, das contribuições e de sua análise, juntamente com a do ato normativo.

Art. 30. As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas.

Parágrafo único. Os instrumentos previstos no *caput* terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, salvo o art. 29, que entrará em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.



# Expedientes de Ministro de Estado



Ofício nº 72, de 7 de abril de 2017, do Ministro de Estado das Cidades, em resposta ao Requerimento de Informações nº 245, de 2016, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, encaminhado à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, nos termos da Resolução nº 3, de 2017;

Aviso nº 211, de 7 de abril de 2017, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento de Informações nº 246, de 2016, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, encaminhado à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor – CTFC, nos termos da Resolução nº 3, de 2017.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.



# Ofício da Câmara dos Deputados





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. n. 309/2017/SGM/P

Brasília, 11 de abril de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
Senador **EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA**  
Presidente do Senado Federal  
NESTA

Assunto: **Arquivamento de proposição prejudicada.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que determinei, nesta data, o arquivamento do Projeto de Lei n. 1.660/2011, de autoria dessa Casa, que *“acrescenta art. 22-C à Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991, para fazer incidir sobre a receita bruta proveniente do faturamento a contribuição patronal destinada à Seguridade Social e a contribuição para custeio do seguro de acidente do trabalho e das aposentadorias especiais devidas pelas empresas do setor de transporte público urbano e metropolitano de passageiros”*, uma vez que foi declarado prejudicado pela Presidência da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

Atenciosamente,



**RODRIGO MAIA**  
Presidente da Câmara dos Deputados



Documento : 73632 - 2



# Pareceres





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 3, DE 2017

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o processo MENSAGEM (SF) nº16, de 2017, que Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome do Senhor SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Rosana dos Santos Alcântara.

**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy

**RELATOR:** Senador Roberto Muniz

11 de Abril de 2017



## RELATÓRIO Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre a Mensagem (SF) nº 16, de 2017 (Mensagem nº 69, de 2017, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (ANCINE).

SF/17428.51678-16

Relator: Senador **ROBERTO MUNIZ**

Com base no art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o Presidente da República, mediante a Mensagem (SF) nº 16, de 2017 (Mensagem nº 69, de 14 de março de 2017, na origem), submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Rosana dos Santos Alcântara.

Anexados à mensagem, encontram-se o *curriculum vitae* e as declarações do indicado, além de cópias de documentos legais e fiscais.

O Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho é brasileiro, natural do Rio de Janeiro - RJ, e tem 50 anos. Graduou-se em Jornalismo, em 1988, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Até fevereiro de 2017, foi Diretor Executivo da produtora Escarlata Audiovisual (desde julho de 2016) e Diretor do Cine Odeon – Centro Cultural Luiz Severiano Ribeiro (desde fevereiro de 2015). Também



---

2<sup>3</sup>

foi Diretor Executivo da produtora AfroReggae Audiovisual, de janeiro a junho de 2016. No segundo semestre de 2015, foi Diretor da agência de publicidade Sentimental Filme.

No setor público, o candidato foi Diretor da Agência Nacional de Cinema – ANCINE, de março a dezembro de 2008, tendo antes trabalhado um ano como Assessor de Diretoria da mesma Agência. Foi Assessor da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no período de março de 2006 a fevereiro de 2007. Exerceu os cargos de Chefe de Gabinete e Secretário de Políticas Culturais do Ministério da Cultura, de janeiro de 2003 a fevereiro de 2006. Foi membro do Conselho Petrobras Cultural, Vice-Presidente da Comissão Interamericana de Cultura (OEA) e Vice-Presidente da Associação das Distribuidoras Brasileiras (ADIBRA). Participou da criação do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e da elaboração da Lei 12.485, que regulamenta a TV paga no Brasil.

Mais recentemente, foi Diretor-Presidente da RioFilme Distribuidora de Filmes SA, gerida pela Prefeitura do Rio de Janeiro, de janeiro de 2009 a janeiro de 2015. Em novembro de 2012, assumiu também o cargo de Secretário Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro, nele permanecendo até janeiro de 2015.

Como Diretor-Presidente da RioFilme, conduziu um processo de revitalização da empresa que a tornou o segundo maior investidor do audiovisual brasileiro. Entre 2009 e 2014, a RioFilme investiu R\$ 185 milhões em 484 projetos de empresas cariocas gerando R\$ 2,2 bilhões em PIB e 32 mil postos de trabalho. Implementou diversos mecanismos inovadores, como o investimento automático reembolsável em séries de TV. Neste caso, a cada R\$ 1, investido atraiu R\$ 6,3 de outras fontes e gerou R\$ 30 em PIB, R\$ 3,57 em impostos e R\$ 1,04 em receita para a empresa. O sucesso da Rio Filme inspirou a criação da SPCine

Na iniciativa privada, trabalhou na Clear Channel Entertainment, nos anos de 2001 e 2002, e foi Diretor da Solar Filme e da 20/01 Design, em ambos os casos nos anos de 2000 a 2002. Trabalhou como jornalista na Folha de São Paulo, no Jornal do Brasil e no Jornal dos Sports, em períodos situados na última década do século XX, integrou o Conselho



SF/17428.51678-16



da Fundação OndAzul, ONG ambientalista criada por Gilberto Gil e foi responsável pela criação do CineCarioca Nova Brasília, o primeiro cinema 3D em uma favela brasileira (e também a sala com a maior taxa de ocupação no país), entre outros projetos.

No âmbito acadêmico, o candidato lecionou, entre 1988 e 2017, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, na Universidade Cândido Mendes, na Universidade Veiga de Almeida, na UniverCidade e na UFRJ.

Publicou, ademais, três livros de sua autoria nas áreas de jornalismo, esporte e música, sendo produtor executivo de dois filmes de longa-metragem e de uma série de TV; também dirigiu dois filmes de curta-metragem.

Dessa forma, depreende-se que o histórico profissional do indicado atende ao disposto no item 1 da alínea *a* do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Em complementação ao *curriculum vitae*, as autoridades indicadas a cargos públicos e sujeitas à aprovação do Senado Federal, na forma do art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição Federal, devem apresentar declaração sobre requisitos a serem avaliados pelos Senadores, listados nos cinco itens da alínea *b* do inciso I do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), bem como argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que demonstrem ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade (art. 383, inciso I, alínea *c*).

Nesse sentido, o indicado encaminhou aos Senadores argumentação escrita em que destaca a sua ampla atuação na área cultural, tanto no setor privado como no público, tendo coordenado diversas iniciativas relevantes tais como o projeto de revitalização do Cine Odeon, em 2015, e o processo de transformação da produtora AfroReggae Audiovisual em sociedade anônima, com a elaboração de um plano de negócios e a expansão das suas atividades, no ano seguinte. Coordenou também, como Secretário de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro, a



SF/17428.51678-16



5  
4

elaboração do projeto da nova Lei Municipal de Incentivo à Cultura, considerada a mais avançada do país.

Destaque-se, ademais, sua experiência anterior como Diretor da Ancine, no ano de 2008. Ressaltando ter demonstrado uma conduta ilibada ao longo de sua carreira, declarou considerar-se apto à função para a qual está sendo indicado, por reunir os requisitos para isso necessários.

Também anexou todas as declarações exigidas pelos itens 1 a 5 da alínea *b* do inciso I do art. 383 do Risf:

- Declaração de que não possui parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à sua atividade profissional (item 1).
- Declaração *quanto à sua participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais, com a discriminação dos referidos períodos* (item 2). Relativamente a essa declaração, ele informa que foi sócio da empresa Escarlata Conteúdos Audiovisuais e Experiências Criativas até fevereiro de 2017, não tendo informado a data de início de sua participação na sociedade.
- Declaração de que não possui pendências fiscais nos âmbitos federal, estadual, municipal e distrital, conforme documentação anexada (item 3).
- Declaração de que não figura como autor ou réu em ações judiciais (item 4), conforme cópia de certidão da Justiça Federal, relativa à Seção Judiciária do Rio de Janeiro.
- Declaração *quanto à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras* (item 5). O indicado declarou que integrou o Conselho de Administração da empresa RioFilme – Distribuidora de Filmes SA, de janeiro de 2009 a

  
SF/17428.51678-16

6

5

janeiro de 2015, assim como o Conselho de Administração da Orquestra Sinfônica Brasileira (Fundação OSB), de dezembro de 2012 a janeiro de 2015, e o Conselho de Administração da Fundação Planetário do Rio de Janeiro, de dezembro de 2012 a janeiro de 2015.

Assim, considerando o histórico pessoal e profissional apresentado e a documentação enviada, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do Senhor SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO, para ser conduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Rosana dos Santos Alcântara.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/17428.51678-16





Senado Federal

7

**Relatório de Registro de Presença**  
**CE, 11/04/2017 às 09h - 5ª, Extraordinária**  
**Comissão de Educação, Cultura e Esporte**

| PMDB               |                          |                 |                          |
|--------------------|--------------------------|-----------------|--------------------------|
| TITULARES          |                          | SUPLENTE        |                          |
| SIMONE TEBET       | <a href="#">PRESENTE</a> | 1. VALDIR RAUPP | <a href="#">PRESENTE</a> |
| DÁRIO BERGER       |                          | 2. HÉLIO JOSÉ   | <a href="#">PRESENTE</a> |
| MARTA SUPLCY       | <a href="#">PRESENTE</a> | 3. VAGO         |                          |
| JOSÉ MARANHÃO      | <a href="#">PRESENTE</a> | 4. VAGO         |                          |
| RAIMUNDO LIRA      | <a href="#">PRESENTE</a> | 5. VAGO         |                          |
| JOÃO ALBERTO SOUZA |                          | 6. VAGO         |                          |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT) |                          |                    |                          |
|---|--------------------------|--------------------|--------------------------|
| TITULARES   |                          | SUPLENTE           |                          |
| ANGELA PORTELA  |                          | 1. GLEISI HOFFMANN |                          |
| FÁTIMA BEZERRA  | <a href="#">PRESENTE</a> | 2. HUMBERTO COSTA  |                          |
| LINDBERGH FARIAS                                      |                          | 3. JORGE VIANA     |                          |
| PAULO PAIM  |                          | 4. JOSÉ PIMENTEL   | <a href="#">PRESENTE</a> |
| REGINA SOUSA  | <a href="#">PRESENTE</a> | 5. PAULO ROCHA     | <a href="#">PRESENTE</a> |
| ACIR GURGACZ  |                          | 6. VAGO            |                          |

| Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM) |                          |                    |                          |
|---------------------------------------|--------------------------|--------------------|--------------------------|
| TITULARES                             |                          | SUPLENTE           |                          |
| ANTONIO ANASTASIA                     | <a href="#">PRESENTE</a> | 1. DAVI ALCOLUMBRE |                          |
| FLEXA RIBEIRO                         | <a href="#">PRESENTE</a> | 2. RONALDO CAIADO  | <a href="#">PRESENTE</a> |
| VAGO                                  |                          | 3. VAGO            |                          |
| MARIA DO CARMO ALVES                  |                          | 4. VAGO            |                          |
| JOSÉ AGRIPINO                         | <a href="#">PRESENTE</a> | 5. VAGO            |                          |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD) |                          |                   |  |
|--|--------------------------|-------------------|--|
| TITULARES  |                          | SUPLENTE          |  |
| JOSÉ MEDEIROS                                      | <a href="#">PRESENTE</a> | 1. SÉRGIO PETECÃO |  |
| ROBERTO MUNIZ                                      | <a href="#">PRESENTE</a> | 2. ANA AMÉLIA     |  |
| CIRO NOGUEIRA                                      |                          | 3. VAGO           |  |

| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE) |                          |                       |                          |
|--|--------------------------|-----------------------|--------------------------|
| TITULARES  |                          | SUPLENTE              |                          |
| CRISTOVAM BUARQUE  |                          | 1. ROMÁRIO            |                          |
| LÚCIA VÂNIA  | <a href="#">PRESENTE</a> | 2. RANDOLFE RODRIGUES | <a href="#">PRESENTE</a> |
| LÍDICE DA MATA   | <a href="#">PRESENTE</a> | 3. VAGO               |                          |

| Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC) |                          |                     |                          |
|---|--------------------------|---------------------|--------------------------|
| TITULARES                               |                          | SUPLENTE            |                          |
| PEDRO CHAVES                            | <a href="#">PRESENTE</a> | 1. MAGNO MALTA      |                          |
| WELLINGTON FAGUNDES                     | <a href="#">PRESENTE</a> | 2. VICENTINHO ALVES | <a href="#">PRESENTE</a> |
| EDUARDO LOPES                           | <a href="#">PRESENTE</a> | 3. THIERES PINTO    | <a href="#">PRESENTE</a> |

**Não Membros Presentes**





8

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

GARIBALDI ALVES FILHO

ATAÍDES OLIVEIRA





## Senado Federal

**Resultado de Votação Secreta****Comissão de Educação, Cultura e Esporte**

Indicação para o cargo de diretor da ANCINE

**MSF 16/2017 - Sérgio Leitão F.**

Início da votação: 11/04/2017 12:30:15

Fim da votação: 11/04/2017 13:20:27

| TITULARES   |       | SUPLENTE  |       |
|---|-------|---|-------|
| PMDB  |       | PMDB  |       |
| SIMONE TEBET  | votou | 1. VALDIR RAUPP                                       |       |
| DÁRIO BERGER  |       | 2. HÉLIO JOSÉ   | votou |
| MARTA SUPPLY  | votou | 3. VAGO   |       |
| JOSÉ MARANHÃO   |       | 4. VAGO   |       |
| RAIMUNDO LIRA   | votou | 5. VAGO   |       |
| JOÃO ALBERTO SOUZA                                    |       | 6. VAGO   |       |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT) |       | Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT) |       |
| ANGELA PORTELA  |       | 1. GLEISI HOFFMANN                                    |       |
| FÁTIMA BEZERRA  | votou | 2. HUMBERTO COSTA                                     |       |
| LINDBERGH FARIAS                                      |       | 3. JORGE VIANA  |       |
| PAULO PAIM  |       | 4. JOSÉ PIMENTEL                                      |       |
| REGINA SOUSA  | votou | 5. PAULO ROCHA  |       |
| ACIR GURGACZ  |       | 6. VAGO   |       |
| Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)                 |       | Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)                 |       |
| ANTONIO ANASTASIA                                     | votou | 1. DAVI ALCOLUMBRE                                    |       |
| FLEXA RIBEIRO   | votou | 2. RONALDO CAIADO                                     | votou |
| VAGO  |       | 3. VAGO   |       |
| MARIA DO CARMO ALVES                                  |       | 4. VAGO   |       |
| JOSÉ AGRIPINO   |       | 5. VAGO   |       |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)    |       | Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)    |       |
| JOSÉ MEDEIROS   | votou | 1. SÉRGIO PETECÃO                                     |       |
| ROBERTO MUNIZ   | votou | 2. ANA AMÉLIA   |       |
| CIRO NOGUEIRA   |       | 3. VAGO   |       |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB,   |       | Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB,   |       |
| CRISTOVAM BUARQUE                                     |       | 1. ROMÁRIO  |       |
| LÚCIA VÂNIA   | votou | 2. RANDOLFE RODRIGUES                                 |       |
| LÍDICE DA MATA  | votou | 3. VAGO   |       |
| Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)               |       | Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)               |       |
| PEDRO CHAVES  |       | 1. MAGNO MALTA  |       |
| WELLINGTON FAGUNDES                                   | votou | 2. VICENTINHO ALVES                                   |       |
| EDUARDO LOPES   | votou | 3. THIERES PINTO                                      | votou |

Votação:

TOTAL 16 SIM 15 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,  
PLENÁRIO Nº 15, EM 11/04/2017

Senadora Marta Suplicy  
Presidente

11/04/2017 13:22:58

Página 1 de 1



10



SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
SECRETARIA DA COMISSÃO

### **DECISÃO DA COMISSÃO (MSF 16/2017)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO NOME DO SENHOR SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA, COM 15 (QUINZE) VOTOS FAVORÁVEIS, 1 (UM) VOTO CONTRÁRIO E 0 (ZERO) ABSTENÇÕES.

11 DE ABRIL DE 2017

SENADORA MARTA SUPLICY

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 9, DE 2017

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o processo REQUERIMENTO nº209, de 2017, do Senador Antonio Anastasia, que Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 18 a 22 de abril de 2017, para participar como palestrante em Mesa-Redonda no V Seminário Luso –Brasileiro de Direito, que será realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, entre os dias 18 a 20 de abril de 2017, na cidade de Lisboa, em Portugal; e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno, que estará ausente do País no período de 18 a 22 de abril de 2017.

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor

**RELATOR:** Senador Cristovam Buarque

06 de Abril de 2017



**PARECER Nº , DE 2017**

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Requerimento nº 209, de 2017, do Senador Antonio Anastasia, que *requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa nos dias 18 a 22 de abril de 2017, para participar como palestrante em Mesa-Redonda no V Seminário Luso-Brasileiro de Direito, na cidade de Lisboa, em Portugal.*

Relator: Senador Cristovam Buarque

**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Requerimento nº 209, de 2017, do Senador Antonio Anastasia, que requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 18 a 22 de abril de 2017, para participar, como palestrante, de Mesa-Redonda no V Seminário Luso –Brasileiro de Direito, que será realizado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, na cidade de Lisboa, em Portugal; e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País nesse período.



---

2<sup>3</sup>

Encontra-se anexado a esse Requerimento o Ofício nº 701/2017-IDP, de 03 de março de 2017, que convida sua Excelência o Senador Antonio Anastasia para o referido Seminário Luso-Brasileiro de Direito.

## II – ANÁLISE

O Requerimento fundamenta-se no art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e, especificamente, a autorização requerida está prevista no inciso I, do § 1º, combinado com o § 4º, que expressa a necessidade de ser ouvida, nos casos de desempenho de missão no exterior, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Acolhido do ponto de vista regimental, cabe registrar que não se encontra óbice também no aspecto de mérito do requerimento. Sabe-se que uma matiz da atuação parlamentar consiste na participação de membros do Senado Federal nos espaços de debates especializados.

E, no contexto de reflexão sobre a Constituição e Governança, é acertada a presença do eminente parlamentar, que proferirá palestra na Mesa-Redonda denominada “O Presidencialismo de Coalizão é Reformável?”, no dia 20 de abril do corrente, às 10h45min.

Além dessa notável participação, o evento discutirá temas da contemporaneidade, dentre os quais sistema político, boa governança e consolidação do constitucionalismo, tão relevantes para o funcionamento da democracia e dos sistemas de representação.



4

3

Deste modo, a ausência do parlamentar justifica-se, por essa destacável missão a ser desempenhada nas dependências de Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Portugal.

### III – VOTO

Ante o exposto, em face da adequação regimental e da conveniência política da matéria em exame, o voto é pela **aprovação** do Requerimento nº 209, de 2017.

Sala da Comissão, 06 de abril de 2017.

, Presidente

Senador

, Relator





Senado Federal

5

**Relatório de Registro de Presença**  
**CRE, 06/04/2017 às 09h - 6ª, Extraordinária**  
 Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

| PMDB                     |                        |
|--------------------------|------------------------|
| TITULARES                | SUPLENTE               |
| EDISON LOBÃO             | 1. RENAN CALHEIROS     |
| JOÃO ALBERTO SOUZA       | 2. VALDIR RAUPP        |
| ROBERTO REQUIÃO PRESENTE | 3. HÉLIO JOSÉ PRESENTE |
| ROMERO JUCÁ              | 4. VAGO                |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT) |                           |
|---|---------------------------|
| TITULARES   | SUPLENTE                  |
| GLEISI HOFFMANN                                       | 1. FÁTIMA BEZERRA         |
| HUMBERTO COSTA PRESENTE                               | 2. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE |
| JORGE VIANA PRESENTE                                  | 3. PAULO PAIM             |
| LINDBERGH FARIAS                                      | 4. ACIR GURGACZ           |

| Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM) |                              |
|---------------------------------------|------------------------------|
| TITULARES                             | SUPLENTE                     |
| ANTONIO ANASTASIA PRESENTE            | 1. CÁSSIO CUNHA LIMA         |
| PAULO BAUER                           | 2. RONALDO CAIADO            |
| RICARDO FERRAÇO                       | 3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE    |
| JOSÉ AGRIPINO                         | 4. TASSO JEREISSATI PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD) |                            |
|--|----------------------------|
| TITULARES  | SUPLENTE                   |
| LASIER MARTINS PRESENTE                            | 1. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE  |
| ANA AMÉLIA PRESENTE                                | 2. GLADSON CAMELI PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE) |                       |
|--|-----------------------|
| TITULARES  | SUPLENTE              |
| CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE                                       | 1. VANESSA GRAZZIOTIN |
| FERNANDO BEZERRA COELHO  | 2. RANDOLFE RODRIGUES |

| Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC) |                              |
|---|------------------------------|
| TITULARES                               | SUPLENTE                     |
| FERNANDO COLLOR PRESENTE                | 1. WELLINGTON FAGUNDES       |
| PEDRO CHAVES                            | 2. ARMANDO MONTEIRO PRESENTE |

**Não Membros Presentes**

THIERES PINTO



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(RQS 209/2017)**

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

06 de Abril de 2017

Senador FERNANDO COLLOR

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa  
Nacional





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 10, DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o processo OFICIO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS nº1, de 2017, do Senador Tasso Jereissati, que Submete o nome do Senhor GABRIEL LEAL DE BARROS para o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal.

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati

**RELATOR:** Senadora Simone Tebet

11 de Abril de 2017





## RELATÓRIO Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Ofício nº 1, de 2017, do Senador TASSO JEREISSATI, Presidente da Comissão, que *submete o nome do Senhor GABRIEL LEAL DE BARROS para o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal.*

RELATORA: Senadora **SIMONE TEBET**

Em exame nesta Comissão, o Ofício nº 1, de 2017, do Senador Tasso Jereissati, que *submete o nome do Senhor GABRIEL LEAL DE BARROS para o cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal.*

A Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado Federal foi criada pela Resolução (RSF) nº 42, de 2016. De acordo com o seu art. 1º, a instituição tem por finalidade:

I. divulgar suas estimativas de parâmetros e variáveis relevantes para a construção de cenários fiscais e orçamentários;

II. analisar a aderência do desempenho de indicadores fiscais e orçamentários às metas definidas na legislação pertinente;



---

2<sup>3</sup>

III. mensurar o impacto de eventos fiscais relevantes, especialmente os decorrentes de decisões dos Poderes da República, incluindo os custos das políticas monetária, creditícia e cambial; e

IV. projetar a evolução de variáveis fiscais determinantes para o equilíbrio de longo prazo do setor público, sem prejuízo ou limitação das competências atribuídas a órgãos jurisdicionais, normativos ou de controle.

Nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º, da RSF nº 42, de 2016, a IFI será dirigida por um Conselho Diretor, composto por três membros, sendo um indicado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, entre brasileiros de reputação ilibada e detentores de notório saber nos temas de competência da Instituição, após arguição pública e aprovação pelo Senado Federal.

Ao examinar os documentos que acompanham o Ofício nº 1, de 2017, observa-se que o indicado é brasileiro, possui reputação ilibada, sendo Graduado em Economia pela Universidade Federal Fluminense, com MBA em finanças pela mesma Universidade e mestrando em Finanças e Economia Empresarial pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV).

O indicado tem larga experiência na área. Desde fevereiro deste ano, já atua como economista da IFI, onde elabora análises técnicas com foco na política macroeconômica, fiscal e orçamentária do País. Já trabalhou como economista e pesquisador no Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, de fevereiro de 2012 a fevereiro de 2015, tendo sido autor das seções de política fiscal do Boletim Macroeconômico do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV. Atuou, também, como economista do Departamento de Economia do Banco BTG Pactual, de fevereiro de 2015 a fevereiro de 2017, sendo responsável pelas análises, projeções e cenários para política fiscal no Brasil e no México.

gb2017-01517



Vale ressaltar que consta do currículo do indicado a autoria de uma série de análises econômicas, particular e especialmente sobre as finanças públicas do país, publicadas em boletins macroeconômicos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas e no Jornal Valor Econômico. Finalmente, liderou, por três vezes consecutivas, o *ranking* Prisma Fiscal, organizado pela Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Fazenda, por seus trabalhos realizados para o Banco BTG Pontual.

Portanto, à luz das informações e documentos que acompanham o Ofício nº 1, de 2017, há que se reconhecer que o indicado é detentor de notório saber nos temas de competência da IFI.

Desta forma, entendemos que esta Comissão de Assuntos Econômicos se encontra em condições de deliberar sobre a indicação do Senhor GABRIEL LEAL DE BARROS para ser conduzido ao cargo de Diretor da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, nos termos do inciso II do § 2º do art. 1º da Resolução nº 42, de 2016, do Senado Federal.

Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relatora

gb2017-01517





Senado Federal

5

**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 11/04/2017 às 10h - 7ª, Ordinária**  
 Comissão de Assuntos Econômicos

| PMDB                  |                  |
|-----------------------|------------------|
| TITULARES             | SUPLENTES        |
| KÁTIA ABREU           | 1. EDUARDO BRAGA |
| ROBERTO REQUIÃO       | 2. ROMERO JUCÁ   |
| GARIBALDI ALVES FILHO | 3. ELMANO FÉRRER |
| RAIMUNDO LIRA         | 4. WALDEMIR MOKA |
| SIMONE TEBET          | 5. VAGO          |
| VALDIR RAUPP          | 6. VAGO          |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT) |                   |
|---|-------------------|
| TITULARES   | SUPLENTES         |
| GLEISI HOFFMANN                                       | 1. ANGELA PORTELA |
| HUMBERTO COSTA  | 2. FÁTIMA BEZERRA |
| JORGE VIANA   | 3. PAULO PAIM     |
| JOSÉ PIMENTEL   | 4. REGINA SOUSA   |
| LINDBERGH FARIAS                                      | 5. PAULO ROCHA    |
| ACIR GURGACZ  | 6. VAGO           |

| Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM) |                         |
|---------------------------------------|-------------------------|
| TITULARES                             | SUPLENTES               |
| TASSO JEREISSATI                      | 1. ATAÍDES OLIVEIRA     |
| RICARDO FERRAÇO                       | 2. DALIRIO BEBER        |
| JOSÉ SERRA                            | 3. FLEXA RIBEIRO        |
| RONALDO CAIADO                        | 4. DAVI ALCOLUMBRE      |
| JOSÉ AGRIPINO                         | 5. MARIA DO CARMO ALVES |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD) |                     |
|--|---------------------|
| TITULARES  | SUPLENTES           |
| OTTO ALENCAR                                       | 1. SÉRGIO PETECÃO   |
| OMAR AZIZ  | 2. JOSÉ MEDEIROS    |
| CIRO NOGUEIRA                                      | 3. BENEDITO DE LIRA |

| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE) |                      |
|--|----------------------|
| TITULARES  | SUPLENTES            |
| FERNANDO BEZERRA COELHO  | 1. ROBERTO ROCHA     |
| LÍDICE DA MATA   | 2. CRISTOVAM BUARQUE |
| VANESSA GRAZZIOTIN   | 3. LÚCIA VÂNIA       |

| Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC) |                   |
|---|-------------------|
| TITULARES                               | SUPLENTES         |
| WELLINGTON FAGUNDES                     | 1. PEDRO CHAVES   |
| ARMANDO MONTEIRO                        | 2. THIERES PINTO  |
| VICENTINHO ALVES                        | 3. CIDINHO SANTOS |

**Não Membros Presentes**





6

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

IVO CASSOL

HÉLIO JOSÉ





## Senado Federal

7

**Resultado de Votação Secreta****Comissão de Assuntos Econômicos**

Indicação para cargo de Diretor da IFI

**OFE 1/2017 - Gabriel de Barros**

Início da votação: 11/04/2017 10:42:26

Fim da votação: 11/04/2017 11:59:25

| TITULARES  |       | SUPLENTE   |                    |
|--|-------|--|--------------------|
| PMDB   |       | PMDB   |                    |
| KÁTIA ABREU  | votou | 1. EDUARDO BRAGA   |                    |
| ROBERTO REQUIÃO  |       | 2. ROMERO JUCÁ   |                    |
| GARIBALDI ALVES FILHO  | votou | 3. ELMANO FÉRRER   |                    |
| RAIMUNDO LIRA  | votou | 4. WALDEMIR MOKA   |                    |
| SIMONE TEBET   | votou | 5. VAGO  |                    |
| VALDIR RAUPP   |       | 6. VAGO  |                    |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)</b> |       | <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)</b> |                    |
| GLEISI HOFFMANN  |       | 1. ANGELA PORTELA  |                    |
| HUMBERTO COSTA   | votou | 2. FÁTIMA BEZERRA  |                    |
| JORGE VIANA  | votou | 3. PAULO PAIM  |                    |
| JOSÉ PIMENTEL  | votou | 4. REGINA SOUSA  | votou              |
| LINDBERGH FARIAS   |       | 5. PAULO ROCHA   | votou              |
| ACIR GURGACZ   |       | 6. VAGO  |                    |
| <b>Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)</b>                 |       | <b>Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)</b>                 |                    |
| TASSO JEREISSATI   | votou | 1. ATAÍDES OLIVEIRA  | votou              |
| RICARDO FERRAÇO  |       | 2. DALIRIO BEBER   | votou              |
| JOSÉ SERRA   | votou | 3. FLEXA RIBEIRO   | voto não computado |
| RONALDO CAIADO   |       | 4. DAVI ALCOLUMBRE   |                    |
| JOSÉ AGRIPINO  | votou | 5. MARIA DO CARMO ALVES                                      |                    |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)</b>    |       | <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD)</b>    |                    |
| OTTO ALENCAR   |       | 1. SÉRGIO PETECÃO  |                    |
| OMAR AZIZ  |       | 2. JOSÉ MEDEIROS   | votou              |
| CIRO NOGUEIRA  |       | 3. BENEDITO DE LIRA  | votou              |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB,</b>   |       | <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB,</b>   |                    |
| FERNANDO BEZERRA COELHO                                      | votou | 1. ROBERTO ROCHA   |                    |
| LÍDICE DA MATA   | votou | 2. CRISTOVAM BUARQUE   |                    |
| VANESSA GRAZZIOTIN   |       | 3. LÚCIA VÂNIA   | votou              |
| <b>Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)</b>               |       | <b>Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)</b>               |                    |
| WELLINGTON FAGUNDES  | votou | 1. PEDRO CHAVES  | votou              |
| ARMANDO MONTEIRO   | votou | 2. THIERES PINTO   |                    |
| VICENTINHO ALVES   |       | 3. CIDINHO SANTOS  |                    |

**Votação:**TOTAL 22 SIM 20 NÃO 2 ABSTENÇÃO 0ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,  
PLENÁRIO Nº 19, EM 11/04/2017Senador Tasso Jereissati  
Presidente

11/04/2017 11:58:09

Página 1 de 1



8

**DECISÃO DA COMISSÃO**

(OFE 1/2017)

REUNIDA A COMISSÃO NESTA DATA, É APROVADO O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO, APÓS ARGUIÇÃO PÚBLICA, EM ESCRUTÍNIO SECRETO, QUE CONCLUI PELA ESCOLHA DO SENHOR GABRIEL LEAL DE BARROS, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA INSTITUIÇÃO FISCAL INDEPENDENTE DO SENADO FEDERAL, COM 20 VOTOS FAVORÁVEIS , 2 VOTOS CONTRÁRIOS E NENHUMA ABSTENÇÃO.

11 de abril de 2017

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 11, DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o processo MENSAGEM (SF) nº15, de 2017, que Propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 150,000,000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos se destinam ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM 2ª Fase/2ª Etapa.

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati

**RELATOR:** Senador Eduardo Braga

**RELATOR ADHOC:** Senador Fernando Bezerra Coelho

11 de Abril de 2017



**PARECER Nº , DE 2017**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Mensagem (SF) nº 15, de 2017 (Mensagem nº 71/2017, na origem), da Presidência da República, que *propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos se destinam ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM 2ª Fase/2ª Etapa.*



SF/17082.80984-73

Relator: Senador **EDUARDO BRAGA**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de pleito do Governo Federal para que seja autorizada operação de crédito externo a ser celebrada entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a República Federativa do Brasil (Ministério da Fazenda – MF). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM) 2ª Fase/2ª Etapa.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX), na forma da Recomendação nº 1.325, de 29 de junho de 2012, prorrogada pela Resolução COFIEEX nº 06/0250, de 9 de setembro de 2014.



---

2<sup>3</sup>

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes à referida operação de crédito, manifestando nada ter a opor à sua contração, na forma do Parecer nº 13/Geope/Codip/Subsec III/STN, de 28 de agosto de 2015.

O Banco Central do Brasil, a seu tempo, efetuou o credenciamento da operação sob o registro TA 711984.

Já a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer PGFN/COF/nº 1.292, de 12 de dezembro de 2013, pronunciou-se no sentido de que “poderá o assunto ser submetido ao Sr. Ministro da Fazenda, para que, em entendendo cabível, encaminhe a matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal”.

## II – ANÁLISE

De acordo com o Parecer nº 13/Geope/Codip/Subsec III/STN, de 28 de agosto de 2015, o PNAFM tem por objetivo contribuir para a integração dos fiscos e modernização da gestão administrativa, fiscal, financeira e patrimonial dos municípios brasileiros, aumentando a efetividade do sistema fiscal vigente.

O Órgão Executor é o Ministério da Fazenda, por intermédio da Unidade de Coordenação do Programa (UCP) criada dentro da Coordenação-Geral de Programas e Projetos de Cooperação (COOPE), da Secretaria Executiva do referido ministério.

A 2ª Fase/2ª Etapa do Programa tem dois componentes:

- Componente I - Coordenação de Assistência Técnica Nacional: (i) Assistência Técnica aos Municípios e Supervisão dos Projetos; (ii) Cooperação e Integração entre os Fiscos; (iii) Gestão do Conhecimento e Aprendizagem Institucional; (iv) Monitoramento e Avaliação do Programa.
- Componente II - Fortalecimento Institucional Municipal: (i) Gestão Fiscal Integrada; (ii) Administração Tributária e do Contencioso Fiscal; (iii) Administração Orçamentária, Financeira, Contábil e de Controle da

hb2017-01480



SF/17082.80984-73



Gestão Fiscal; (iv) Gestão, Monitoramento e Avaliação do Projeto.

Segundo Informações Complementares ao Parecer nº 10.038/SE//MF, de 3 de novembro de 2014, o Componente I direciona-se ao Ministério da Fazenda, para financiar ações junto aos municípios, no montante de US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Já o Componente II destina-se aos municípios contratantes do PNAFM, para financiamento dos respectivos projetos, com desembolsos por meio da contratação de subempréstimos intermediados pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), no montante de US\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Em ambos os casos exige-se contrapartida mínima de 10% (dez por cento), sujeitando-se os referidos subempréstimos a condições compatíveis com as concedidas no empréstimo com o BID.

Os recursos do empréstimo serão desembolsados em seis anos. O custo total do projeto alcança US\$ 166.700.000,00 (cento e sessenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), sendo US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) como resultado da operação de crédito externo em comento e o restante, US\$ 16.700.000,00 (dezesesseis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), correspondendo à contrapartida nacional.

A STN estima que o custo efetivo médio da operação situa-se em 4,11% (quatro inteiros e onze centésimos por cento) ao ano. Considerando-se o custo atual da curva média de captação do Tesouro Nacional em dólar dos Estados Unidos da América no mercado internacional, a operação encontra-se em patamares aceitáveis para aquela Secretaria.

O parecer da STN considerou atendidas as seguintes exigências:

- a) inclusão do projeto no Plano Plurianual para o período 2012-2015 (Lei nº 12.593, de 2012) e no projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2015; e
- b) observância dos limites de endividamento e apresentação de capacidade de pagamento.

hb2017-01480



SF/17082.80984-73



4<sup>5</sup>

A STN ressalta que, previamente à formalização dos instrumentos contratuais, a fim de se evitar o pagamento desnecessário de comissão de crédito, bem como permitir uma boa execução do Programa, será preciso verificar:

- (i) se as dotações orçamentárias correspondentes foram incluídas na lei orçamentária; e
- (ii) se as condições prévias para o primeiro desembolso foram cumpridas, mediante manifestação expressa do BID.

A PGFN, a seu tempo, frisou que a minuta de contrato não contém disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

### III – VOTO

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2017

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinados a financiar parcialmente o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM) 2ª Fase/2ª Etapa.

O SENADO FEDERAL resolve:

hb2017-01480

SF/17082.80984-73



**Art. 1º** É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

*Parágrafo único.* Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM) 2ª Fase/2ª Etapa”.

**Art. 2º** A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor:** República Federativa do Brasil;
- II – credor:** Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- III – valor:** até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- IV – modalidade:** juros baseados na taxa trimestral de referência do mercado interbancário londrino (*London Interbank Offered Rate – LIBOR*);
- V – prazo de desembolso:** seis anos, contados a partir da vigência do contrato;
- VI – amortização:** semestrais, consecutivas, iguais e pagas nas mesmas datas de pagamentos dos juros, por vinte e quatro anos, com prazo de carência de seis anos e meio, ambos a partir da assinatura do contrato;
- VII – juros aplicáveis:** exigidos semestralmente nos dias 15 de junho e de dezembro de cada ano e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela taxa de juros LIBOR trimestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescida de uma margem para empréstimos do capital ordinário;
- VIII – comissão de crédito:** até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

hb2017-01480



---

7  
6

**IX – despesas com inspeção e supervisão geral:** até um 1% (um por cento) do financiamento, dividido pela quantidade de semestres compreendida no prazo original de desembolso;

**X – opção de conversão da taxa de juros:** por solicitação do mutuário, mediante Carta de Solicitação de Conversão ao Banco, de caráter irrevogável, poderá pleitear conversão de moeda ou conversão da taxa de juros baseada na LIBOR.

*Parágrafo único.* As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

**Art. 3º** A contratação prevista no art. 1º fica condicionada às seguintes verificações:

I – de que as dotações orçamentárias correspondentes foram efetivamente incluídas na lei orçamentária da União para 2017;

II – de que as condições prévias para o primeiro desembolso foram cumpridas, mediante manifestação expressa do BID.

**Art. 4º** O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

**Senador EDUARDO BRAGA**  
PMDB/AM

hb2017-01480





8

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 11/04/2017 às 10h - 7ª, Ordinária**  
 Comissão de Assuntos Econômicos

| PMDB                  |                  |
|-----------------------|------------------|
| TITULARES             | SUPLENTE         |
| KÁTIA ABREU           | 1. EDUARDO BRAGA |
| ROBERTO REQUIÃO       | 2. ROMERO JUCÁ   |
| GARIBALDI ALVES FILHO | 3. ELMANO FÉRRER |
| RAIMUNDO LIRA         | 4. WALDEMIR MOKA |
| SIMONE TEBET          | 5. VAGO          |
| VALDIR RAUPP          | 6. VAGO          |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT) |                   |
|---|-------------------|
| TITULARES   | SUPLENTE          |
| GLEISI HOFFMANN                                       | 1. ANGELA PORTELA |
| HUMBERTO COSTA  | 2. FÁTIMA BEZERRA |
| JORGE VIANA   | 3. PAULO PAIM     |
| JOSÉ PIMENTEL   | 4. REGINA SOUSA   |
| LINDBERGH FARIAS                                      | 5. PAULO ROCHA    |
| ACIR GURGACZ  | 6. VAGO           |

| Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM) |                         |
|---------------------------------------|-------------------------|
| TITULARES                             | SUPLENTE                |
| TASSO JEREISSATI                      | 1. ATAÍDES OLIVEIRA     |
| RICARDO FERRAÇO                       | 2. DALIRIO BEBER        |
| JOSÉ SERRA                            | 3. FLEXA RIBEIRO        |
| RONALDO CAIADO                        | 4. DAVI ALCOLUMBRE      |
| JOSÉ AGRIPINO                         | 5. MARIA DO CARMO ALVES |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD) |                     |
|--|---------------------|
| TITULARES  | SUPLENTE            |
| OTTO ALENCAR                                       | 1. SÉRGIO PETECÃO   |
| OMAR AZIZ  | 2. JOSÉ MEDEIROS    |
| CIRO NOGUEIRA                                      | 3. BENEDITO DE LIRA |

| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE) |                      |
|--|----------------------|
| TITULARES  | SUPLENTE             |
| FERNANDO BEZERRA COELHO  | 1. ROBERTO ROCHA     |
| LÍDICE DA MATA   | 2. CRISTOVAM BUARQUE |
| VANESSA GRAZZIOTIN   | 3. LÚCIA VÂNIA       |

| Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC) |                   |
|---|-------------------|
| TITULARES                               | SUPLENTE          |
| WELLINGTON FAGUNDES                     | 1. PEDRO CHAVES   |
| ARMANDO MONTEIRO                        | 2. THIERES PINTO  |
| VICENTINHO ALVES                        | 3. CIDINHO SANTOS |

**Não Membros Presentes**





Senado Federal

9

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

IVO CASSOL

HÉLIO JOSÉ



10

**DECISÃO DA COMISSÃO****(MSF 15/2017)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR EDUARDO BRAGA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

de de 2017

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

### Nº 10, DE 2017

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinados a financiar parcialmente o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM) 2ª Fase/2ª Etapa.

**AUTORIA:** Comissão de Assuntos Econômicos



## PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2017

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinados a financiar parcialmente o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM) 2ª Fase/2ª Etapa.

O SENADO FEDERAL resolve:

**Art. 1º** É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

*Parágrafo único.* Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM) 2ª Fase/2ª Etapa”.

**Art. 2º** A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor:** República Federativa do Brasil;
- II – credor:** Banco Interamericano de Desenvolvimento;
- III – valor:** até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- IV – modalidade:** juros baseados na taxa trimestral de referência do mercado interbancário londrino (*London Interbank Offered Rate – LIBOR*);



**V – prazo de desembolso:** seis anos, contados a partir da vigência do contrato;

**VI – amortização:** semestrais, consecutivas, iguais e pagas nas mesmas datas de pagamentos dos juros, por vinte e quatro anos, com prazo de carência de seis anos e meio, ambos a partir da assinatura do contrato;

**VII – juros aplicáveis:** exigidos semestralmente nos dias 15 de junho e de dezembro de cada ano e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela taxa de juros LIBOR trimestral para dólar dos Estados Unidos da América, acrescida de uma margem para empréstimos do capital ordinário;

**VIII – comissão de crédito:** até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

Gestão Fiscal; (iv) Gestão, Monitoramento e Avaliação do Projeto.

Segundo Informações Complementares ao Parecer nº 10.038/SE//MF, de 3 de novembro de 2014, o Componente I direciona-se ao Ministério da Fazenda, para financiar ações junto aos municípios, no montante de US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Já o Componente II destina-se aos municípios contratantes do PNAFM, para financiamento dos respectivos projetos, com desembolsos por meio da contratação de subempréstimos intermediados pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), no montante de US\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Em ambos os casos exige-se contrapartida mínima de 10% (dez por cento), sujeitando-se os referidos subempréstimos a condições compatíveis com as concedidas no empréstimo com o BID.



Os recursos do empréstimo serão desembolsados em seis anos. O custo total do projeto alcança US\$ 166.700.000,00 (cento e sessenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América), sendo US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América) como resultado da operação de crédito externo em comento e o restante, US\$ 16.700.000,00 (dezesseis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), correspondendo à contrapartida nacional.

A STN estima que o custo efetivo médio da operação situa-se em 4,11% (quatro inteiros e onze centésimos por cento) ao ano. Considerando-se o custo atual da curva média de captação do Tesouro Nacional em dólar dos Estados Unidos da América no mercado internacional, a operação encontra-se em patamares aceitáveis para aquela Secretaria.

O parecer da STN considerou atendidas as seguintes exigências:

- a) inclusão do projeto no Plano Plurianual para o período 2012-2015 (Lei nº 12.593, de 2012) e no projeto de lei que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2015; e
- b) observância dos limites de endividamento e apresentação de capacidade de pagamento.

Sala da Comissão,

**Senador EDUARDO BRAGA**  
PMDB/AM





## Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 11/04/2017 às 10h - 7ª, Ordinária**  
 Comissão de Assuntos Econômicos

| PMDB                  |          |                  |  |
|-----------------------|----------|------------------|--|
| TITULARES             |          | SUPLENTE         |  |
| KÁTIA ABREU           | PRESENTE | 1. EDUARDO BRAGA |  |
| ROBERTO REQUIÃO       |          | 2. ROMERO JUCÁ   |  |
| GARIBALDI ALVES FILHO | PRESENTE | 3. ELMANO FÉRRER |  |
| RAIMUNDO LIRA         | PRESENTE | 4. WALDEMIR MOKA |  |
| SIMONE TEBET          | PRESENTE | 5. VAGO          |  |
| VALDIR RAUPP          | PRESENTE | 6. VAGO          |  |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT) |          |                   |          |
|---|----------|-------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTE          |          |
| GLEISI HOFFMANN                                       |          | 1. ANGELA PORTELA |          |
| HUMBERTO COSTA  | PRESENTE | 2. FÁTIMA BEZERRA | PRESENTE |
| JORGE VIANA   | PRESENTE | 3. PAULO PAIM     |          |
| JOSÉ PIMENTEL   | PRESENTE | 4. REGINA SOUSA   | PRESENTE |
| LINDBERGH FARIAS                                      |          | 5. PAULO ROCHA    | PRESENTE |
| ACIR GURGACZ  |          | 6. VAGO           |          |

| Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM) |          |                         |          |
|---------------------------------------|----------|-------------------------|----------|
| TITULARES                             |          | SUPLENTE                |          |
| TASSO JEREISSATI                      | PRESENTE | 1. ATAÍDES OLIVEIRA     | PRESENTE |
| RICARDO FERRAÇO                       |          | 2. DALIRIO BEBER        | PRESENTE |
| JOSÉ SERRA                            | PRESENTE | 3. FLEXA RIBEIRO        | PRESENTE |
| RONALDO CAIADO                        | PRESENTE | 4. DAVI ALCOLUMBRE      |          |
| JOSÉ AGRIPINO                         | PRESENTE | 5. MARIA DO CARMO ALVES |          |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD) |  |                     |          |
|--|--|---------------------|----------|
| TITULARES  |  | SUPLENTE            |          |
| OTTO ALENCAR                                       |  | 1. SÉRGIO PETECÃO   |          |
| OMAR AZIZ  |  | 2. JOSÉ MEDEIROS    | PRESENTE |
| CIRO NOGUEIRA                                      |  | 3. BENEDITO DE LIRA | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE) |          |                      |          |
|--|----------|----------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE             |          |
| FERNANDO BEZERRA COELHO  | PRESENTE | 1. ROBERTO ROCHA     |          |
| LÍDICE DA MATA   | PRESENTE | 2. CRISTOVAM BUARQUE |          |
| VANESSA GRAZZIOTIN   |          | 3. LÚCIA VÂNIA       | PRESENTE |

| Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC) |          |                   |          |
|---|----------|-------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTE          |          |
| WELLINGTON FAGUNDES                     | PRESENTE | 1. PEDRO CHAVES   | PRESENTE |
| ARMANDO MONTEIRO                        | PRESENTE | 2. THIERES PINTO  | PRESENTE |
| VICENTINHO ALVES                        | PRESENTE | 3. CIDINHO SANTOS | PRESENTE |

**Não Membros Presentes**



Senado Federal

9

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

IVO CASSOL

HÉLIO JOSÉ



## PARECER Nº 11, DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Mensagem (SF) nº 15, de 2017 (Mensagem nº 71/2017, na origem), da Presidência da República, que *propõe, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos se destinam ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros - PNAFM 2ª Fase/2ª Etapa.*

Relator: Senador **EDUARDO BRAGA**

Relator "Ad hoc": Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

### I – RELATÓRIO

Trata-se de pleito do Governo Federal para que seja autorizada operação de crédito externo a ser celebrada entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a República Federativa do Brasil (Ministério da Fazenda – MF). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM) 2ª Fase/2ª Etapa.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), na forma da Recomendação nº 1.325, de 29 de junho de 2012, prorrogada pela Resolução COFIEX nº 06/0250, de 9 de setembro de 2014.



A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes à referida operação de crédito, manifestando nada ter a opor à sua contração, na forma do Parecer nº 13/Geope/Codip/Subsec III/STN, de 28 de agosto de 2015.

O Banco Central do Brasil, a seu tempo, efetuou o credenciamento da operação sob o registro TA 711984.

Já a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer PGFN/COF/nº 1.292, de 12 de dezembro de 2013, pronunciou-se no sentido de que “poderá o assunto ser submetido ao Sr. Ministro da Fazenda, para que, em entendendo cabível, encaminhe a matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal”.

## II – ANÁLISE

De acordo com o Parecer nº 13/Geope/Codip/Subsec III/STN, de 28 de agosto de 2015, o PNAFM tem por objetivo contribuir para a integração dos fiscos e modernização da gestão administrativa, fiscal, financeira e patrimonial dos municípios brasileiros, aumentando a efetividade do sistema fiscal vigente.

O Órgão Executor é o Ministério da Fazenda, por intermédio da Unidade de Coordenação do Programa (UCP) criada dentro da Coordenação-Geral de Programas e Projetos de Cooperação (COOPE), da Secretaria Executiva do referido ministério.

A 2ª Fase/2ª Etapa do Programa tem dois componentes:

- Componente I - Coordenação de Assistência Técnica Nacional: (i) Assistência Técnica aos Municípios e Supervisão dos Projetos; (ii) Cooperação e Integração entre os Fiscos; (iii) Gestão do Conhecimento e Aprendizagem Institucional; (iv) Monitoramento e Avaliação do Programa.
- Componente II - Fortalecimento Institucional Municipal: (i) Gestão Fiscal Integrada; (ii) Administração Tributária e do Contencioso Fiscal; (iii) Administração Orçamentária, Financeira, Contábil e de Controle da



**IX – despesas com inspeção e supervisão geral:** até um 1% (um por cento) do financiamento, dividido pela quantidade de semestres compreendida no prazo original de desembolso;

**X – opção de conversão da taxa de juros:** por solicitação do mutuário, mediante Carta de Solicitação de Conversão ao Banco, de caráter irrevogável, poderá pleitear conversão de moeda ou conversão da taxa de juros baseada na LIBOR.

*Parágrafo único.* As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

**Art. 3º** A contratação prevista no art. 1º fica condicionada às seguintes verificações:

I – de que as dotações orçamentárias correspondentes foram efetivamente incluídas na lei orçamentária da União para 2017;

II – de que as condições prévias para o primeiro desembolso foram cumpridas, mediante manifestação expressa do BID.

**Art. 4º** O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

**Art. 5º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



A STN ressalta que, previamente à formalização dos instrumentos contratuais, a fim de se evitar o pagamento desnecessário de comissão de crédito, bem como permitir uma boa execução do Programa, será preciso verificar:

- (i) se as dotações orçamentárias correspondentes foram incluídas na lei orçamentária; e
- (ii) se as condições prévias para o primeiro desembolso foram cumpridas, mediante manifestação expressa do BID.

A PGFN, a seu tempo, frisou que a minuta de contrato não contém disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

### **III – VOTO**

Em conclusão, o pleito encaminhado pela Presidência da República encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos de um Projeto de Resolução do Senado.



O Projeto de Resolução nº 10, de 2017, apresentado como conclusão do Parecer nº 11-CAE, de 2017, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno.





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 12, DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o processo PROJETO DE LEI DO SENADO nº185, de 2016, do Senador Paulo Bauer, que Altera o art. 48 e introduz o art. 48-B na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com vistas a instituir avaliação de projetos e programas de elevado impacto fiscal.

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati

**RELATOR:** Senador Davi Alcolumbre

**RELATOR ADHOC:** Senador Armando Monteiro

11 de Abril de 2017



2

**PARECER Nº , DE 2016**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,  
sobre o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2016 –  
Complementar, que “*altera o art. 48 e introduz o art.  
48-B na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de  
2000, com vistas a instituir avaliação de projetos e  
programas de elevado impacto fiscal*”.

RELATOR: Senador **DAVI ALCOLUMBRE**

**I - RELATÓRIO**

É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 185, de 2016 – Complementar, do Senador Paulo Bauer, que altera a Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Basicamente, o projeto altera a redação do art. 48 da LRF, inserido no capítulo que dispõe sobre a transparência, o controle e a fiscalização da gestão fiscal, adicionando-lhe ainda o art. 48-B.



Para tanto, a proposição acrescenta o inciso IV ao parágrafo único do referido art. 48, para determinar que os entes da Federação procedam à avaliação anual de, no mínimo, dois programas, projetos ou atividades que tenham impacto fiscal relevante, com vistas a aferir a qualidade, a eficiência e a pertinência da sua manutenção, bem como a relação entre custos e benefícios, tornando público o resultado dessa avaliação.

Por sua vez, o art. 48-B define os critérios a serem observados para a referida avaliação, tornada obrigatória para todos entes da Federação com população superior a duzentos mil habitantes.

Nos termos desse art. 48-B, a avaliação deverá aferir a eficiência, a eficácia e a efetividade das políticas públicas e será:

I - objetiva, contendo a comparação:

a) entre objetivos e resultados, expressos por indicadores previamente estabelecidos;

b) entre os custos previstos e os realizados;

II - realizada com base em critérios definidos no início da execução dos programas pelos órgãos centrais e setoriais de planejamento e orçamento de cada ente da Federação, assegurado o caráter independente das opiniões; e

III - pública e acessível, na terminologia utilizada e nos meios eletrônicos disponibilizados.



SF/16417.19434-91



Por fim, define que, para a União, a avaliação tomará ainda como referência padrões internacionais definidos por organismos internacionais, bem como indicadores correlatos observados em países em estágio de desenvolvimento semelhante ao Brasil, na forma definida por regulamento do Poder Executivo.

Conforme explicitado na justificção, “*no Brasil, os três níveis de governo têm aumentado o gasto público ano após ano. São criadas várias políticas públicas de educação, ciência e tecnologia, assistência social, reforma agrária, saúde e outras, sem que tais programas sejam submetidos a avaliações periódicas. O gasto só cresce e o contribuinte não sabe se o dinheiro está sendo bem aplicado*”.

## II - ANÁLISE

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, sem dúvida, ensejou significativa mudança nas políticas e práticas fiscais, implicando à adoção, pelos governos nos diversos níveis da Federação, de novos procedimentos, ajustes e condutas necessárias ao cumprimento dos objetivos e das metas fiscais por eles definidas. Todo esse processo de planejamento, racionalização e de adequação da gestão pública, determinado e induzido pela LRF, contribuiu para a melhoria e o avanço da gestão fiscal no País.

A despeito de todo o avanço, a própria experiência advinda com a aplicação da LRF aponta para a existência de lacunas, a exigir atualização legal, com vistas a correções de práticas que ainda trazem distorções e ineficiências à gestão fiscal.



Há que se prosseguir, portanto, na modernização de suas normas e, em especial, como pretendido, em seus instrumentos de transparência, controle e fiscalização, com vistas, em última instância, a busca da excelência na gestão fiscal. Seu mérito assenta-se na atualização buscada para o processo de gestão fiscal, notadamente no que se refere à eficiência, eficácia e oportunidade do gasto público.

Sem dúvida, no Brasil, qualquer que seja o nível de governo, é significativa e volumosa a atuação do Estado que, dadas as ainda crescentes demandas por políticas públicas e as limitações de recursos disponíveis para atendê-las, torna imperiosa a necessidade de que a intervenção e a utilização dos recursos públicos sejam mais eficientes e transparentes.

É o que se pretende com o PLS nº 185, de 2016 – Complementar: incorporar à gestão pública práticas assentadas na avaliação dos resultados engendrados pelas políticas públicas, cuja ênfase na eficiência do gasto realizado e na qualidade das políticas implementadas constituem importantes ferramentas de apoio à gestão fiscal e à sua transparência.

Como de forma pertinente destacado na justificação do projeto, *“exemplos não faltam para indicar que o Brasil não tem uma cultura de avaliação do gasto público. Responsabilidade fiscal não é só gastar pouco. É também gastar bem e de forma inteligente. A Lei de Responsabilidade Fiscal tem uma lacuna que pretendemos solucionar: ela não determina ou estimula a avaliação quantitativa e qualitativa dos programas públicos”*.



SF/16417.19434-91



Dessa forma, o PLS nº 85, de 2016 - Complementar, assim entendemos, contribui, de forma inequívoca, para que sejam disponibilizadas informações e avaliações que permitam ao próprio gestor fiscal e à população em geral conhecer os resultados e os custos efetivos envolvidos em seus programas/projetos e atividades, imprescindíveis à sua continuidade ou não, à sustentabilidade fiscal de sua expansão, se necessária, ou mesmo à sua descontinuidade, conferindo maior efetividade à gestão fiscal.

O aperfeiçoamento institucional pretendido constituirá um importante e estratégico instrumento para a atualização da gestão fiscal no País, com perspectivas concretas para a melhoria da situação financeira da Federação.

Como oportunamente destacado pelo autor da proposição, o nobre Senador Paulo Bauer, *“os gestores ampliam os programas sem saber se estão dando resultado ou se o ritmo de crescimento tem sustentabilidade fiscal. Nos últimos anos assistimos a uma explosão de novos programas do Governo Federal na área de educação: FIES, Ciência sem Fronteiras, PRONATEC, construção de universidades federais, entre outros. As despesas em alguns desses programas cresceram mais de 1.000% em dez anos. De repente os programas desabaram por falta de verbas! E ao longo desses anos não se tem conhecimento de avaliações que recomendassem a expansão dos programas em questão”*.

- Em síntese, entendemos que o PLS nº 185, de 2015 - Complementar, promove uma pertinente alteração na LRF, adequando e conferindo maior efetividade à gestão fiscal



SF/16417.19434-91



---

7  
6

que contribua para a permanente avaliação e acompanhamento da eficácia, eficiência, custos e benefícios das políticas públicas.

### III – VOTO

Nos termos do art. 133, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, somos pela APROVAÇÃO do PLS nº 185, de 2016 - Complementar.

Sala da Comissão,

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**, Relator

, Presidente





8

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 11/04/2017 às 10h - 7ª, Ordinária**  
 Comissão de Assuntos Econômicos

| PMDB                  |          |                  |  |
|-----------------------|----------|------------------|--|
| TITULARES             |          | SUPLENTE         |  |
| KÁTIA ABREU           | PRESENTE | 1. EDUARDO BRAGA |  |
| ROBERTO REQUIÃO       |          | 2. ROMERO JUCÁ   |  |
| GARIBALDI ALVES FILHO | PRESENTE | 3. ELMANO FÉRRER |  |
| RAIMUNDO LIRA         | PRESENTE | 4. WALDEMIR MOKA |  |
| SIMONE TEBET          | PRESENTE | 5. VAGO          |  |
| VALDIR RAUPP          | PRESENTE | 6. VAGO          |  |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT) |          |                   |          |
|---|----------|-------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTE          |          |
| GLEISI HOFFMANN                                       |          | 1. ANGELA PORTELA |          |
| HUMBERTO COSTA  | PRESENTE | 2. FÁTIMA BEZERRA | PRESENTE |
| JORGE VIANA   | PRESENTE | 3. PAULO PAIM     |          |
| JOSÉ PIMENTEL   | PRESENTE | 4. REGINA SOUSA   | PRESENTE |
| LINDBERGH FARIAS                                      |          | 5. PAULO ROCHA    | PRESENTE |
| ACIR GURGACZ  |          | 6. VAGO           |          |

| Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM) |          |                         |          |
|---------------------------------------|----------|-------------------------|----------|
| TITULARES                             |          | SUPLENTE                |          |
| TASSO JEREISSATI                      | PRESENTE | 1. ATAÍDES OLIVEIRA     | PRESENTE |
| RICARDO FERRAÇO                       |          | 2. DALIRIO BEBER        | PRESENTE |
| JOSÉ SERRA                            | PRESENTE | 3. FLEXA RIBEIRO        | PRESENTE |
| RONALDO CAIADO                        | PRESENTE | 4. DAVI ALCOLUMBRE      |          |
| JOSÉ AGRIPINO                         | PRESENTE | 5. MARIA DO CARMO ALVES |          |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD) |  |                     |          |
|--|--|---------------------|----------|
| TITULARES  |  | SUPLENTE            |          |
| OTTO ALENCAR                                       |  | 1. SÉRGIO PETECÃO   |          |
| OMAR AZIZ  |  | 2. JOSÉ MEDEIROS    | PRESENTE |
| CIRO NOGUEIRA                                      |  | 3. BENEDITO DE LIRA | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE) |          |                      |          |
|--|----------|----------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE             |          |
| FERNANDO BEZERRA COELHO  | PRESENTE | 1. ROBERTO ROCHA     |          |
| LÍDICE DA MATA   | PRESENTE | 2. CRISTOVAM BUARQUE |          |
| VANESSA GRAZZIOTIN   |          | 3. LÚCIA VÂNIA       | PRESENTE |

| Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC) |          |                   |          |
|---|----------|-------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTE          |          |
| WELLINGTON FAGUNDES                     | PRESENTE | 1. PEDRO CHAVES   | PRESENTE |
| ARMANDO MONTEIRO                        | PRESENTE | 2. THIERES PINTO  | PRESENTE |
| VICENTINHO ALVES                        | PRESENTE | 3. CIDINHO SANTOS | PRESENTE |

**Não Membros Presentes**





Senado Federal

9

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

IVO CASSOL

HÉLIO JOSÉ



10

---

## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLS 185/2016)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR ARMANDO MONTEIRO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

de de 2017

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 13, DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o processo PROJETO DE LEI DA CÂMARA nº169, de 2015, que Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar pagamentos antecipados.

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati

**RELATOR:** Senador Ricardo Ferraço

**RELATOR ADHOC:** Senador José Pimentel

11 de Abril de 2017



**PARECER Nº , DE 2016**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 169, de 2015 (PL nº 6.773, de 2006, na Câmara dos Deputados), do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que *altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar pagamentos antecipados.*



SF/16603.06811-66

Relator: Senador **RICARDO FERRAÇO**

**I – RELATÓRIO**

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 169, de 2015 (PL nº 6.773, de 2006, na Câmara dos Deputados), do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, que *altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar pagamentos antecipados.*

O PLC, em sua parte normativa, resume-se ao art. 1º em que é proposta nova redação à alínea “a” do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993 – a Lei de Licitações e Contratos – com o objetivo de vedar o *pagamento antecipado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço*, aditando, assim, nova condição de pagamento, mantendo, contudo, parte da redação vigente da referida alínea “a” que estabelece o *prazo de pagamento não superior a*



---

2<sup>3</sup>

*trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.*

Vê-se, assim, que o objetivo único da proposição é veicular a proibição expressa de pagamento antecipado de parcela do preço contratado *sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.*

Por derradeiro, o art. 2º veicula a usual cláusula de vigência da lei que decorrer da aprovação do projeto, a qual deverá ocorrer na data de sua publicação.

Na justificação, o autor do projeto deixa transparecer que a inspiração do seu projeto foi o fato de que *empresas de publicidade do Sr. Marcos Valério de Souza receberam pagamentos substanciais, antes mesmo da aprovação das campanhas publicitárias contratadas, consoante investigações promovidas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito dos Correios e do “Mensalão”, bem como notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa.*

O exame do PLC caberá unicamente a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), havendo, portanto, de opinar também quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

## II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre a admissibilidade do PLC nº 169, de 2015 (PL nº 6.773, de 2006), em exame, e também quanto ao mérito, cabendo-lhe a decisão terminativa, por força do disposto no art. 91, inciso I, do mesmo Regimento.

Nos termos dos arts. 22, XXVII, da Constituição Federal, a União detém competência privativa para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações



SF/16603.06811-66



públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Não há conflito do PLC em exame com disposições constitucionais vigentes e com o RISF. Assim sendo, atende aos requisitos de constitucionalidade e regimentalidade.

Ademais, quanto ao mérito, participamos da preocupação do autor da proposição em coibir permissivos legais que podem facilitar a prática de corrupção, mediante a antecipação de pagamento antes mesmo da aprovação do contrato, conforme alega em sua justificação ao mencionar o notório caso do “Mensalão”, em que foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal o Senhor Marcos Valério pela prática de corrupção, entre outros crimes, o qual se beneficiava desse tipo de antecipação de pagamento que o PLC pretende vedar.

Quanto aos aspectos jurídicos do PLC, deve ser anotado, preliminarmente, que os termos da proposição impõem uma releitura da alínea “d” do inciso XIV do art. 40 que se pretende emendar, e que veicula a possibilidade de *descontos, por eventuais antecipações de pagamentos*.

Aprovada a alteração da Lei de Licitações conforme proposto pelo PLC, a norma contida nessa alínea implicará a presunção legal de que, se houve pagamento antecipado, de forma a possibilitar a negociação de desconto, deve necessariamente também ter havido antecipação de fornecimento dos bens adquiridos ou da execução da obra ou serviço, ou de parcela, parte ou estágio, considerado o cronograma e os termos do instrumento licitatório.

Como ponto de partida da análise, deve ser salientado que a Administração Pública, em todos os seus atos relativos a contratações, pauta-se obrigatoriamente pelos princípios constitucionais expressos da legalidade, da moralidade e da eficiência, e pelo princípio reconhecido da supremacia do interesse público sobre o privado. Já sob esse aspecto, uma eventual antecipação de pagamento de bens, obras ou serviços exige, de forma impositiva, a demonstração do interesse – e do ganho – da Administração Pública com essa conduta.



SF/16603.06811-66



Sobre essas particularidades que permeiam os contratos administrativos, é útil a referência à lição doutrinária de Diogo de Figueiredo Moreira Neto:

O consenso entre a Administração e o particular, que dá ensejo ao ato obrigacional e à consequente responsabilidade dos contratantes, não será idêntico àquele firmado entre particulares; a razão disso está na própria relevância do fim a ser atendido pela Administração, que é inteiramente diverso daquele perseguido pelo particular. Enquanto a Administração busca atingir o bem-estar geral, o particular age tão somente em seu benefício. Tal situação de desigualdade levou a doutrina a buscar no Direito Público uma disciplina das peculiaridades das contratações que envolvessem interesses públicos, sem, contudo, dissociar-se da teoria geral dos contratos, sob pena de descaracterizá-los como instrumento de captação de bens e serviços junto aos particulares, que, então se afastariam dessa indispensável colaboração. (A Inadimplência Contratual da Administração Pública e suas Consequências, Boletim ADCOAS, julho de 1993).

Sob o aspecto estritamente legal, a antecipação de pagamentos é vedada pelos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, os quais dispõem:

**Art. 62.** O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

**Art. 63.** A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I – a origem e o objeto do que se deve pagar;

II – a importância exata a pagar;

III – a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou **serviços prestados** terá por base:

I – o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II – a nota de empenho;



SF/16603.06811-66



III – os comprovantes da entrega de material ou **da prestação efetiva do serviço.**” (Grifos nossos).

Sob a ótica da Controladoria-Geral da União (Fundamentação da ON 37/2011), a possibilidade de pagamento antecipado nos contratos administrativos *é excepcional, segundo asseverado pelo art. 38 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986*. O citado dispositivo determina:

**Art. 38.** Não será permitido o pagamento antecipado de fornecimento de materiais, execução de obra, ou prestação de serviço, inclusive de utilidade pública, admitindo-se, todavia, mediante as indispensáveis cautelas ou garantias, o pagamento de parcela contratual na vigência do respectivo contrato, convênio, acordo ou ajuste, segundo a forma de pagamento nele estabelecida, prevista no edital de licitação ou nos instrumentos formais de adjudicação direta.

A orientação do Tribunal de Contas da União é semelhante, tendo essa Corte Administrativa assentado o entendimento de que a antecipação de pagamento somente deve ser admitida em situações excepcionais. É decisão desse Tribunal:

9.2. determinar (...) que se abstenha de realizar pagamentos antecipados de fornecimento de materiais, de execução de obras e de prestação de serviços, devendo os procedimentos de liquidação de despesa observar os ditames dos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964, exceto quando restar comprovada a existência de interesse público devidamente demonstrado, houver previsão nos documentos formais de adjudicação e forem exigidas as devidas cautelas e garantias; (AC-2565-29/07-1 Sessão: 28/08/07).

Ainda no Tribunal de Contas da União são encontráveis outros julgamentos acerca do tema:

8.3. determinar ao Parque de Material Bélico da Aeronáutica, com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/92 c/c o art. 194, inciso II, do Regimento Interno/TCU, a adoção das seguintes medidas: 8.3.1. efetue o pagamento somente quando haja a efetiva prestação do serviço ou entrega do material, conforme Lei 4.320/64, arts. 62 e 63, § 2º, III; 8.3.2. efetue a devida medição dos serviços realizados



SF/16603.06811-66



em obras antes da realização dos pagamentos”. (Decisão 1552/2002 – Plenário, Rel. Min. Ubiratan Aguiar, DOU de 26.11.2002).

“2. De fato, o responsável juntou aos autos notas de empenho e documentos fiscais emitidos ainda na gestão de sua antecessora, [omissis]. Não obstante, foi dele a responsabilidade pelos pagamentos efetuados, à vista dos extratos bancários e cópias de cheques remetidos pela Caixa Econômica Federal. 3. Consoante disciplinado pelo art. 62 da Lei 4.320/64, o pagamento da despesa somente poderá ser efetuado após sua regular liquidação. E ainda, nos termos do § 2º do art. 63 do mesmo diploma, a liquidação da despesa por fornecimentos ou serviços prestados terá por base os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço. 4. Dessa forma, pouco importa se a despesa foi empenhada antes de seu período de gestão e se já existiam documentos fiscais relativos aos supostos serviços prestados. Ao autorizar a realização dos pagamentos, [responsável] tinha a obrigação de conferir os serviços prestados.” (Acórdão 2667/2007 – Segunda Câmara, Rel. Min. Aroldo Cedraz, DOU de 27.9.2007).

4.1.4.1 Ao contrário do que alega o justificante, a legislação acerca da matéria em análise não autoriza, ainda que com prestação de garantias, pagamento de parcela contratual sem o adimplemento da correspondente obrigação contratual. 4.1.4.2 A Lei 8.666/93, ao discriminar no seu artigo 40 o conteúdo obrigatório do edital incluiu, nesse conteúdo, e no inciso XIV do referido artigo, as condições de pagamento. Da leitura da letra a desse inciso XIV c/c o § 3º do mesmo artigo 40, fica evidenciado que a Lei distinguiu na execução contratual, e aqui trataremos só no pertinente a obras, dois momentos distintos e logicamente ordenados: a data do adimplemento de cada parcela e a data do correspondente pagamento, sendo que esta não deve distar 30 dias daquela.[...] 4.1.4.6 Outro preceito da Lei 8.666/93 também confirma a sequencia lógica dos eventos adimplemento da obrigação e pagamento correspondente, nessa ordem. É o que se verifica do artigo 55 que trata das cláusulas necessárias de serem estabelecidas em todos os contratos. No seu inciso III estão listadas como necessárias, entre outras, as cláusulas que estabeleçam as condições de pagamento e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento. Ou seja, a atualização monetária, equivalente à atualização financeira prevista no artigo, 40, inciso XIV, letra c da Lei 8.666/93 [...] é prevista de ser paga pela Administração para proteger o contratado que cumpre sua obrigação



SF/16603.06811-66



mas só recebe o correspondente pagamento após esse marco do adimplemento; o que só confirma a cronologia dos eventos adimplemento da obrigação e correspondente pagamento. 4.1.4.7 De igual modo é a previsão do artigo 65, II, c, da Lei 8.666/93, que trata da possibilidade da alteração, com as devidas justificativas, dos contratos, por acordo das partes, quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes. Além da previsão da manutenção do valor inicial atualizado do contrato, preceitua ali a lei ser vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço. A antecipação de pagamento de que ali se trata é exatamente aquela mesma da letra d do inciso XIV do artigo 40 da Lei 8.666/93 [...]. A leitura devida de ser feita é a seguinte: ainda que por imposição de circunstâncias supervenientes [...] venha a ser modificada a forma de pagamento, para alterar o prazo de pagamento inicialmente estabelecido [...], e, em consequência, o cronograma de desembolso financeiro [...], é vedado encurtar o interstício ‘data de adimplemento-data de pagamento’, sempre mantida essa ordem, sem o adimplemento da obrigação. Ou seja, o limite dessa antecipação do prazo de pagamento é exatamente fazer coincidir as duas datas: de adimplemento da obrigação e de pagamento correspondente, nessa ordem cronológica. Assim, não há exceção prevista em lei que permita a inversão dessa ordem de eventos: ‘adimplemento-pagamento’. 4.1.4.8 Tais preceitos aqui comentados da Lei 8.666/93 estão plenamente em consonância com as disposições da Lei 4.320/64, em seus artigos 61, 62 e 63 que cuidam das fases da despesa pública, bem como do Decreto nº 93.872/86, especialmente seus artigos 42 (mesma finalidade do artigo 62 da Lei 4.320/64) que afirma que o pagamento da despesa só poderá ser efetuado quando ordenado após sua regular liquidação, e o 38, que veda expressamente a inversão daquela ordem ‘adimplemento-pagamento’ e admite, à vista do adimplemento parcelado, o pagamento contratual também em correspondentes parcelas, segundo cronograma previsto em edital.” (Acórdão 2204/2007 – Plenário, Rel. Min. Raimundo Carreiro, DOU de 19.10.2007).

E, da mesma Corte, e mais recentemente:

Recurso de Reconsideração interposto por gestor da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap) pediu a reforma do Acórdão 3.863/2012 – 1ª Câmara, por meio da qual o Tribunal havia julgado



SF/16603.06811-66



irregulares suas contas e aplicado a ele multa do art. 58 da Lei nº 8.443/92, em razão de pagamentos antecipados em contratos que tinham por objeto o fornecimento, montagem e colocação em funcionamento de fábricas de gelo. O recorrente alegou fundamentalmente que não há, na legislação, vedação de pagamento antecipado de despesas e que não houve dano ao erário. O relator, ao examinar as razões deduzidas pelo recorrente, reiterou os fundamentos que justificaram sua apenação. Lembrou que a Lei nº 8.666/93 (art. 40, inciso XIV, alínea 'd') e o Decreto nº 93.872/86 admitem o pagamento antecipado, “desde que previsto no edital de licitação ou nos instrumentos formais de adjudicação direta e mediante as indispensáveis cautelas ou garantias”. Transcreveu, então, o comando contido no art. 38 do citado Decreto: “Art. 38. Não será permitido o pagamento antecipado de fornecimento de materiais, execução de obra, ou prestação de serviço, inclusive de utilidade pública, admitindo-se, todavia, mediante as indispensáveis cautelas ou garantias, o pagamento de parcela contratual na vigência do respectivo contrato, convênio, acordo ou ajuste, segundo a forma de pagamento nele estabelecida, prevista no edital de licitação ou nos instrumentos formais de adjudicação direta.” **Acrescentou que “a jurisprudência do TCU também é firme no sentido de admitir o pagamento antecipado apenas em condições excepcionais, contratualmente previstas, sendo necessárias ainda garantias que assegurem o pleno cumprimento do objeto”.** No caso sob exame, porém, a decisão de efetuar pagamento antecipado foi tomada no curso da execução do contrato, “sem qualquer previsão no edital, tampouco no contrato, e ainda sem apresentação de garantias reais pelas empresas contratadas”. Considerou, por esses motivos, configurado o desrespeito às condições necessárias ao pagamento antecipado, explicitadas na decisão recorrida. Acrescentou que diversos julgados do Tribunal consideram o *pagamento antecipado* como irregularidade suficientemente grave para justificar a aplicação de multa a responsáveis, havendo ou não dano ao erário. O Tribunal, então, ao acolher proposta do relator, decidiu conhecer o recurso do responsável e negar provimento a esse recurso. Precedentes mencionados: Acórdãos 109/2002, do Plenário; 51/2002, 193/2002 e 696/2003, da 1ª Câmara; 1146/2003 e 918/2005, da 2ª Câmara. **Acórdão 1614/2013-Plenário, TC 015.127/2009-0, relator Ministro Walton Alencar Rodrigues, 26.3.2013.** (Grifamos)



SF/16603.06811-66



Vale ressaltar também, por oportuno, que a Lei nº 8.666, de 1993, que se pretende alterar pela proposição em exame, estabelece, no seu art. 65, que:

**Art. 65.** Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II – por acordo das partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, **vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;** (grifamos)

Retornando ao PLC em exame, vê-se que, das duas hipóteses que vêm sendo admitidas, embora de forma absolutamente excepcional, para a antecipação de pagamentos – a existência de previsão contratual e de garantias ou a efetivação da entrega dos bens, serviços e obras contratados - apenas uma, esta última, se vê contemplada.

Parece-nos excessiva a eliminação da primeira hipótese, principalmente considerando que tanto a Controladoria-Geral da União quanto o Tribunal de Contas da União a admitem.



SF/16603.06811-66



---

11  
10

Feitos esses reparos, impõe-se a necessidade da apresentação de emenda ao Projeto para alterar a redação da alínea “a” do inciso XIV do art. 40 da Lei de Licitações, que é objeto da proposição, para excetuar a hipótese de comprovação da correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço, ou, de forma excepcional, se houver previsão editalícia e garantias efetivas, aceitas pela administração, da realização integral e satisfatória do objeto do contrato.



### III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 2015, com a seguinte Emenda:

#### EMENDA Nº 1 - CAE

Dê-se à alínea “a” do inciso XIV do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme proposto pelo art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 2015, a seguinte redação:

“Art. 1º .....

‘Art. 40. ....

XIV – .....

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela, vedado o pagamento antecipado, exceto se comprovada a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço, ou, de forma excepcional, se houver



12

11

previsão editalícia e garantias efetivas, aceitas pela administração,  
da realização integral e satisfatória do objeto do contrato.

.....” (NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

13

**Relatório de Registro de Presença**  
**CAE, 11/04/2017 às 10h - 7ª, Ordinária**  
 Comissão de Assuntos Econômicos

| PMDB                  |          |                  |  |
|-----------------------|----------|------------------|--|
| TITULARES             |          | SUPLENTE         |  |
| KÁTIA ABREU           | PRESENTE | 1. EDUARDO BRAGA |  |
| ROBERTO REQUIÃO       |          | 2. ROMERO JUCÁ   |  |
| GARIBALDI ALVES FILHO | PRESENTE | 3. ELMANO FÉRRER |  |
| RAIMUNDO LIRA         | PRESENTE | 4. WALDEMIR MOKA |  |
| SIMONE TEBET          | PRESENTE | 5. VAGO          |  |
| VALDIR RAUPP          | PRESENTE | 6. VAGO          |  |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT) |          |                   |          |
|---|----------|-------------------|----------|
| TITULARES   |          | SUPLENTE          |          |
| GLEISI HOFFMANN                                       |          | 1. ANGELA PORTELA |          |
| HUMBERTO COSTA  | PRESENTE | 2. FÁTIMA BEZERRA | PRESENTE |
| JORGE VIANA   | PRESENTE | 3. PAULO PAIM     |          |
| JOSÉ PIMENTEL   | PRESENTE | 4. REGINA SOUSA   | PRESENTE |
| LINDBERGH FARIAS                                      |          | 5. PAULO ROCHA    | PRESENTE |
| ACIR GURGACZ  |          | 6. VAGO           |          |

| Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM) |          |                         |          |
|---------------------------------------|----------|-------------------------|----------|
| TITULARES                             |          | SUPLENTE                |          |
| TASSO JEREISSATI                      | PRESENTE | 1. ATAÍDES OLIVEIRA     | PRESENTE |
| RICARDO FERRAÇO                       |          | 2. DALIRIO BEBER        | PRESENTE |
| JOSÉ SERRA                            | PRESENTE | 3. FLEXA RIBEIRO        | PRESENTE |
| RONALDO CAIADO                        | PRESENTE | 4. DAVI ALCOLUMBRE      |          |
| JOSÉ AGRIPINO                         | PRESENTE | 5. MARIA DO CARMO ALVES |          |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD) |  |                     |          |
|--|--|---------------------|----------|
| TITULARES  |  | SUPLENTE            |          |
| OTTO ALENCAR                                       |  | 1. SÉRGIO PETECÃO   |          |
| OMAR AZIZ  |  | 2. JOSÉ MEDEIROS    | PRESENTE |
| CIRO NOGUEIRA                                      |  | 3. BENEDITO DE LIRA | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE) |          |                      |          |
|--|----------|----------------------|----------|
| TITULARES  |          | SUPLENTE             |          |
| FERNANDO BEZERRA COELHO  | PRESENTE | 1. ROBERTO ROCHA     |          |
| LÍDICE DA MATA   | PRESENTE | 2. CRISTOVAM BUARQUE |          |
| VANESSA GRAZZIOTIN   |          | 3. LÚCIA VÂNIA       | PRESENTE |

| Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC) |          |                   |          |
|---|----------|-------------------|----------|
| TITULARES                               |          | SUPLENTE          |          |
| WELLINGTON FAGUNDES                     | PRESENTE | 1. PEDRO CHAVES   | PRESENTE |
| ARMANDO MONTEIRO                        | PRESENTE | 2. THIERES PINTO  | PRESENTE |
| VICENTINHO ALVES                        | PRESENTE | 3. CIDINHO SANTOS | PRESENTE |

**Não Membros Presentes**





14

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

IVO CASSOL

HÉLIO JOSÉ



**DECISÃO DA COMISSÃO****(PLC 169/2015)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR JOSÉ PIMENTEL, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

Sala da Comissão, 11 de abril de 2017.

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



O Projeto de Lei da Câmara nº 169, de 2015; e o Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2016-Complementar, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.





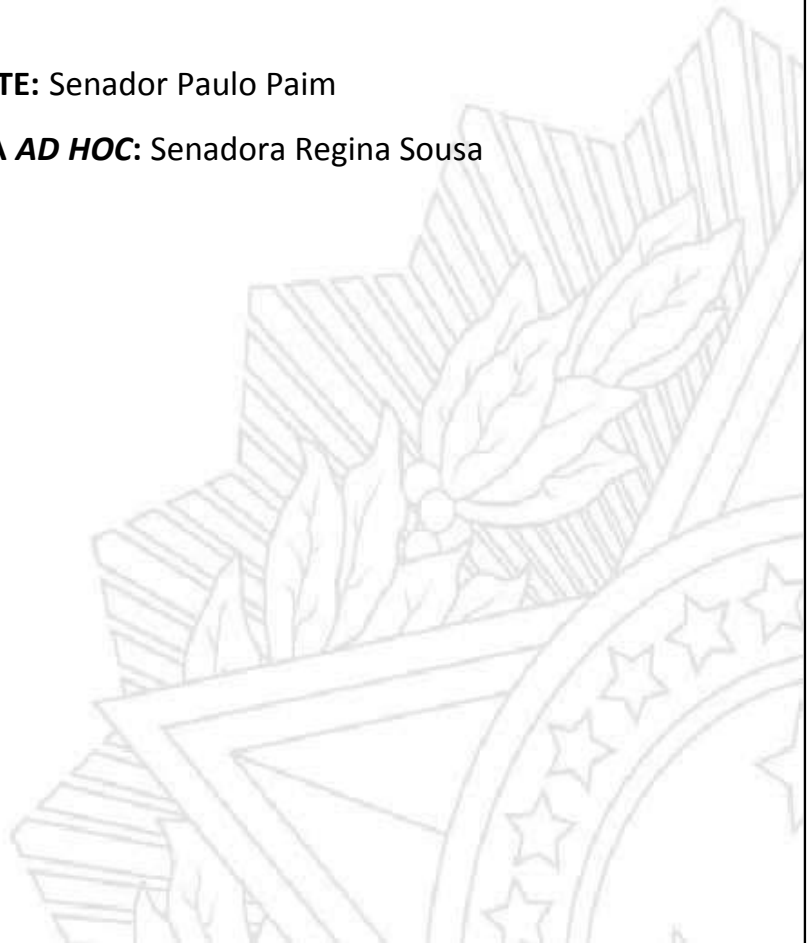
## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 53, DE 2017-PLEN-SF

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 30, de 2015, do Senador Fernando Collor, que institui a Comenda Zilda Arns e dá outras providências.

**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim

**RELATORA *AD HOC*:** Senadora Regina Sousa



## PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 30, de 2015, do Senador Fernando Collor, que *institui a Comenda Zilda Arns e dá outras providências*.

Relatora: Senadora **ROSE DE FREITAS**

RELATORA “AD HOC”: SENADORA **REGINA SOUSA**

### I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 30, de 2015, do Senador Fernando Collor, que institui a Comenda Zilda Arns.

Para tanto, o art. 1º da proposição institui a comenda e estabelece que a mesma se destina a “agraciar pessoas ou instituições que desenvolvam, no Brasil, ações e atividades destinadas à proteção da criança e do adolescente”.

Em seus arts. 2º, 3º e 4º, o PRS nº 30, de 2015, estabelece serem cinco os agraciados anuais, atribui a toda Senadora ou Senador a competência para indicar nomes para a homenagem e institui e dota de procedimentos o Conselho da Comenda Zilda Arns, para que o mesmo proceda “à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados”. Por fim, em seu art. 5º, atribui ao Senado Federal a obrigação de divulgar amplamente os nomes dos agraciados. O art. 6º põe a resolução em vigor a partir da data de sua publicação.

Em suas razões, o autor procura estabelecer um nexo entre a vigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) e a personalidade da Senhora Zilda Arns Neumann, falecida



em circunstâncias que, tragicamente, acentuam e glorificam sua condição de exemplo do espírito daquela Lei. Demonstra o nexó mencionado com a densa e valorosa biografia da senhora Arns, cujos ricos traços principais descreve. Esclarece também que a comenda não visa apenas a reconhecer pessoas valorosas na proteção de crianças e adolescentes, mas também “incorporar-se ao rol dos participantes desse processo, patrocinando uma láurea de significação simbólica”.

Além desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o PRS nº 30, de 2015, será apreciado também pela Comissão Diretora.

Não foram apresentadas emendas.

## II – ANÁLISE

De acordo com o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que versem sobre a proteção à infância e à juventude, o que torna regimental seu exame da proposição.

O PRS nº 30, de 2015, revela-se perfeitamente conforme com a Constituição e com a legalidade, vindo mesmo a honrá-las por causa de sua natureza simbólica.

Quanto ao mérito, estamos totalmente de acordo com a proposição. A vida da senhora Zilda Arns Neumann é dos melhores exemplos que se pode dar aos brasileiros e às brasileiras. Seu interesse, engajamento, bondade, espírito de sacrifício e generosidade formam inigualável modelo. Faz muito bem este Senado Federal em reconhecer biografia de tamanha grandeza e, por meio do PRS nº 30, de 2015, transformá-la em influência moral vitalizante no meio social brasileiro.

## III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Resolução do Senado nº 30, de 2015.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2016.

es2016-02774



3

Senador Paulo Paim, Presidente

Senadora Regina Sousa, Relatora “ad hoc”

*es2016-02774*





## SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

**Reunião:** 77ª Reunião, Extraordinária, da CDH

**Data:** 24 de agosto de 2016 (quarta-feira), às 11h

**Local:** Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

### COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

| TITULARES   | SUPLENTES                  |
|---|----------------------------|
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)</b>            |                            |
| Paulo Paim (PT)   | 1. Lindbergh Farias (PT)   |
| Regina Sousa (PT)   | 2. Ana Amélia (PP)         |
| Angela Portela (PT)   | 3. Telmário Mota (PDT)     |
| Fátima Bezerra (PT)   | 4. Cristovam Buarque (PPS) |
| VAGO  | 5. Humberto Costa (PT)     |
| Benedito de Lira (PP)   | 6. Gleisi Hoffmann (PT)    |
| <b>Maioria (PMDB)</b>   |                            |
| Dário Berger (PMDB)   | 1. Simone Tebet (PMDB)     |
| Hélio José (PMDB)   | 2. Sérgio Petecão (PSD)    |
| Rose de Freitas (PMDB)  | 3. Marta Suplicy (PMDB)    |
| Omar Aziz (PSD)   | 4. VAGO                    |
| Valdir Raupp (PMDB)   | 5. VAGO                    |
| <b>Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)</b>                            |                            |
| Ricardo Franco  | 1. VAGO                    |
| Ataídes Oliveira (PSDB)   | 2. VAGO                    |
| Flexa Ribeiro (PSDB)  | 3. VAGO                    |
| Cássio Cunha Lima (PSDB)  | 4. VAGO                    |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)</b> |                            |
| João Capiberibe (PSB)   | 1. Romário (PSB)           |
| Randolfe Rodrigues (REDE)   | 2. José Medeiros (PSD)     |
| <b>Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)</b>                          |                            |
| Magno Malta (PR)  | 1. Eduardo Amorim (PSC)    |
| Vicentinho Alves (PR)   | 2. Eduardo Lopes (PRB)     |





## SENADO FEDERAL

### PARECER (SF) Nº 23, DE 2017

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o processo PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO nº30, de 2015, do Senador Fernando Collor, que Institui a Comenda Zilda Arns e dá outras providências.

**PRESIDENTE:** Senador Eunício Oliveira

**RELATOR:** Senador Gladson Cameli

05 de Abril de 2017



**PARECER Nº , DE 2016**

Da COMISSÃO DIRETORA, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 30, de 2015, do Senador Fernando Collor, que *institui a Comenda Zilda Arns e dá outras providências*.

Relator: **GLADSON CAMELI**

**I – RELATÓRIO**

Vem à Comissão Diretora o Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 30, de 2015, de autoria do Senador Fernando Collor, que propõe seja instituída a Comenda Zilda Arns.

Em seu art. 1º, a proposição institui a referida Comenda e estabelece que seja *destinada a agraciar pessoas ou instituições que desenvolvam, no Brasil, ações e atividades destinadas à proteção da criança e do adolescente*.

O art. 2º prevê que a homenagem *será conferida, anualmente, a cinco pessoas físicas ou jurídicas, em sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim*.

Nos arts. 3º, 4º e 5º, são definidos os procedimentos para a apresentação, escolha e divulgação dos nomes dos indicados.

No art. 6º, consta a cláusula de vigência, a qual propõe que a futura Resolução entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria afirma que a iniciativa tem por objetivo *reconhecer o desempenho de pessoas e de instituições na defesa dos interesses das crianças e dos adolescentes*.



SF/16111.49974-11



---

2<sup>3</sup>

Antes de ser encaminhada a esta Comissão, a matéria foi aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

No Parecer aprovado, a CDH enaltece a figura de Zilda Arns e conclui:

Faz muito bem este Senado Federal em reconhecer biografia de tamanha grandeza e, por meio do PRS nº 30, de 2015, transformá-la em influência moral vitalizante no meio social brasileiro.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

## II – ANÁLISE

O exame da matéria pela Comissão Diretora compõe a gama de competências deste colegiado, conforme estabelecido no art. 98, especialmente em seu inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

Sem dúvida, é exemplar a trajetória da Dr<sup>a</sup> Zilda Arns na luta em defesa dos desamparados.

Nascida no dia 25 de agosto de 1934, na cidade de Forquilha-SC, Zilda Arns formou-se em medicina pela Universidade Federal do Paraná e especializou-se em saúde pública, pediatria e sanitarismo.

Em 1983, juntamente com Dom Geraldo Magela, Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ela fundou a Pastoral da Criança, onde implementou uma metodologia de multiplicação da informação, do conhecimento e da solidariedade entre as famílias mais pobres.

Durante esses anos, a Pastoral já acompanhou milhões de crianças e famílias pobres por meio da atuação de milhares de voluntários que levaram conhecimento sobre saúde, nutrição, educação e cidadania para as comunidades carentes de quase todos os municípios do País, proporcionando-lhes condições para que elas se tornassem protagonistas da sua própria transformação social.

gs2016-08069

SF/16111.49974-11



Mais tarde, a incansável médica sanitarista também fundou a Pastoral Internacional da Criança, levando para as crianças de dezenas de outros países a experiência bem-sucedida já vivida pelos nossos jovens.

Sua luta em defesa dos mais pobres e necessitados continuou até a sua morte, ocorrida durante o trágico terremoto que assolou o Haiti, no início do ano de 2010. Naquele momento, a Dr<sup>a</sup> Zilda realizava uma palestra destinada a estender as ações da Pastoral Internacional da Criança para as populações da América Central e do Caribe.

Sendo assim, é justa e meritória a iniciativa de instituir Comenda Zilda Arns no sentido de que o Senado Federal possa homenagear os brasileiros que, a exemplo da Dr<sup>a</sup> Arns, dediquem suas vidas em defesa dos desfavorecidos.

A matéria está em consonância com os pressupostos constitucionais e regimentais. Contudo, serão necessários ajustes ao texto dos arts 2º e 4º da proposição, no sentido de adequá-lo às exigências da boa técnica legislativa.

Com efeito, de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, *as disposições normativas deverão ser redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, devendo, para efeito de precisão, grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto* (Art. 11, inciso II, alínea “f”).

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Resolução do Senado nº 30, de 2015, **na forma das seguintes emendas**:

gs2016-08069



SF/16111.49974-11



5  
4**EMENDA Nº 1 - CDIR**

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Resolução do Senado nº 30, de 2015, a seguinte redação:

“**Art. 2º** A Comenda Zilda Arns será conferida, anualmente, a cinco pessoas físicas ou jurídicas, em sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim.”

**EMENDA Nº 2 - CDIR**

Dê-se ao art. 4º do Projeto de Resolução do Senado nº 30, de 2015, a seguinte redação:

“**Art. 4º** Para proceder à apreciação das indicações e à escolha dos agraciados, será constituído o Conselho da Comenda Zilda Arns composto por um Senador de cada partido político com representação no Senado Federal.

§ 1º A composição do Conselho a que se refere o *caput* será renovada a cada dois anos, entre os meses de fevereiro e março da primeira e terceira sessões legislativas ordinárias, permitida a recondução de seus membros.

§ 2º O Conselho definirá a cada ano as datas para recebimento das indicações e da premiação aos agraciados.”

Sala das Reuniões,









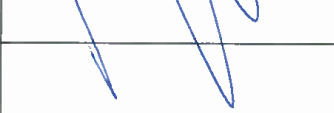

, Presidente

, Relator

gs2016-08069



**2ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL - 2017****5 de abril de 2017, às 12:00**

|   |  |
|---|--|
| <b>Senador Eunício Oliveira</b><br>Presidente               |    |
| <b>Senador Cássio Cunha Lima</b><br>1º Vice-Presidente      |    |
| <b>Senador João Alberto Souza</b><br>2º Vice-Presidente     |    |
| <b>Senador José Pimentel</b><br>1º Secretário               |    |
| <b>Senador Gladson Cameli</b><br>2º Secretário              |   |
| <b>Senador Antonio Carlos Valadares</b><br>3º Secretário    |  |
| <b>Senador Zeze Perrella</b><br>4ª Secretário               |  |
| <b>Senador Eduardo Amorim</b><br>1º Suplente de Secretário  |  |
| <b>Senador Sérgio Petecão</b><br>2º Suplente de Secretário  |  |
| <b>Senador Davi Alcolumbre</b><br>3º Suplente de Secretário |  |
| <b>Senador Cidinho Santos</b><br>4º Suplente de Secretário  |  |



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PRS 30/2015)**

A COMISSÃO DIRETORA, EM SUA 2ª REUNIÃO, REALIZADA EM 5.4.2017, APROVOU RELATÓRIO DO SENADOR GLADSON CAMELI, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA COMISSÃO.

05 de Abril de 2017

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente da Comissão Diretora



Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 53, de 2017, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e nº 23, de 2017, da Comissão Diretora do Senado Federal, referentes ao Projeto de Resolução nº 30, de 2015.

Fica aberto o prazo de 5 dias úteis para apresentação de emendas perante à Comissão Diretora, relativas à matéria. Ao Plenário.



# Projetos de Decreto Legislativo





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 2017

Susta os efeitos da Portaria nº 56, de 27 de março de 2017, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Interino, que modifica o identificador de resultado primário referente à ação “Implementação do Programa Mais Médicos – Nacional”, no âmbito do Ministério da Saúde.

**AUTORIA:** Senador Humberto Costa, Senador Paulo Rocha

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2017

Susta os efeitos da Portaria nº 56, de 27 de março de 2017, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Interino, que modifica o identificador de resultado primário referente à ação “Implementação do Programa Mais Médicos – Nacional”, no âmbito do Ministério da Saúde.



SF/17909.97200-98

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Ficam sustados, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, os efeitos da Portaria nº 56, de 27 de março de 2017, editada pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Interino, publicada no Diário Oficial da União nº. 61, de 29 de março de 2017, que modifica o identificador de resultado primário referente à ação “Implementação do Programa Mais Médicos – Nacional”, contida na Unidade Orçamentária “Fundo Nacional da Saúde”, do Ministério da Saúde, de “1 – Despesa Primária Obrigatória” para “2 – Despesa Primária Discricionária”, no montante total de R\$ 3.311.560.000,00

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

O Diário Oficial da União, Seção I, do dia 29 de março de 2017, publicou a Portaria nº 56, de 27/03/2017, do Ministro Interino do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, modificando o identificador de resultado primário da ação “Implementação do Programa Mais Médicos – Nacional”, contido na Unidade Orçamentária “Fundo Nacional da Saúde”, do Ministério da Saúde, de “1 – Despesa Primária Obrigatória” para “2 – Despesa Primária Discricionária”, no montante total de R\$ 3.311.560.000,00

A referida Portaria tem como amparo o disposto no art. 7º, *caput*, inciso II e § 1º, do Decreto nº 8.961, de 16/01/2017, e considera, ainda, a Portaria da Secretaria de Orçamento Federal - SOF nº 12, de 21/03/2017, publicada no DOU de 22/03/2017, Seção I.





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

De forma resumida, o Governo transforma despesas de caráter obrigatório do Programa Mais Médicos em despesas discricionárias, que são aquelas despesas que podem deixar de ser executadas ou passar a ser contingenciadas.

As despesas relacionadas ao Programa Mais Médico foram encaminhadas pelo governo federal, já sob comando dos seus atuais dirigentes, no Projeto de Lei para 2017-PLOA/2017 como despesa obrigatória. Posteriormente, o Congresso Nacional, após intensa análise da peça do orçamento, ratificou essa proposição e, por fim, o Presidente da República sancionou a Lei nº 13.414, de 10/01/2017 mantendo as despesas do referido Programa como de EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA.

A decisão de retirar o orçamento destinado à manutenção do Programa Mais Médicos das despesas obrigatórias representa uma grave ameaça ao Programa. Atualmente, são R\$ 3,3 bilhões destinados ao custeio do Programa, montante este essencial para a sua manutenção, e uma redução do valor do programa pode acarretar em problemas na sua execução, ou mesmo inviabilizá-lo.

Como se trata de uma programação nacional, todos os Estados da Federação estarão sujeitos a corte de recursos para essa finalidade, no caso de concretização desse provável contingenciamento de dotação se efetivar.

Além disso, segundo notícia publicada no portal “G1”<sup>1</sup>, no dia 28 de março de 2017, intitulada “salário de 700 profissionais do Mais Médicos está atrasado desde fevereiro”, profissionais do mais médicos estão com salários atrasados desde fevereiro por erros administrativos. Segundo a pasta da Saúde, o atraso seria resolvido durante os primeiros dias do mês de abril, mas ainda não há notícias da regularização da questão.

O Programa Mais Médicos foi instituído em 2013 com o objetivo de suprir a carência de médicos nos municípios do interior e nas periferias das grandes cidades brasileiras. Por meio do Programa, 18.240 médicos passaram a atender a população de 4.058 mil municípios, cobrindo 72,8% do total de municípios do país e os 34 Distritos Sanitários Indígenas (DSEIs). Até meados do ano de 2016, cerca de 63 milhões de brasileiros foram beneficiados.

<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/salario-de-700-profissionais-do-mais-medicos-esta-atrasado-desde-fevereiro.shtml>



SF/17909.97200-98





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

A iniciativa também possibilitou que, pela primeira vez na história, 700 municípios localizados em áreas remotas do Brasil passassem a ter médico residente para atendimento na atenção básica. Até fevereiro de 2016, estima-se terem sido realizadas 364,8 mil consultas/dia ou 88,3 milhões de consultas/ano.

No tocante à adesão de médicos brasileiros, ao final de 2013, 12,3% dos médicos eram brasileiros com CRM. Durante o processo de seleção de médicos que ocorreu em 2015, todas as 4.139 vagas foram preenchidas por médicos de nacionalidade brasileira, sendo que 93% tinham registro nacional (CRM). Em 2016, foram 29% de brasileiros. Além do provimento de médicos, o Programa também prevê a reestruturação da formação desses profissionais. Foram criadas 5.849 novas vagas em cursos de graduação de medicina, sendo 3.749 em instituições privadas e 2.100 em instituições públicas.

Em relação à formação de especialistas, foram criadas 7.172 novas vagas de residências médicas entre 2011 e 2016, totalizando 7.957 bolsas-formação ofertadas pelo Ministério da Saúde. Está em andamento chamada pública para autorizar mais 4.347 novas vagas em instituições privadas em 61 municípios que não possuem graduação em medicina.

O Programa Mais Médicos foi considerado uma das boas práticas relevantes para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a agenda global pactuada pelos países-membros da organização das Nações Unidas (ONU) para a próxima década e meia. A informação está na publicação “*Good Practices in South-South and Triangular Cooperation for Sustainable Development*” (“Boas Práticas de Cooperação Triangular Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável”, em português), primeira de uma série desenvolvida pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Segundo a publicação da ONU, o Programa Mais Médicos “*é potencialmente benéfico em qualquer país que decidisse adotá-lo*”. Um dos grandes desafios do Brasil, de acordo com a ONU, era assegurar à população o acesso universal à saúde, como previsto na Constituição. Antes do programa, cinco estados brasileiros possuíam menos de um médico para cada mil pessoas, enquanto 700 municípios não dispunham de nenhum médico na atenção básica. Quase três anos após o início do Programa, foram preenchidas 18.240 vagas em 4.058 municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).



SF/17909.97200-98





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

Pouco antes de ser afastada provisoriamente, a Presidente Dilma assinou uma Medida Provisória que prorrogava por mais três anos a permanência de profissionais brasileiros formados no exterior e de médicos estrangeiros no Programa. No entanto, em declarações que ocorreram logo após o *impeachment*, o então ministro interino da Saúde, já atual governo, afirmou que pretendia tirar ao menos 10 mil médicos estrangeiros do programa.

Por todo o exposto, tem-se que a sustação da referida Portaria preservará os atuais recursos para garantir a continuidade do Programa Mais Médicos, contemplando, assim, milhões de brasileiros que precisam de atendimento médico.

Sala das Sessões, em      de abril de 2017.

Senador **PAULO ROCHA**  
Vice-Líder da Minoria no Congresso Nacional

Senador **HUMBERTO COSTA**  
Líder da Minoria no Senado Federal



SF/17909.97200-98



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso V do artigo 49

- Decreto nº 8.961, de 16 de Janeiro de 2017 - 8961/17

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2017;8961>

- inciso II do parágrafo 1º

- Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 - 13414/17

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13414>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 2017

Susta o Decreto nº 7.860, de 6 de dezembro de 2012, que “Cria a Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem, com o objetivo de elaborar propostas sobre regulação de preços, abrangência das zonas e medidas de aperfeiçoamento relativas ao serviço de praticagem; e altera o Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998”.

**AUTORIA:** Senador Davi Alcolumbre

**DOCUMENTOS:**

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)



1

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2017**

Susta o Decreto nº 7.860, de 6 de dezembro de 2012, que “*Cria a Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem, com o objetivo de elaborar propostas sobre regulação de preços, abrangência das zonas e medidas de aperfeiçoamento relativas ao serviço de praticagem; e altera o Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998*”.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustado, nos termos do inciso V do art. 49 da Constituição Federal, o Decreto nº 7.860, de 6 de dezembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO**

Nos termos do inciso V do art. 49 da Carta Política de 1988, que atribui competência exclusiva ao Congresso Nacional para *sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa*, combinado com o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece o projeto de decreto legislativo como instrumento propositivo, sem que a matéria vá à sanção presidencial, é que submetemos à deliberação desta Casa a presente proposição, para que seja sustado o Decreto nº 7.860, de 6 de dezembro de 2012, que ultraja princípios albergados por nossa Carta Magna, sobretudo os da legalidade, impessoalidade, livre iniciativa e eficiência.

O Decreto nº 7.860, de 6 de dezembro de 2012, encontra-se eivado de inconstitucionalidade e ilegalidade *ab initio*, visto que sob a pretensão de regulamentar o inciso II do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (que no mencionado dispositivo não remete à edição de nova legislação ordinária), afronta aos princípios da livre iniciativa e da reserva legal, na medida em que impossibilita o direito à livre negociação e extrapola os limites do poder regulamentar do Poder Executivo.



Não há como subsistir qualquer defesa à preservação do Decreto esgrimado, visto que o mesmo depõe contra os fundamentos da Ordem Econômica, consubstanciados na redação dada ao art. 170 da Carta Política de 1988, onde não é dado ao Estado intervenção na economia, em atividade privada, para fins de política tarifária ordinária, desrespeitando o preceito legal contido na Lei nº 9.537/1997, para fazê-lo em situações extraordinárias.

Ao Estado cabe a fixação de política tarifária quando decorrente de serviço público concedido à iniciativa privada sob os regimes de concessão ou permissão e, ainda assim, após processo licitatório. Não é o caso da atividade de praticagem, razão pela qual os preços são regulados pela livre iniciativa.

É exatamente esse o mandamento constitucional, no Capítulo I - Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, no *caput* do art. 174, *in verbis*:

“Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.  
.....” (grifamos)

A matéria tem sido objeto de inúmeros questionamento judiciais e, no exame de casos análogos, no que tange à legalidade do Decreto nº 7.860/2012, as decisões encontram-se harmonizadas e consolidadas, como no julgamento da Ação Ordinária 38139-79.2016.4.01.3400 TRF/DF, que ilustra e confirma entendimento exarado na decisão na Ação 8460-68.2015.4.01.3400, que ora transcrevemos excertos:

“(...) tenho por verossímil a alegação de que, na perspectiva da compatibilidade entre o ato regulamentar e o comando legal regulamentado, o Decreto 7.860/2012 exorbita os limites do poder conferido pela Lei 9.537/97, malferindo o princípio da reserva legal. É relevante o argumento de que o ato regulamentar, no seu inciso II e parágrafo único do art. 1º, ao dispor sobre os preços máximos dos serviços em cada zona de praticagem, ampliou exceção contida na norma legal, no inciso II do parágrafo único do seu art. 14, tornando ordinária intervenção do Estado no domínio econômico, para fins de política tarifária, que a lei prevê como extraordinária, tendo em conta a natureza privada do serviço de praticagem, não sujeito regime de concessão ou permissão, embora considerado pela lei como essencial. Intervenção essa que deve ser exercida com respeito aos princípios fundamentais da ordem econômica, previstos no art. 170 da Constituição Federal, dentre eles o da livre iniciativa (cf. STF, RE 632.644-AgR/DF, Primeira Turma, da relatoria do ministro Luiz Fux, DJ 10/05/2012.) De igual modo, a medida de urgência justifica-se pela iminente possibilidade de a Administração vir a impor ou fixar preços máximos pelos serviços de praticagem prestados pela acionante.

Como se sabe ‘[o] princípio da reserva de lei atua como expressiva limitação constitucional ao poder do Estado, cuja competência regulamentar, por tal razão, não se reveste de suficiente idoneidade jurídica que lhe permita restringir direitos ou criar obrigações. Nenhum ato regulamentar pode criar obrigações ou restringir direitos, sob pena de incidir em domínio constitucionalmente reservado ao âmbito de atuação material da lei em sentido formal. O abuso de poder regulamentar, especialmente nos casos em que o Estado atua ‘*contra legem*’ ou ‘*praeter legem*’, não só expõe o ato transgressor ao controle jurisdicional, mas



SF/17048.60801-85



viabiliza, até mesmo, tal a gravidade desse comportamento governamental o exercício, pelo Congresso Nacional, da competência extraordinária que lhe confere o art. 49, inciso V, da Constituição da República e que lhe permite 'sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar (...)' (cf. STF, ACO 1.048-QO/RS, Tribunal Pleno, da relatoria do ministro Celso de Mello, DJ 31/10/2007) (...)" (grifamos)

É de registrar que a Lei nº 9.537/1997, que "*Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências*", resguarda o livre exercício do serviço de praticagem e somente excepcionalizando a fixação de preços, pela autoridade marítima, quando verificada a necessidade de assegurar-se a permanente disponibilidade do serviço.

Outra não é a leitura que se faz do art. 14, parágrafo único, inciso II, da Lei nº 9.537/1997, inadmitindo-se, por conseguinte, qualquer competência da Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem - CNAP para fazê-lo, tal como redigido pelo art. 1º do combatido Decreto nº 7.860/2012.

Na mesma Lei, desrespeitada pelo Decreto nº 7.860/2012, em seu art. 13, é cristalina a dicção quanto a natureza privada da atividade de praticagem:

*"Art. 13. O serviço de praticagem será executado por práticos devidamente habilitados, individualmente organizados em associações ou contratados por empresas.*

....." (grifamos)

Depreende-se da leitura do dispositivo da Lei nº 9.537/1997, sem qualquer dificuldade para compreensão, que é livre o exercício da praticagem, desde que realizado por profissionais devidamente habilitados, sendo impensável e tampouco razoável a delimitação de preços máximos do serviço de praticagem em cada Zona de Praticagem, salvo para garantir a disponibilidade do serviço, considerado atividade essencial, excepcionalmente, pela autoridade marítima brasileira. Jamais, ordinariamente, como disposto no art. 1º do Decreto nº 7.860/2012, pela Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem.

E aduzimos mais, seria absolutamente impensável que o Poder Executivo pudesse desconsiderar a hierarquia dos atos normativos. Pois foi exatamente isso o que ocorreu com a edição do Decreto nº 7.860/2012, fazendo-o se sobrepor à Lei nº 9.537/1997, exorbitando do seu poder regulamentar na medida em que interpreta de forma extensiva, ordinariamente, o dispositivo legal de caráter restritivo, extraordinário.

Em outros termos, enquanto a Lei admite a restrição aos preços com a fixação destes, autorizando a autoridade marítima a estabelecê-los para garantir a continuidade de uma atividade que ela mesma caracteriza como essencial, o Decreto, por sua vez, autoriza uma Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem, por ela criada, para a fixação de preços máximos de forma irrestrita.



SF/17048.60801-85



E vamos além, fosse procedente a razão alegada: a defesa da competitividade dos portos nacionais frente aos portos de outros países, porque o Poder Executivo, pela importância da matéria, deixou de fazê-lo pela via mais democrática, isto é, com a participação do Congresso Nacional, fórum por excelência constitucional da representatividade de todas as Unidades da Federação?

Ademais, decorridos quatro anos desde a publicação do Decreto, a Comissão Nacional para Assuntos de Praticagem não conseguiu fixar preços máximos, como previsto no Decreto em questão, para nenhuma das Zonas de Praticagem existentes no país. Ficou patente a incapacidade de produzir uma metodologia capaz de abarcar o conjunto de variáveis específicas para a determinação de preços em cada um dos portos brasileiros, objetivo que vinha ao longo de décadas sendo atingido de forma eficaz através da livre negociação entre as partes. E ainda, o que notamos e foi constatado pela mesma Comissão, é que os preços que vigoram até hoje no país, fruto dessas negociações, ao contrário do sustentado para infringir a legislação e a Carta Republicana de 1988, propugnando a malfadada regulação de preços, equiparam-se majoritariamente às médias internacionais.

Os dados disponíveis atestam que os preços do serviço de praticagem no Brasil são compatíveis com a média internacional e, ainda, demonstram que seu peso, nas matrizes de despesa dos vários segmentos, é irrisório: Segundo estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o custo da praticagem representa 0,18% das despesas do dono da carga (exportador ou importador). Conforme demonstrado pela armadora francesa CMA-CGM, a terceira maior do mundo, a praticagem brasileira responde por 0,2% dos custos do armador. De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), a praticagem representa apenas 2% dos custos portuários. Por fim, segundo dados da Associação Brasileira de Cruzeiros Marítimos (ABREMAR), o preço da praticagem brasileira, mesmo nos navios de maior porte, como os grandes navios de cruzeiro, custa, por passageiro a menos do que a metade do custo de uma lata de guaraná a bordo.

O já mencionado IBPT constatou que, no período de janeiro de 2009 até abril de 2013, os custos portuários brasileiros variaram 27% (em US\$), enquanto os custos da praticagem no Brasil variaram apenas 22,6% (em US\$). No mesmo intervalo de tempo, os valores dos fretes marítimos para os embarcadores brasileiros tiveram aumento de 82% (em US\$). Mais de três vezes a variação dos custos portuários e quase quatro vezes a variação do preço da praticagem. Essa diferença corrobora com a tese de que o frete marítimo é ditado por um oligopólio de grandes armadores internacionais, não guardando correlação direta com os custos.



SF/17048.60801-85



A própria CNAP, na Consulta Pública nº 01/2013, atestou conhecer perfeitamente esta realidade. No Relatório daquela Consulta (Contribuição nº 83, item 2, pag. 97 a 99), em um questionamento objetivo sobre a redução do frete em virtude da redução do preço da praticagem, a Comissão respondeu que “a redistribuição de renda depende da elasticidade-preço da demanda dos armadores e das elasticidades em mercados secundários (donos de carga)”. Em outras palavras: nenhum ganho pode ser garantido para os donos da carga, exportadores e importadores brasileiros.

Assim, é uma falácia já identificada a tese de que reduzir os preços dos serviços de praticagem permitiria alcançar novos patamares no volume de exportações e importações que compõe o comércio exterior brasileiro. Já é fato reconhecido até pelas empresas armadoras, que qualquer redução nesses valores, não diminuem custos nem produzem ganhos para os embarcadores nacionais, mas, pode sim, aumentar a margem de lucros dos armadores, que atuam nas costas brasileiras, conjunto bastante reduzido, composto em sua quase totalidade por empresas estrangeiras.

Por outro lado, é conclusão reiterada por especialistas - do setor público e privado - que a eficiência dos serviços de praticagem é fator preponderante para o crescimento sustentado da atividade portuária e o aumento das exportações brasileiras, já que permite superar muitos dos entraves impostos pela carência de investimentos na infraestrutura de acesso aos portos nacionais.

A CNAP já reconheceu a importância do serviço de praticagem no Brasil. E isso ocorreu logo no início de suas atividades, na “Proposta de Metodologia de Regulação de Preços do Serviço de Praticagem”, publicada em março de 2013 onde cita: “O serviço de praticagem tem uma regulamentação técnica de segurança bastante minuciosa, dada a relevância deste serviço para garantir a segurança da navegação em águas restritas, a preservação da vida humana e a prevenção de impactos ambientais. Entre os requisitos afetos à questão da segurança no Brasil, podem ser citados: (i) a obrigatoriedade do serviço em águas restritas, definidas como ZPs; (ii) a imposição do cumprimento da “escala de rodízio único” em cada ZP; (iii) a lotação de práticos por cada ZP, limitando a entrada de profissionais no mercado; entre outras”.

Confiante na qualidade técnica do serviço que atualmente é prestado no Brasil, em quatro anos de atividade, nenhuma sugestão técnica foi feita pela CNAP para a Marinha. Segundo dados oficiais, disponíveis na página da internet do IGPANDI (International Group of Protection and Indemnity clubs) que são clubes de proteção e de indenização de armadores, responsáveis pelo pagamento das consequências de acidentes marítimos no mundo todo, a praticagem brasileira possui índice de sinistralidade de 0,002%, no mesmo patamar de Estados Unidos e Bélgica.



SF/17048.60801-85



6

Assim sendo, Senhoras e Senhores, nobres Pares, outro não poderá ser o encaminhamento e decisão desta Casa, senão o de sustar o Decreto nº 7.860, de 6 de dezembro de 2012, que depõe contra os fundamentos da Ordem Econômica (art. 170 da CF/1988), onde não é dado ao Estado o direito de intervenção na economia, em atividade privada, para fins de política tarifária ordinária, desrespeitando o preceito legal contido na Lei nº 9.537/1997, para fazê-lo em situações extraordinárias.

Sala das Sessões, 28 de março de 2017.

Senador **DAVI ALCOLUMBRE**  
DEMOCRATAS/AP



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso V do artigo 49

- artigo 170

- Decreto nº 2.596, de 18 de Maio de 1998 - 2596/98

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1998;2596>

- Decreto nº 7.860, de 6 de Dezembro de 2012 - 7860/12

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2012;7860>

- artigo 1º

- Lei nº 9.537, de 11 de Dezembro de 1997 - Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - 9537/97

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9537>

- inciso II do parágrafo 1º do artigo 14

- Resolução do Senado Federal nº 93, de 27 de novembro de 1970 - REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL - 93/70

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:resolucao:1970;93>

- inciso II do artigo 213



# Projetos de Lei do Senado





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 102, DE 2017

Institui o Código de Processo do Trabalho

**AUTORIA:** Senador Thieres Pinto

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

*Institui o Código de Processo do Trabalho*



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O processo do trabalho é regido no país pelas disposições desta lei e pelo Código do Processo Civil, subsidiária e supletivamente no que não for incompatível com ela.

Art. 2º São em princípio compatíveis com o processo do trabalho as normas do Código de Processo Civil em caso de omissão e desde que haja compatibilidade com as normas e princípios, na forma dos arts. 769 e 889 da CLT e do art. 15 da Lei nº 13.105, de 17.03.2015.

§ 1º. Além da reclamação trabalhista, que abriga a usual reclamação individual ou plúrima, a ação declaratória e a reclamação coletiva de interesses individuais homogêneos são cabíveis na Justiça do Trabalho:

- I - a ação coletiva de revisão de nulidade;
- II - o inquérito para apuração de falta grave;
- III - a ação de consignação em pagamento;
- IV - o depósito;
- V - a ação de prestação de contas;
- VI - os embargos de terceiro;
- VII - a habilitação;
- VIII - a restauração de autos;

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

IX - o juízo arbitral;

X - o dissídio coletivo, de natureza econômica ou jurídica;

XI - a ação de cumprimento de norma coletiva;

XII - a ação rescisória; e

XIII - os procedimentos cautelares de arresto, sequestro, busca e apreensão, exibição, produção antecipada de provas, justificação, protesto, atentado e outras medidas provisionais.

§ 2º. A ação coletiva de revisão ou nulidade, destinada a decidir sobre alteração contratual prejudicial ao empregado mesmo que por ele consentida, será ajuizada por sindicato ou associação, neste último caso apenas em nome dos respectivos associados, e terá instrução semelhante a das reclamações; mas o juiz é autorizado a decidir segundo a equidade, sempre que julgue aconselhável evitar nulidade.

§ 3º. O inquérito para apuração de falta grave será necessário para que o empregador, por dever legal ou consensual, possa provar falta grave para rescindir o contrato de trabalho com determinado empregado; e, seguindo o rito da reclamação, terminará, porém, por decisão absolutória do empregado ou desconstitutiva da relação de emprego; decidindo o juiz, segundo a equidade, quanto aos salários no decurso da lide.

§ 4º. A ação de cumprimento de norma coletiva comporta, na fase instrutória, apenas a definição da norma e a investigação de sua aplicabilidade ao trabalhador identificado na inicial, dispensada qualquer conciliação bem como a audiência de instrução; se necessária a instrução seguirá o rito da reclamação.

Art. 3º Sem prejuízo de outros, não se aplicam ao Processo do Trabalho, em razão de inexistência de omissão ou por incompatibilidade, os seguintes preceitos do Código de Processo Civil:

I - art. 63 (modificação da competência territorial e eleição de foro);

II - art. 190 e parágrafo único (negociação processual);

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

- III - art. 219 (contagem de prazos em dias úteis);
- IV - art. 334 (audiência de conciliação ou de mediação);
- V - art. 335 (prazo para contestação);
- VI - art. 362, III (adiamento da audiência em razão de atraso injustificado superior a 30 minutos);
- VII - art. 373, §§ 3º e 4º (distribuição diversa do ônus da prova por convenção das partes);
- VIII - arts. 921, §§ 4º e 5º, e 924, V (prescrição intercorrente);
- IX - art. 942 e parágrafos (prosseguimento de julgamento não unânime de apelação);
- X - art. 944 (notas taquigráficas para substituir acórdão);
- XI - art. 1010, § 3º (desnecessidade de o juízo a quo exercer controle de admissibilidade na apelação);
- XII - arts. 1043 e 1044 (embargos de divergência); XIII - art. 1070 (prazo para interposição de agravo).

Art. 4º Sem prejuízo de outros, aplicam-se ao Processo do Trabalho, em face de omissão e compatibilidade, os preceitos do Código de Processo Civil que regulam os seguintes temas:

- I - art. 76, §§ 1º e 2º (saneamento de incapacidade processual ou de irregularidade de representação);
- II - art. 138 e parágrafos (amicus curiae);
- III - art. 139, exceto a parte final do inciso V (poderes, deveres e responsabilidades do juiz);
- IV - art. 292, V (valor pretendido na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral);
- V - art. 292, § 3º (correção de ofício do valor da causa);
- VI - arts. 294 a 311 (tutela provisória);
- VII - art. 373, §§ 1º e 2º (distribuição dinâmica do ônus da prova);
- VIII - art. 485, § 7º (juízo de retratação no recurso ordinário);

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

- IX - art. 489 (fundamentação da sentença);  
X - art. 496 e parágrafos (remessa necessária);  
XI - arts. 497 a 501 (tutela específica);  
XII - arts. 536 a 538 (cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou de entregar coisa);  
XIII - arts. 789 a 796 (responsabilidade patrimonial);  
XIV - art. 805 e parágrafo único (obrigação de o executado indicar outros meios mais eficazes e menos onerosos para promover a execução);  
XV - art. 833, incisos e parágrafos (bens impenhoráveis);  
XVI - art. 835, incisos e §§ 1º e 2º (ordem preferencial de penhora);  
XVII - art. 836, §§ 1º e 2º (procedimento quando não encontrados bens penhoráveis);  
XVIII - art. 841, §§ 1º e 2º (intimação da penhora);  
XIX - art. 854 e parágrafos (BacenJUD);  
XX - art. 895 (pagamento parcelado do lanço);  
XXI - art. 916 e parágrafos (parcelamento do crédito exequendo);  
XXII - art. 918 e parágrafo único (rejeição liminar dos embargos à execução);  
XXIII - arts. 926 a 928 (jurisprudência dos tribunais);  
XXIV - art. 940 (vista regimental);  
XXV - art. 947 e parágrafos (incidente de assunção de competência);  
XXVI - arts. 966 a 975 (ação rescisória);  
XXVII - arts. 988 a 993 (reclamação);  
XXVIII - arts. 1013 a 1014 (efeito devolutivo do recurso ordinário - força maior);  
XXIX - art. 1021 (salvo quanto ao prazo do agravo interno).

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

Art. 5º Aplicam-se ao Processo do Trabalho as normas do CPC que regulam o princípio do contraditório, em especial os artigos 9º e 10, no que vedam a decisão surpresa.

§ 1º Entende-se por “decisão surpresa” a que, no julgamento final do mérito da causa, em qualquer grau de jurisdição, aplicar fundamento jurídico ou embasar-se em fato não submetido à audiência prévia de uma ou de ambas as partes.

§ 2º Não se considera “decisão surpresa” a que, à luz do ordenamento jurídico nacional e dos princípios que informam o Direito Processual do Trabalho, as partes tinham obrigação de prever, concernente às condições da ação, aos pressupostos de admissibilidade de recurso e aos pressupostos processuais, salvo disposição legal expressa em contrário.

Art. 6º Aplicam-se ao Processo do Trabalho as normas do art. 356, §§ 1º a 4º, do CPC que regem o julgamento antecipado parcial do mérito, cabendo recurso ordinário de imediato da sentença.

Art. 7º Aplica-se ao Processo do Trabalho o incidente de desconconsideração da personalidade jurídica regulado no Código de Processo Civil (arts. 133 a 137), assegurada a iniciativa também do juiz do trabalho na fase de execução (CLT, art. 878).

§ 1º Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente:

I - na fase de cognição, não cabe recurso de imediato, na forma do art. 893, § 1º da CLT;

II - na fase de execução, cabe agravo de petição, independentemente de garantia do juízo;

III - cabe agravo interno se proferida pelo Relator, em incidente instaurado originariamente no tribunal (CPC, art. 932, inciso VI).

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

§ 2º A instauração do incidente suspenderá o processo, sem prejuízo de concessão da tutela de urgência de natureza cautelar de que trata o art. 301 do CPC.

Art. 8º Aplicam-se ao Processo do Trabalho as normas do art. 332 do CPC, com as necessárias adaptações à legislação processual trabalhista, cumprindo ao juiz do trabalho julgar liminarmente improcedente o pedido que contrariar:

I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Superior do Trabalho (CPC, art. 927, inciso V);

II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de recursos repetitivos (CLT, art. 896-B; CPC, art. 1046, § 4º);

III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

IV - enunciado de súmula de Tribunal Regional do Trabalho, convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que não exceda a jurisdição do respectivo Tribunal (CLT, art. 896, "b", a contrario sensu).

Parágrafo único. O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência.

Art. 9º Aplicam-se ao Processo do Trabalho as normas dos arts. 976 a 986 do CPC que regem o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR).

§ 1º Admitido o incidente, o relator suspenderá o julgamento dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam na Região, no tocante ao tema objeto de IRDR, sem prejuízo da instrução integral das causas e do julgamento dos eventuais pedidos distintos e cumulativos igualmente deduzidos

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

em tais processos, inclusive, se for o caso, do julgamento antecipado parcial do mérito.

§ 2º Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho, dotado de efeito meramente devolutivo, nos termos dos arts. 896 e 899 da CLT.

§ 3º Apreciado o mérito do recurso, a tese jurídica adotada pelo Tribunal Superior do Trabalho será aplicada no território nacional a todos os processos, individuais ou coletivos, que versem sobre idêntica questão de direito.

Art. 10. O cabimento dos embargos de declaração no Processo do Trabalho, para impugnar qualquer decisão judicial, rege-se pelo art. 897-A da CLT e, supletivamente, pelo Código de Processo Civil (arts. 1022 a 1025; §§ 2º, 3º e 4º do art. 1026), excetuada a garantia de prazo em dobro para litisconsortes (§ 1º do art. 1023).

Parágrafo único. A omissão para fins do pré-questionamento ficto a que alude o art. 1025 do CPC dá-se no caso de o Tribunal Regional do Trabalho, mesmo instado mediante embargos de declaração, recusar-se a emitir tese sobre questão jurídica pertinente, na forma da Súmula nº 297, item III, do Tribunal Superior do Trabalho.

Art. 11. Aplicam-se ao Processo do Trabalho as normas do parágrafo único do art. 932 do CPC, §§ 1º a 4º do art. 938 e §§ 2º e 7º do art. 1007.

Parágrafo único. A insuficiência no valor do preparo do recurso, no Processo do Trabalho, para os efeitos do § 2º do art. 1007 do CPC, concerne unicamente às custas processuais, não ao depósito recursal.

Art. 12. Não se aplica ao Processo do Trabalho a norma do art. 459 do CPC no que permite a inquirição direta das testemunhas pela parte (CLT, art. 820).

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

Art. 13. Aplica-se ao Processo do Trabalho o parágrafo único do art. 1034 do CPC. Assim, admitido o recurso de revista por um fundamento, devolve-se ao Tribunal Superior do Trabalho o conhecimento dos demais fundamentos para a solução apenas do capítulo impugnado.

Art. 14. Por aplicação supletiva do art. 784, I (art. 15 do CPC), o cheque e a nota promissória emitidos em reconhecimento de dívida inequivocamente de natureza trabalhista também são títulos extrajudiciais para efeito de execução perante a Justiça do Trabalho, na forma do art. 876 e segs. da CLT.

Art. 15. Não se aplica ao Processo do Trabalho o art. 165 do CPC, salvo nos conflitos coletivos de natureza econômica (Constituição Federal, art. 114, §§ 1º e 2º).

Art. 16. O atendimento à exigência legal de fundamentação das decisões judiciais (CPC, art. 489, § 1º) no Processo do Trabalho observará o seguinte:

I - por força dos arts. 332 e 927 do CPC, adaptados ao Processo do Trabalho, para efeito dos incisos V e VI do § 1º do art. 489 considera-se "precedente" apenas:

a) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de recursos repetitivos (CLT, art. 896-B; CPC, art. 1046, § 4º);

b) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;

c) decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

d) tese jurídica prevalecente em Tribunal Regional do Trabalho e não conflitante com súmula ou orientação

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho (CLT, art. 896, § 6º);

e) decisão do plenário, do Órgão especial ou de seção especializada competente para uniformizar a jurisprudência do tribunal a que o juiz estiver vinculado ou do Tribunal Superior do Trabalho.

II - para os fins do art. 489, § 1º, incisos V e VI do CPC, considerar-se-ão unicamente os precedentes referidos no item anterior, súmulas do Supremo Tribunal Federal, orientação jurisprudencial e súmula do Tribunal Superior do Trabalho, súmula de Tribunal Regional do Trabalho não conflitante com súmula ou orientação jurisprudencial do TST, que contenham explícita referência aos fundamentos determinantes da decisão (ratio decidendi).

III - não ofende o art. 489, § 1º, inciso IV do CPC a decisão que deixar de apreciar questões cujo exame haja ficado prejudicado em razão da análise anterior de questão subordinante.

IV - o art. 489, § 1º, IV, do CPC não obriga o juiz ou o Tribunal a enfrentar os fundamentos jurídicos invocados pela parte, quando já tenham sido examinados na formação dos precedentes obrigatórios ou nos fundamentos determinantes de enunciado de súmula.

V - decisão que aplica a tese jurídica firmada em precedente, nos termos do item I, não precisa enfrentar os fundamentos já analisados na decisão paradigma, sendo necessária, para fins de atendimento das exigências constantes no art. 489, § 1º, do CPC, a indicação da correlação fática e jurídica entre o caso concreto e aquele apreciado no incidente de solução concentrada.

VI - é ônus da parte, para os fins do disposto no art. 489, §1º, V e VI, do CPC, identificar os fundamentos determinantes ou demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento, sempre que invocar precedente ou enunciado de súmula.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

Art. 17. Para efeito de aplicação do § 5º do art. 272 do CPC, não é causa de nulidade processual a intimação realizada na pessoa de advogado regularmente habilitado nos autos, ainda que conste pedido expresso para que as comunicações dos atos processuais sejam feitas em nome de outro advogado, se o profissional indicado não se encontra previamente cadastrado no Sistema de Processo Judicial Eletrônico, impedindo a serventia judicial de atender ao requerimento de envio da intimação direcionada. A decretação de nulidade não pode ser acolhida em favor da parte que lhe deu causa (CPC, art. 276).

Art. 18. Os maiores de 18 anos são capazes para todos os atos do processo e os menores são assistidos por quem a lei designar, ou, na sua falta, pelo Ministério Público.

Art. 19. O patrão pode designar preposto, com conhecimento da causa, que o represente em juízo, inclusive para depoimento pessoal. O empregado, sem prejuízo do depoimento pessoal quando necessário, poderá, nos seus impedimentos, fazer-se representar por colega de profissão ou de sindicato.

Art. 20. As partes serão assistidas por advogado; ou, quando impossível, a critério do juiz da causa, postularão diretamente.

Art. 21. O sindicato tem legitimidade para agir como representante legal dos interesses coletivos da respectiva categoria ou dos interesses individuais homogêneos de seus integrantes, facultada sempre, neste último caso, a exclusão do feito, a pedido, de qualquer trabalhador, desde que não importe em renúncia ao direito em causa ou perda do direito de ação correspondente.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

§ 1º. Para defesa de interesses individuais homogêneos, o sindicato afirmará, na petição inicial, haver divulgado amplamente essa iniciativa entre os integrantes da categoria e disso fará prova, se necessário, a critério do juiz da causa.

§ 2º. A exclusão de qualquer trabalhador por motivo de transação somente será deferida se homologada nos autos de processo de reclamação plúrima trabalhista com o mesmo objeto; salvo se a transação individual anteceder qualquer processo, hipótese em que, se for o caso, far-se-á a prova da homologação ou assistência prevista em lei.

Art. 22. Terá preferência, em todas as fases processuais, a reclamação cuja decisão tiver de ser executada perante o juízo da falência.

Art. 23. Os juízes e tribunais terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.

Art. 24. A localidade em que o trabalhador prestar serviços ao empregador determina a competência do juízo para os dissídios individuais.

§ 1º. O trabalhador que preste serviços em mais de uma localidade poderá ajuizar reclamação no juízo do lugar:

- I - da contratação, se ali se consumou a rescisão ou se a empresa ali mantiver ainda algum estabelecimento;
- II - do domicílio do empregador;
- III - da agência ou filial a que se encontre subordinado na data do ajuizamento.

§ 2º. Tratando-se de relação de trabalho contratada no Brasil, para prestação de serviços no exterior, o foro competente será o do lugar da contratação.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

Art. 25. Compete a Justiça do Trabalho:

I - conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores; ou, ainda, nos termos da Constituição e da Lei, outras controvérsias entre trabalhadores e seus patrões; abrangidos, em qualquer hipótese, os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta dos Municípios, do Distrito federal, dos Estados e da União;

II - julgar os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas.

§ 1º. Não tendo havido, na Justiça do Trabalho, no Ministério do Trabalho, ou na empresa, atuação de órgãos de conciliação, o juiz fará a proposta de conciliação em dois momentos: após lida a contestação e fixado o objeto do litígio; e após o encerramento da instrução, antes de lidas as razões finais das partes.

§ 2º. Se havido a tentativa de conciliação prevista no § 1º, o juiz do trabalho poderá limitar-se a indagar das partes, quando presentes após o encerramento da instrução, se foi alcançado algum acordo, registrando em ata a resposta e, se for o caso, fazendo juntar aos autos o documento respectivo para homologação.

§ 3º. É lícito às partes, a qualquer tempo, em qualquer instância, celebrar acordo que ponha termo ao processo ou que dele exclua alguma questão bem definida e não prejudicial das demais não conciliadas, submetendo-o à homologação do órgão competente da Justiça do Trabalho.

§ 4º. Além das hipóteses de nulidade absoluta ou relativa previstas em lei, o acordo deixará de ser homologado, no todo ou em parte, se importar em necessário prejulgamento do mérito de qualquer das questões remanescentes no processo em que foi requerido ou em qualquer outro de que tenha conhecimento o juízo.

Art. 26. A petição inicial, com os documentos em que se funda, inclusive, quando for o caso, o rol de testemunhas, atenderá

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

aos requisitos da lei processual civil e será registrada, autuada e distribuída, em duas vias, de tal modo que a segunda via integre a contrafé da citação ao reclamado.

§ 1º. Quando impossível a assistência pelo advogado (art. 20), a reclamação verbal feita pelo reclamante será distribuída antes de sua redução ao termo, devendo o reclamante apresentar-se à secretaria ou ao cartório do juízo competente no prazo de cinco dias, para reduzi-la a termo, do contrário será arquivado o respectivo processo.

§ 2º. O arquivamento, na forma do parágrafo anterior, se resultante de dolo ou negligência abusiva do reclamante, poderá levar à condenação no décuplo das custas de que trata o art. 30, imposta pelo juiz na decisão de arquivamento, e à exigência de prova do respectivo pagamento como condição para ser admitida nova reclamação; somente não prevalecendo a exigência se necessário o ajuizamento a menos de oito meses do prazo de prescrição.

Art. 27. A notificação à parte, com valor de citação, e as intimações ao seu advogado ou, na hipótese do art. 26, § 1º, desta lei, as intimações à própria parte, far-se-ão por via postal, sob registro simples, presumindo-se o recebimento decorridos dois dias úteis depois de sua expedição, salvo prova em contrário a cargo do destinatário. § 1º. A notificação ao reclamado indicará o prazo, não inferior a cinco dias, para apresentação, em duas vias, de contestação escrita, instruída com documentos necessários e o rol de testemunhas, sendo automaticamente remetida a segunda via de tudo ao advogado do reclamante.

§ 2º. A intimação às partes da data da primeira audiência especificará se ela versará somente a conciliação, ou se também a definição da prova, nos termos do art. 28, e a decorrente instrução probatória; ficando, nesta segunda hipótese, cientes as partes de que suas testemunhas poderão comparecer independentemente de intimação e que o não-comparecimento da

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

parte a sujeitará as cominações legais para a revelia, inclusive confissão.

§ 3º. Sempre que possível, as partes serão intimadas em audiência dos atos do processo, na pessoa de seus advogados, mediante o respectivo registro em ata.

§ 4º. Tratando-se de notificação ou intimação postal, no caso de não ser encontrado o destinatário, o Correio fica obrigado a devolvê-la ao juízo de origem no prazo de quarenta e oito horas.

Art. 28. Na primeira audiência, existindo pontos controvertidos cujo deslinde possa exigir prova, o juiz poderá ouvir em três minutos o advogado do reclamante para replicar oralmente a respeito da prova necessária, com igual prazo ao advogado do reclamado para réplica.

§ 1º. O juiz poderá dispensar a instrução requerida, ou concluí-la na mesma audiência ou em continuação, nos trinta dias seguintes; após o que, facultadas alegações orais e finais em cinco minutos para cada parte, proferirá a decisão, tendo-se por intimadas de seu teor as partes, ainda que ausentes à audiência de julgamento para a qual tenham sido intimadas.

§ 2º. A seu critério, segundo as dificuldades que a causa apresentar ou as necessidades do serviço, o juiz, em lugar das alegações finais orais, poderá determinar sejam apresentadas razões finais por escrito, pelo reclamante e pelo reclamado, em prazos sucessivos de oito dias, proferindo a decisão dentro dos vinte dias seguintes, neste caso com posterior intimação do inteiro teor da decisão às partes na forma do caput do art. 27.

Art. 29. É facultada, na Justiça do Trabalho, a bem da celeridade, a reunião de processos referentes ao mesmo patrão, para um só julgamento, ainda que diferentes os trabalhadores reclamantes, desde que idênticos e exclusivos, em todos os processos, o objeto e a causa a pedir.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

§ 1º. Mesmo após decisões diversas em primeira instância, nos processos de que trata este artigo, será possível a reunião dos respectivos recursos, para um só julgamento, nas instâncias superiores, nos termos do regimento do Tribunal Superior do Trabalho, cujas normas serão, no particular, adaptadas pelos tribunais regionais às suas peculiaridades, nos respectivos regimentos.

§ 2º. Proposta a decisão de reunir processos somente para os fins previstos neste artigo e seus parágrafos, serão ouvidos os respectivos advogados, para um acordo a respeito da sustentação oral que alcance todos os processos assim reunidos, na forma do regimento de cada tribunal.

§ 3º. A requerimento dos advogados de todas as partes, o tribunal poderá considerar a hipótese de reunir processos do interesse de diferentes patrões e empregados, desde que idênticos e exclusivos o objeto e a causa de pedir em relação à matéria dos recursos.

Art. 30. Nos processos perante a Justiça do Trabalho, as custas serão calculadas de acordo com a seguinte tabela progressiva sobre o valor dado a causa pelo juiz:

I - até mil reais, dez por cento;  
II - de mais de mil até dois mil reais, oito por cento;  
III - de mais de dois mil reais até cinco mil reais, seis por cento;  
IV - de mais de cinco mil até dez mil reais, quatro por cento;

V - acima de dez mil reais, dois por cento.

§ 1º. As custas e os emolumentos de traslado e de instrumento, quando for o caso, serão pagos pelo vencido, dentro de cinco dias da data da interposição do recurso, sob pena de deserção; e serão pagas a final, nos termos da decisão transitada em julgado, se não houver recurso.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

§ 2º. O sindicato, em representação legal de qualquer trabalhador e de sua categoria, na forma da lei, responde pelas custas que por estes seriam devidas.

Art. 31. A assistência judiciária prestada por sindicato a quem percebe salário igual ou inferior ao dobro do salário mínimo de que trata o art. 7º, IV, da Constituição, compreende a isenção de despesas com publicações indispensáveis em órgão de divulgação dos atos oficiais, e dos honorários de advogados e peritos.

§ 1º. A assistência judiciária será declarada por despacho do juiz, diante da prova produzida pelo requerente.

§ 2º. O despacho de que trata o parágrafo anterior somente poderá ser impugnado no prazo de recurso ordinário de sentença, ou de suas contrarrazões, conforme o caso.

Art. 32. Nos processos perante a Justiça do Trabalho constituem privilégio da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de suas autarquias e das fundações por qualquer deles criadas e mantidas, desde que não explorem atividade econômica:

I - a presunção relativa de validade dos recibos de quitação ou pedidos de demissão de seus empregados, ainda que não homologados nem submetidos à assistência de que trata a Lei do Trabalhador;

II - o dobro do prazo para contestação e recurso;

III - a dispensa de depósito para interposição de recurso;

IV - o pagamento das custas a final, salvo quanto à União que não as pagará.

Art. 33. O juiz dará valor à causa se impugnado pelo réu, em preliminar de sua contestação, o valor proposto na inicial, ou se este for ínfimo ou exorbitante.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

§ 1º. Não se conformando qualquer das partes com o valor mantido ou arbitrado pelo juiz, poderá interpor agravo de instrumento para a instância superior, o qual, também a seu pedido, poderá ficar retido, a fim de que dele conheça o tribunal como preliminar do julgamento que vier a ser feito na instancia superior.

§ 2º. A parte agravante deve renovar a questão no recurso que venha a interpor ou em contrarrazões a recurso contrário, sob pena de preclusão.

Art. 34. Os exames periciais serão realizados por perito único, designado pelo juiz; permitido a cada parte indicar um assistente, cujo laudo terá de ser apresentado no mesmo prazo assinado pelo juiz ao perito, sob pena de indeferimento de sua juntada aos autos ou de seu desentranhamento.

Art. 35. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do trabalho só haverá nulidade quando insanável e manifestamente prejudicial a qualquer das partes litigantes; cabendo ao juiz declará-la, de ofício ou a requerimento da parte, na primeira oportunidade, sob pena de preclusão; ou, se for o caso, adotar a providência saneadora que se evidenciar necessária, a qualquer tempo.

Art. 36. Nas audiências de conciliação, instrução e julgamento, o Juiz da Vara do Trabalho exercerá todos os poderes que, no processo civil, são reservados ao juiz da causa, devendo, ao final, propor a solução mediante sentença.

Art. 37. Para a instauração de inquérito para a apuração de falta grave contra o empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito ao juízo da Vara do Trabalho, dentro de trinta dias, contados da data da suspensão do empregado, ou, se não houver suspensão preventiva, contados da data da ciência que teve o empregador da consumação da falta grave.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

§ 1º. Não havendo suspensão preventiva, o processo deverá ser concluído, em primeira instância, no prazo de cento e vinte dias, hipótese em que, julgado procedente o inquérito, o empregado ficará afastado até ulterior decisão que eventualmente o absolva, a qual também resolverá sobre os salários do período de afastamento.

§ 2º. O processo de inquérito, assim como a ação de cumprimento de norma coletiva, obedecerá às normas aplicáveis à reclamação trabalhista.

Art. 38. O dissídio coletivo, destinado a obter do tribunal do trabalho solução normativa para o conflito entre empregados, representados coletivamente na forma da lei e da Constituição, e empregadores ou entidade representativa de empregadores, será ajuizado por qualquer das partes; ou, havendo paralisação do trabalho ou risco de grave dano à ordem pública, a requerimento do Ministério Público do Trabalho.

§ 1º A representação para a instauração de dissídio coletivo, deve indicar:

- I - as partes dissidentes,
- II - a natureza da atividade econômica envolvida,
- III - a respectiva base territorial,
- IV - a comprovação das negociações feitas, ou das tentativas e das causas de sua frustração,
- V - a proposta de arbitragem e sua recusa,
- VI - a pauta de reivindicações e sua aprovação, em assembleia,
- VII - os resultados da negociação, se houver,
- VIII - o pedido de sentença normativa e a síntese de seus fundamentos,
- IX - os motivos do atraso no ajuizamento e sua justificativa, se for o caso, e
- X - data e assinatura do representante legal.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

§ 2º A representação deve estar acompanhada dos seguintes documentos, em duas vias:

I - cópia autenticada do instrumento normativo anterior, acordo, convenção, laudo arbitral ou sentença normativa;

II - cópia autenticada da ata da assembleia que aprovou as reivindicações, concedendo poderes para negociação, compromisso arbitral, conciliação judicial e desistência;

III - cópia autenticada das listas de presença dos integrantes da categoria dissidente, à assembleia referida na letra "b" e outros documentos que comprovem a representatividade do suscitante;

IV - quando for o caso, correspondência, registros e atas alusivos à negociação ou sua tentativa, proposta de arbitragem e sua recusa, e mediação;

V - carta de preposição e procuração ao advogado.

§ 3º Recebida e autuada a representação, o Presidente do Tribunal, se a considerar defeituosa, carente de fundamentação ou de instrução, abrirá prazo de dez dias ao suscitante para emenda, sob pena de indeferimento liminar.

§ 4º Despachando a representação, o presidente do Tribunal notificará suscitante, suscitado e Ministério Público do Trabalho para a audiência de conciliação a ser realizada no menor prazo possível.

§ 5º O suscitado receberá, com a notificação, cópia da inicial e dos documentos que a instruem, com antecedência mínima de dez dias, a fim de apresentar em audiência a defesa escrita e documentos.

§ 6º Alcançada a conciliação ou encerrada a instrução, o processo irá à distribuição e julgamento, ouvido, antes, o Ministério Público do Trabalho, em, no máximo, cinco dias.

§ 7º Noticiando os autos a paralisação do trabalho ou abuso no exercício desse direito, o presidente do tribunal poderá expedir ato que disponha sobre o atendimento de necessidades inadiáveis à

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

comunidade e a cessação de abusos, sob pena de multa variável de cem a cem mil reais.

§ 8º A penalidade referida no parágrafo anterior será aplicada pelo tribunal na sentença que proferir no julgamento do dissídio sobre a qualificação jurídica da greve e dos acontecimentos a ela pertinentes, e sem prejuízo da responsabilidade civil e penal que couber.

§ 9º A apreciação do dissídio far-se-á cláusula por cláusula, podendo o órgão julgador, antes da proclamação final, rever a solução adotada de modo a permitir que a sentença normativa traduza, no seu conjunto, justa composição do conflito de interesses das partes e guarde adequação com os interesses da coletividade.

§ 10º Havendo acordo escrito entre as partes, a data-base da categoria ou empresa será preservada, desde que ajuizado o dissídio até trinta dias após; do contrário, se o dissídio for ajuizado depois da data-base, ficará a critério do Tribunal manter ou não a data-base, segundo critérios de equidade e à vista dos motivos do retardamento.

Art. 39. São cabíveis, no processo do trabalho, os seguintes recursos:

I - embargos para o mesmo órgão julgador:

a) das decisões dos juízes das Varas do Trabalho, nos processos de alçada exclusiva destes, a saber, aqueles cujo valor dado à causa não exceda de três vezes o valor do salário mínimo mensal por reclamante, cabíveis os demais recursos somente por violação constitucional devidamente pré-questionada nestes embargos;

b) das decisões de Seção do Tribunal Superior do Trabalho, nos processos sua competência originária, quando contrárias à lei ou à Constituição, ou não unânimes;

c) à execução da sentença, após a respectiva garantia ou penhora;

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

d) de declaração, a qualquer decisão terminativa do feito, em qualquer órgão ou instância, para esclarecer o julgado ou desfazer erro material, suprir omissão, ou eliminar contradição;

II - embargos para a Seção Especializada de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, das decisões de Turmas do tribunal contrárias à lei ou à Constituição, ou que divergirem de outras decisões da mesma Turma embargada ou de outra, em matéria não pacificada na jurisprudência mais recente da mesma Seção Especializada de Dissídios Individuais;

III - recurso ordinário para a instância superior:

a) das decisões definitivas dos juízes das Varas do Trabalho;

b) das decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho, nos processos de sua competência originária;

IV - recurso de revista para o Tribunal Superior do Trabalho, das decisões de última instância:

a) proferidas com violação da Constituição ou de lei;

b) divergentes, na interpretação de lei federal ou estadual, convenção coletiva, acordo coletivo, sentença normativa, laudo arbitral ou regulamento empresarial:

1. de outra decisão do mesmo ou de outro Tribunal Regional, no Pleno ou em Turmas;

2. da Seção Especializada de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho;

3. salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com jurisprudência mais recente pacificada pela mesma Seção Especializada de Dissídios Individuais;

c) para formação da jurisprudência sobre matéria nova, ainda não examinada por mais de uma Turma do Tribunal Superior do Trabalho;

d) em execução de sentença, somente quando violadoras da lei ou da Constituição;

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

e) nos casos previstos no inciso I, letra "a", após o recurso ordinário também cabível;

V - agravo

a) de petição, das decisões do juiz da Vara do Trabalho, nas execuções;

b) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos;

c) regimental, dos despachos que denegarem seguimento a recurso, já no tribunal "ad quem"; bem como nos demais casos previstos em regimento do tribunal.

§ 1º. Nos processos de dissídio coletivo,

I - o julgamento deverá ser concluído no máximo três meses após o ajuizamento;

II - o relator ou redator terá vinte dias para redigir o acórdão, que deverá ser publicado nos vinte dias subsequentes;

III - não publicado no prazo acima, qualquer dos litigantes ou o Ministério Público do Trabalho poderá interpor recurso ordinário fundado, apenas, na certidão de julgamento, inclusive com pedido de efeito suspensivo, pagas as custas se for o caso. Publicado o acórdão, reabrir-se-á o prazo para aditamento do recurso interposto;

IV. formalizado o acordo integral entre as partes, só caberá recurso por parte do Ministério Público do Trabalho;

V. o efeito suspensivo do recurso, que for deferido pelo Presidente do Superior Tribunal do trabalho, terá eficácia por 120 dias, mas será renovado se o retardamento do processo no Tribunal não for imputável ao recorrente;

VI. a sentença normativa poderá ser objeto de ação de cumprimento decorridos seis meses de sua publicação, ou antes, se transitada em julgado.

§ 2º O prazo para interpor e contra-arrazoar todos os recursos trabalhistas, inclusive agravo interno e agravo regimental, sendo igual o prazo do recorrido para impugnar e recorrer adesivamente é de oito dias (art. 6º da Lei nº 5.584/70 e art. 893 da

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

CLT); exceto os embargos de declaração, em qualquer instância, e o agravo regimental, cujo prazo é sempre de cinco dias (CLT, art. 897-A).

§ 3º Observar-se-á, em todo caso, o princípio da irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias, de conformidade com o art. 893, § 1º da CLT e Súmula nº 214 do TST.

Art. 40. Na execução de sentença no processo trabalhista sem prejuízo da inclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (CLT, art. 642-A), aplicam-se as normas dos artigos 495, 517 e 782, §§ 3º, 4º e 5º do CPC, que tratam respectivamente da hipoteca judiciária, do protesto de decisão judicial e da inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes.

Art. 41. Esta lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial, aplicando-se imediatamente após a sua publicação os prazos de recurso constantes do § 2º do art. 39.

## JUSTIFICAÇÃO

Seguramente este Código não teria a mesma luminosidade não fora a preciosa revisão técnica do insigne jurista Jorge Amaury Maia Nunes, professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito na Universidade de Brasília - UnB; Mestre pela Universidade do Pará – UFPA e Doutor pela Universidade de São Paulo - USP.

Há quase meio século este ilustre mestre das letras e ciências jurídicas atua e leciona nas searas do Direito Processual Civil, Direito

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

Constitucional, Teoria Geral do Direito: acesso à justiça, segurança jurídica; Teoria Geral do Processo e de Direito Processual Civil.

Seu aquilino e atento olhar foi imperativo na coesão do texto legislativo, assim como seus ponderados e adequados conselhos sempre parcimoniosos, prudentes, sábios e abnegados em prol do escol dos nossos diplomas adjetivos.

A ele a nossa mais profunda reverência, gratidão e reconhecimento.

Voltemos no tempo... A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) integra a família de códigos gerados pelo Estado Novo, entre o final da década de 1930 e o início dos anos 40. Talvez seja o único país do mundo onde a legislação trabalhista nasceu e se desenvolveu não por influência direta do operariado organizado, mas por iniciativa do próprio governo. O Brasil encontrava-se sob a ditadura de Getúlio Vargas e o mundo, por sua vez, acompanhava os horrores da Guerra Mundial, deflagrada pelo Eixo Nazi-Fascista.

Foi na Carta del Lavoro de 1927, em que se fundava o corporativismo fascista do ditador italiano Benito Mussolini (1883-1945), que Getúlio Vargas se inspirou para fixar as bases da estrutura sindical vigente no País. A esse pretexto, o ditador interveio nos Estados e lhes impôs interventores, lacrou o Congresso, liquidou partidos, aniquilou a liberdade de imprensa, perseguiu adversários e se conservou no poder até 29 de outubro de 1945, quando foi derrubado pelo general Eurico Dutra.

Em 1.º de maio de 1943 Vargas celebrou o Dia do Trabalho com a edição do Decreto-Lei n.º 5.452, que aprovou a CLT.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

Foi graças a ela que Vargas voltou ao poder como líder das massas, apelidado "pai dos pobres". Para revê-la e modernizá-la será indispensável transpor obstáculos políticos, ideológicos, demagógicos e desfazer mitos.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma velha e vetusta senhora desde quando nascia, já preocupava os legisladores com a falta de disposições legais aptas a disciplinar todas e quaisquer relações individuais e coletivas de trabalho nela previstas.

Comprova isto o adágio esculpido em seu artigo 8º, parágrafo único) o qual *ipsis litteris* reza:

*“direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, naquilo em que não for incompatível com os princípios fundamentais deste”.*

Nunca em sua história jurídica o Brasil dispôs e nem dispõe de uma norma adjetiva coadjuvante na seara trabalhista, e mesmo a legislação consolidada se mostra ainda mais incipiente, ao fazer expressa menção ao artigo 769, voltado à fase de conhecimento, e ao artigo 889, com aplicabilidade à fase executória.

No que se refere ao direito processual trabalhista sempre dependemos de outros institutos, especialmente, e considerando que o tempo enrijeceu suas estruturas impedindo destarte a celeridade no julgamento das causas trabalhistas. Esta artrose jurídica se testemunha no direito substantivo, especialmente nos retro citados artigos, quais sejam 769 e 889 da CLT:

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

*“Art. 769 – Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título.”*

*“Art. 889 – Aos trâmites e incidentes do processo da execução são aplicáveis, naquilo em que não contravierem ao presente Título, os preceitos que regem o processo dos executivos fiscais para a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.”*

Decorre que, na ausência de normas, e desde que haja compatibilidade, deverá ser aplicado na fase de conhecimento o direito processual comum de forma subsidiária ao processo trabalhista. Já na fase executória, será aplicada a Lei 6.830/1980 que versa sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.

Embora o bom Direito na visão restritiva considerasses estes dispositivos como regramento de contenção, na prática elas agiam como regras de hetero-integração para conferir efetividade à previsão do artigo 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, que dispõe sobre a garantia da razoável duração do processo, a qual, na opinião de alguns, constitui técnica pós-moderna tida como direito fundamental, por meio da Emenda Constitucional (EC) 45/2004, ostentando caráter de verdadeira cláusula pétrea (CF, artigo 60, § 4º, IV).

Nem estariam na pauta discussional as lacunas axiológicas e situações de injustiça, e lacunas ontológicas das norma desatualizadas, impróprias aos novos contextos sociais.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

Acontece que, com a vigência do NCPC/15 a partir do dia 18 de março de 2016, essa temática tornou-se a principal controvérsia a ser dirimida, sobretudo por força do novo artigo 15 (não existente no CPC de 1973), que expressamente trouxe o seguinte comando legal:

*“Art.15. Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.”*

Veja-se, portanto, que o novo CPC não deixa dúvidas quanto à aplicação subsidiária – esta, no caso, considerada como técnica de integração, na forma dos artigos 769 e 889 da CLT – e também supletiva de suas disposições ao processo trabalhista. E ao assim dispor, a dúvida que doravante remanesce se refere, uma vez mais, à questão da compatibilidade com os preceitos celetistas.

Nem a vigência de novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 17.03.2015) a partir de 18 de março de 2016, consegue dizer com precisão quais são as normas aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, ademais que as normas dos arts. 769 e 889 da CLT não foram revogadas pelo art. 15 do CPC de 2015, em face do que estatui o art. 2º, § 2º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Não obstante percebemos a plena possibilidade de compatibilização das normas em apreço, considerando o disposto no art. 1046, § 2º, do CPC, que expressamente preserva as “disposições especiais dos procedimentos regulados em outras leis”, dentre as quais sobressaem as normas especiais que disciplinam o Direito Processual do Trabalho, considerando o escopo de identificar apenas questões polêmicas e algumas

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

das questões inovadoras relevantes para efeito de aferir a compatibilidade ou não de aplicação subsidiária ou supletiva ao Processo do Trabalho do Código de Processo Civil de 2015.

É imperativa a segurança jurídica aos jurisdicionados e órgãos da Justiça do Trabalho, bem assim o escopo de prevenir nulidades processuais em detrimento da desejável celeridade, considerando que o Código de Processo Civil de 2015 não adota de forma absoluta a observância do princípio do contraditório prévio como vedação à decisão surpresa, como transparece, entre outras, das hipóteses de julgamento liminar de improcedência do pedido (art. 332, caput e § 1º, conjugado com a norma explícita do parágrafo único do art. 487), de tutela provisória liminar de urgência ou da evidência (parágrafo único do art. 9º) e de indeferimento liminar da petição inicial (CPC, art. 330), considerando que o conteúdo da aludida garantia do contraditório há que se compatibilizar com os princípios da celeridade, da oralidade e da concentração de atos processuais no Processo do Trabalho, visto que este, por suas especificidades e pela natureza alimentar das pretensões nele deduzidas, foi concebido e estruturado para a outorga rápida e impostergável da tutela jurisdicional (CLT, art. 769), considerando que está sub judice no Tribunal Superior do Trabalho a possibilidade de imposição de multa pecuniária ao executado e de liberação de depósito em favor do exequente, na pendência de recurso, o que obsta, de momento, qualquer manifestação da Corte Superior sobre a incidência no Processo do Trabalho das normas dos arts. 520 a 522 e § 1º do art. 523 do CPC de 2015.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

Por fim, há que se relevar que os enunciados de súmulas dos Tribunais do Trabalho a que se referem os incisos V e VI do § 1º do art. 489 do CPC de 2015 são exclusivamente os que contenham os fundamentos determinantes da decisão (*ratio decidendi* - art. 926, § 2º), não podemos deixar que um código novo, com tantas inovações, seja um arcabouço normativo que provoque inúmeras discussões, com recursos apontando eventuais nulidades, para que só posteriormente venha a se definir através de acórdãos quais delas seriam aplicáveis.

A quantidade de recursos que viriam só em matéria processual poderia até inviabilizar a prestação jurisdicional normal já em segunda instância.

Desta forma e com mais de setenta longos anos de atraso, embora tardio, mas prementemente mais do que nunca necessário justifica-se este diploma adjetivo trabalhista.

A relevância das reformas da legislação trabalhista na direção da sua modernização é prioridade na pauta do Governo Federal, pois busca a reformulação, redemocratização das relações de trabalho, por meio de um diálogo de boa-fé entre trabalhadores, empregadores e Governo.

Por sua vez a reforma do Poder Judiciário tratada pela Emenda Constitucional no 45, promulgada pelo Congresso Nacional em 08.12.2004 tinha como finalidade combater a morosidade na entrega da prestação jurisdicional, razão pela qual, incluiu entre os direitos e garantias fundamentais do cidadão ( art. 5º, inciso LXXVIII, CF), " a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação", além de proibir a promoção do juiz que descumprir os prazos processuais.

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

Porém, a celeridade processual, erigida a garantia fundamental do cidadão, só terá eficácia se for compatibilizada com o princípio do devido processo legal, insculpido na Constituição Federal no artigo 5º, LIV, que em seu enunciado reúne todas as demais garantias processuais, tais como: ampla defesa, contraditório, inafastabilidade do Poder Judiciário, duplo grau de jurisdição e outros, e com o princípio da razoabilidade, a justiça da norma. Chama-se também a atenção ao fato de que, os princípios devem ser interpretados sistematicamente e à luz dos valores vigentes à época dos fatos.

A busca de uma prestação jurisdicional célere e eficaz é um ideal buscado, inclusive na tentativa de recobrar o prestígio da Justiça do Trabalho. Todavia, quando a busca da celeridade afrontar garantias processuais, de ordem constitucional, igualmente importantes, tem-se o efeito reverso que se quer evitar: o desprestígio, o descrédito e o inconformismo dos jurisdicionados diante de decisões arbitrárias.

De um lado, a celeridade processual que, tem por objetivo a solução do conflito em tempo razoável, daí porque haver no processo a preclusão e a coisa julgada, e de outro, a qualidade dos julgamentos, trazendo segurança jurídica às partes e justiça social.

É exatamente esse equilíbrio que torna a balança como símbolo da Deusa Têmis.

Nesse sentido, é o entendimento jurisprudencial, in verbis:

"A informalidade e a celeridade do processo judiciário trabalhista, nunca podem esbarrar nos cânones constitucionais contidos nos

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

incisos LV, do artigo 5º. e IX, do art. 93, sob pena de eivar a prestação jurisdicional. Informalidade não é ligeireza no trato. Celeridade não é insegurança na prestação". ( TRT: 2ª. Região- Acórdão Num: 20020587656, Decisão : 03.09.2002- RO Num: 20010489562, Ano: 2001- Número único Proc: RO01 Recurso Ordinário- Turma: 04 – órgão Julgador – Quarta Turma- DOE SP, PJ, TRT 2ª., Data 13.09.2002, Relator Ricardo Verta Luduvica).

Na Justiça do Trabalho, a celeridade processual ganha especial relevo em face da natureza alimentar dos créditos trabalhistas. A grande maioria daqueles que ajuízam ações trabalhistas está desempregada e necessita receber seus créditos o mais brevemente possível.

A morosidade nas execuções trabalhistas agrava-se ainda mais, em razão da ausência de legislação processual específica em torno de certas matérias, gerando muita controvérsia a respeito.

Outro fator que também dificulta a fase de execução diz respeito à crise econômico-financeira pela qual passam as pequenas e médias empresas, sem condições de quitar os débitos trabalhistas, além dos devedores que propositadamente criam embaraços à efetivação do cumprimento das execuções.

Além das reformas que estão sendo feitas no nosso ordenamento jurídico, esta Casa de Leis atenta às transformações e aos problemas sociais, não pode ficar inerte frente às causas do grande número de processos a serem julgados na Justiça do Trabalho, devendo procurar caminhos que conduzam a rotas seguras afim de encontrar soluções para dar celeridade à prestação

Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



SF/17396.47095-58





SENADO FEDERAL  
Senador THIERES PINTO

jurisdicional e modernizar a jurisprudência, antecipando-se, portanto, à reforma trabalhista em discussão no Congresso Nacional.

Sala das sessões, 11 de abril de 2017.

Senador **THIERES PINTO**



Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3  
70165-900 – Brasília / DF  
Fone: (61) 3303-6315 - fax: (61) 3303-6314



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Legislação Trabalhista; Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); CLT - 5452/43

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1943;5452>

- artigo 769

- artigo 889

- artigo 893

- parágrafo 1º do artigo 893

- artigo 896

- artigo 897-

- artigo 899

- Lei nº 5.584, de 26 de Junho de 1970 - 5584/70

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1970;5584>

- artigo 6º

- Lei nº 6.830, de 22 de Setembro de 1980 - Lei de Execução Fiscal - 6830/80

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1980;6830>





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, DE 2017

Acrescenta o § 1º-A ao art. 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar causa de aumento de pena para o crime de peculato.

**AUTORIA:** Senador Cássio Cunha Lima

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador CÁSSIO CUNHA LIMA

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017**

Acrescenta o § 1º-A ao art. 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar causa de aumento de pena para o crime de peculato.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 312 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte § 1º-A:

“**Art. 312.** .....

.....

**Aumento de pena**

§ 1º-A A pena é aumentada de um terço até a metade se a subtração for de medicamento, de material ou equipamento hospitalar ou de qualquer outro produto para a saúde.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A subtração de remédios, materiais e equipamentos hospitalares e outros bens da rede pública de saúde, com a participação de funcionários públicos, é situação cada vez mais comum. São esquemas criminosos que envolvem desvios de remédios, seringas, agulhas, soros, lençóis, luvas e máscaras cirúrgicas, placas de raio-x etc.

Essas condutas tornam a situação dos hospitais públicos e postos de saúde ainda mais caótica, atingindo, sobretudo, a população mais carente. No Brasil, a gestão ineficiente dos nossos hospitais já faz com que pessoas enfermas frequentemente deixem receber atendimento adequado,



2

situação que se torna ainda mais desoladora quando se soma ao desvio de remédios e materiais hospitalares.

Chama a atenção o fato de as próprias pessoas que trabalham na rede pública de saúde, ou seja, os funcionários públicos, que deveriam estar a serviço da população, encabeçarem os desvios. Esses criminosos não demonstram respeito ou compaixão pelo próximo, pois sabem que o crime que praticam poderá significar o agravamento do quadro de saúde de pacientes.

Com efeito, vários dos remédios desviados são de custo elevado, como, por exemplo, os utilizados no tratamento do câncer. Nesses casos, os pacientes que dependem do sistema público de saúde, e que, a princípio, receberiam a medicação de graça, ficam impossibilitados de realizar o tratamento no momento adequado.

O desvio de medicamentos por funcionário público configura crime de peculato e é punido da mesma forma que a subtração de qualquer outro bem da Administração Pública. Ocorre que as consequências dessas condutas, por atingirem, ainda que indiretamente, a saúde pública, são evidentemente mais graves. Estamos falando de pessoas enfermas, que têm sua dignidade arrebatada pela falta de atendimento e que não raro vêm a óbito em razão da ganância alheia.

Desse modo, entendemos que essa específica situação de peculato deve ser punida com maior rigor. Nossa proposta é que, havendo subtração de medicamento, de material ou equipamento hospitalares ou de qualquer outro produto para a saúde, a pena do peculato seja aumentada de um terço à metade. Com essa modificação, além da ênfase ao aspecto retributivo da pena, a expectativa é que haja uma redução na prática desse impiedoso delito.

Por entender que a presente proposição aperfeiçoa a legislação penal em vigor, contamos com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador CÁSSIO CUNHA LIMA



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- artigo 312





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 104, DE 2017

Altera as leis nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para prever o uso de fotografia de identificação com elemento tradicional que exprima a identidade do indivíduo.

**AUTORIA:** Senador Antonio Carlos Valadares

**DESPACHO:** À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017

Altera as leis nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para prever o uso de fotografia de identificação com elemento tradicional que exprima a identidade do indivíduo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 3º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“**Art. 3º** .....  
.....

Parágrafo único. A fotografia de identificação poderá conter elementos que expressem pertencimento a uma comunidade ou tradição cultural reconhecida como tal pela sociedade brasileira, desde que esses elementos não impeçam o reconhecimento da fisionomia da pessoa.”(NR)

**Art. 2º** O § 3º do art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso I:

“**Art. 159**.....  
.....  
§ 3º .....

I - A fotografia de identificação poderá conter elementos que expressem pertencimento a uma comunidade ou tradição cultural reconhecida como tal pela sociedade brasileira, desde que esses elementos não impeçam o reconhecimento da fisionomia da pessoa.”(NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## JUSTIFICAÇÃO

O processo de modernização significa, em grande medida, a adequação dos cidadãos a um conjunto de normas sociais balizadas pelo valor da igualdade. Não surpreende que, a esse propósito, formas de “nivelamento” do cidadão encontrem resistência, sobretudo quando desconsideram as diferenças de pertencimentos dos indivíduos às comunidades tradicionais e suas heranças culturais.

Uma dessas formas de “nivelamento”, característica da sociedade organizada, é a regra geral estabelecida pelo Estado para identificação dos cidadãos. Nome, sobrenome, origem e foto “nítida”, “sem enfeite”, “de cara limpa” e “sem contraste”, entre outras equiparações. O resultado tem sido a massificação do conceito do “indivíduo”, senhor, ou senhora, livre de suas tradições.

Se, por um lado, a norma padronizada encontre razão na lógica da praticidade e da segurança na identificação, por outro lado contradiz o próprio espírito moderno de entregar às pessoas a condução de seus destinos.

Em vista disso, buscamos resgatar parcela desse alinhamento do indivíduo a sua tradição cultural, por meio do projeto ora proposto, que altera a Lei das Carteiras de Identidade e o Código de Trânsito Brasileiro para prever a possibilidade do uso de fotografia de identificação contendo o elemento tradicional que exprima a identidade do indivíduo.

Entendemos ser tarefa do Estado moderno, fiador da liberdade individual, apoiar a livre escolha individual de pertencimento a comunidades ou tradições, aceitando os conteúdos normativos (eventualmente hierárquicos, como o véu islâmico) que são aceitos pelos indivíduos e considerando-os componentes de sua “identidade”.

Não há sentido em o estado discriminar entre indivíduos que se consideram livres de qualquer tradição e indivíduos que não se identificam a si mesmos senão enquanto partes de uma totalidade maior, seja ela tradição ou comunidade.

Observe-se que acrescentamos à norma proposta a ideia de que o traço identitário deve estar ligado à tradição cultural reconhecida como tal pela sociedade brasileira. Com isso, pretendemos estabelecer uma ligação sólida entre o direito individual assegurado (a foto com um turbante, por exemplo) e a inserção, na sociedade brasileira, da tradição cultural em nome da qual se exerce o direito.

O que o Estado brasileiro está a reconhecer, com a norma que ora propomos, é o fato de que, uma vez existindo, de fato, a tradição, e uma vez tendo sido criado o indivíduo em seu seio, é razoável que ele só se sinta



“identificado”, ou seja, só conceba a si mesmo, enquanto parte dessa tradição.

Desnecessário dizer que as razões da segurança pública não podem ser negligenciadas, razão pela qual condicionamos o uso, na fotografia de identificação, de elementos tradicionais apenas na medida em que estes não impeçam o reconhecimento da fisionomia do indivíduo.

Importante lembrar que, no passado, o Estado brasileiro já avançou no sentido de assumir um conceito mais complexo e denso a respeito do que seja a “identidade individual”. Exemplo é o decreto de 1997, que agregou os temas “condição de idoso” e “doador de órgãos e tecidos” à ideia de identificação da pessoa.

Embora o dispositivo legal não se referisse a pertencimento a comunidades ou a tradições, em verdade constituiu um passo para além da identificação “seca” do cidadão. Elementos culturais, como a condição de ancião, ou a escolha referente a fatos da morte, passaram efetivamente a “identificar” o indivíduo.

Encontrar a linha de limite entre o direito de usar elementos tradicionais e a capacidade de ter a fisionomia discernível haverá de ser tarefa a ser desempenhada em conjunto, de um lado, pelos órgãos de identificação estaduais, no caso da identidade civil, e do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), no caso da carteira nacional de habilitação, e, de outro, pelas próprias comunidades tradicionais, seus líderes e membros, ao encontrarem, em meio ao acervo de suas tradições, soluções estéticas que resguardem a fisionomia.

São essas, portanto, as razões pelas quais peço aos nobres pares o apoio a essa iniciativa de aprimoramento dos rumos de nossa modernização.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

PSB-SE



## LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 7.116, de 29 de Agosto de 1983 - Lei da Carteira de Identidade - 7116/83  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1983;7116>
  - artigo 3º
- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - 9503/97  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9503>
  - parágrafo 3º do artigo 159





# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO

### Nº 105, DE 2017

Altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora.

**AUTORIA:** Senador Ciro Nogueira

**DESPACHO:** À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, passa a vigorar com acrescido do seguinte § 6º:

**“Art. 40 .....**

.....  
§ 6º – Caso o devedor, embora sem condições financeiras de pagar a totalidade da dívida, deposite o valor correspondente ao principal antes de decorrido o prazo a que se refere o § 4º do *caput*, o juiz reconhecerá a remissão dos juros e das multas de mora e extinguirá o débito.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A legislação em vigor determina que as execuções fiscais fiquem paralisadas por longo tempo sempre que não forem localizados bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora.

De fato, nos termos do art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, o juiz deverá suspender o curso da execução quando não forem localizados bens dos devedores. Após o decurso de um ano, os autos serão



arquivados. Cinco anos depois, a dívida irá prescrever. Ou seja, após seis anos de paralisação, a lei manda que seja extinto o débito fiscal do devedor que não tenha bens para serem penhorados.

Este projeto de lei, propõe alterações no citado art. 40 da Lei nº 6.830, de 1980, para viabilizar um esforço por parte dos devedores para limparem seus nomes, pagando parte substancial de suas dívidas em fase de execução. Estima-se que grande parte dos devedores inscritos na dívida ativa tenham condições de pagar o valor principal da dívida fiscal, mas não podem arcar com os elevados encargos de multas de mora e de juros.

Ao mesmo tempo, o projeto possibilitaria uma recuperação significativa de recursos financeiros para os Municípios, os Estados, o Distrito Federal e a União. Sem essa medida, as dívidas que estão com a execução fiscal paralisada por falta de bens continuarão a prescrever em poucos anos.

Enfim, acreditamos que uma redução na penalização financeira dos devedores fiscais seria boa para ambas as partes, tanto devedores quanto a Fazenda Pública. Para isto, contamos com o apoio dos senhores congressistas.

Sala das Sessões,

Senador CIRO NOGUEIRA



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 6.830, de 22 de Setembro de 1980 - Lei de Execução Fiscal - 6830/80

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1980;6830>

- artigo 40



# Requerimentos





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 227, DE 2017

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do RISF, informações ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Henrique Meirelles, sobre soluções de problemas relacionados ao E-social, nas Agências da Caixa Econômica Federal.

**AUTORIA:** Senador José Medeiros

**DESPACHO:** À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador José Medeiros

## REQUERIMENTO Nº , DE 2017

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Henrique Meirelles, as seguintes informações:

1. Por que nas agências da Caixa Econômica Federal – CEF, persiste, ainda, a carência de pessoal treinado para solucionar problemas relacionados ao E-social, no que importa à informação e viabilização do saque de valores recolhidos, como, por exemplo, aqueles referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?
2. Sendo o sistema E-social de difícil acesso para pessoas comuns, tendo estas que recorrer, inclusive, a contadores para as auxiliarem no seu correto preenchimento, por que o seu sistema operacional não é continuamente modernizado a fim de torná-lo mais acessível ao cidadão comum?
3. Há algum tipo de controle de quantas vezes o trabalhador demitido tem que ir na agência da Caixa até conseguir a liberação dos valores a que tem direito?
4. Se não há este controle, qual o motivo e as providências adotadas para saber quantas vezes o trabalhador tem que se deslocar até uma agência da CEF para cumprir seu objetivo?
5. Que ações de treinamento vêm sendo oferecidas aos servidores das agências da CEF em relação à utilização do sistema do E-social?
6. As contribuições depositadas nas contas vinculadas do FGTS antes da implantação do sistema Esocial estão sendo computadas e sacadas, assim como o tempo de serviço anterior à sua implantação está sendo contado para fins de concessão do benefício do seguro-desemprego?



SF/17435.43514-50



2

7. Quais as ações são desenvolvidas pelos órgãos competentes para agilizar, facilitar, simplificar, desburocratizar e viabilizar o acesso aos benefícios sociais que trabalhadores têm acesso nas agências da CEF?

### JUSTIFICAÇÃO

Não há dúvida de que mesmo aquele que utiliza constantemente o *E-Social* tem dúvidas e dificuldades para recolher as contribuições de seus empregados, ou preencher formulários para outros fins, como concessão de férias, aviso-prévio, rescisão de contrato, entre outros. Até hoje o sistema é considerado pouco funcional, nada autoexplicativo, além de travar muito e não informar previamente o que o empregador deve fazer.

As informações solicitadas são imprescindíveis para que esta Casa exerça sua função fiscalizadora e de controle, além de melhor instruir as matérias em tramitação que estejam relacionadas ao tema.

Assim, propomos o encaminhamento do presente requerimento de informações.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ MEDEIROS





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 228, DE 2017

Requer, nos termos do art. 218, RISF, VOTO DE PESAR pelo falecimento, aos 82 anos de idade, do Pastor Severo Câmara, ocorrido ontem, dia 10/04/2017, em Manaus/AM.

**AUTORIA:** Senador Omar Aziz

**DESPACHO:** Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador OMAR AZIZ

**REQUERIMENTO Nº /2017**

*Requer VOTO DE PESAR pelo falecimento, aos 82 anos de idade, do Pastor Severo Câmara, ocorrido ontem, dia 10/04/2017, em Manaus/AM.*



Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento ocorrido na manhã de ontem, 10 de abril de 2017, em Manaus, Estado do Amazonas, do Pastor Severo Câmara.

Requeiro, mais, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento de seus filhos, Samuel, Jonatas, Elieb, Dan Câmara e do Deputado Silas Câmara.

**JUSTIFICATIVA**

Foi com enorme pesar que recebi a triste notícia do passamento do Pastor Severo Câmara, uma das maiores e mais fortes lideranças da Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Norte do Brasil.

O Amazonas está de luto.

Dele me despeço com todo carinho, pedindo a Deus que conforte o coração de seus familiares, amigos e de todos que o queriam bem, solicitando aos meus nobres pares o apoio necessário à essa justa homenagem que ora requeiro.

Sala das Sessões, 11 de abril de 2017

Senador **Omar Aziz**



**RGS**  
**00229/2017**

**REQUERIMENTO N.º de 2017**



Requeiro nos termos do art. 255, II “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado n.º 90/2014, que declara de interesse social, para fins de desapropriação destinada à reforma agrária, as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos da União em obras de irrigação, drenagem, açudagem, e outras espécies de melhoramentos, que não estejam cumprindo sua função social, e dá outras providências, seja remetido à CAE por suscitar questionamento a ela atinente.

**Sala das Sessões em,**

**Senador Flexa Ribeiro**

*(Inclua-se em Ordem do Dia, oportunamente)*



**RGS**  
**00230/2017**

**REQUERIMENTO N.º de 2017**



Requeiro nos termos do art. 255, II “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado n.º 90/2014, que declara de interesse social, para fins de desapropriação destinada à reforma agrária, as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos da União em obras de irrigação, drenagem, açudagem, e outras espécies de melhoramentos, que não estejam cumprindo sua função social, e dá outras providências, seja remetido à CI por suscitar questionamento a ela atinente.

**Sala das Sessões em,**

**Senador Flexa Ribeiro**

*(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)*





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 239, DE 2017

Requer voto de aplauso ao poeta Thiago de Mello, pelo transcurso do seu 91º aniversário.

**AUTORIA:** Senador Randolfe Rodrigues

**DESPACHO:** Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

**REQUERIMENTO Nº , DE 2017**

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requieiro voto de aplauso para o poeta THIAGO DE MELLO, pela ocasião do transcurso, na data de hoje, do seu 91º aniversário, motivo de regozijo também para a poesia nacional, por ser o maior expoente da poesia social no Brasil

**JUSTIFICAÇÃO**

Amadeu Thiago de Mello, nasceu em 30 de março de 1926, na pequenina cidade de Barreirinha, na margem direita do Paraná do Ramos, braço mais comprido do Rio Amazonas, no meio do pedaço mais verde do planeta: a Amazônia.

Em Manaus, realizou seus primeiros estudos. Mudou-se para o Rio de Janeiro, tendo cursado a faculdade de Medicina até o quarto ano. Abandonou-a para se dedicar à poesia. Conhecido internacionalmente por sua luta em prol dos direitos humanos, pela ecologia e pela paz mundial, o autor foi perseguido pela ditadura militar implantada no Brasil em 1964.

Foi obrigado a deixar sua terra, tendo se exilado no Chile, até a queda de Salvador Allende. Thiago de Melo foi adido cultural da Embaixada do Brasil no Chile, onde travou amizade com o poeta Pablo Neruda, tornando-se um dos seus tradutores. Seus trabalhos foram publicados no Chile, Portugal, Uruguai, Estados Unidos da América, Argentina, Alemanha, Cuba, França e outros mais.





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

Traduziu para o português obras de Pablo Neruda, T. S. Elliot, Ernesto Cardenal, César Vallejo, Nicolas Guillén e Eliseo Diego.

Ao lado de Ferreira Gullar, Thiago de Melo é o principal representante da poesia social e engajada que se fez no Brasil na década de 1960 e 1970, no contexto do regime militar do Brasil e das ditaduras latino-americanas em geral.

Com o livro Campo de Milagres, Thiago de Melo foi vencedor do prêmio Jabuti em 1991. Os traços principais de sua poesia são a luta contra a opressão, o amor à terra e à Amazônia, o sentimento de alteridade.

Álvaro Lins, Tristão de Ataíde, Manuel Bandeira, Sérgio Milliet e José Lins do Rego, para citar alguns nomes ilustres, viram nele e em sua obra poética duas presenças que, substanciais e duradouras, enriqueceram a literatura nacional.

O correr dos anos só fez confirmar suas qualidades e justificar os elogios com que fora recebido pela crítica brasileira, desde a publicação do livro “Silêncio e Palavra”, em 1951.

O amadurecimento permitiu ao poeta mergulhar profundamente as raízes da sensibilidade e da consciência crítica na rica seiva humana de um povo ao mesmo tempo tão explorado, tão sofrido e tão generoso como o nosso, e sua poesia, sem perder o sóbrio lirismo que a inflamava, ganhou densidade e concentração, pondo-se por inteiro a serviço de relevantes causas sociais.

Faz Escuro, mas eu Canto; A Canção do Amor Armado; Horóscopo para os que estão vivos, Poesia Comprometida com a minha e a tua Vida; Mormaço na Floresta; Num Campo de Margaridas realizam, por isso, a bela síntese do poeta e do homem que jamais se deixou ficar indeciso em cima do muro de confortável neutralidade.

O poeta dedicou-se, sem medir esforços ou riscos à luta pela emancipação do homem, tanto dos grilhões que injustas estruturas do poder econômico-político lhe impõem, quanto das limitações com que individualismo, ignorância ou timidez lhe tolhem os passos.



SF/17422.81753-80





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador RANDOLFE RODRIGUES

A biografia de um poeta assim concebido e a tanto cometido não poderia jamais desenvolver-se num plano de tranqüila rotina. A de Thiago de Mello teve, por isso mesmo, suas fases sombrias e borrascosas, realçada por arbitrária prisão e longo e doloroso exílio da pátria a que tanto ama e serve.

Essas provações, que enfrentou com a serena firmeza de quem as sabe inevitáveis e delas não foge, enriqueceram-no ainda mais como poeta e ser humano.

No livro mais recentemente publicado, “De Uma Vez Por Todas”, todas as linhas marcantes de sua poesia, o lirismo, a sensibilidade humana, a alegria de viver, a luta contra a opressão e o amor constante à Amazônia natal se reúnem harmonicamente, num tecido de rara força e beleza. O poeta não escreve seus poemas apenas em busca de elegância formal: neles se joga por inteiro, coração, cabeça e sentimento, e isso lhes dá autenticidade e força interior.

Por essas razões, registramos o transcurso da data natalícia deste grande poeta nacional e solicitamos o encaminhamento desta singela homenagem à Thiago de Mello.<sup>1</sup>

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES  
REDE-AP

<sup>1</sup> Com informações de Aníbal Beça, disponível em <http://www.jornaldepoesia.jor.br/tmello.html>, acesso em 31/03/2016.



SF/17422.81753-80

**SENADO FEDERAL**  
**SENADOR ALVARO DIAS**

*à Publicação*  
*Com 11/4/2017*

**REQUERIMENTO Nº 240, DE 2017 - PLEN**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a realização de Sessão Temática, no Plenário do Senado Federal, com o objetivo de debater o impacto econômico e social, para o desenvolvimento nacional e a competitividade internacional do Brasil, de iniciativas regulatórias sobre atividades típicas da econômica compartilhada, inclusive o modelo de prestação de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, por meio de aplicações da internet e de outras tecnologias digitais, com autoridades e demais convidados a serem oportunamente sugeridos.

**JUSTIFICAÇÃO**

No dia 4 de abril último, a Câmara dos Deputados aprovou, em Plenário, o Projeto de Lei nº 5587, de 2016, de iniciativa do Deputado Carlos Zarattini (PT-SP), entre outros parlamentares. Em linhas gerais, a proposição objetiva alterar a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros, nos termos do inciso XIII do art. 5º e do parágrafo único do art. 170 da Constituição Federal. Para tanto, promove alteração na PNMU, prevendo expressamente o conceito legal do serviço de “transporte remunerado privado individual de passageiros” e estabelecendo regras para o seu funcionamento, o que pressupõe, inclusive, o uso de aplicativos ou outras plataformas de comunicação em rede.

O ponto central da proposta está na obrigatoriedade de emissão de autorização pública municipal para a realização do serviço pelo interessado, o que significa dizer, em poucas palavras, que o legislador está buscando, pela via do controle legislativo, a “estatização” desse modelo de serviço privado e, o que parece ser mais grave, para já, na medida em que o PLC sequer possui cláusula extraordinária de vacância, remetendo a situação à plenitude do vigor normativo após decorridos 45 dias da publicação da nova lei – isso sem considerar os nefastos efeitos sobre a paralisação quase imediata das atividades de dezenas de milhares de motoristas e das empresas que operam tais aplicativos, até que os municípios brasileiros editem normas legais aptas a expedir a autorização que a lei federal pretende impor.



SF/17548.14527-76

Página: 1/2 10/04/2017 18:00:08

f65f414dc186d861d083b070a1ca5175862b706c

*[Assinatura]*



**SENADO FEDERAL**  
**SENADOR ALVARO DIAS**

A questão, porém, vai muito além da proposta de regulação da atividade de transporte remunerado privado individual de passageiros: o que se deve discutir é o impacto desse modelo regulatório sobre todas as demais modalidades de serviços baseados no conceito de economia compartilhada ou de consumo colaborativo.

Isso porque é preciso um debate mais abrangente em torno da questão, que não pode – e não deve – limitar-se a uma discussão binária “Táxi versus Uber”, visto que não se trata apenas de uma empresa impactada, mas todo um conceito teórico da economia globalizada e digitalizada da Sociedade Informacional.

Questionamentos deverão ser feitos, tais como a legitimidade, a razoabilidade e a proporcionalidade na decisão legislativa de impor obstáculos à atividade privada remunerada da Nova Economia, quando confrontada com outros tipos tradicionais de atividade econômica, bem como a opinião livre e desimpedida da sociedade civil e de representantes dos próprios Governos Federal, Estadual, Distrital e Municipal.

Confiando, portanto, no elevado espírito público de meus Pares e na tradição desta Casa na guarda e proteção do equilíbrio entre os interesses públicos e privados, esperamos que o presente Requerimento seja aprovado e este Senado Federal possa contribuir efetivamente para o debate.

Sala das Sessões,

**Senador ALVARO DIAS**

Líder do PV

SF/17548.14527-76

Página: 2/2 10/04/2017 18:00:08

f65f414dcf86d861d083b070a1ca5175862b706c



# DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

## Requerimento nº 231/2017





SENADO FEDERAL  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

REQUERIMENTO Nº 231, DE 2017

(REQUERIMENTO Nº 11, DE 2017 - CCJ)

|                                   |                     |
|-----------------------------------|---------------------|
| Aprovado em                       | 05 / 04 / 17        |
| Senador(a)                        | <i>[assinatura]</i> |
| Presidente em exercício da CCJ-SF |                     |

*Aprovado em 11/04/2017*

Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, **urgência** para o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2017.

Sala das Comissões, em 5 de abril de 2017.

Senador(a) \_\_\_\_\_

*[assinatura]*  
SENADOR EDUARDO LOPES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,  
JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ  
PLC Nº 19 DE 2017  
Fl. 42 67





Senado Federal

15

**Relatório de Registro de Presença**  
**CCJ, 05/04/2017 às 10h - 11ª, Ordinária**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

| Maioria (PMDB) |                          |                          |                          |
|----------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| TITULARES      |                          | SUPLENTE                 |                          |
| JADER BARBALHO | <a href="#">PRESENTE</a> | 1. ROBERTO REQUIÃO       | <a href="#">PRESENTE</a> |
| EDISON LOBÃO   |                          | 2. ROMERO JUCÁ           | <a href="#">PRESENTE</a> |
| EDUARDO BRAGA  |                          | 3. RENAN CALHEIROS       |                          |
| SIMONE TEBET   | <a href="#">PRESENTE</a> | 4. GARIBALDI ALVES FILHO |                          |
| VALDIR RAUPP   | <a href="#">PRESENTE</a> | 5. WALDEMIR MOKA         | <a href="#">PRESENTE</a> |
| MARTA SUPPLY   | <a href="#">PRESENTE</a> | 6. ROSE DE FREITAS       | <a href="#">PRESENTE</a> |
| JOSÉ MARANHÃO  |                          | 7. HÉLIO JOSÉ            | <a href="#">PRESENTE</a> |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT) |                          |                     |                          |
|---|--------------------------|---------------------|--------------------------|
| TITULARES   |                          | SUPLENTE            |                          |
| JORGE VIANA   | <a href="#">PRESENTE</a> | 1. ÂNGELA PORTELA   | <a href="#">PRESENTE</a> |
| JOSÉ PIMENTEL   | <a href="#">PRESENTE</a> | 2. LINDBERGH FARIAS |                          |
| FÁTIMA BEZERRA  | <a href="#">PRESENTE</a> | 3. HUMBERTO COSTA   | <a href="#">PRESENTE</a> |
| GLEISI HOFFMANN                                       |                          | 4. PAULO ROCHA      | <a href="#">PRESENTE</a> |
| PAULO PAIM  |                          | 5. REGINA SOUSA     |                          |
| ACIR GURGACZ  |                          | 6. VAGO             |                          |

| Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM) |                          |                      |                          |
|---------------------------------------|--------------------------|----------------------|--------------------------|
| TITULARES                             |                          | SUPLENTE             |                          |
| AÉCIO NEVES                           |                          | 1. RICARDO FERRAÇO   | <a href="#">PRESENTE</a> |
| ANTONIO ANASTASIA                     | <a href="#">PRESENTE</a> | 2. CÁSSIO CUNHA LIMA |                          |
| FLEXA RIBEIRO                         | <a href="#">PRESENTE</a> | 3. EDUARDO AMORIM    | <a href="#">PRESENTE</a> |
| RONALDO CAIADO                        | <a href="#">PRESENTE</a> | 4. DAVI ALCOLUMBRE   |                          |
| MARIA DO CARMO ALVES                  | <a href="#">PRESENTE</a> | 5. VAGO              |                          |

| Bloco Parlamentar Democracia Progressista(PP, PSD) |                          |                   |                          |
|--|--------------------------|-------------------|--------------------------|
| TITULARES  |                          | SUPLENTE          |                          |
| LASIER MARTINS                                     | <a href="#">PRESENTE</a> | 1. IVO CASSOL     |                          |
| BENEDITO DE LIRA                                   |                          | 2. ANA AMÉLIA     | <a href="#">PRESENTE</a> |
| WILDER MORAIS                                      | <a href="#">PRESENTE</a> | 3. SÉRGIO PETECÃO |                          |

| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE) |                          |                       |                          |
|--|--------------------------|-----------------------|--------------------------|
| TITULARES  |                          | SUPLENTE              |                          |
| ANTONIO CARLOS VALADARES   | <a href="#">PRESENTE</a> | 1. LÍDICE DA MATA     |                          |
| ROBERTO ROCHA  | <a href="#">PRESENTE</a> | 2. JOÃO CAPIBERIBE    |                          |
| RANDOLFE RODRIGUES   |                          | 3. VANESSA GRAZZIOTIN | <a href="#">PRESENTE</a> |

| Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC) |                          |                     |                          |
|---|--------------------------|---------------------|--------------------------|
| TITULARES                               |                          | SUPLENTE            |                          |
| ARMANDO MONTEIRO                        | <a href="#">PRESENTE</a> | 1. CIDINHO SANTOS   | <a href="#">PRESENTE</a> |
| EDUARDO LOPES                           | <a href="#">PRESENTE</a> | 2. VICENTINHO ALVES |                          |
| MAGNO MALTA                             | <a href="#">PRESENTE</a> | 3. FERNANDO COLLOR  |                          |





16

Senado Federal

**Relatório de Registro de Presença****Não Membros Presentes**

JOSÉ MEDEIROS



## **DECISÃO DA COMISSÃO**

**(PLC 19/2017)**

NA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, O SENADOR ANTÔNIO ANASTASIA PASSA A PRESIDÊNCIA AO SENADOR LASIER MARTINS.

DURANTE A DISCUSSÃO DA MATÉRIA O SENADOR ANTÔNIO ANASTASIA REFORMULA O RELATÓRIO CONCLUINDO PELA APROVAÇÃO DO PROJETO E CONTRÁRIO ÀS EMENDAS Nº 1 A Nº 4.

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR ANTÔNIO ANASTASIA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CCJ, FAVORÁVEL AO PROJETO E CONTRÁRIO ÀS EMENDAS Nº 1 A Nº 4.

A COMISSÃO APROVA O REQUERIMENTO Nº 11, DE 2017-CCJ, DE AUTORIA DO SENADOR EDUARDO LOPES, DE URGÊNCIA PARA A MATÉRIA.

05 de Abril de 2017

Senador LASIER MARTINS

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



## Parecer nº 3/2017-CE





**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

# Votação Secreta

**Parecer nº 3, de 2017 - Sérgio Henrique Sá Leitão Filho**

Indicação do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Rosana dos Santos Alcântara.

Matéria **PAR 3/2017**

Início Votação **11/04/2017 16:26:26** Término Votação **11/04/2017 17:01:38**

Sessão **43ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **11/04/2017 07:28:04**

| Partido | UF | Nome Senador          | Voto    |
|---------|----|-----------------------|---------|
| PDT     | RO | Acir Gurgacz          | SECRETO |
| PMDB    | SP | Airton Sandoval       | SECRETO |
| PV      | PR | Alvaro Dias           | SECRETO |
| PT      | RR | Ângela Portela        | SECRETO |
| PSDB    | MG | Antonio Anastasia     | SECRETO |
| PSB     | SE | Antonio C Valadares   | SECRETO |
| PTB     | PE | Armando Monteiro      | SECRETO |
| PSDB    | TO | Ataídes Oliveira      | SECRETO |
| PP      | AL | Benedito de Lira      | SECRETO |
| PSDB    | PB | Cássio Cunha Lima     | SECRETO |
| PP      | PI | Ciro Nogueira         | SECRETO |
| PSDB    | SC | Dalirio Beber         | SECRETO |
| DEM     | AP | Davi Alcolumbre       | SECRETO |
| PMDB    | MA | Edison Lobão          | SECRETO |
| PSDB    | SE | Eduardo Amorim        | SECRETO |
| PRB     | RJ | Eduardo Lopes         | SECRETO |
| PMDB    | PI | Elmano Férrer         | SECRETO |
| PT      | RN | Fátima Bezerra        | SECRETO |
| PSB     | PE | Fernando Coelho       | SECRETO |
| PTC     | AL | Fernando Collor       | SECRETO |
| PSDB    | PA | Flexa Ribeiro         | SECRETO |
| PMDB    | RN | Garibaldi Alves Filho | SECRETO |
| PP      | AC | Gladson Cameli        | SECRETO |
| PT      | PR | Gleisi Hoffmann       | SECRETO |
| PMDB    | DF | Hélio José            | SECRETO |
| PT      | PE | Humberto Costa        | SECRETO |
| PP      | RO | Ivo Cassol            | SECRETO |
| PMDB    | MA | João Alberto Souza    | SECRETO |
| PSB     | AP | João Capiberibe       | SECRETO |
| PT      | AC | Jorge Viana           | SECRETO |
| DEM     | RN | José Agripino         | SECRETO |
| PSD     | MT | José Medeiros         | SECRETO |
| PT      | CE | José Pimentel         | SECRETO |
| PSB     | BA | Lídice da Mata        | SECRETO |
| PMDB    | SP | Marta Suplicy         | SECRETO |
| PSD     | AM | Omar Aziz             | SECRETO |
| PT      | PA | Paulo Rocha           | SECRETO |
| PSC     | MS | Pedro Chaves          | SECRETO |
| PMDB    | PB | Raimundo Lira         | SECRETO |
| REDE    | AP | Randolfe Rodrigues    | SECRETO |
| PT      | PI | Regina Sousa          | SECRETO |

Emissão 11/04/2017 17:01:41



**Senado Federal**  
**55ª Legislatura**  
**3ª Sessão Legislativa Ordinária**

**Votação Secreta**

**Parecer nº 3, de 2017 - Sérgio Henrique Sá Leitão Filho**

Indicação do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Rosana dos Santos Alcântara.

Matéria **PAR 3/2017**

Início Votação **11/04/2017 16:26:26** Término Votação **11/04/2017 17:01:38**

Sessão **43ª Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **11/04/2017 07:28:04**

|      |    |                     |         |
|------|----|---------------------|---------|
| -    | DF | Reguffe             | SECRETO |
| PP   | BA | Roberto Muniz       | SECRETO |
| PMDB | RR | Romero Jucá         | SECRETO |
| DEM  | GO | Ronaldo Caiado      | SECRETO |
| PMDB | ES | Rose de Freitas     | SECRETO |
| PMDB | MS | Simone Tebet        | SECRETO |
| PSDB | CE | Tasso Jereissati    | SECRETO |
| PTB  | RR | Thieres Pinto       | SECRETO |
| PMDB | RO | Valdir Raupp        | SECRETO |
| PR   | TO | Vicentinho Alves    | SECRETO |
| PMDB | MS | Waldemir Moka       | SECRETO |
| PR   | MT | Wellington Fagundes | SECRETO |
| PP   | GO | Wilder Morais       | SECRETO |
| PMDB | MG | Zeze Perrella       | SECRETO |

Presidente: Eunício Oliveira

**SIM: 50 NÃO: 4 ABST.: 1 PRESIDENTE: 0 TOTAL: 55**

  
 Primeiro-Secretario

Emissão 11/04/2017 17:01:42



## Requerimento nº 232/2017





SENADO FEDERAL

**RGS**  
**00232/2017****REQUERIMENTO Nº , DE 2017**

Requeiro, nos termos do inciso V, do art. 175, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 218 de 2016, que “*Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente*”, a fim de que se possa cumprir o disposto no parágrafo único do art. 255, do RISF.

Sala das Sessões, em

Senador **ROMERO JUCÁ**  
Líder do Governo no Senado



SF/17155.92913-00



# Requerimento nº 233/2017





# SENADO FEDERAL

## REQUERIMENTO Nº 233, DE 2017

Requer, nos termos regimentais, o desapensamento da PEC nº 24, de 2012 da PEC nº 131, de 2015.

**AUTORIA:** Senador João Capiberibe



[Página da matéria](#)



Bloco Parlamentar  
PSB | PPS | REDE | PCdoB **Socialismo e Democracia**

## REQUERIMENTO Nº , DE 2017

**Requeremos**, com fundamento nos arts. 258, 356 a 358 e 372, todos do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), **o retorno à tramitação autônoma das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) nº 24, de 2012 e nº 131, de 2015**, pelos seguintes fundamentos:

- a) as PECs citadas estão submetidas a disposições especiais do RISF e, no caso concreto, **encontram-se em estágios totalmente distintos de tramitação legislativa, hipótese que leva à impossibilidade de utilização subsidiária da regra geral que trata da tramitação em conjunto**, com fundamento no que estabelecem os arts. 356 a 358 e 372 combinados com o art. 258, todos do RISF;
- b) ainda que se admita a utilização subsidiária do art. 258 do RISF para disciplinar o caso concreto, **a tramitação em conjunto das PECs citadas é incabível pelo fato de elas não regularem a mesma matéria.**

Com a decisão favorável à tramitação autônoma, **a PEC nº 24, de 2012, deve retornar ao Plenário do Senado Federal**, para que seja incluída na ordem do dia, para a quinta sessão de discussão em primeiro turno, com base no disposto nos arts. 357 e 358 do RISF.

E a **PEC nº 131, de 2015, deve retornar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)** para que o colegiado aprecie a matéria e emita o parecer exigido pelo art. 356 do RISF.

## JUSTIFICAÇÃO

Na sessão deliberativa ordinária do dia 30 de março de 2017, o Plenário do Senado Federal aprovou, por votação simbólica, contra o voto do Senador João Capiberibe, o Requerimento nº 199, de 2017, de autoria do Senador Romero Jucá, que pleiteava a tramitação em conjunto das Propostas de Emenda à Constituição nº 24, de 2012, e nº 131, de 2015.



SF/17330.32427-11



Formulado em termos lacônicos, o Requerimento lastreava seu pleito no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e alegava que ambas as PECs tratavam da mesma matéria, vale dizer, de segurança pública.

Eis o inteiro teor do Requerimento:

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 131, de 2015, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, de 2012, por versarem sobre o mesmo assunto, qual seja, segurança pública. (grifamos)

Entendemos que referida decisão viola de forma grave e frontal o Regimento Interno do Senado Federal, maculando, de resto, o devido processo legislativo, que tem *status* de princípio constitucional, com base no que estabelece o inciso LIV do art. 5º da Constituição Federal.

São os seguintes os fundamentos fáticos e jurídicos que nos levam a pleitear nova manifestação do Plenário do Senado Federal.

### **1. A impossibilidade de utilização subsidiária da regra regimental geral que trata da tramitação em conjunto das proposições**

As propostas de emenda à Constituição (PECs), por sua relevância e complexidade, ao proporem alterações à norma fundamental da República, merecem tratamento diferenciado tanto na Constituição Federal (art. 60) como no Regimento Interno do Senado Federal (art. 354 a 373). Essas proposições são submetidas a quórum qualificado e a procedimentos legislativos específicos (3/5 de cada Casa Legislativa do Congresso Nacional em dois turnos de votação, com cinco sessões de discussão em cada turno, nas duas Casas).

O Regimento Interno do Senado Federal trata das PECs em seu Título IX, “Das Proposições sujeitas a Disposições Especiais”, Capítulo I, “Da Proposta de Emenda à Constituição”, que abrange os arts. 354 a 373.

Nessas normas regimentais especiais, as peculiaridades do processo legislativo de alteração da Constituição são detalhadas.

Nesse detalhamento, repleto de particularidades e especificidades, destacamos a regra contida no art. 356 do RISF que estabelece que as PECs somente são distribuídas para a CCJ. E mais, é fixado prazo de trinta dias para que a matéria seja apreciada. Seu parágrafo único prevê que se o parecer da CCJ concluir pela apresentação de emenda deve conter assinaturas que correspondam ao mesmo número exigido para sua



apresentação, vale dizer, um terço dos membros do Senado, ou vinte e sete Senadores.

O art. 357 do RISF prevê que cinco dias após a publicação do parecer da CCJ a matéria pode ser incluída em Ordem do Dia. A parte final do art. 358, por seu turno, prevê que a discussão em primeiro turno das PECs ocorrerá durante cinco sessões deliberativas ordinárias consecutivas.

A PEC nº 24, de 2012, que *institui o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública*, cujo primeiro signatário é o Senador João Capiberibe, teve parecer aprovado na CCJ em 12 de agosto de 2015. Em 13 de agosto de 2015, o Parecer nº 551, de 2015 – CCJ, relator o Senador Aécio Neves, foi publicado no Diário do Senado Federal. No dia 30 de março de 2017, transcorreu a quarta sessão de discussão da PEC em primeiro turno no Plenário do Senado Federal.

De outro giro, a PEC nº 131, de 2015, que *dá nova redação aos arts. 21, 22, 32, 144 e 167 da Constituição Federal, para reestruturar os órgãos de segurança pública*, cujo primeiro signatário é o Senador Tasso Jereissati, foi apresentada em 29 de setembro de 2015 e encaminhada à CCJ no dia seguinte, e não teve, até o dia de hoje, sequer parecer apresentado na Comissão.

Percebe-se, dessa forma, profunda divergência no que concerne à análise das matérias por parte do Senado Federal. Enquanto na PEC nº 24, de 2012, resta apenas uma sessão de discussão em primeiro turno, das cinco regimentalmente previstas, na PEC nº 131, de 2015, não há nenhuma análise, nenhuma manifestação, nenhuma deliberação sobre a matéria nela tratada.

O grau de disparidade de apreciação é tamanho que impede qualquer tentativa de nivelamento que seria consequência do deferimento da tramitação em conjunto das PECs.

É verdade que o art. 372 do RISF prevê a possibilidade de aplicação subsidiária à tramitação das PECs das normas destinadas à tramitação das outras proposições. Todavia, essa possibilidade não ocorre em todas as hipóteses. O Regimento Interno é expresso ao prever a adoção de regras gerais apenas quando couber.

Entendemos que nesse caso, o flagrante desnível de debate, reflexão, elaboração e acúmulo técnico sobre os conteúdos das duas PECs é determinante para impedir a adoção subsidiária da regra geral que permite a tramitação em conjunto de proposições (art. 258).



SF/17330.32427-11



A interpretação do Regimento Interno deve ser sistêmica e não pode conduzir ao absurdo. Não é razoável para o bom desenlace do processo legislativo, que todo o conhecimento e aprofundamento produzido na análise da PEC nº 24, de 2012, seja desprezado.

Consideramos, em síntese, que o desnível no debate legislativo entre as duas PECs afasta a possibilidade de incidência subsidiária da regra geral que admite a tramitação em conjunto de duas proposições, ainda que estejam em fases distintas de tramitação. Estamos tratando aqui de mudanças na Constituição Federal, cujo processo de alteração deve observar prazos e interstícios específicos.

Entendemos que esse argumento é suficiente para que o Plenário do Senado Federal decida pela retomada da tramitação autônoma das duas proposições.

Com a decisão favorável à tramitação autônoma, **a PEC nº 24, de 2012, deve retornar ao Plenário do Senado Federal**, para que seja incluída na ordem do dia, para a quinta sessão de discussão em primeiro turno, com base no disposto nos arts. 357 e 358 do RISF.

E a **PEC nº 131, de 2015, deve retornar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)** para que o colegiado aprecie a matéria e emita o parecer exigido pelo art. 356 do RISF.

Caso as Senhoras Senadoras e Senhores Senadores entendam de forma diferente do que foi alegado até aqui, ou seja, entendam que é possível a utilização subsidiária, em tese, da regra geral que admite a tramitação em conjunto de proposições em estágios distintos de tramitação (art. 258 do RISF), ainda assim, a tramitação em conjunto não pode prosperar.

É o argumento que vamos desenvolver no tópico seguinte.

## **2. As Propostas de Emenda à Constituição (PECs) nº 24, de 2012 e nº 131, de 2015, não tratam da mesma matéria**

O art. 258 do RISF estabelece, como requisito necessário ao deferimento da tramitação em conjunto de duas proposições, que elas tratem da **mesma matéria**.

A finalidade precípua da norma é conferir racionalidade e eficiência ao processo legislativo impedindo que o Senado Federal – seu Plenário ou seus órgãos fracionários – seja obrigado a deliberar repetidamente, numa mesma sessão legislativa, sobre temas idênticos, sobre



SF/17330.32427-11



pontos específicos, com o risco de, em um momento, acolher uma alternativa e, em outro momento, por quaisquer razões, decidir em sentido contrário.

Trata-se do princípio da irrepetibilidade aplicado ao processo legislativo. A Constituição Federal trata do tema em seus arts. 60, § 5º, e 67. O Supremo tribunal Federal por diversas vezes já se debruçou sobre o tema reafirmando a necessidade de busca de coerência e racionalidade no processo legislativo.

Há, no entanto, fundamento necessário, lógico-jurídico, que deve integrar a essência da decisão que defira a tramitação em conjunto: que as matérias sejam idênticas. Não basta que estejam topograficamente situadas no mesmo campo do conhecimento. Impõe-se que tratem de assunto com especificidade tal que desaconselhe tomadas sucessivas de decisão que possam gerar transtorno na conformação da legislação e insegurança jurídica.

Assim, não é regimentalmente lícito que se defira a tramitação em conjunto de duas proposições, uma que trate das estradas do Estado do Rio Grande do Sul e outra das do Estado do Amapá, por considerar que a matéria é a mesma, ou seja, o sistema viário nacional. Da mesma forma, não é aconselhável a tramitação em conjunto de duas proposições que supostamente tratam do mesmo tema – alterações no Código Penal –, quando uma trata do crime de homicídio e outra trata de peculato.

A coleção de exemplos é infinita e é por essa razão que tanto as normas constitucionais quanto as normas regimentais são veiculadas de forma genérica e se referem a proposições que cuidem da mesma matéria. Essa norma genérica deve ser aplicada com moderação e razoabilidade por aqueles que detêm a competência decisória (presidente do Senado, Mesa e Plenário), em momentos distintos do processo legislativo, para que distorções não sejam cometidas.

Lembramos que, por força do que determina o art. 260 do RISF, a aprovação de uma proposição conduz, necessariamente, à rejeição da que está apensada ou à declaração de sua prejudicialidade.

Assim, é inconcebível supor o deferimento de tramitação em conjunto de proposições que tratem de matérias distintas, ainda que estejam no mesmo campo do conhecimento.

É esse, exatamente, o caso que ora enfrentamos.

O fundamento para sua tramitação em conjunto é o fato de tratarem da mesma matéria, segurança pública. Todavia, a PEC nº 24, de



2012, trata especificamente da instituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Segurança Pública. Para tanto insere três artigos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e por intermédio de seu art. 4º, promove alteração na redação do inciso IV do art. 167 da CF.

De outro giro, a PEC nº 131, de 2015, promove verdadeira revolução no âmbito da segurança pública do Brasil. Propõe, por intermédio de completa reformulação do art. 144, que integra a parte permanente da Constituição: a extinção da Polícia Rodoviária e Ferroviária Nacional; a fusão das Polícias Militares e Cíveis em todos os vinte e seis Estados e no Distrito federal; a formação padronizada dos policiais estaduais; alterações no regime jurídico, na remuneração e nas vedações aplicáveis aos policiais; a criação de Conselhos Regionais para a coordenação das polícias estaduais; regras para o funcionamento das guardas civis municipais; regras para os juízes da Justiça Militar estadual; regras para o Ministério Público Militar; e, em apenas um parágrafo, o § 14 a ser acrescido ao art. 144 da CF, prevê a criação de um fundo de segurança pública.

Como se percebe, é absolutamente inconsistente, seja sob a ótica constitucional, seja sob a ótica regimental, que duas propostas de emenda à Constituição tão díspares quanto ao seu conteúdo e abrangência normativa sejam autorizadas a tramitar em conjunto.

São essas as razões que nos levam a requerer o retorno à tramitação autônoma das PECs nº 24, de 2012 e nº 131, de 2015.

Com a decisão favorável à tramitação autônoma, **a PEC nº 24, de 2012, deve retornar ao Plenário do Senado Federal**, para que seja incluída na ordem do dia, para a quinta sessão de discussão em primeiro turno, com base no disposto nos arts. 357 e 358 do RISF.

E a **PEC nº 131, de 2015, deve retornar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)** para que o colegiado aprecie a matéria e emita o parecer exigido pelo art. 356 do RISF.

Sala das Sessões,

**Senador João Capiberibe**  
Líder do Bloco Socialismo e Democracia



SF/17330.32427-11



# Requerimento nº 234/2017



**RGS**  
**00234/2017**



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

## **REQUERIMENTO Nº DE 2017**



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 218/2016, que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente.”, além do constante do despacho inicial de distribuição, que seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Sala das Sessões,

**Senador Paulo Paim**  
**(PT - RS)**



## Requerimento nº 235/2017



**RGS**  
**00235/2017**



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

## **REQUERIMENTO Nº DE 2017**



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 218/2016, que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente.”, além do constante do despacho inicial de distribuição, que seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões,

**Senador Paulo Paim**  
**(PT - RS)**



# Requerimento nº 236/2017



**RGS**  
**00236/2017**



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

## **REQUERIMENTO Nº DE 2017**



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 218/2016, que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente.”, além do constante do despacho inicial de distribuição, que seja ouvida, também, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sala das Sessões,

**Senador Paulo Paim**  
**(PT - RS)**



## Requerimento nº 237/2017



**RGS**  
**00237/2017**



**SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM

## **REQUERIMENTO Nº DE 2017**

SF/17307.15403-78

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 218/2016, que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente.”, além do constante do despacho inicial de distribuição, que seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões,

**Senador Paulo Paim**  
**(PT - RS)**



## Requerimento nº 238/2017



**RGS**  
**00238/2017****SENADO FEDERAL**  
Gabinete do Senador PAULO PAIM**REQUERIMENTO Nº DE 2017**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o PLS 218/2016, que “Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para instituir o contrato de trabalho intermitente.”, além do constante do despacho inicial de distribuição, que seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sala das Sessões,

**Senador Paulo Paim**  
**(PT - RS)**

# Projeto de Lei da Câmara nº 19/2017



**PLC 19/2017  
00005**

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, de 2017**

**Dispõe sobre a Identidade Civil  
Nacional e dá outras providências.**

**EMENDA ADITIVA Nº /2017 - CCJ**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Acrescente-se §§ 5º, 6º, 7º e 8º ao **art. 8º do PLC nº 19/2017**, com as seguintes redações:

Art. 8º .....

§ 5º O DIN deverá ser dotado de um sistema eletrônico próprio que utilize tecnologia de leitura de dados por aproximação (NFC – Near Field Communication) e que armazene as informações e todos os dados pessoais e biométricos do cidadão, garantindo, assim, sua autenticidade e validação.

§ 6º O circuito integrado incorporado ao DIN e as aplicação envolvidas deverão ser projetadas e incorporar tecnologia e etapas de fabricação no País, por motivo de segurança nacional.

§ 7º As especificações, projetos e desenvolvimentos relacionados ao DIN deverão ser realizados por empresas sediadas no País, por meio de técnicos de comprovado conhecimento em tais atividades, residentes e domiciliados no Brasil.

§ 8º A solução eletrônica embutida no DIN será fornecida pelo Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada – Ceitec S.A e sua conveniadas, desde que comprove sua capacidade de fornecimento regular e permanente, bem como aptidão através de certificações, homologações e licenciamentos dos equipamentos e sistemas exigíveis.

**JUSTIFICATIVA**

O Projeto de Lei da Câmara nº 19/2017 tem como objetivo a criação de Identidade Civil Nacional, visando resolver o problema da identificação civil no Brasil, utilizando-se de tecnologia e cruzamento de base de dados de diversos órgãos para unificar as informações.



  
SF/17469.47365-90

O mencionado documento, com validade em todo o território brasileiro, terá fé pública, fazendo prova de todos os dados nele constantes.

O DIN será impresso na Casa da Moeda do Brasil e emitido pela Justiça Eleitoral. Porém, o projeto original não trata das exigências para captura, manuseio e armazenamento das informações, tidas como altamente sigilosas e, assim sendo, devem ser tratadas com a mais alta prioridade em termos de segurança.

Ocorre que, dado o caráter de segurança nacional, tais informações, rastreáveis, precisam ser preservadas de toda e qualquer ingerência externa, tal como se encontra na legislação de incentivo à tecnologia nacional (Lei nº 10.973/2014). Ademais, registre-se que na própria Lei de Licitação (Lei nº 8.666/93), há igualmente tal preocupação, quando o legislador deu redação ao art. 3º, § 2º, objetivando estimular a aquisição de bens e serviços produzidos no Brasil ou por empresas brasileiras.

Cumprе aduzir, que se encontra sediado no Brasil o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada – Ceitec S.A., empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, cujo foco encontra-se no desenvolvimento e produção de circuitos integrados para a identificação por radiofrequência e aplicações específicas, incluindo o segmento de semicondutores para identificação automática e para aplicações específicas.

A Ceitec é, atualmente, a única empresa capaz de abarcar um projeto de tamanha grandiosidade, visto que possui a expertise necessária adquirida em diversos outros programas dos quais participou, como, p. ex., da implantação do chip no passaporte dos brasileiros. Registre-se ainda, por oportuno, que a Ceitec detém capacidade muito além do que vem sendo utilizada, capaz de contribuir com projetos de inovação do País, impulsionando, assim, o desenvolvimento tecnológico, garantidos pelo ordenamento jurídico pátrio.

E, finalmente, ressalte-se que sua alta capacidade de produção de chips, aliada à inovação em projetos de desenvolvimento de aplicações, já dispõe de know-how para assegurar o sigilo e a segurança imprescindíveis para a implantação do sistema manutenção das informações a serem incorporadas no DIN, razões essas que justificam a presente Emenda ao PLC nº 19/2017.

Sala da Comissão, 04 de abril de 2017.

Senador **Davi Alcolumbre**  
DEMOCRATAS/AP



**PLC 19/2017**  
**00006**



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

**EMENDA Nº - PLENÁRIO**  
Projeto de Lei da Câmara nº. 19 de 2017



SF/17435.51754-00

O § 2º do art. 4º do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2017, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 4º .....

§ 2º - O disposto no caput deste artigo não impede o serviço de conferência de dados que envolvam a biometria prestado a particulares, a ser realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral e pela Polícia Civil dos Estados e do Distrito Federal.”

#### JUSTIFICATIVA

A presente emenda objetiva preservar as atribuições dos Institutos de Identificação Estaduais, órgãos centenários que contam com mais de 23.000 (vinte e três mil) postos de atendimento e promoção da cidadania em todo o país.

Esse elevado número de postos garante ampla capilaridade ao sistema de identificação e emissão de documentos de identificação, revelando-se em plena consonância com o princípio de eficiência e atendendo ao interesse público.

O custeio da segurança pública é um dos grandes desafios do país e questão que impacta fortemente na capacidade de atendimento de demanda pelos órgãos policiais. O projeto de lei em comento, ao vedar a certificação de dados biométricos pela Polícia Civil, impede que esse órgão obtenha importante fonte de receita, que poderia ser empregada em investimentos.





## SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

Tamanho se afiguraria o impacto da exclusividade do TSE na atividade de certificação biométrica, que o tema mereceu destaque na 48ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil – CONCPC. Na ocasião os Chefes de Polícia Civil de todas as unidades da federação mostraram grave preocupação com o risco de perda dessa importante fonte de receita para as forças policiais.

Nesses termos, pugnamos no sentido da aprovação da presente emenda, a fim de que se preservem os investimentos já realizados pelos Estados na constituição de seus cadastros de identificação biométrica e se viabilize seu emprego como fonte de receita para investimentos na polícia civil dos Estados e do Distrito Federal.

Sala das Sessões, em                      de abril de 2017.

**Senador HUMBERTO COSTA**



SF/17435.51754-00



**PLC 19/2017  
00007**



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

**EMENDA Nº - PLENÁRIO**  
Projeto de Lei da Câmara nº. 19 de 2017



SF/17300.28145-90

Dê-se aos parágrafos 2º e 3º do art. 3º do Projeto de Lei da Câmara PLC nº 19/2017 (PL 1775/2015), que trata da Identificação Civil Nacional e dá outras providências, a seguinte redação:

*“Art. 3º .....  
§ 2º O Tribunal Superior Eleitoral manterá integração da base de dados biométrica com a Polícia Federal.  
§ 3º Ato do Tribunal Superior Eleitoral disporá sobre a integração dos registros biométricos pela Polícia Civil às suas bases de dados”. (NR)*

## JUSTIFICAÇÃO

### a) RISCO GRAVE À SEGURANÇA DA ICN

Como é cediço, um dos principais objetivos do projeto de lei é a criação de um documento seguro para os cidadãos de nosso país.

Para tanto, é indispensável que o cadastramento dos indivíduos seja checado com bases biométricas já existentes, evitando que fraudadores utilizem documentos ou informações documentais fraudulentos, passando-se por terceiros e ainda imputando crimes a pessoas inocentes.

Criar-se uma base a partir do zero, sem a checagem nas bases biométricas atuais, pode comprometer toda a segurança da ICN e provocar desperdício de gastos públicos. Isto porque a biometria garantirá apenas que somente uma pessoa tem aquela ICN, mas não impedirá que a mesma tenha se utilizado de nome ou documento falso no seu cadastramento.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

Atualmente, a Polícia Federal tem uma base biométrica automatizada com cerca de 18 milhões de indivíduos cadastrados e diversas unidades da Federação também possuem, com dezenas de milhões de registros, que podem ser utilizadas e integradas, proporcionando segurança, rapidez e economicidade ao processo.

A proposição atual prevê a possibilidade de integração entre as bases biométricas de dados do TSE com as das Polícias Cíveis e Federal, mas acreditamos que a redação necessita ser aperfeiçoada, de modo a garantir que estes acessos e pesquisas possam ser realizados sempre, e desde o início do cadastramento com a Polícia Federal e, em relação às unidades da Federação, mediante ato do TSE.

#### **b) AUXILIAR A BUSCA DE DESAPARECIDOS**

A Polícia Federal, em parceria com diversos estados, lançou há alguns meses o CADÊ – Cadastro Biométrico de Desaparecidos, baseado na biometria das impressões digitais. Desaparecidos, desmemoriados, moradores de rua e até centenas de corpos sem identificação, estão sendo identificados graças ao CADÊ. A garantia da integração das bases de dados da PF e do TSE também permitiria que a busca de desaparecidos no Brasil tivesse uma ferramenta mais poderosa e eficaz do que a atual, levando às famílias informações sobre seus entes queridos e permitindo a identificação de cadáveres a partir da base biométrica.

Essas são as razões pelas quais solicito o apoio dos meus nobres Pares no acatamento da presente emenda

Sala das Sessões, em                      de abril de 2017.

**Senador HUMBERTO COSTA**



**PLC 19/2017**  
**00008**

**EMENDA nº - PLEN**

(ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2017)

Acrescente-se ao art. 8º do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2017, o seguinte § 4º, renumerando-se o atual § 4º como § 5º:

“Art. 8º .....

§ 4º O DIN poderá substituir a Carteira Nacional de Habilitação, observada a legislação de trânsito, na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Departamento Nacional de Trânsito.

”

**JUSTIFICAÇÃO**

A presente emenda visa incluir no Documento de Identificação Nacional (DIN), com fé pública e validade em todo o território nacional, os dados relativos ao registro da Carteira Nacional de Habilitação. Busca-se assegurar, dessa forma, que a CNH – não só o título de eleitor – também possa ser substituída pelo DIN.

Dessa forma, o DIN poderá representar uma efetiva comodidade na vida do cidadão, considerando que, ao lado do documento de identidade, do CPF e do título de eleitor, a Carteira Nacional de Habilitação é um dos documentos mais utilizados no dia-a-dia de grande parte da população.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

PSB-SE





**PLC 19/2017**  
**00009**

SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Reguffe

**EMENDA N.º       , DE 2017 – PLEN**

(Emenda de redação ao PLC n.º 19, de 2017)

O § 3º do art. 8º do PLC n.º 19, de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 8º .....**

‘§ 3º O DIN será emitido pela Justiça Eleitoral, ou por delegação do TSE a outros órgãos, com certificação da Justiça Eleitoral, e pelos institutos de identificação civil dos Estados **e do Distrito Federal**, com certificação da Justiça Eleitoral, e poderá substituir o título de eleitor, observada a legislação do alistamento eleitoral, na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral.’

**JUSTIFICAÇÃO**

Propõe-se, por meio de emenda de redação, deixar claro no texto da proposição a equivalência de atribuições entre os institutos de identificação estaduais e do Distrito Federal, permitindo, na hipótese, que o Documento de Identificação Nacional (DIN) seja emitido pelos citados institutos, a partir de delegação de competência e certificação pela Justiça Eleitoral, na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Sala das Sessões, ...

**SENADOR REGUFFE**

**DISTRITO FEDERAL**



SF/17813.36846-73





## SENADO FEDERAL

### COMISSÃO DIRETORA

#### PARECER Nº 55, DE 2017

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2017 (nº 1.775, de 2015, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2017 (nº 1.775, de 2015, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Identidade Civil Nacional e dá outras providências*, consolidando a emenda de redação aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 11 de abril de 2017.

**JOSÉ PIMENTEL, PRESIDENTE**

**ANTONIO CARLOS VALADARES, RELATOR**

**CIDINHO SANTOS**

**EDUARDO AMORIM**



**ANEXO AO PARECER Nº 55, DE 2017.**

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2017 (nº 1.775, de 2015, na Casa de origem).

Dispõe sobre a Identificação Civil Nacional (ICN).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É criada a Identificação Civil Nacional (ICN), com o objetivo de identificar o brasileiro em suas relações com a sociedade e com os órgãos e entidades governamentais e privados.

Art. 2º A ICN utilizará:

I – a base de dados biométricos da Justiça Eleitoral;

II – a base de dados do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), criado pelo Poder Executivo federal, e da Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC Nacional), instituída pelo Conselho Nacional de Justiça, em cumprimento ao disposto no art. 41 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009;

III – outras informações, não disponíveis no Sirc, contidas em bases de dados da Justiça Eleitoral, dos institutos de identificação dos Estados e do Distrito Federal ou do Instituto Nacional de Identificação, ou disponibilizadas por outros órgãos, conforme definido pelo Comitê Gestor da ICN.

§ 1º A base de dados da ICN será armazenada e gerida pelo Tribunal Superior Eleitoral, que a manterá atualizada e adotará as providências necessárias para assegurar a integridade, a disponibilidade, a autenticidade e a confidencialidade de seu conteúdo e a interoperabilidade entre os sistemas eletrônicos governamentais.

§ 2º A interoperabilidade de que trata o § 1º deste artigo observará a legislação aplicável e as recomendações técnicas da arquitetura dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-Ping).

Art. 3º O Tribunal Superior Eleitoral garantirá aos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios acesso à base de dados da ICN, de forma gratuita, exceto quanto às informações eleitorais.

§ 1º O Poder Executivo dos entes federados poderá integrar aos seus próprios bancos de dados as informações da base de dados da ICN, com exceção dos dados biométricos.



§ 2º Ato do Tribunal Superior Eleitoral disporá sobre a integração dos registros biométricos pelas Polícias Federal e Civil, com exclusividade, às suas bases de dados.

Art. 4º É vedada a comercialização, total ou parcial, da base de dados da ICN.

§ 1º O descumprimento do disposto no *caput* deste artigo implica pena de detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo não impede o serviço de conferência de dados que envolvam a biometria prestado a particulares, a ser realizado exclusivamente pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 5º É criado o Comitê Gestor da ICN.

§ 1º O Comitê Gestor da ICN será composto por:

I – 3 (três) representantes do Poder Executivo federal;

II – 3 (três) representantes do Tribunal Superior Eleitoral;

III – 1 (um) representante da Câmara dos Deputados;

IV – 1 (um) representante do Senado Federal;

V – 1 (um) representante do Conselho Nacional de Justiça.

§ 2º Compete ao Comitê Gestor da ICN:

I – recomendar:

a) o padrão biométrico da ICN;

b) a regra de formação do número da ICN;

c) o padrão e os documentos necessários para expedição do Documento Nacional de Identidade (DNI);

d) os parâmetros técnicos e econômico-financeiros da prestação do serviço de conferência de dados que envolvam a biometria;

e) as diretrizes para administração do Fundo da Identificação Civil Nacional (FICN) e para gestão de seus recursos;

II – orientar a implementação da interoperabilidade entre os sistemas eletrônicos do Poder Executivo federal e da Justiça Eleitoral;

III – estabelecer regimento.

§ 3º As decisões do Comitê Gestor da ICN serão tomadas por maioria de 2/3 (dois terços) dos membros.

§ 4º O Comitê Gestor da ICN poderá criar grupos técnicos, com participação paritária do Poder Executivo federal, do Poder Legislativo federal e do Tribunal Superior Eleitoral, para assessorá-lo em suas atividades.

§ 5º A participação no Comitê Gestor da ICN e em seus grupos técnicos será considerada serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º A coordenação do Comitê Gestor da ICN será alternada entre os representantes do Poder Executivo federal e do Tribunal Superior Eleitoral, conforme regimento.

Art. 6º É instituído o Fundo da Identificação Civil Nacional (FICN), de natureza contábil, gerido e administrado pelo Tribunal Superior Eleitoral, com a finalidade de



constituir fonte de recursos para o desenvolvimento e a manutenção da ICN e das bases por ela utilizadas.

§ 1º Constituem recursos do FICN:

I – os que lhe forem destinados no orçamento da União especificamente para os fins de que trata esta Lei, que não se confundirão com os recursos do orçamento da Justiça Eleitoral;

II – o resultado de aplicações financeiras sobre as receitas diretamente arrecadadas;

III – a receita proveniente da prestação do serviço de conferência de dados;

IV – outros recursos que lhe forem destinados, tais como os decorrentes de convênios e de instrumentos congêneres ou de doações.

§ 2º O FICN será administrado pelo Tribunal Superior Eleitoral, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICN.

§ 3º O saldo positivo do FICN apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

§ 4º Observadas as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICN, o FICN deverá garantir o funcionamento, a integração, a padronização e a interoperabilidade das bases biométricas no âmbito da União.

Art. 7º O Tribunal Superior Eleitoral estabelecerá cronograma das etapas de implementação da ICN e de coleta das informações biométricas.

Art. 8º É criado o Documento Nacional de Identidade (DNI), com fé pública e validade em todo o território nacional.

§ 1º O DNI faz prova de todos os dados nele incluídos, dispensando a apresentação dos documentos que lhe deram origem ou que nele tenham sido mencionados.

§ 2º É gratuita a emissão da primeira via do DNI.

§ 3º O DNI será emitido:

I – pela Justiça Eleitoral;

II – pelos institutos de identificação civil dos Estados e do Distrito Federal, com certificação da Justiça Eleitoral;

III – por outros órgãos, mediante delegação do Tribunal Superior Eleitoral, com certificação da Justiça Eleitoral.

§ 4º O DNI poderá substituir o título de eleitor, observada a legislação do alistamento eleitoral, na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

§ 5º O DNI será impresso pela Casa da Moeda.

Art. 9º O número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) será incorporado, de forma gratuita, aos documentos de identidade civil da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 10. O documento emitido por entidade de classe somente será validado se atender aos requisitos de biometria e de fotografia estabelecidos para o DNI.

Parágrafo único. As entidades de classe terão 2 (dois) anos para adequarem seus documentos aos requisitos estabelecidos para o DNI.

Art. 11. O poder público deverá oferecer mecanismos que possibilitem o cruzamento de informações constantes de bases de dados oficiais, a partir do número de inscrição no CPF do



solicitante, de modo que a verificação do cumprimento de requisitos de elegibilidade para a concessão e a manutenção de benefícios sociais possa ser feita pelo órgão concedente.

Art. 12. O Poder Executivo federal e o Tribunal Superior Eleitoral editarão, no âmbito de suas competências, atos complementares para a execução do disposto nesta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



# REQUERIMENTOS DE LICENÇA



**Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 14**

|                 |                      |                  |                            |                        |
|-----------------|----------------------|------------------|----------------------------|------------------------|
| RQM nº 113/2017 | Jader Barbalho       | RISF Art. 13     | 04/04/2017                 | Atividade parlamentar. |
| RQS nº 114/2017 | Dário Berger         | RISF Art. 43, II | 11/04/2017 e 12/04/2017    | Licença particular.    |
| RQM nº 115/2017 | Fátima Bezerra       | RISF Art. 13     | De 10/02/2017 a 19/02/2017 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 116/2017 | Ricardo Ferraço      | RISF Art. 13     | 11/04/2017 e 12/04/2017    | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 117/2017 | Lasier Martins       | RISF Art. 13     | 11/04/2017 e 12/04/2017    | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 118/2017 | Sérgio Petecão       | RISF Art. 13     | 11/04/2017 e 12/04/2017    | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 119/2017 | Eduardo Braga        | RISF Art. 13     | 11/04/2017                 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 120/2017 | Maria do Carmo Alves | RISF Art. 13     | 11/04/2017                 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 121/2017 | Paulo Paim           | RISF Art. 13     | De 07/04/2017 a 13/04/2017 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 122/2017 | José Serra           | RISF Art. 13     | 11/04/2017                 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 123/2017 | Aécio Neves          | RISF Art. 13     | 11/04/2017                 | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 124/2017 | Otto Alencar         | RISF Art. 13     | 11/04/2017 e 12/04/2017    | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 125/2017 | Renan Calheiros      | RISF Art. 13     | 11/04/2017 e 12/04/2017    | Atividade parlamentar. |
| RQM nº 126/2017 | Lindbergh Farias     | RISF Art. 13     | 11/04/2017                 | Atividade parlamentar. |



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

### Bahia

**Bloco-PSB** - Lídice da Mata\*  
**Bloco-PP** - Roberto Muniz\* (S)  
**Bloco-PSD** - Otto Alencar\*\*

### Rio de Janeiro

**Bloco-PRB** - Eduardo Lopes\* (S)  
**Bloco-PT** - Lindbergh Farias\*  
**Bloco-PSB** - Romário\*\*

### Maranhão

**PMDB** - Edison Lobão\*  
**PMDB** - João Alberto Souza\*  
**Bloco-PSB** - Roberto Rocha\*\*

### Pará

**Bloco-PSDB** - Flexa Ribeiro\*  
**PMDB** - Jader Barbalho\*  
**Bloco-PT** - Paulo Rocha\*\*

### Pernambuco

**Bloco-PTB** - Armando Monteiro\*  
**Bloco-PT** - Humberto Costa\*  
**Bloco-PSB** - Fernando Bezerra Coelho\*\*

### São Paulo

**PMDB** - Aírton Sandoval\* (S)  
**PMDB** - Marta Suplicy\*  
**Bloco-PSDB** - José Serra\*\*

### Minas Gerais

**Bloco-PSDB** - Aécio Neves\*  
**PMDB** - Zeze Perrella\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Antonio Anastasia\*\*

### Goiás

**Bloco-PSB** - Lúcia Vânia\*  
**Bloco-PP** - Wilder Morais\* (S)  
**Bloco-DEM** - Ronaldo Caiado\*\*

### Mato Grosso

**Bloco-PR** - Cidinho Santos\* (S)  
**Bloco-PSD** - José Medeiros\* (S)  
**Bloco-PR** - Wellington Fagundes\*\*

### Rio Grande do Sul

**Bloco-PP** - Ana Amélia\*  
**Bloco-PT** - Paulo Paim\*  
**Bloco-PSD** - Lasier Martins\*\*

### Ceará

**PMDB** - Eunício Oliveira\*  
**Bloco-PT** - José Pimentel\*  
**Bloco-PSDB** - Tasso Jereissati\*\*

### Paraíba

**Bloco-PSDB** - Cássio Cunha Lima\*  
**PMDB** - Raimundo Lira\* (S)  
**PMDB** - José Maranhão\*\*

### Espírito Santo

**Bloco-PR** - Magno Malta\*  
**Bloco-PSDB** - Ricardo Ferraço\*  
**PMDB** - Rose de Freitas\*\*

### Piauí

**Bloco-PP** - Ciro Nogueira\*  
**Bloco-PT** - Regina Sousa\* (S)  
**PMDB** - Elmano Férrer\*\*

### Rio Grande do Norte

**PMDB** - Garibaldi Alves Filho\*  
**Bloco-DEM** - José Agripino\*  
**Bloco-PT** - Fátima Bezerra\*\*

### Santa Catarina

**Bloco-PSDB** - Dalirio Beber\* (S)  
**Bloco-PSDB** - Paulo Bauer\*  
**PMDB** - Dário Berger\*\*

### Alagoas

**Bloco-PP** - Benedito de Lira\*  
**PMDB** - Renan Calheiros\*  
**Bloco-PTC** - Fernando Collor\*\*

### Sergipe

**Bloco-PSB** - Antonio Carlos Valadares\*  
**Bloco-PSDB** - Eduardo Amorim\*  
**Bloco-DEM** - Maria do Carmo Alves\*\*

### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023

### Amazonas

**PMDB** - Eduardo Braga\*  
**Bloco-PCdoB** - Vanessa Grazziotin\*  
**Bloco-PSD** - Omar Aziz\*\*

### Paraná

**Bloco-PT** - Gleisi Hoffmann\*  
**PMDB** - Roberto Requião\*  
**Bloco-PV** - Alvaro Dias\*\*

### Acre

**Bloco-PT** - Jorge Viana\*  
**Bloco-PSD** - Sérgio Petecão\*  
**Bloco-PP** - Gladson Cameli\*\*

### Mato Grosso do Sul

**Bloco-PSC** - Pedro Chaves\* (S)  
**PMDB** - Waldemir Moka\*  
**PMDB** - Simone Tebet\*\*

### Distrito Federal

**Bloco-PPS** - Cristovam Buarque\*  
**PMDB** - Hélio José\* (S)  
**S/Partido** - Reguffe\*\*

### Rondônia

**Bloco-PP** - Ivo Cassol\*  
**PMDB** - Valdir Raupp\*  
**Bloco-PDT** - Acir Gurgacz\*\*

### Tocantins

**Bloco-PSDB** - Ataídes Oliveira\* (S)  
**Bloco-PR** - Vicentinho Alves\*  
**PMDB** - Kátia Abreu\*\*

### Amapá

**Bloco-PSB** - João Capiberibe\*  
**Bloco-REDE** - Randolfe Rodrigues\*  
**Bloco-DEM** - Davi Alcolumbre\*\*

### Roraima

**Bloco-PT** - Ângela Portela\*  
**PMDB** - Romero Jucá\*  
**Bloco-PTB** - Thieres Pinto\*\* (S)



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

### (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

#### PMDB - 22

|                        |    |
|------------------------|----|
| Airton Sandoval.       | SP |
| Dário Berger.          | SC |
| Edison Lobão.          | MA |
| Eduardo Braga.         | AM |
| Elmano Férrer.         | PI |
| Eunício Oliveira.      | CE |
| Garibaldi Alves Filho. | RN |
| Hélio José.            | DF |
| Jader Barbalho.        | PA |
| José Maranhão.         | PB |
| João Alberto Souza.    | MA |
| Kátia Abreu.           | TO |
| Marta Suplicy.         | SP |
| Raimundo Lira.         | PB |
| Renan Calheiros.       | AL |
| Roberto Requião.       | PR |
| Romero Jucá.           | RR |
| Rose de Freitas.       | ES |
| Simone Tebet.          | MS |
| Valdir Raupp.          | RO |
| Waldemir Moka.         | MS |
| Zeze Perrella.         | MG |

#### Bloco Social Democrata - 16

##### PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

|                       |           |
|-----------------------|-----------|
| Aécio Neves.          | PSDB / MG |
| Alvaro Dias.          | PV / PR   |
| Antonio Anastasia.    | PSDB / MG |
| Ataídes Oliveira.     | PSDB / TO |
| Cássio Cunha Lima.    | PSDB / PB |
| Dalirio Beber.        | PSDB / SC |
| Davi Alcolumbre.      | DEM / AP  |
| Eduardo Amorim.       | PSDB / SE |
| Flexa Ribeiro.        | PSDB / PA |
| José Agripino.        | DEM / RN  |
| José Serra.           | PSDB / SP |
| Maria do Carmo Alves. | DEM / SE  |
| Paulo Bauer.          | PSDB / SC |
| Ricardo Ferraço.      | PSDB / ES |
| Ronaldo Caiado.       | DEM / GO  |
| Tasso Jereissati.     | PSDB / CE |

#### Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12

##### PP-7 / PSD-5

|                   |          |
|-------------------|----------|
| Ana Amélia.       | PP / RS  |
| Benedito de Lira. | PP / AL  |
| Ciro Nogueira.    | PP / PI  |
| Gladson Cameli.   | PP / AC  |
| Ivo Cassol.       | PP / RO  |
| José Medeiros.    | PSD / MT |
| Lasier Martins.   | PSD / RS |
| Omar Aziz.        | PSD / AM |
| Otto Alencar.     | PSD / BA |
| Roberto Muniz.    | PP / BA  |
| Sérgio Petecão.   | PSD / AC |
| Wilder Morais.    | PP / GO  |

#### Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

##### PT-10 / PDT-1

|                   |          |
|-------------------|----------|
| Acir Gurgacz.     | PDT / RO |
| Ângela Portela.   | PT / RR  |
| Fátima Bezerra.   | PT / RN  |
| Gleisi Hoffmann.  | PT / PR  |
| Humberto Costa.   | PT / PE  |
| Jorge Viana.      | PT / AC  |
| José Pimentel.    | PT / CE  |
| Lindbergh Farias. | PT / RJ  |
| Paulo Paim.       | PT / RS  |
| Paulo Rocha.      | PT / PA  |
| Regina Sousa.     | PT / PI  |

#### Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

##### PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

|                           |            |
|---------------------------|------------|
| Antonio Carlos Valadares. | PSB / SE   |
| Cristovam Buarque.        | PPS / DF   |
| Fernando Bezerra Coelho.  | PSB / PE   |
| João Capiberibe.          | PSB / AP   |
| Lídice da Mata.           | PSB / BA   |
| Lúcia Vânia.              | PSB / GO   |
| Randolfe Rodrigues.       | REDE / AP  |
| Roberto Rocha.            | PSB / MA   |
| Romário.                  | PSB / RJ   |
| Vanessa Grazziotin.       | PCdoB / AM |

#### Bloco Moderador - 9

##### PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

##### PTC-1

|                      |          |
|----------------------|----------|
| Armando Monteiro.    | PTB / PE |
| Cidinho Santos.      | PR / MT  |
| Eduardo Lopes.       | PRB / RJ |
| Fernando Collor.     | PTC / AL |
| Magno Malta.         | PR / ES  |
| Pedro Chaves.        | PSC / MS |
| Thieres Pinto.       | PTB / RR |
| Vicentinho Alves.    | PR / TO  |
| Wellington Fagundes. | PR / MT  |

#### S/Partido - 1

|          |    |
|----------|----|
| Reguffe. | DF |
|----------|----|

|   |           |
|---|-----------|
| PMDB.   | 22        |
| Bloco Social Democrata.                       | 16        |
| Bloco Parlamentar Democracia Progressista.    | 12        |
| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática. | 11        |
| Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.    | 10        |
| Bloco Moderador.                              | 9         |
| S/Partido.                                    | 1         |
| <b>TOTAL</b>                                  | <b>81</b> |



## COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

|  |                                       |                                      |
|--|---------------------------------------|--------------------------------------|
| Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)            | Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)        | Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)            |
| Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)             | Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)      | Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)          |
| Airton Sandoval* (PMDB-SP)               | Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)        | Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)         |
| Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)              | Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)        | Raimundo Lira* (PMDB-PB)             |
| Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)                | Hélio José* (PMDB-DF)                 | Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)  |
| Ângela Portela* (Bloco-PT-RR)            | Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)         | Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)          |
| Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)      | Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)             | Reguffe** (S/Partido-DF)             |
| Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE) | Jader Barbalho* (PMDB-PA)             | Renan Calheiros* (PMDB-AL)           |
| Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)         | João Alberto Souza* (PMDB-MA)         | Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)     |
| Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)        | João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)       | Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)         |
| Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)          | Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)            | Roberto Requião* (PMDB-PR)           |
| Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)       | José Agripino* (Bloco-DEM-RN)         | Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)       |
| Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)            | José Maranhão** (PMDB-PB)             | Romário** (Bloco-PSB-RJ)             |
| Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)             | José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)         | Romero Jucá* (PMDB-RR)               |
| Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)        | José Pimentel* (Bloco-PT-CE)          | Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)      |
| Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)           | José Serra** (Bloco-PSDB-SP)          | Rose de Freitas** (PMDB-ES)          |
| Dário Berger** (PMDB-SC)                 | Kátia Abreu** (PMDB-TO)               | Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)       |
| Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)         | Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)       | Simone Tebet** (PMDB-MS)             |
| Edison Lobão* (PMDB-MA)                  | Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)        | Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)   |
| Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)          | Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)       | Thieres Pinto** (Bloco-PTB-RR)       |
| Eduardo Braga* (PMDB-AM)                 | Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)           | Valdir Raupp* (PMDB-RO)              |
| Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)            | Magno Malta* (Bloco-PR-ES)            | Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM) |
| Elmano Férrer** (PMDB-PI)                | Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE) | Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)      |
| Eunício Oliveira* (PMDB-CE)              | Marta Suplicy* (PMDB-SP)              | Waldemir Moka* (PMDB-MS)             |
| Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)           | Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)            | Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)  |
| Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE) | Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)         | Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)         |
| Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)         | Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)          | Zeze Perrella* (PMDB-MG)             |

### Mandatos

\*: Período 2011/2019    \*\*: Período 2015/2023



## **COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA**

### **PRESIDENTE**

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

### **1º VICE-PRESIDENTE**

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

### **2º VICE-PRESIDENTE**

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

### **1º SECRETÁRIO**

José Pimentel - (PT-CE)

### **2º SECRETÁRIO**

Gladson Cameli - (PP-AC)

### **3º SECRETÁRIO**

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

### **4º SECRETÁRIO**

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

### **SUPLENTE DE SECRETÁRIO**

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



## COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

|   |  |  |
|---|--|--|
| <p><b>PMDB - 22</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>Renan Calheiros - PMDB</b> (103,123)</p> <p>Vice-Líderes<br/>Kátia Abreu (125)<br/>Valdir Raupp (124)</p>  | <p><b>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>José Agripino - DEM</b> (32,51)</p> <p>Vice-Líderes<br/>Ricardo Ferraço (78,85,112)<br/>Davi Alcolumbre (74,87)<br/>Ataídes Oliveira (75)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSDB - 11</b><br/><b>Paulo Bauer</b> (102)</p> <p>Vice-Líder do PSDB<br/>Ricardo Ferraço (78,85,112)</p> <p><b>Líder do DEM - 4</b><br/><b>Ronaldo Caiado</b> (99)</p> <p>Vice-Líder do DEM<br/>José Agripino (32,51)</p> <p><b>Líder do PV - 1</b><br/><b>Alvaro Dias</b> (17,65)</p>  | <p><b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>Wilder Moraes - PP</b> (38,122)</p> <p>Vice-Líderes<br/>Benedito de Lira (107)<br/>Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PP - 7</b><br/><b>Benedito de Lira</b> (107)</p> <p><b>Líder do PSD - 5</b><br/><b>Omar Aziz</b> (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD<br/>Lasier Martins (94,96,117)</p>  |
| <p><b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>Gleisi Hoffmann - PT</b> (56,57,66,83,114,121)</p> <p>Vice-Líderes<br/>Acir Gurgacz (3,27,116)<br/>Lindbergh Farias (29,59,62,89)<br/>Regina Sousa (35)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PT - 10</b><br/><b>Gleisi Hoffmann</b> (56,57,66,83,114,121)</p> <p>Vice-Líderes do PT<br/>Lindbergh Farias (29,59,62,89)<br/>Fátima Bezerra (28,61,93)</p> <p><b>Líder do PDT - 1</b><br/><b>Acir Gurgacz</b> (3,27,116)</p> | <p><b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>João Capiberibe - PSB</b> (1,13,113)</p> <p>Vice-Líderes<br/>Antonio Carlos Valadares (52,71)<br/>Vanessa Grazziotin (15,20)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PSB - 7</b><br/><b>Fernando Bezerra Coelho</b> (100)</p> <p>Vice-Líder do PSB<br/>Roberto Rocha (37,54,110)</p> <p><b>Líder do PPS - 1</b><br/><b>Cristovam Buarque</b> (64)</p> <p><b>Líder do PCdoB - 1</b><br/><b>Vanessa Grazziotin</b> (15,20)</p> <p><b>Líder do REDE - 1</b><br/><b>Randolfe Rodrigues</b> (18,23,91)</p> | <p><b>Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>Wellington Fagundes - PR</b> (43,46,108)</p> <p>.....</p> <p><b>Líder do PTB - 2</b><br/><b>Armando Monteiro</b> (97)</p> <p><b>Líder do PR - 4</b><br/><b>Vicentinho Alves</b> (106)</p> <p>Vice-Líder do PR<br/>Magno Malta (109)</p> <p><b>Líder do PSC - 1</b><br/><b>Pedro Chaves</b> (111)</p> <p><b>Líder do PRB - 1</b><br/><b>Eduardo Lopes</b> (81,95)</p> <p><b>Líder do PTC - 1</b><br/><b>Fernando Collor</b> (5,6,67,69)</p> |
| <p><b>Governo</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>Romero Jucá - PMDB</b> (119)</p> <p>Vice-Líderes<br/>Fernando Bezerra Coelho (100)<br/>José Medeiros (9,12,21,88)<br/>Davi Alcolumbre (74,87)<br/>Hélio José (42,48,86)<br/>Ricardo Ferraço (78,85,112)</p>  | <p><b>Maioria</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>Renan Calheiros - PMDB</b> (103,123)</p>  | <p><b>Minoria</b></p> <p><b>Líder</b><br/><b>Humberto Costa - PT</b> (16,19,50,53,79,90,115)</p>   |

**Notas:**

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB).
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GS/MEDEI).
10. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
22. Em 24.02.2015, o Senador Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
28. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GAB/IDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).



67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017).
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
100. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017).
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD).
102. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017).
103. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 11/2017).
104. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
105. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
106. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
107. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD).
109. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017).
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB).
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB).
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD).
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO).
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDDB nº 71/2017).
124. Em 24.03.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 2º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017).
125. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDDB nº 74/2017).



**COMISSÕES TEMPORÁRIAS****1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016****Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)**RELATOR:** Senador José Maranhão (PMDB-PB)**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(1)</sup>**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO  
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 ( Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 ( Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 ( Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 ( Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

**Notas:**

\* Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

\*\* Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

\*\*\* Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

**Secretário(a):** Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

## 2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------|-----------|
|-----------|-----------|



### 3) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

**Finalidade:** Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**PRESIDENTE:** VAGO  
**VICE-PRESIDENTE:** VAGO  
**RELATOR:** VAGO

**Instalação:** 08/11/2016

**Prazo final:** 22/12/2016

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

| TITULARES  | SUPLENTES |
|--|-----------|
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>            |           |
| VAGO   | 1.        |
| VAGO   | 2. VAGO   |
| <b>Maioria (PMDB)</b>  |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |
| VAGO   | 2. VAGO   |
| <b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)</b>                            |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |
|  | 2.        |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b> |           |
| VAGO   | 1.        |
| <b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>                          |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>               |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |

**Secretário(a):** Felipe Geraldês e Guilherme Brandão (Adjunto)

**Telefone(s):** 33034854

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



#### 4) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

**Finalidade:** Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

**Número de membros:** 4 titulares e 4 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**RELATOR:**

**Prazo final prorrogado:** 15/08/2017

| TITULARES   | SUPLENTE |
|---|----------|
| Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) <sup>(1)</sup>         | 1.       |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(1)</sup>          | 2.       |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup> | 3.       |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(1)</sup>     | 4.       |

**Notas:**

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



## 5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

**Finalidade:** Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

**Número de membros: 23**

**PRESIDENTE:** José Antonio Dias Toffoli

**Instalação:** 07/07/2010

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

### MEMBROS

|                                       |
|---------------------------------------|
| Admar Gonzaga Neto                    |
| Arnaldo Versiani Leite Soares         |
| Carlos Caputo Bastos                  |
| Carlos Mário da Silva Velloso         |
| Edson de Resende Castro               |
| Fernando Neves da Silva               |
| Hamilton Carvalhido                   |
| Joelson Costa Dias                    |
| José Antonio Dias Toffoli             |
| José Eliton de Figuerêdo Júnior       |
| Luciana Müller Chaves                 |
| Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho |
| Márcio Silva                          |
| Marcus Vinicius Furtado Coelho        |
| Roberto Monteiro Gurgel Santos        |
| Raimundo Cezar Britto                 |
| Torquato Lorena Jardim                |
| Geraldo Agosti Filho                  |
| José Rollemberg Leite Neto            |
| Walter de Almeida Guilherme           |
| Roberto Carvalho Velloso              |
| Henrique Neves da Silva               |
| Ezikelly Silva Barros                 |

#### Notas:

\*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

\*\*. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

\*\*\*. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

\*\*\*\*. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

\*\*\*\*\*. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

\*\*\*\*\*. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

\*\*\*\*\*. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



\*\*\*\*\*. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.  
\*\*\*\*\*. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

\*\*\*\*\*. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

\*\*\*\*\*. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

\*\*\*\*\*. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

\*\*\*\*\*. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

**Secretário(a):** Reinilson Prado

**Telefone(s):** 61 33033492

**Fax:** 61 33021176

**E-mail:** coceti@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

**Finalidade:** Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

**Número de membros:** 20

**PRESIDENTE:** Mauro Campbell Marques

**VICE-PRESIDENTE:** João Geraldo Piquet Carneiro

**RELATOR:** José Antonio Dias Toffoli

**Leitura:** 19/08/2015

**Instalação:** 02/09/2015

**Prazo final:** 11/04/2016

**Prazo final prorrogado:** 22/12/2017

### MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helene Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

#### Notas:

\*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

\*\* O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

\*\*\*. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helene Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

\*\*\*\*\*. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

**Secretário(a):** Donaldo Portela Rodrigues

**Telefone(s):** 33033501

**E-mail:** coceti@senado.gov.br



**COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****1)CPI DA PREVIDÊNCIA**

**Finalidade:** Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

**Número de membros:** 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 21/03/2017

| TITULARES  | SUPLENTE |
|--|----------|
| <b>PMDB</b>  |          |
|  | 1.       |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)</b>            |          |
|  | 1.       |
| <b>Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)</b>                            |          |
|  | 1.       |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)</b>               |          |
|  | 1.       |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)</b> |          |
|  | 1.       |
| <b>Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)</b>                          |          |
|  | 1.       |



## COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(7)</sup>

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| Senadora Kátia Abreu <sup>(6)</sup>  | 1. Senador Eduardo Braga <sup>(6,9)</sup>                |
| Senador Roberto Requião <sup>(6,9)</sup>                                   | 2. Senador Romero Jucá <sup>(6)</sup>                    |
| Senador Garibaldi Alves Filho <sup>(6)</sup>                               | 3. Senador Elmano Férrer <sup>(6)</sup>                  |
| Senador Raimundo Lira <sup>(6)</sup>                                       | 4. Senador Waldemir Moka <sup>(6)</sup>                  |
| Senadora Simone Tebet <sup>(6)</sup>                                       | 5.   |
| Senador Valdir Raupp <sup>(6)</sup>  | 6.   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>                            | 1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) <sup>(1)</sup>        |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>                              | 2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>        |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>                                 | 3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>             |
| Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>                               | 4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>          |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>                            | 5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>            |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>                               | 6. <sup>(1)</sup>  |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                            |  |
| Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(3)</sup>                          | 1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(3)</sup>     |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(3)</sup>                           | 2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(3)</sup>        |
| Senador José Serra (PSDB-SP) <sup>(3)</sup>                                | 3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(3)</sup>        |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(6)</sup>                             | 4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(6)</sup>       |
| Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(6)</sup>                              | 5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(6)</sup> |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>                               | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>        |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>                                  | 2. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(2)</sup>         |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(2)</sup>                               | 3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(2)</sup>       |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(4)</sup>                    | 1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(4)</sup>         |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4,10)</sup>                         | 2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>     |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>                      | 3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(8,10)</sup>       |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>                         | 1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>          |
| Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(5)</sup>                           | 2. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) <sup>(5)</sup>         |
| Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(5)</sup>                            | 3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5)</sup>         |

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).

**Secretário(a):** José Alexandre Girão Mota da Silva

**Reuniões:** Terças-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033516

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### **1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)**

**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034544

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Instalação:** 16/09/2015

| TITULARES  | SUPLENTE |
|--|----------|
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |          |
| VAGO   | 1. VAGO  |
| <b>Maioria (PMDB)</b>  |          |
| VAGO   | 1. VAGO  |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                            |          |
| VAGO   | 1.       |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |          |
| VAGO   | 1. VAGO  |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |          |
| VAGO   | 1.       |

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



### **1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



#### **1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

**(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Camila Moraes Bittar

**Telefone(s):** 61 33033516

**Fax:** 61 33034344

**E-mail:** cae@senado.leg.br



## 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(13)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(13)</sup>

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| Senador Hélio José <sup>(8)</sup>  | 1. Senador Garibaldi Alves Filho <sup>(8)</sup>          |
| Senador Waldemir Moka <sup>(8,11)</sup>                                    | 2. Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>                   |
| Senadora Marta Suplicy <sup>(8)</sup>                                      | 3. Senador Romero Jucá <sup>(8)</sup>                    |
| Senador Elmano Férrer <sup>(8,14)</sup>                                    | 4. Senador Edison Lobão <sup>(8)</sup>                   |
| Senador Airtton Sandoval <sup>(8,12)</sup>                                 | 5. Senadora Rose de Freitas <sup>(14)</sup>              |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senadora Ângela Portela (PT-RR) <sup>(1)</sup>                             | 1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>        |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>                              | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>       |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>                                  | 3. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(1)</sup>          |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>                                 | 4. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>            |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>                               | 5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(2)</sup>       |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                            |  |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(6)</sup>                             | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(6)</sup>        |
| Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(6)</sup>                            | 2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(6)</sup>      |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(9)</sup>                             | 3. Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(9)</sup>         |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(9)</sup>                      | 4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(9)</sup>       |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3)</sup>                             | 1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(3)</sup>          |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(3)</sup>                                 | 2. Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(10)</sup>         |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4)</sup>                            | 1. Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(4)</sup>               |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(5)</sup>                        | 2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup> |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(7)</sup>                              | 1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(7)</sup>      |
| Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(7)</sup>                            | 2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(7)</sup>         |

### Notas:

\*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).

**Secretário(a):** Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33034608

**E-mail:** cas@senado.gov.br



### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(7)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(8)</sup>

| TITULARES  | Suplentes   |
|--|---|
| <b>Maioria (PMDB)</b>  |   |
| Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) <sup>(1)</sup>                            | 1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) <sup>(1)</sup>       |
| Senador Edison Lobão (PMDB-MA) <sup>(1)</sup>                              | 2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) <sup>(1)</sup>           |
| Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) <sup>(1)</sup>                             | 3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) <sup>(1)</sup>       |
| Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>                             | 4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) <sup>(1)</sup> |
| Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(1)</sup>                              | 5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) <sup>(1)</sup>         |
| Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) <sup>(1)</sup>                            | 6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) <sup>(1)</sup>      |
| Senador José Maranhão (PMDB-PB) <sup>(1)</sup>                             | 7. Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(1)</sup>            |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |   |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(6)</sup>                                 | 1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) <sup>(6)</sup>         |
| Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(6)</sup>                               | 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(6,17,18)</sup>  |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(6)</sup>                             | 3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(6,11,13)</sup>    |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(6,17)</sup>                         | 4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(6)</sup>             |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(6)</sup>                                  | 5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(6)</sup>           |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(6)</sup>                               | 6. VAGO <sup>(6)</sup>                                    |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                            |   |
| Senador Aécio Neves (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>                               | 1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(3,12)</sup>    |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(3)</sup>                         | 2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(3)</sup>     |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(3,15)</sup>                          | 3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(3)</sup>        |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(9)</sup>                             | 4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(9)</sup>        |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(9)</sup>                      | 5. VAGO   |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |   |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(5)</sup>                             | 1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(5)</sup>              |
| Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(5)</sup>                            | 2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(5,14)</sup>          |
| Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(5)</sup>                               | 3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(5)</sup>         |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |   |
| Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(4)</sup>                   | 1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(4)</sup>        |
| Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(4)</sup>                              | 2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(4)</sup>        |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(4)</sup>                        | 3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup>  |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |   |
| Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(2)</sup>                           | 1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(2,16)</sup>       |
| Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(2,10)</sup>                           | 2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(2,10)</sup>     |
| Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(2)</sup>                                 | 3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(2)</sup>        |

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-GLDEM).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-LBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 10:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** ccj@senado.gov.br



### **3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES**

**Finalidade:** Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 61-3303-3972

**Fax:** 61-3303-4315

**E-mail:** scomcej@senado.gov.br



### **3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

**(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Ednaldo Magalhães Siqueira

**Telefone(s):** 3303-3972

**Fax:** 3303-4315

**E-mail:** scomccj@senado.gov.br



#### 4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| Senadora Simone Tebet <sup>(7)</sup>                                       | 1. Senador Valdir Raupp <sup>(7)</sup>                 |
| Senador Dário Berger <sup>(7)</sup>  | 2. Senador Hélio José <sup>(7)</sup>                   |
| Senadora Marta Suplicy <sup>(7)</sup>                                      | 3.   |
| Senador José Maranhão <sup>(7)</sup>                                       | 4.   |
| Senador Raimundo Lira <sup>(7)</sup>                                       | 5.   |
| Senador João Alberto Souza <sup>(7)</sup>                                  | 6.   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senadora Ângela Portela (PT-RR) <sup>(4)</sup>                             | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(4)</sup>     |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(4)</sup>                             | 2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>       |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(4)</sup>                            | 3. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(4)</sup>          |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>                                  | 4. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(4)</sup>        |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(4)</sup>                               | 5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>          |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(4)</sup>                               | 6.   |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                            |  |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(1)</sup>                         | 1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(6)</sup>     |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(1)</sup>                             | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(6)</sup>      |
| VAGO <sup>(1,9)</sup>  | 3.   |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(6)</sup>                      | 4.   |
| Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(6)</sup>                              | 5.   |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
| Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(5)</sup>                              | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(5)</sup>      |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(5)</sup>                               | 2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(5)</sup>          |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(5)</sup>                               | 3.   |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(2)</sup>                          | 1. Senador Romário (PSB-RJ) <sup>(2)</sup>             |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(2)</sup>                               | 2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(2)</sup> |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(2)</sup>                            | 3.   |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(3)</sup>                               | 1. Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(3)</sup>          |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(3,8)</sup>                       | 2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(3)</sup>     |
| Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(3)</sup>                              | 3. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) <sup>(8)</sup>       |

**Notas:**

\*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democracia compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPPO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:00 horas -

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### **4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)**

**Número de membros:** 12 titulares e 12 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Moura

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



#### **4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**

**Finalidade:** Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

**(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Souza

**Telefone(s):** 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



### **4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS**

**Finalidade:** Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

**(Requerimento 811, de 2001)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Willy da Cruz Souza

**Telefone(s):** 61 33033498

**E-mail:** ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA****Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(13)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| Senador Hélio José <sup>(11)</sup>   | 1. Senador Aírton Sandoval <sup>(11,14)</sup>            |
| Senador Renan Calheiros <sup>(11)</sup>                                    | 2. Senador Dário Berger <sup>(11)</sup>                  |
| Senador João Alberto Souza <sup>(11)</sup>                                 | 3.   |
| Senador Valdir Raupp <sup>(11,14)</sup>                                    | 4.   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>                                 | 1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) <sup>(1)</sup>        |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>                            | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>       |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>                                 | 3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>         |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>                               | 4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>          |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                            |  |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>                          | 1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(5)</sup>        |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(5)</sup>                             | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(7,9)</sup>      |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7,9)</sup>                          | 3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(8)</sup>      |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(2)</sup>                             | 1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(2)</sup>         |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(2,10)</sup>                            | 2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) <sup>(2)</sup>       |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(3)</sup>                            | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(3)</sup> |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>                          | 2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) <sup>(3)</sup>         |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(6,15)</sup>                      | 1. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) <sup>(6)</sup>         |
| Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(6)</sup>                              | 2. VAGO <sup>(6,12)</sup>                                |

**Notas:**

\*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

3. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).

13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).

14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).

15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).

**Secretário(a):** Airtton Luciano Aragão Júnior

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30min -

**Telefone(s):** 61 33033284

**E-mail:** cma@senado.leg.br



## 6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Regina Sousa (PT-PI)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

| TITULARES  | Suplentes                                  |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| VAGO (6,10)  | 1. Senador Valdir Raupp (6)                |
| Senadora Marta Suplicy (6)   | 2.   |
| Senador Hélio José (6)   | 3.   |
| VAGO (6,9)   | 4.   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senadora Ângela Portela (PT-RR) (4)  | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)    |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)  | 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)    |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)   | 3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)         |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)  | 4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)       |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                            |  |
| VAGO (1,8)   | 1.   |
| VAGO (1,11)  | 2.   |
| VAGO (1,12)  | 3.   |
| Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (7)                                 | 4.   |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
| Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)   | 1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)     |
|  | 2.   |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)                                       | 1.   |
| Senador Romário (PSB-RJ) (2)   | 2.   |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Magno Malta (PR-ES) (5)  | 1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)      |
| Senador Thieres Pinto (PTB-RR) (5)   | 2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5) |

### Notas:

\*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



### **6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



## **6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO**

**Finalidade:** Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Telefone(s):** 3303-4251/3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br



### 6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

**Finalidade:** Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

**(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

| TITULARES  | SUPLENTEs |
|--|-----------|
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |
| VAGO   | 2. VAGO   |
| <b>Maioria (PMDB)</b>  |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                            |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |           |
| VAGO   | 1. VAGO   |

**Secretário(a):** Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

**Reuniões:** Quartas-Feiras 11:30 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-2005

**Fax:** 3303-4646

**E-mail:** cdh@senado.gov.br



## 7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(9)</sup>

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| Senador Edison Lobão <sup>(7)</sup>  | 1. Senador Renan Calheiros <sup>(7,13)</sup>             |
| Senador João Alberto Souza <sup>(7)</sup>                                  | 2. Senador Valdir Raupp <sup>(7)</sup>                   |
| Senador Roberto Requião <sup>(7,13)</sup>                                  | 3. Senador Hélio José <sup>(7)</sup>                     |
| Senador Romero Jucá <sup>(7)</sup>   | 4.   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(5)</sup>                            | 1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(5)</sup>        |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(5)</sup>                              | 2. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(5)</sup>          |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(5)</sup>                                 | 3. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(5)</sup>             |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(5)</sup>                            | 4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(5)</sup>          |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                            |  |
| Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) <sup>(2)</sup>                         | 1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) <sup>(2)</sup>    |
| Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) <sup>(2)</sup>                               | 2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(8)</sup>        |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(2,12)</sup>                        | 3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(11)</sup>       |
| Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(8)</sup>                              | 4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(12)</sup>    |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(6)</sup>                             | 1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(6)</sup>         |
| Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(6)</sup>                                 | 2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(6)</sup>         |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(4)</sup>                          | 1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(4)</sup> |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(4)</sup>                    | 2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(1)</sup>   |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Fernando Collor (PTC-AL) <sup>(3)</sup>                            | 1. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) <sup>(3,10,14)</sup>   |
| Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(3)</sup>                               | 2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(3)</sup>      |

### Notas:

\*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).

11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).

**Secretário(a):** Alvaro Araujo Souza

**Reuniões:** Quintas-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-3496

**E-mail:** cre@senado.leg.br



## 8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

| TITULARES  | Suplentes   |
|--|---|
| <b>PMDB</b>  |   |
| Senador Renan Calheiros <sup>(7)</sup>                                     | 1. Senador Hélio José <sup>(7)</sup>                        |
| Senador Eduardo Braga <sup>(7)</sup>                                       | 2. Senadora Kátia Abreu <sup>(7,9,10)</sup>                 |
| Senador Romero Jucá <sup>(7)</sup>   | 3. Senadora Rose de Freitas <sup>(7)</sup>                  |
| Senador Elmano Férrer <sup>(7)</sup>                                       | 4. Senador Jader Barbalho <sup>(7)</sup>                    |
| Senador Raimundo Lira <sup>(7)</sup>                                       | 5. Senador Valdir Raupp <sup>(10)</sup>                     |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |   |
| Senadora Ângela Portela (PT-RR) <sup>(3)</sup>                             | 1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(3)</sup>           |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(3)</sup>                                 | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(3)</sup>          |
| Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(3)</sup>                               | 3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(3)</sup>            |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(3)</sup>                                 | 4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(3)</sup>          |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(3)</sup>                               | 5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(3)</sup>             |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                            |   |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(2)</sup>                          | 1. Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(6)</sup>            |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(2,8,11)</sup>                      | 2.  |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(2)</sup>                             | 3.  |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(6)</sup>                             | 4.  |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |   |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(4)</sup>                               | 1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(4)</sup>           |
| Senador Wilder Moraes (PP-GO) <sup>(4)</sup>                               | 2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(4)</sup>                |
| Senador Roberto Muniz (PP-BA) <sup>(4)</sup>                               | 3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(4)</sup>            |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |   |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(1)</sup>                      | 1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(1)</sup> |
| Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) <sup>(1)</sup>                    | 2.  |
|  | 3.  |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |   |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>                         | 1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(5)</sup>         |
| Senador Vicentinho Alves (PR-TO) <sup>(5)</sup>                            | 2. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) <sup>(5)</sup>            |
| Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>                               | 3. Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(5)</sup>               |

### Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Moraes e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## **8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)**

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Morais

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



## **8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286



### **8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** scomci@senado.gov.br



#### 8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

**(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)**

**Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes

**Designação:** 20/05/2015

**Instalação:** 10/06/2015

| TITULARES   | SUPLENTE |
|---|----------|
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b> |          |
| VAGO  | 1. VAGO  |
| <b>Maioria (PMDB)</b>   |          |
| VAGO  | 1. VAGO  |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                 |          |
| VAGO  | 1. VAGO  |

**Secretário(a):** Thales Roberto Furtado Moraes

**Reuniões:** Terças-Feiras 9:00 horas -

**Telefone(s):** 61 3303-4607

**Fax:** 61 3303-3286

**E-mail:** ci@senado.gov.br



## 9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(9)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(13)</sup>

| TITULARES  | Suplentes   |
|--|---|
| <b>PMDB</b>  |   |
| Senador Hélio José <sup>(8,14)</sup>                                       | 1. Senador Romero Jucá <sup>(8)</sup>                 |
| Senador Elmano Férrer <sup>(8)</sup>                                       | 2. Senadora Simone Tebet <sup>(8,14)</sup>            |
| Senador Waldemir Moka <sup>(8,10)</sup>                                    | 3. Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>                |
| Senador João Alberto Souza <sup>(8)</sup>                                  | 4. Senador Dário Berger <sup>(8)</sup>                |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |   |
| Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4,12)</sup>                           | 1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) <sup>(4,12)</sup>  |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(4)</sup>                             | 2. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(4)</sup>         |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(4)</sup>                                 | 3. Senador José Pimentel (PT-CE) <sup>(4)</sup>       |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(4)</sup>                               | 4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(4)</sup>       |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                            |   |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>                          | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(5)</sup>     |
| VAGO <sup>(5,11)</sup>   | 2. VAGO <sup>(7,15)</sup>                             |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7,15)</sup>                         | 3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) <sup>(11)</sup> |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |   |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(3)</sup>                             | 1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(3)</sup>      |
| Senador Ciro Nogueira (PP-PI) <sup>(3)</sup>                               | 2.  |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |   |
| Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(1)</sup>                            | 1.  |
| Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) <sup>(2)</sup>                   | 2.  |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |   |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(6)</sup>                         | 1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(6)</sup>   |
| Senador Thieres Pinto (PTB-RR) <sup>(6)</sup>                              | 2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(6)</sup>      |

### Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).

15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).

13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8:30min -

**Telefone(s):** 61 3303-4282

**Fax:** 3303-1627

**E-mail:** cdr@senado.gov.br



## **9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



## **9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



### **9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL**

**Finalidade:** Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

**(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)**

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Marcus Guevara Sousa de Carvalho

**Telefone(s):** 3303-4282

**Fax:** 3303-1627



## 10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(8)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) <sup>(8)</sup>

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| Senador Waldemir Moka <sup>(6)</sup>                                       | 1. Senadora Rose de Freitas <sup>(6)</sup>         |
| Senador Elmano Férrer <sup>(6)</sup>                                       | 2. Senador Romero Jucá <sup>(6)</sup>              |
| Senador Valdir Raupp <sup>(6)</sup>  | 3.   |
| Senador Dário Berger <sup>(6)</sup>  | 4.   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>                             | 1. Senadora Ângela Portela (PT-RR) <sup>(1)</sup>  |
| Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>                                 | 2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup> |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>                               | 3. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>   |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>                               | 4. Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>       |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                            |  |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(4)</sup>                             | 1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4)</sup>  |
| Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(4)</sup>                            | 2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7)</sup> |
| Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) <sup>(7)</sup>                             | 3.   |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
| Senador Lasier Martins (PSD-RS) <sup>(3)</sup>                             | 1. Senador José Medeiros (PSD-MT) <sup>(3)</sup>   |
| Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(3)</sup>                                  | 2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) <sup>(3)</sup>      |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) <sup>(2)</sup>                               | 1.   |
| VAGO <sup>(2,9)</sup>  | 2.   |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>                         | 1. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) <sup>(5)</sup>   |
| Senador Cidinho Santos (PR-MT) <sup>(5)</sup>                              | 2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>    |

### Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Reuniões:** Quartas-Feiras 14:00 horas -

**Telefone(s):** 3303 3506

**Fax:** 3303 1017

**E-mail:** cra@senado.gov.br



### **10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**

**Finalidade:** REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes

**Secretário(a):** Marcello Varella

**Telefone(s):** 3311-3506/3321

**Fax:** 3311-1017

**E-mail:** scomcra@senado.gov.br



## 11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Otto Alencar (PSD-BA)

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| Senador Waldemir Moka <sup>(8)</sup>                                       | 1. Senador Airtton Sandoval <sup>(10)</sup>          |
| VAGO <sup>(8,12)</sup>   | 2. Senador Hélio José <sup>(11)</sup>                |
| Senador Valdir Raupp <sup>(8)</sup>  | 3.   |
| Senador João Alberto Souza <sup>(8)</sup>                                  | 4.   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senadora Ângela Portela (PT-RR) <sup>(1)</sup>                             | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>   |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>                             | 2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>   |
| Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(1)</sup>                                 | 3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>        |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(1)</sup>                               | 4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(1)</sup>      |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                            |  |
| Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(4)</sup>                             | 1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(7)</sup>   |
| Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(4)</sup>                           | 2.   |
| Senador José Agripino (DEM-RN) <sup>(7)</sup>                              | 3.   |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
| Senador Omar Aziz (PSD-AM) <sup>(2)</sup>                                  | 1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(2)</sup>     |
| Senador Otto Alencar (PSD-BA) <sup>(2)</sup>                               | 2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) <sup>(2)</sup>         |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(9)</sup>                        | 1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) <sup>(3)</sup>   |
|  | 2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(6)</sup> |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Thieres Pinto (PTB-RR) <sup>(5)</sup>                              | 1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) <sup>(5)</sup>      |
| Senador Magno Malta (PR-ES) <sup>(5)</sup>                                 | 2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) <sup>(5)</sup>     |

### Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº 013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº 023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).



**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8h:30min -

**Telefone(s):** 61 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



### **11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**Finalidade:** Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes

**Secretário(a):** Égli Lucena Heusi Moreira

**Reuniões:** Quartas-Feiras 8h:30min -

**Telefone(s):** 61 3303-1120

**E-mail:** cct@senado.gov.br



**12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF****Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PMDB-DF) <sup>(8)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(8)</sup>**RELATOR:** VAGO

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| Senador Valdir Raupp <sup>(3)</sup>  | 1. Senadora Kátia Abreu <sup>(6)</sup>                   |
| Senador Hélio José <sup>(3)</sup>  | 2.   |
| Senador João Alberto Souza <sup>(3,6,9)</sup>                              | 3.   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(1)</sup>                             | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(1)</sup>       |
| Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(1)</sup>                            | 2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(1)</sup>         |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(1)</sup>                                  | 3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) <sup>(1)</sup>            |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                            |  |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(4)</sup>                            | 1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(4)</sup> |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(7)</sup>                             | 2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(7)</sup>        |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
|  | 1.   |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(2)</sup>                          | 1.   |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Wellington Fagundes (PR-MT) <sup>(5)</sup>                         | 1. Senador Thieres Pinto (PTB-RR) <sup>(5)</sup>         |

**Notas:**

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).

**Secretário(a):** Bruno Souza de Barros**Telefone(s):** 3303 1095**E-mail:** csf@senado.leg.br

### 13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

**PRESIDENTE:** Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(12)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senador Airtton Sandoval (PMDB-SP) <sup>(12)</sup>

| TITULARES  | Suplentes  |
|--|--|
| <b>PMDB</b>  |  |
| Senador Renan Calheiros <sup>(10)</sup>                                    | 1.   |
| Senador Airtton Sandoval <sup>(10)</sup>                                   | 2.   |
| Senador Dário Berger <sup>(10)</sup>                                       | 3.   |
| Senador Romero Jucá <sup>(10)</sup>  | 4.   |
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |  |
| Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(4)</sup>                             | 1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) <sup>(4)</sup>       |
| Senador Paulo Paim (PT-RS) <sup>(4)</sup>                                  | 2. Senador Humberto Costa (PT-PE) <sup>(4)</sup>         |
| Senadora Regina Sousa (PT-PI) <sup>(4)</sup>                               | 3. Senador Jorge Viana (PT-AC) <sup>(4)</sup>            |
| Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) <sup>(4)</sup>                               | 4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) <sup>(11)</sup>      |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                            |  |
| Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) <sup>(5)</sup>                          | 1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) <sup>(6)</sup> |
| Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) <sup>(5)</sup>                             | 2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) <sup>(7)</sup>        |
| Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) <sup>(6)</sup>                            | 3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) <sup>(7)</sup>      |
| <b>Bloco Parlamentar Democracia Progressista ( PP, PSD )</b>               |  |
| Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) <sup>(9)</sup>                             | 1.   |
| Senador Gladson Cameli (PP-AC) <sup>(9)</sup>                              | 2.   |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |  |
| Senador João Capiberibe (PSB-AP) <sup>(1)</sup>                            | 1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) <sup>(3)</sup>   |
| Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) <sup>(2,13)</sup>                   | 2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) <sup>(3)</sup>     |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |  |
| Senador Thieres Pinto (PTB-RR) <sup>(8)</sup>                              | 1.   |
| Senador Armando Monteiro (PTB-PE) <sup>(8,14)</sup>                        | 2.   |

#### Notas:

\*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airtton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).

**Secretário(a):** Raimundo Franco Diniz

**Reuniões:** Terças-Feiras 11:30min -

**Telefone(s):** 61 33033519

**E-mail:** ctfc@senado.leg.br



**CONSELHOS e ÓRGÃOS****1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

| <b>SENADORES</b> | <b>CARGO</b>          |
|------------------|-----------------------|
|                  | CORREGEDOR            |
|                  | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
|                  | CORREGEDOR SUBSTITUTO |
|                  | CORREGEDOR SUBSTITUTO |

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

| TITULARES  | SUPLENTE |
|--|----------|
| <b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática ( PT, PDT )</b>            |          |
| VAGO   | 1. VAGO  |
| VAGO   | 2. VAGO  |
| VAGO   | 3. VAGO  |
| VAGO   | 4.       |
| <b>Maioria (PMDB)</b>  |          |
| VAGO   | 1. VAGO  |
| VAGO   | 2. VAGO  |
| VAGO   | 3.       |
| VAGO   | 4.       |
| <b>Bloco Social Democrata ( PSDB, DEM, PV )</b>                            |          |
| VAGO   | 1. VAGO  |
| VAGO   | 2. VAGO  |
| VAGO   | 3. VAGO  |
| <b>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia ( PSB, PPS, PCdoB, REDE )</b> |          |
| VAGO   | 1. VAGO  |
| VAGO   | 2. VAGO  |
| <b>Bloco Moderador ( PR, PTB, PSC, PRB, PTC )</b>                          |          |
| VAGO   | 1.       |
| VAGO   | 2.       |
| <b>Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>                |          |
| VAGO   |          |

Atualização: 03/02/2017

### SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

### 3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

**PRESIDENTE:** <sup>(1)</sup>

**1ª Designação:** 03/12/2001

**2ª Designação:** 26/02/2003

**3ª Designação:** 03/04/2007

**4ª Designação:** 12/02/2009

**5ª Designação:** 11/02/2011

**6ª Designação:** 11/03/2013

**7ª Designação:** 26/11/2015

| MEMBROS          |
|------------------|
| <b>PMDB</b>      |
| VAGO             |
| <b>PT</b>        |
| VAGO             |
| <b>PSDB</b>      |
| VAGO             |
| <b>PSB</b>       |
| VAGO             |
| <b>PDT</b>       |
| VAGO             |
| <b>PR</b>        |
| VAGO             |
| <b>PSD</b>       |
| VAGO             |
| <b>DEM</b>       |
| VAGO             |
| <b>PP</b>        |
| VAGO             |
| <b>PTB</b>       |
| VAGO             |
| <b>PPS</b>       |
| VAGO             |
| <b>PCdoB</b>     |
| VAGO             |
| <b>REDE</b>      |
| VAGO             |
| <b>PSC</b>       |
| VAGO             |
| <b>PRB</b>       |
| VAGO (2,3,4,5,6) |

**Atualização:** 08/02/2017

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

\*\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

2. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N ° 54/2016-BLOMOD.
4. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. n° 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
5. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga em 04/10/2016, conforme Of.n° 0054/2016-BLOMOD.
6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.



#### 4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

| MEMBROS                          |
|----------------------------------|
| <b>PTB</b>                       |
| Senador Fernando Collor (PTC-AL) |
| <b>PSC</b>                       |
| Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) |
| <b>PMDB</b>                      |
| Senador Romero Jucá (RR)         |
| (1)                              |

**Notas:**

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



**5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES***(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** (9,10,11,12)**VICE-PRESIDENTE:** (9)**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

|                          |
|--------------------------|
|                          |
| <b>MEMBROS</b>           |
| <b>PMDB</b>              |
| VAGO                     |
| <b>PT</b>                |
| VAGO (2)                 |
| <b>PSDB</b>              |
| VAGO                     |
| <b>PSB</b>               |
| VAGO                     |
| <b>PDT</b>               |
| VAGO                     |
| <b>PR</b>                |
| VAGO (3,4,5,6,7,8,13,14) |
| <b>PSD</b>               |
| VAGO (3,4,5,6,7,8,14)    |
| <b>DEM</b>               |
| VAGO (3,4,5,6,7,8,14)    |
| <b>PP</b>                |
| VAGO (3,4,5,6,7,8,14)    |
| <b>PTB</b>               |
| VAGO (10,12)             |
| <b>PPS</b>               |
| VAGO (3,4,5,6,7,8,14)    |
| <b>PCdoB</b>             |
| VAGO (3,4,5,6,7,8,14)    |
| <b>PSC</b>               |
| VAGO (3,4,5,6,7,8,14)    |
| <b>PRB</b>               |
| VAGO (1,15,16,17,18)     |
| <b>REDE</b>              |
| VAGO                     |

**Atualização:** 01/06/2017**Notas:**

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ?  
Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.

3. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

4. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

5. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

6. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
7. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
8. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
9. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
10. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
11. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
13. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
14. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).
15. Designado para ocupar a vaga através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
16. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
17. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.
18. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



## 6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

**PRESIDENTE:** (7,8)  
**VICE-PRESIDENTE:** (2)

**1ª Designação:** 30/11/2010  
**2ª Designação:** 14/03/2011  
**3ª Designação:** 21/03/2012  
**4ª Designação:** 11/03/2013  
**5ª Designação:** 20/05/2014  
**6ª Designação:** 04/03/2015

| MEMBROS                |
|------------------------|
| <b>PMDB</b>            |
| VAGO                   |
| <b>PT</b>              |
| VAGO                   |
| <b>PSDB</b>            |
| VAGO                   |
| <b>PSB</b>             |
| VAGO                   |
| <b>PDT</b>             |
| VAGO                   |
| <b>PR</b>              |
| VAGO                   |
| <b>PSD</b>             |
| VAGO                   |
| <b>DEM</b>             |
| VAGO (3)               |
| <b>PP</b>              |
| VAGO                   |
| <b>PTB</b>             |
| VAGO                   |
| <b>PPS</b>             |
| VAGO                   |
| <b>PCdoB</b>           |
| VAGO                   |
| <b>PSC</b>             |
| VAGO                   |
| <b>PRB</b>             |
| VAGO (1,4,5,6,9,10,11) |
| <b>REDE</b>            |
| VAGO                   |

**Atualização:** 11/11/2015

### Notas:

\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.º 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga, conforme Of. nº 0054/2016, datado de 04/10/2016.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga do PRB, em substituição ao Senador Eduardo Lopes, conforme o Of. nº 0054/2016-BLOMOD, datado e lido no Plenário do Senado Federal em 04/10/2016.
7. Em 04/10/2016, o Senador Marcello Crivella reassumiu a Presidência do Conselho.
8. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência o Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
9. O Senador Marcelo Crivella renunciou ao mandato de Senador da República devido a sua posse como Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, a partir de 01.01.2017.
10. O Senador Eduardo Lopes foi designado para ocupar a vaga através do Of.º 002/2017-LIDPRB.
11. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)

### **SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL***(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

| MEMBROS   |
|---|
| <b>PMDB</b>   |
| VAGO  |
| <b>PT</b>   |
| VAGO  |
| <b>PSDB</b>   |
|   |
| <b>PTB</b>  |
| VAGO  |
| <b>PP</b>   |
| VAGO  |
| <b>PDT</b>  |
|   |
| <b>PSB</b>  |
| VAGO  |
| <b>DEM</b>  |
| VAGO  |
| <b>PR</b>   |
| VAGO  |
| <b>PSD</b>  |
| VAGO  |
| <b>PCdoB</b>  |
| VAGO  |
| <b>PV</b>   |
| VAGO  |
| <b>PRB</b>  |
| VAGO  |
| <b>PSC</b>  |
| VAGO  |
| <b>PSOL</b>   |
| VAGO  |
| <b>Representante da sociedade civil organizada</b>                      |
| VAGO  |
| <b>Pesquisador com produção científica relevante</b>                    |
| VAGO  |
| <b>Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente</b> |
| VAGO  |

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL***(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** <sup>(3)</sup>**VICE-PRESIDENTE:** <sup>(3)</sup>**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

| MEMBROS                   |
|---------------------------|
| <b>PMDB</b>               |
| VAGO                      |
| <b>PT</b>                 |
| VAGO                      |
| <b>PSDB</b>               |
| VAGO                      |
| <b>PSB</b>                |
| VAGO                      |
| <b>PDT</b>                |
| VAGO                      |
| <b>PR</b>                 |
| VAGO                      |
| <b>PSD</b>                |
| VAGO                      |
| <b>DEM</b>                |
| VAGO                      |
| <b>PP</b>                 |
| VAGO                      |
| <b>PTB</b>                |
| VAGO                      |
| <b>PPS</b>                |
| VAGO                      |
| <b>PCdoB</b>              |
| VAGO                      |
| <b>PSC</b>                |
| VAGO                      |
| <b>PRB</b>                |
| VAGO <sup>(2,4,5,6)</sup> |
| <b>PSOL</b>               |
| VAGO <sup>(1)</sup>       |

**Atualização:** 18/10/2016**Notas:**

\* Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

\*\*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Marcelo Crivella retornou ao exercício do mandato, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

6. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

## 9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** <sup>(2)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** <sup>(2)</sup>

**1ª Designação:** 20/12/2013

**2ª Designação:** 16/09/2015

| MEMBROS                     |
|-----------------------------|
| <b>PMDB</b>                 |
| VAGO                        |
| <b>PT</b>                   |
| VAGO                        |
| <b>PSDB</b>                 |
| VAGO                        |
| <b>PSB</b>                  |
| VAGO                        |
| <b>PDT</b>                  |
| VAGO                        |
| <b>PR</b>                   |
| VAGO                        |
| <b>PSD</b>                  |
| VAGO                        |
| <b>DEM</b>                  |
| VAGO <sup>(3)</sup>         |
| <b>PP</b>                   |
| VAGO                        |
| <b>PTB</b>                  |
| VAGO                        |
| <b>PPS</b>                  |
| VAGO                        |
| <b>PCdoB</b>                |
| VAGO                        |
| <b>PSC</b>                  |
| VAGO                        |
| <b>PRB</b>                  |
| VAGO <sup>(1,4,5,6,7)</sup> |
| <b>REDE</b>                 |
| VAGO                        |

**Atualização:** 11/11/2015

### Notas:

\*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N° 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**10) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:****1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

| SENADOR | BLOCO / PARTIDO |
|---------|-----------------|
| VAGO    | PMDB            |
| VAGO    | PMDB            |
| VAGO    | PT              |
| VAGO    | PSDB            |
| VAGO    | PSD             |

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER***(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

| SENADOR | CARGO       |
|---------|-------------|
|         | PROCURADORA |

**Atualização:** 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

**12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL**

*(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 )*

| SENADOR | CARGO          |
|---------|----------------|
|         | OUVIDORA-GERAL |

**Atualização:** 31/01/2015

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** scop@senado.leg.br



**13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR**

*(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)*

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) <sup>(3)</sup>

**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) <sup>(3)</sup>

**1ª Designação:** 14/03/2011

**2ª Designação:** 21/03/2012

**3ª Designação:** 11/03/2013

**4ª Designação:** 26/03/2014

**5ª Designação:** 01/07/2015

| <b>MEMBROS</b> |  |
|----------------|--|
| <b>PMDB</b>    |  |
|                | Senadora Simone Tebet (MS)                         |
| <b>PT</b>      |  |
|                | Senadora Fátima Bezerra (RN)                       |
| <b>PSDB</b>    |  |
|                | Senador Antonio Anastasia (MG)                     |
| <b>PSB</b>     |  |
|                | Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)               |
| <b>PDT</b>     |  |
|                | Senador Reguffe (S/Partido-DF)                     |
| <b>PR</b>      |  |
|                | Senador Wellington Fagundes (MT)                   |
| <b>PSD</b>     |  |
|                | Senador Sérgio Petecão (AC)                        |
| <b>DEM</b>     |  |
|                | Senador Wilder Morais (PP-GO)                      |
| <b>PP</b>      |  |
|                | Senadora Ana Amélia (RS)                           |
| <b>PTB</b>     |  |
|                | VAGO <sup>(2)</sup>                                |
| <b>PPS</b>     |  |
|                | Senador José Medeiros (PSD-MT)                     |
| <b>PCdoB</b>   |  |
|                | Senadora Vanessa Grazziotin (AM)                   |
| <b>PSC</b>     |  |
|                | Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)                   |
| <b>PRB</b>     |  |
|                | Senador Marcelo Crivella (RJ) <sup>(1,4,5,6)</sup> |
| <b>REDE</b>    |  |
|                | Senador Randolfe Rodrigues (AP)                    |

**Atualização:** 29/11/2016

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.

2. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro(Of. 1/2016-GSAMON).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.
6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

**14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL**  
*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)*

**PRESIDENTE:**

**VICE-PRESIDENTE:**

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do  
RISF):**

---



**15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO***(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR***(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

## 17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

*(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)*

**Número de membros:** 15 titulares

**PRESIDENTE:** (2)  
**VICE-PRESIDENTE:** (2)

**1ª Designação:** 01/07/2015

| MEMBROS        |
|----------------|
| <b>DEM</b>     |
| VAGO           |
| <b>PCdoB</b>   |
| VAGO (1)       |
| <b>PDT</b>     |
| VAGO           |
| <b>PMDB</b>    |
| VAGO           |
| <b>PP</b>      |
| VAGO           |
| <b>PPS</b>     |
| VAGO           |
| <b>PR</b>      |
| VAGO (3)       |
| <b>PRB</b>     |
| VAGO (4,5,6,7) |
| <b>PSB</b>     |
| VAGO           |
| <b>PSC</b>     |
| VAGO           |
| <b>PSD</b>     |
| VAGO           |
| <b>PSDB</b>    |
| VAGO           |
| <b>PT</b>      |
| VAGO           |
| <b>PTB</b>     |
| VAGO           |
| <b>REDE</b>    |
| VAGO           |

**Atualização:** 01/06/2016

**Notas:**

\*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.

4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.º 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

5. O Senador Eduardo Lopes, em virtude do retorno do titular, Senador Marcelo Crivella, deixou de ocupar a vaga conforme o Of. N º 54/2016-BLOMOD.

6. O Senador Marcelo Crivella voltou a ocupar a vaga, conforme Of. nº 54/2016-BLOMOD, datado de 04/10/2016.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



7. Em 1º.01.2017, o Senador Marcelo Crivella deixa de compor o Conselho, em virtude de sua posse no cargo de Prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

**Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**

**Endereço:** Anexo II, térreo

**Telefone(s):** 3303-5255

**Fax:** 3303-5260

**E-mail:** saop@senado.leg.br



**18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA***(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**



| MEMBROS |
|---------|
| PMDB    |
| PT      |
| PSDB    |
| PDT     |
| PSB     |
| PR      |
| PSD     |
| DEM     |
| PP      |
| PTB     |
| PPS     |
| PCdoB   |
| PSC     |
| PRB     |
| REDE    |
| PV      |
| PTC     |

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

**Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado  
**0800 61 2211**

 /senadofederal  
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa  
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO  
FEDERAL**

